

número 153 2º semestre de 2005 ISSN 0034-8309

REVISTA DE

HISTÓRIA



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REVISTA DE

HISTÓRIA



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretor: Profa. Dra. Sandra Margarida Nittrini

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Suplente: Profa. Dra. Maria Lígia Coelho Prado

REVISTA DE HISTÓRIA

Número 153 (Terceira Série) – 2º semestre de 2005 – ISSN 0034-8309

Conselho Editorial

Profa. Dra. Maria Helena P.T. Machado (Editora)

Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura R. Zeron

Profª Drª Gabriela Pellegrino Soares

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

Profª Drª Maria Cristina Wissenbach

Profª Drª Mary Anne Junqueira

Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

Produção

Secretário: Joiceley Vieira de Souza

Normalização, Diagramação, Projeto Gráfico do miolo

e Capa: Joiceley Vieira de Souza (joiceley@usp.br)

Conselho Consultivo

Angela de Castro Gomes

(Universidade Federal Fluminense/CPOC-FGV)

Barbara Weinstein

(Universidade de Maryland)

Eliana Regina de Freitas Dutra

(Universidade Federal de Minas Gerais)

Guillermo Palacios

(Colégio do México)

João José Reis

(Universidade Federal da Bahia)

Marcus J.M. de Carvalho

(Universidade Federal do Pernambuco)

Rafael Sagredo

(Universidade do Chile)

Robert Slenes

(Unicamp)

Serge Gruzinski

(Ecole d'Hautes Etudes en Sciences Sociales)

Sueann Caulfield

(Universidade de Michigan)

Órgão Oficial do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

Fundada em 1950 pelo Professor Eurípedes Simões de Paula, seu Diretor até seu falecimento em 1977

Endereços para correspondência:

Comissão Executiva:

Av. Professor Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária

05508-900 – São Paulo – SP – Brasil

Caixa Postal 8.105 – FAX: (011) 3032-2314

Tel.: (011) 3091-3701 – 3091-3731 ramal 229

e-mail: joiceley@usp.br

Compras:

Humanitas Livraria – FFLCH

Rua do Lago, 717 – Cidade Universitária

05508-900 – São Paulo – SP – Brasil

Fone/fax: (011) 3091-4589

e-mail: pubflch@edu.usp.br

**Este número contou com o apoio financeiro do
Programa de Pós-Graduação em História Social - FFLCH/USP**



© Copyright 2005 dos autores. Os direitos de publicação desta edição são da
Universidade de São Paulo – Humanitas Publicações FFLCH/USP – fevereiro/2006

REVISTA DE

HISTÓRIA



Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Revista de História / Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. n. 1 (1950). São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 1950-

Nova Série - 1º Semestre, 1983

Terceira Série - 1º Semestre, 1998.

Semestral

ISSN 0034-8309

1. História I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História

CDD 900

DOSSIÊ

História das Américas

- Gabriela Pellegrino Soares* **07** Editorial
- Maria Ligia Coelho Prado* **11** Repensando a História Comparada da América Latina
- José Luis Bendicho Beired* **35** A pesquisa de História da América: sua trajetória nas universidades paulistas (1942-2004)
- June Carolyn Erlick* **53** Historia, Memoria y Impunidad: el caso de Irma Flaquer
- Eduardo Natalino dos Santos* **69** Usos historiográficos dos códices mixteco-nahuas
- Cristiana Bertazoni Martins* **117** Representações do Antisuyu em *El primer nueva corónica y buen gobierno* de Felipe Guaman Poma de Ayala
- Alejandro E. Gómez* **139** El estigma africano en los mundos hispano-atlánticos (siglos XIV al XIX)
- María Teresa Calderón* **181** Un gobierno basilante arruina para siempre la crisis de legitimidad que acompaña la emergencia del poder de la opinión en Colombia (1826-1831)
- Rafael Baitz* **225** Fotografia e Nacionalismo: a revista *The National Geographic Magazine* e a Construção da Identidade Nacional Norte-Americana (1895-1914)
- Maria Helena Rolim Capelato* **251** Modernismo Latino-Americano e construção de identidades através da pintura
- Camilo de Melo Vasconcellos* **283** As representações das lutas de independência no México na ótica do muralismo: Diego Rivera e Juan O'Gorman
- Cecília Azevedo* **305** Guerra à pobreza: EUA, 1964

Resenhas

- Rosana Gonçalves **327** SCHÁVELZON, Daniel. *Buenos Aires negra: arqueologia histórica de una ciudad silenciada*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2003.
- Márcio Santos **333** GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Marcia R.C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.
- Stella Maris Scatena Franco **341** Comentário bibliográfico sobre a republicação de escritos femininos no Brasil e na Argentina
- Sílvia Cezar Miskulin **351** RIVERO, Raúl. *Provas de contato*. Trad de José Rubens Siqueira. São Paulo: Barcarolla, 2005.

EDITORIAL

O Departamento de História da Universidade de São Paulo tem o prazer de apresentar o número 153 da *Revista de História*, dedicado ao dossiê História das Américas. Os artigos aqui reunidos enfocam temas da época pré-colonial à contemporaneidade, relativos a diferentes regiões do continente. Desenvolvem-se a partir de abordagens variadas, em particular nos campos da História política e da História cultural.

Com a organização deste dossiê, procuramos expressar o vigor que as pesquisas em História das Américas vêm conquistando nas universidades brasileiras, nos últimos anos. Quisemos traduzir, por outro lado, o crescente diálogo historiográfico estabelecido, nesse domínio, com pesquisadores de universidades estrangeiras. Pois se, entre nós, os estudos de História do Brasil e de História européia têm uma longa e consolidada trajetória, a história das Américas – pré-colonial, colonial ou independente – ganhou alento em contextos mais recentes. Esperamos assim, com o dossiê, chamar a atenção dos profissionais da História e dos interessados em geral para os caminhos trilhados.

O dossiê se abre com um bloco de artigos voltados a questões teóricas e historiográficas. Maria Lígia Coelho Prado escreve sobre as perspectivas da História comparada na América Latina. José Luis Bendicho Beired faz um balanço das pesquisas em História das Américas nas universidades paulistas, entre 1942 e 2004. June Carolyn Erlick discute as relações entre memória e defesa dos direitos humanos a partir do caso de uma jornalista guatemalteca assassinada anos atrás.

Em seguida, em ordem cronológica, apresentam-se os artigos históricos. Eduardo Natalino dos Santos analisa os usos documentais dos códices mixteco-nahuas. Cristiana Bertazoni Martins trata das representações sobre o Antisuyu – a região amazônica do antigo Império Inca – na clássica obra de Felipe Guaman Poma de Ayala. Alejandro E. Gómez enfoca os percursos de gestação do estigma contra populações de origem africana, nos mundos hispano-atlânticos dos séculos XIV a XIX. María Teresa Calderón aborda os problemas da legitimação do poder político na Colômbia, nos anos pós- Independência.

Com base na revista *The National Geographic Magazine*, Rafael Baitz explora as relações entre fotografia e representações identitárias nos Estados

Unidos de fins do século XIX e princípios do XX. Também no campo das imagens, Maria Helena R. Capelato analisa o tema das pinturas modernistas latino-americanas, destacando movimentos ocorridos na Argentina, no Brasil e no México. A pintura fundamenta ainda o trabalho de Camilo de Melo Vasconcellos, sobre a visão das lutas pela independência mexicana inscrita nos murais de Diego Rivera e Juan O’Gorman.

Por fim, o dossiê apresenta um estudo de Cecília Azevedo sobre a política de "guerra à pobreza" desenhada nos Estados Unidos dos anos 1960.

Encerrados os artigos, abre-se uma seção de resenhas sobre publicações recentes, nacionais e estrangeiras, que enriquecem os debates históricos americanistas.

O presente número da *Revista de História* contou com o pleno envolvimento dos atuais integrantes do Conselho Editorial e de especialistas que gentilmente se dispuseram a elaborar pareceres. Ficam registrados os sinceros agradecimentos.

Gabriela Pellegrino Soares
Coordenadora Editorial

Dossiê

História das Américas

REPENSANDO A HISTÓRIA COMPARADA DA AMÉRICA LATINA*

Maria Ligia Coelho Prado

Depto. de História – FFLCH/USP

Resumo

Este artigo discute abordagens e métodos da História Comparada, indicando possibilidades e limites dessa escolha. Apresenta diferentes enfoques assumidos por sociólogos e cientista políticos, insistindo nas particularidades do ofício do historiador. Debruça-se de forma particular sobre problemas específicos próprios da História da América Latina. Estabelece diálogos com os desafios propostos pelas histórias conectadas.

Palavras-Chave

História Comparada • América Latina • Histórias Conectadas

Abstract

This article deals with methods and approaches to Comparative History, presenting possibilities and limits of this choice. It shows social science's different approaches, emphasizing the particularities of the *metier du historien*. It considers some issues concerning Latin American History. It debates also the challenges brought by *connected histories*.

Keywords

Comparative History • Latin America • Connected Histories

* Agradeço a Maria Helena Capelato, Mary Anne Junqueira, Marcelo Cândido da Silva e Stella Maris Scatena Franco pelas contribuições a este artigo.

Apresentando o problema

Comparar o Brasil com os demais países da América Latina sempre me pareceu um desafio estimulante. Na medida em que a história de cada país latino-americano corre paralelamente às demais, atravessando situações sincrônicas bastante semelhantes – a colonização ibérica, a independência política, a formação dos Estados Nacionais, a preeminência inglesa e depois a norte-americana, para ficar nas temáticas tradicionais – não há, do meu ponto de vista, como escapar às comparações. Em vez de manter os olhos fixos na Europa, é mais eficaz, para o historiador, olhar o Brasil ao lado dos países de colonização espanhola.

Assim fez Manoel Bomfim que, em *O Brasil na América. Caracterização da Formação Brasileira* (1929), estudou o processo histórico brasileiro, da colônia à independências política, marcando as diferenças entre as duas Américas Ibéricas.¹ Do mesmo modo, Sérgio Buarque de Holanda que, nos clássicos *Raízes do Brasil* (1936) e *Visão do Paraíso* (1959), para pensar o Brasil, também comparou as Américas Portuguesa e Espanhola.² A originalidade dessas reflexões e as novas questões propostas são devedoras da escolhida abordagem que é abrangente e ampliada. Desde já, assinalem-se duas condições imperativas para a efetivação de um trabalho de história comparada, presentes nesses livros: um elenco de problemas substantivos colocados a priori e uma sólida erudição.

Entretanto, de um modo geral, dentro ou fora do Brasil, a produção sobre história comparada é pequena e intermitente. Por outro lado, alguns textos clássicos de autores europeus que utilizaram a comparação são bastante conhecidos. No século XIX, em *A democracia na América*, Alexis de Tocqueville realizou uma obra extraordinária, em parte, porque se apoiou na comparação entre os Estados Unidos e a Europa (particularmente a França) para refletir sobre o tema escolhido.³ No século XX, o historiador inglês de grande prestí-

¹ BOMFIM, Manoel. *O Brasil na América. Caracterização da formação brasileira*. 2ª. ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

³ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Trad. Neil Ribeiro da Silva. 3ª ed., São Paulo: Edusp, 1987.

gio, Eric Hobsbawm, também comparou ao construir “as eras das revoluções, do capital, dos impérios e dos extremos”, contribuindo para ampliar e inovar a visão sobre essas temáticas.⁴

Mas é indiscutível que a história comparada provoca resistências entre a maioria dos historiadores. Para entendê-las, é preciso voltar à própria construção do campo da História no século XIX. Marcavam-se as fronteiras desse saber, enfatizando-se a busca da verdade objetiva baseada nas fontes documentais e a singularidade dos fatos históricos. Desse modo, os acontecimentos eram vistos como únicos, não se ajustando a generalizações ou modelos elaborados a partir de variáveis constantes. Teorizações provenientes da análise de vários casos deveria ser a tarefa de outras ciências sociais, como a sociologia, a antropologia ou a ciência política. A questão que se esconde por trás dessas manifestações vincula-se à idéia da pouca eficácia, ou mesmo, da inadequação da comparação para a compreensão do processo histórico. Nesse sentido, o historiador em seu ofício deve valorizar os dados empíricos (suas fontes) que configuram as singularidades históricas.

Ao lado dessa questão, as práticas historiográficas que recortam o espaço nacional como o “ideal” vêm sendo acolhidas, desde o século XIX, pela maioria dos pesquisadores. A perspectiva de tomar as fronteiras da nação como os limites *naturais* estabelecidos para a pesquisa histórica é ainda a escolha majoritária. A força persuasiva do nacionalismo continua presente e fortemente estabelecida tanto no cenário da política como também no mundo universitário, onde a centralidade das disciplinas referidas à história nacional é prova cabal dessa visão hegemônica.

Em 1924, o historiador belga, Henri Pirenne, apontava com vigor para esse problema. Sob o impacto da inaudita violência da Primeira Guerra, provocada pelos nacionalismos em concorrência, criticava os horizontes da história nacional e argumentava em favor da história comparada. Enfatizava que o confinamento da pesquisa histórica dentro dos espaços estritamente nacionais impe-

⁴ Ver: HOBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira. 7ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; *A era do capital: 1848-1875*. Trad. Luciano Costa Neto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; *A era dos impérios: 1875-1914*. Trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. Toledo. 3ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992; *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

dia a compreensão da história do próprio país e se traduzia na falta de imparcialidade do historiador, produzindo “preconceitos políticos e de raça”. Essa limitação condenava o historiador a “ignorar os laços que ligavam cada história nacional à história das outras nações”. Para escapar a essas restrições, a história comparada era a solução, pois apenas ela seria capaz de permitir apreciar “o justo valor” e “o grau preciso de verdade científica” dos fatos estudados. Sua proposição era a de adotar para a história nacional, o ponto de vista da história universal. Desse modo, a história seria não apenas “mais exata”, como “mais humana”, e mostraria aos povos “a solidariedade de seus destinos, um patriotismo mais fraterno, mais consciente e mais puro”.⁵

Problemas de método

As dificuldades de aceitação da história comparada - ao lado da já mencionada forte adesão do historiador ao recorte de seu objeto dentro do espaço nacional - relacionam-se também às incertezas sobre os procedimentos metodológicos de tal abordagem e à eficácia dos resultados.

Os advogados da história comparada reafirmam sua importância e interesse. Mesmo fora do campo dos historiadores, há depoimentos favoráveis, como o do antropólogo norte-americano, Sidney Mintz, que afirma: “A história nunca se repete exatamente, e cada acontecimento é, evidentemente, único; mas as forças históricas certamente podem se mover em rotas paralelas num mesmo tempo ou em diferentes temporalidades. A comparação de tais paralelos pode revelar regularidades de valor científico potencial”.⁶

No entanto, os críticos da história comparada alertam para os enganos produzidos pelos procedimentos comparativos, levando, por exemplo, os pesquisadores a serem induzidos a assumir uma visão colada ao eurocentrismo.⁷

⁵ PIRENNE, Henri. “De la méthode comparative en histoire. Discours prononcé à la séance d’ouverture du Ve Congrès International des Sciences Historiques. Bruxelles, 1923. PIRENNE, Henri. “La tâche de l’historien”. *Le Flambeau*, vol. XIV, nº 8, 1931. pp. 5-22.

⁶ MINTZ, Sidney. “Labor and sugar in Puerto Rico and in Jamaica, 1800-1850”. *Comparative Studies in Society and History*, vol.1, no. 3, 1959, citado por FRENCH, J.; MÖRNER, M.; VIÑUELA, J. “Comparative Approaches to Latin American History”. *Latin American Research Review*, vol. 17, nº 2, p.57.

⁷ Retomarei este tema mais adiante, ao abordar a perspectiva do historiador Serge Gruzinski.

Edward Said indiretamente aponta para o olhar comparativo como responsável pela construção de um Oriente inventado pelo Ocidente. As visões negativas sobre o Oriente, elaboradas pelos “especialistas” europeus (sobretudo ingleses e franceses), particularmente no século XIX, que se contrapunham à “civilizada” Europa, expressavam a valoração hierarquizada que colocava o Ocidente num patamar acima do Oriente. Afirma Said que “o mais importante componente da cultura européia é precisamente o que faz aquela cultura hegemônica dentro ou fora da Europa: a idéia de uma identidade européia como superior em comparação com todos os povos e culturas não européias. Há em adição a essa visão, a hegemonia das idéias européias sobre o Oriente, elas mesmas reiterando a superioridade européia sobre o atraso do Oriente, e usualmente escondendo a possibilidade de que um pensador mais independente ou mais cético possa ter perspectivas diferentes sobre o assunto.”⁸

Essa mesma abordagem etnocêntrica pode ser detectada no influente livro de Gabriel Almond e Sidney Verba, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*.⁹ Este é um estudo que aplica o conceito de cultura política à democracia e à cidadania, comparando as relações entre as atitudes dos indivíduos e o funcionamento da democracia em cinco países: México, Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Os autores se detêm fundamentalmente no conhecimento dos sistemas políticos, nos sentimentos em relação a esses sistemas e no desempenho dos cidadãos como atores políticos. Apoiando-se no paradigma construído, assumem a perspectiva de que a cultura política e as instituições democráticas anglo-saxônicas são superiores e universalmente desejáveis. Desse modo, não surpreende que, em suas conclusões, a cultura política “ideal” seja a dos Estados Unidos e a da Grã-Bretanha. Por outro lado, México, Itália e Alemanha “desviam-se” em graus variados do modelo edificado, sendo colocados em um patamar inferior no que se refere às atitudes frente à democracia e à cidadania.

A comparação, portanto, coloca desafios e demanda cautela. Uma entrada exemplar para a discussão sobre método comparativo em história, conti-

⁸ SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 7.

⁹ ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown and Company, 1965.

nua sendo o inspirado artigo de Marc Bloch, *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*, escrito em 1928.¹⁰ Historiadores e cientistas sociais continuam tomando esse texto como referência fundamental. Bloch já havia experimentado a comparação em seu clássico, *Os reis taumaturgos*, de 1924, em que analisava o caráter sobrenatural atribuído ao poder real, especialmente na França e na Inglaterra, no período medieval.¹¹

A proposta do artigo é a de demonstrar que o método comparativo se apresenta como “um instrumento técnico, de uso corrente, manejável e capaz de levar a resultados positivos”.¹² O texto de Bloch assume uma dimensão militante, pois propõe que a história comparada, por seu valor e alcance, deva ser incorporada à grade curricular dos cursos de História das universidades. Conhecendo as dificuldades de sua aceitação, afirmava que os historiadores de sua geração, diferentemente dele, entendiam que a história comparada se apresentava como “um capítulo da filosofia da história ou da sociologia geral”.

Bloch, da mesma forma que Pirenne, ao propor a abordagem comparada estava fazendo a crítica da limitação das pesquisas aos espaços nacionais. Ambos estudaram a Idade Média, fator incontestável para libertá-los mais facilmente das amarras do nacional. Dizia Bloch que os historiadores que se debruçavam exclusivamente sobre a história nacional mantinham, entre eles, um diálogo de surdos, pois caminhavam de uma história nacional a outra sem que se ouvissem mutuamente.¹³ Provavelmente, Bloch, como muitos de sua gera-

¹⁰ BLOCH, Marc. “Pour une Histoire Comparée des sociétés européennes”. In: *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. pp. 16-40. Ainda hoje, a história comparada continua a motivar debates e discussões entre os historiadores, permanecendo Marc Bloch como referência central para a questão. Esta importância pode ser percebida pelo Colóquio, realizado em Paris, em 1986, destinado a discutir especificamente a relevância dos trabalhos do historiador francês e da história comparada na atualidade. ATSM, Hartmut; BURGUiÈRE, André. (Orgs.). *Marc Bloch aujourd’hui: histoire comparée et sciences sociales* [Contributions au Colloque international organisé à Paris du 16 au 18 juin 1986 par l’École des hautes études en sciences sociales et l’Institut historique allemand]. Paris: Éd. de l’École des hautes études en sciences sociales, 1990.

¹¹ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹² BLOCH, Marc. “Pour une Histoire Comparée des sociétés européennes”. *Op. cit.*, p.16.

¹³ A mesma ruptura foi advogada por Pierre Chaunu que, nos anos 60, afirmou: “é preciso romper com os Estados” e propor a história “du desenchèvement planétaire des civilisations et des cultures” in: *L’expansion européenne du XIIIe au XVe siècle*. Paris, PUF, 1969, citado por GRUZINSKI, Serge, “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’ “. *Annales HSS*, nº 1, janvier-février 2001. p. 88.

ção, sofrera o golpe da desilusão provocada pela Primeira Guerra Mundial, abrindo espaço para indagações sobre os perigos dos nacionalismos responsáveis por aquela catástrofe.

Um dos exemplos por ele escolhido é paradigmático, pois afetava as convicções nacionalistas francesas. A monarquia carolíngia, berço da nacionalidade francesa, se apresentava com características originais se comparada à merovíngia que a precedeu no tempo. Os merovíngios mantinham o poder temporal separado da Igreja o que era percebido, por exemplo, nos atos laicos da coroação dos reis. Já os carolíngios recebiam a coroa sagrada pela unção do óleo santo. A hipótese de Bloch é que tal ritual havia sido absorvido por influência dos reis visigóticos da Espanha que, desde o século VII, recebiam a sacrossanta unção. Afirma que era incontestável o fato do reino franco, durante o século que assistiu à conquista árabe, ter recebido muita “gente comum” vinda da península ibérica. Ao lado delas, chegaram também padres que conheciam os hábitos políticos e religiosos da região que deixaram. Desse modo, pode levantar a hipótese de que algumas concepções sobre a realeza e seu papel, algumas idéias sobre a constituição da sociedade vassálica e sua utilização pelo Estado teriam aparecido primeiro na “Espanha” onde foram traduzidas nos textos legislativos e depois tomadas conscientemente pela entourage dos reis francos ou por eles mesmos. Apenas a comparação permitiu que ele levantasse problemas e hipóteses impossíveis de serem pensadas se as (posteriores) fronteiras “nacionais” não tivessem sido ultrapassadas.¹⁴

O método comparativo supunha determinados procedimentos, a começar pela escolha de seu objeto. Para Bloch, deviam-se escolher dois ou mais fenômenos que parecessem, à primeira vista, apresentar certas analogias entre eles, em um ou vários meios sociais diferentes; em seguida, descrever as curvas de sua evolução, constatar as semelhanças e as diferenças e, na medida do possível, explicá-las à luz da aproximação entre uns e outros. De preferência, propunha estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas,

¹⁴ É preciso ressaltar que vários trabalhos publicados nos últimos anos têm sustentado que a distância que separa os merovíngios dos carolíngios não é tão grande quanto se pensava. A realeza franca tornou-se, notadamente a partir da segunda metade do século VI, profundamente impregnada pelos princípios cristãos, muito antes, portanto, da unção e da coroação de Pepino, o Breve, na metade do século VIII. Ver, por exemplo, GEARY, P. *Naissance de la France. Le monde mérovingien*. Paris, 1989.

sociedades sincrônicas, próximas umas das outras no espaço. A leitura criteriosa das bibliografias deveria induzir à formulação de questões e problemas novos, permitindo discernir “as influências” exercidas por uma sociedade sobre a vizinha. Concluía que “submetidas, em razão de sua proximidade e de seu sincronismo, à ação das mesmas grandes causas” seria possível “remontar, pelo menos parcialmente, a uma origem comum.”¹⁵

Fiel à crítica das limitações impostas pelo nacional, afirmava que “a unidade do lugar é apenas desordem. Somente a unidade do problema apresenta um centro”.¹⁶ Enfatizava que não havia nada mais perigoso para qualquer ciência que a tentativa de olhar o presente e entendê-lo como “natural”. Dessa maneira, apenas a abordagem da história comparada poderia indicar a existência de um problema diante de fenômenos aceitos como naturais e que aparentavam não necessitar de explicação. Porém, tinha claro que o avanço da história comparada seria lento, pois supunha estudos detalhados de fatos solidamente documentados e de ensinamentos fornecidos por trabalhos produzidos em outros países. Em suma, para ele, a história comparada animaria os estudos locais e nacionais, dos quais dependia; mas sem a ajuda da comparação, não poderiam acontecer avanços na historiografia nacional.

O próprio Bloch, sabendo que o trabalho comparativo estaria reservado a poucos, diria mais tarde que seus colegas expressaram sua polida aprovação ao artigo e voltaram para seus trabalhos sem mudar seus hábitos. Heinz-Gerhard Haupt em “O lento surgimento de uma história comparada” tem outra explicação para a pouca receptividade do artigo de Bloch na França.¹⁷ Entende que o problema está referido à própria construção da história da França pela historiografia. A Revolução Francesa é percebida como um acontecimento primordial, um centro irradiador de idéias e práticas que, ao se espalharem pelo mundo, despertaram adesão entusiasta e provocaram rupturas importantes. Desse modo, os historiadores franceses vêem a Revolução como um dos mitos fundadores da França moderna, como modelo da história contemporâ-

¹⁵ BLOCH, Marc. “Pour une Historie Comparée des sociétés européennes”. *Op. cit.*, p.19.

¹⁶ BLOCH, Marc. “Une étude régionale: Géographie ou Histoire?”. *Annales d'Histoire Economique et Sociale*, no.6, janeiro de 1934, citado por SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. “The uses of Comparative History in macrosocial inquiry”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, nº 2, 1980. p. 194.

nea para o mundo ocidental. Portanto, caberia às outras sociedade e culturas se compararem à França e não ocorrer o oposto.

Raymond Grew, historiador e editor por muitos anos da importante revista, *Comparative Studies in Society and History*, propõe um diálogo com Bloch em artigo de 1980.¹⁷ Essa revista, criada em 1958, edita tanto artigos que apresentam análises de material empíricos quanto de viés mais teórico referentes a todas as ciências sociais. Há muitos textos sobre antropologia, já que a comparação está intrinsicamente ligada à conformação desse campo do saber; também sobre sociologia, pois a comparação é muito familiar ao trabalho dos sociólogos que, muitas vezes, atravessam os limites do tempo e da nação e buscam exatamente as generalizações; menos contemplados são a ciência política e a história.¹⁹

Grew é um entusiasta da história comparada, e entende que o “chamado à comparação” permanece aberto para a quantificação, para a construção de modelos, para teorizações e para aproximações entre sociedades diversas e entre períodos históricos. Porém, afirma ele, não há propriamente um método comparativo. Embora Bloch tenha sempre se referido a um método comparativo, Grew entende que o historiador francês propunha mais um modo de pensar do que um método; o uso da comparação era uma maneira de alcançar diferentes perspectivas no campo da pesquisa. Constitui-se em modelo que prescindia da elaboração de estruturas formais e que se apresenta mais como uma forma de pensar o objeto do que como uma metodologia.

Dez anos depois, em 1990, o mesmo Grew faz uma reflexão sobre o estado dos estudos comparativos e mostra uma visão otimista. Afirma que a comparação ganhou mais respeitabilidade e um número maior de adeptos. “O

¹⁷ HAUPT, Heinz-Gerhard. “La lente émergence d’une histoire comparée”. In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (Dir.). *Passés recomposés. Champs et chantiers de l’Histoire*. Paris: Autrement, 1995.

¹⁸ GREW, Raymond. “The case for comparing histories”, *The American Historical Review*, vol. 85, nº 4, 1980. Outros trabalhos do autor abordando a comparação: GREW, Raymond. “The Comparative Weakness of American History”. *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XVI, nº 1, 1985. pp. 87-101; GREW, Raymond; BURGUIÈRE, André (Eds.). *Construction of minorities: cases for comparison across time and around the world*. University of Michigan Press, 2001.

¹⁹ Ver, entre outros, HAMMEL, E. A. “The comparative method in anthropological perspective”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, nº 2, 1980. pp. 145-155; BONNELL, Victoria E. “The uses of theory, concepts and comparison in Historical Sociology”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, nº 2, 1980. pp. 156-173.

chamado à comparação desligado de qualquer particular modo de análise, permanece ecleticamente aberto à quantificação, à construção de modelos, pequenas e grandes teorias, e à comparação dentro das sociedades e períodos assim como através daquelas convencionais divisões de experiência social.”

²⁰ Repete as mesmas idéias defendidas anteriormente e se alinha como discípulo de Marc Bloch: “Os usos menos formais da comparação – para quebrar velhos padrões de pensamento, para fazer perguntas importantes que ainda não haviam sido postas e para modelar percepções para significativos problemas históricos que se transformam em possíveis tópicos de pesquisa – são os menos comuns ou pelo menos os menos discutidos na escrita acadêmica. Esse criativo uso da comparação para estimular a imaginação é o uso da comparação que Marc Bloch tinha em mente em seu famoso ensaio. Usando a comparação para ganhar uma diferente perspectiva no campo da pesquisa e para reformular sua abordagem, ela não requer estruturas formais.” ²¹

As diferenças entre o trabalho do historiador e de outros cientistas sociais, no que se refere a procedimentos metodológicos com relação à comparação, ganham clareza quando acompanhamos o artigo de Theda Skocpol e Margaret Somers, *The uses of comparative history in macrosocial inquiry*. ²² Este texto é uma importante referência, pois traz uma consistente reflexão metodológica sobre a questão. As autoras elaboram sua análise a partir da leitura de um significativo número de estudos de cientistas sociais, dividindo esses trabalhos de acordo com certos critérios metodológicos. Reconhecendo as contribuições de John Stuart Mill e de Max Weber para se pensar a história comparada, o texto aponta para a existência de pelo menos três distintas lógicas no uso da história comparada: a) demonstração paralela de teoria; b) contraste de contextos; c) análise macro-causal. Na primeira lógica, o analista justapõe casos históricos

²⁰ GREW, Raymond. “On the current state of comparative studies”. In: ATSM, Hartmut; BURGUIÈRE, André. (Orgs.) *Op. cit.*, p.326

²¹ Idem, *ibidem*, p.331.

²² SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. “The uses of Comparative History in macrosocial inquiry” *Op. cit.* As autoras têm outros trabalhos em que adotam a perspectiva da comparação. Ver: SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1979; SOMERS, Margaret; GOLDFRANK, Walter. “The limits of agronomic determinism: a critique of Paige’s agrarian revolution”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 23, nº 3, 1979.

para persuadir o leitor de que a delineada hipótese e (ou) a teoria elaboradas a priori podem ser demonstradas repetidamente. Desse modo, o estudioso elaborava modelos teóricos e hipóteses antes de trabalhar “os casos ilustrativos”.²³ Na segunda lógica, o objetivo é mostrar que uma dada teoria pode se sustentar de caso para caso. Há uma ênfase nos fatores únicos de cada caso particular e na demonstração dos contrastes que se desenham entre cada caso individual. Para se chegar a tais contrastes, o analista é ajudado pela escolha de grandes temas ou de determinadas questões ou, ainda, por conceitos de “tipo ideal”. A integridade histórica de cada caso é cuidadosamente respeitada. As autoras referem-se mais longamente ao clássico, *Nation-Building and Citizenship*, de Reinhart Bendix. Este afirma que os estudos comparativos aumentam “a visibilidade” de uma estrutura em contraste com outra. Por exemplo, o feudalismo europeu pode ser mais agudamente definido por comparação, por exemplo, com o feudalismo japonês.²⁴ A terceira lógica, a da história comparada como análise macro-causal, tem por finalidade chegar a inferências causais, trabalhando o nível das macro estruturas ou processos. Tomando um número limitado de casos, este procedimento tem a virtude de tentar validar (ou invalidar) hipóteses causais sobre macro-fenômenos, podendo levar, com a abordagem comparativa, a novas generalizações históricas. Como exemplo, citam o trabalho – segundo as autoras, de ambição sem paralelos – de Barrington Moore Junior que, em busca das origens sociais da democracia e da ditadura no mundo contemporâneo, identifica três possíveis rotas históricas que levaram a tais regimes políticos: a) da “revolução burguesa” em direção à democracia liberal; b) da “revolução por cima” ao fascismo; c) da “revolução camponesa” ao comunismo. Moore pretende demonstrar como a preferência por certas alianças sociais explica configurações políticas favoráveis ou desfavoráveis para o estabelecimento da moderna democracia ocidental – por exemplo, as desastrosas conseqüências para a democracia da coalizão entre as elites agrárias e industriais na Alemanha do século XIX.²⁵

²³ Um exemplo dessa lógica é o trabalho de EISENSTADT, S. N. *The political systems of empires: the rise and fall of historical bureaucratic societies*. New York: Free Press, 1963.

²⁴ BENDIX, Reinhard. *Nation-Building and Citizenship*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1977.

²⁵ MOORE JR, Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the modern world*. Boston: Beacon Press, 1966.

Esta brevíssima passagem pelo artigo das sociólogas teve o objetivo de indicar as diferenças epistemológicas entre o trabalho do historiador e o dos cientistas sociais. O historiador não está à procura de generalizações e não constrói suas análises a partir de modelos elaborados a priori. Nesse sentido, o já citado livro de Almond e Verba se constitui em exemplo de como um modelo elaborado a partir de uma visão etnocêntrica pode produzir resultados questionáveis.

Brasil e América Latina

A historiografia latino-americana, do mesmo modo que a européia, demonstra que os estudos comparativos, ainda que escassos, têm sido uma constante, a começar pelo grande historiador mexicano Silvio Zavala que, em 1935, apresentava um texto no qual comparava semelhanças e diferenças relativas à conquista espanhola nas ilhas das Canárias e na América.²⁶

O artigo/balanço, de 1982, de Magnus Mörner, Julia Fawaz de Viñuela e John French, *Comparative approaches to Latin American History*, indica que os historiadores têm preferência por comparar certos temas - escravidão, relações raciais, imigração, fronteiras e urbanização - e defende o método como capaz de trazer contribuições inovadoras à historiografia.²⁷ Os objetivos da comparação podem, na perspectiva dos autores, ser assim resumidos: a) formular generalizações por meio de observações de recorrências; b) demonstrar as singularidades por intermédio da observação das diferenças; c) ajudar a produzir explicações causais. Desse modo, os autores mantêm-se filiados a uma perspectiva metodológica que busca “as causas gerais” dos fenômenos históricos, pretende chegar a generalizações e se aproximam da construção de modelos. Distinguem os estudos de história comparada daqueles que praticam a “simples justaposição de relatos descritivos” e que, por isso, não alcançam o objetivo proposto. Tais trabalhos se restringem, segundo eles, à mera

²⁶ ZAVALA, Silvio A. *Las conquistas de Canarias y América*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1991.

²⁷ FRENCH, John D.; MÖRNER, Magnus; VIÑUELA, Julia Fawaz. “Comparative Approaches to Latin American History”. *Latin American Research Review*, vol. 17, n° 2, pp. 55-89.

“classificação” de países, mostrando apenas sociedades com um certo número de variáveis não integradas em uma moldura analítica.

A história comparada deve, portanto, fugir das justaposições e das classificações. Na minha perspectiva, também não deve estar comprometida com a busca de generalizações; a produção acadêmica latino-americana, das décadas de 1960 e 1970, foi claramente marcada por essa discutível visão generalizante. Cientistas sociais estudaram a região a partir de uma perspectiva totalizante com ênfase na macro-história que privilegiava as estruturas econômicas e sócias. Dessa maneira, a América Latina era apresentada com semelhantes características históricas e com problemas similares a serem enfrentados no presente: pobreza, atraso, em uma palavra, *subdesenvolvimento*. Desse modo, o processo histórico da região poderia ser entendido a partir de categorias explicativas previamente construídas. O melhor exemplo são os ensaios que se dedicaram a trabalhar com a “teoria da dependência” na América Latina. Ainda que os textos mais sofisticados se preocupassem com as nuances nacionais, comumente a explicação generalizante se estendia nos seus traços mais fortes por todos os países latino-americanos.²⁸

Relacionado a essa questão, outro problema de abordagem da história da América Latina precisa ser destacado: uma certa visão que transportava para o cenário latino-americano modelos de interpretação histórica já estabelecidos e próprios da história européia. Como exemplos desse período, salientamos os debates sobre a natureza das revoluções burguesas e socialistas. Outro caso emblemático, nos anos 60 e 70, refere-se aos estudos sobre o movimento operário. A historiografia esperava encontrar nas sociedades latino-americanas o mesmo comportamento político e a mesma organização sindical que haviam criada “a consciência de classe” do proletariado europeu. Os autores se decepcionavam ao fazer a comparação e assumiam uma certa hierarquização apoiada em determinados juízos de valor assumidos a priori, escalonando dos mais “avançados” movimentos sociais europeus aos mais “atra-

²⁸ São vários os textos que abordam a problemática da dependência na América Latina. Duas obras referenciais sobre o tema são: CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. JAGUARIBE, Helio et. al., *La dependencia político-económica de América Latina*. México: Siglo XXI, 1970.

sados” latino-americanos que, por seu turno, ainda teriam um longo caminho a percorrer até chegar ao patamar idealizado.

Nos anos recentes, alguns historiadores aceitaram os desafios propostos pela história comparada e escaparam das armadilhas das generalizações e do eurocentrismo. Farei referência a dois livros bem sucedidos, os de Maria Helena Capelato e de José Luis Bendicho Beired, escolhidos entre outros trabalhos.²⁹ Na esteira das reflexões de Marc Bloch, ambos elegeram grandes temas da historiografia e à luz das bibliografias nacionais e das fontes arroladas, propuseram perguntas novas e levantaram interrogações inéditas. O livro de Beired sobre os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina, entre 1914 e 1945, contribui de maneira significativa para a compreensão das convergências e das particularidades dos nacionalistas de direita nos dois países.³⁰ Trabalhando com o conceito de campo de Bourdieu, o autor pode equacionar “as sub-divisões da direita nacionalista como um dado constitutivo e definidor de sua própria conformação”. Desenhou os campos intelectuais nos dois países a partir de certos pólos ideológicos. Encontrou na Argentina, uma estrutura diática – católica e fascista; e no Brasil, uma estrutura triádica – católica, fascista e cientificista. Essa corrente cientificista desempenhará papel central nas diretrizes do governo Vargas durante o Estado Novo. Ao lado das idéias e posturas nacionalistas, antiliberais e anti-democráticas, próprias dos autoritários nos dois países, Beired identificou as singularidades de cada uma das situações. Em sua conclusão, afirma que “apresentamos certas analogias en-

²⁹ Ver a tese de doutoramento de Gabriela Pellegrino Soares, *A semear horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)*, História Social, FFLCH, USP, 2002, na qual a autora faz uma inspirada análise sobre literatura infantil, educadoras culturais, experiências bibliotecárias e editoras nos dois países. Outra referência interessante é o livro de Mariana Martins Villaça, *Polifonia tropical. Experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972)*, São Paulo, Humanitas/História Social, 2004, em que compara o movimento Tropicalista no Brasil e a Nueva Trova em Cuba. Conferir, ainda, o original trabalho de Marco A. Pamplona, *Revoltas, repúblicas e cidadania*, Rio de Janeiro, Record, 2003, em que discute esses temas nas cidades do Rio de Janeiro e de Nova York no período da consolidação da ordem republicana. E, também, Maria Ligia Coelho Prado, “Universidade, Estado e Igreja na América Latina” e “Natureza e identidade nacional nas Américas”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo; Bauru: Edusp; Edusc, 1999.

³⁰ BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

tre ambos os nacionalismos de direita, analisamos as configurações dos campos intelectuais, estudamos algumas de suas propostas e representações fundamentais, constatamos a existência de semelhanças e diferenças, e buscamos explicá-las historicamente”.³¹

O livro de Capelato compara varguismo e peronismo, tendo como questão central “compreender o caráter autoritário da propaganda política veiculada pelos meios de comunicação, educação e produção cultural para conquistar ‘os corações e mentes’”.³² Recortou grandes questões, como identidade nacional, cidadania e cultura política, analisou um conjunto de fontes da mesma natureza produzidas nos dois países e desvendou semelhanças e diferenças entre as práticas autoritárias varguista e peronista. Mostrou que algumas das diferenças entre os dois regimes podem ser explicadas pela decisão de Vargas de absorver muitas das idéias da “direita científicista” (em aberto diálogo com Beired). Nas suas conclusões, acompanha-se o diálogo acima mencionado: “A análise da propaganda política procurou apontar essas diferenças: enquanto a propaganda peronista empenhou-se em mostra a “nova Argentina” como uma sociedade mais justa e mais livre da dependência externa, a propaganda estadonovista explorou os aspectos positivos da construção de um Estado Novo mais organizado e eficaz na conquista do progresso, considerado base indispensável para a edificação de uma sociedade mais justa no futuro. Essas diferenças de objetivos e prioridades permitem esclarecer por que o peronismo se definiu como uma “revolução social” enquanto o advento do estado Novo era identificado como uma “revolução política” concentrada na reforma do Estado.”³³ Interessantes também são suas reflexões sobre as “heranças” dos movimentos varguista e peronista e a persistência dos mitos em torno deles. Enquanto no Brasil, o varguismo é uma lembrança bem construída pela memória oficial, com o auxílio da máquina de propaganda e recordada com nostalgia pelos trabalhadores que foram beneficiados pelas leis trabalhistas do governo, na Argentina, o peronismo é muito mais que uma lembrança, constituin-

³¹ Idem, *ibidem*, p.277.

³² CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998. p.19.

³³ Idem, *ibidem*, p. 283.

do-se em uma força política sustentada pela permanência de mitos que ainda mobilizam a sociedade.

O recente livro de Boris Fausto e Fernando Devoto, *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)* se apresenta com outra proposta. Tem o formato de um manual de referência, abrangendo um longo período histórico.³⁴ Os autores esperam, como afirmam na introdução, que “historiadores e cientistas sociais encontrem [com a leitura do livro] alguns novos pontos de reflexão, ou pelo menos lugares diferentes de onde olhar os problemas de suas respectivas nações e que aqueles que atuam em esferas de decisão possam encontrar nesse passado motivos adicionais para uma colaboração mais estreita entre as duas nações.”³⁵ Ao lado dos méritos incontestes do trabalho, a ausência de um seletivo e substantivo elenco de problemas colocados de antemão aos pesquisadores produz um resultado final mais próximo à justaposição das duas histórias nacionais, marcando-se semelhanças e diferenças entre os dois países.

Globalização e histórias conectadas

Da mesma forma que o ambiente pós Primeira Guerra Mundial explica, em parte, as críticas de Henri Pirenne e de Marc Bloch ao confinamento dos historiadores dentro dos espaços nacionais, os tempos recentes de avanço da globalização propicia a discussão sobre a construção de *histórias conectadas*. Em artigo publicado em 2001, *Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres ‘connected histories’*, Serge Gruzinski defende a ampliação do olhar do historiador para além da nação, propondo que se estabeleçam conexões.³⁶ A expressão *histórias conectadas* foi proposta por Sanjay Subrahmanyam, historiador indiano radicado na França, que desmonta o que considera ser a “visão tradicional” da historiografia europeia sobre o mundo asiático.³⁷

³⁴ FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004. De acordo com tal formato, não há no livro notas de rodapé, nem conclusão.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 28.

³⁶ GRUZINSKI, Serge. “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’” *Op. cit.*

³⁷ SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia”. In: LIEBERMAN, Victor (Ed.). *Beyond Binary Histories. Reimagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.

Enfatiza que a história da Eurásia moderna não pode ser vista como mero produto ou resultado do “comando” da história européia, sem a qual, supostamente, não existiria. Propõe que ela seja entendida em suas conexões com a Europa e com as outras partes do mundo, sem que se estabeleçam pólos, um determinante e outro subordinado.³⁸

Essa perspectiva se aproxima da indicada por Michel Espagne que elaborou o conceito de *tranferts culturels* para pensar conexões entre duas culturas diferentes. Para ele, devem-se buscar objetos de pesquisa que façam aparecer pontos de contato reais e não simplesmente formais entre duas sociedades distintas. Por exemplo, a presença estrangeira num país, fenômenos de fronteira, figuras de mestiçagem cultural. Espagne enfatiza a importância da comparação, mas alerta para a necessidade de fugir da projeção de um ponto de vista nacional sobre o outro.³⁹

Voltando ao artigo de Gruzinski, nota-se que sua escolha para demonstrar a eficácia da tecitura de conexões históricas é precisa: o momento da história ibérica no qual aconteceu a “união” das coroas espanhola e portuguesa. Critica a história comparada, afirmando que foi uma alternativa para alargar os horizontes dos historiadores, mas que, muitas vezes, propiciou o ressurgimento insidioso do eurocentrismo. Aponta algumas exceções, como o já citado livro de Sérgio Buarque, *Raízes do Brasil*, mas que se constituem – segundo ele - em casos isolados da produção latino-americana.

Associa a visão eurocêntrica daqueles que trabalham com a história da América Latina com as perspectivas dualistas: o ocidente e os outros, os es-

³⁸ Chakrabarty, indiano radicado nos Estados Unidos, propõe que o olhar do historiador não fique restrito ao espaço nacional, critica a perspectiva eurocêntrica e defende uma abordagem transnacional, uma vez que há contatos constantes entre culturas e sociedades. Ver CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe. Postcolonial thought and historical difference*, Princeton, Princeton University Press, 2000.

³⁹ Conforme Michel Trebitch: “O ataque principal de M. Espagne, apoiado essencialmente no exemplo franco-alemão, se dirige ao fato de que a comparação opera sempre dentro de um ponto de vista nacional, o que impede de elaborar verdadeiras ferramentas comparativas, confinando-se dentro de categorias puramente abstratas”. TREBITCH, Michel. “L’histoire comparée des intellectuels comme histoire expérimentale”, in TREBITCH, Michel e GRANJON, Marie-Christine (eds.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelas, Complexe, 1998. Ver ESPAGNE, Michel. “Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle”. *Genèses*, no.17, setembro de 1994. Ver, ainda, BEIRED, José Luis B. *A construção de identidades nacionais no mundo americano e ibérico*. Mimeo., 2005.

panhóis e os índios, os vencedores e os vencidos, em suma, as análises sistematicamente concebidas em termos de alteridade. A solução seria trabalhar com histórias conectadas, pois elas são múltiplas e ligadas entre si, comunicando-se umas com as outras. Tal postura está de acordo com a elaboração de seu conceito de *mestiçagem* resultante do encontro de vários universos culturais na América - o indígena, o europeu, o africano, o asiático – que se manifesta na produção das técnicas, das artes e das leis.

Valoriza a figura dos *passeurs*, mediadores entre os diversos grupos e sociedades e portadores das possibilidades das conexões. Para demonstrar sua perspectiva, afirma que as fontes referentes à história da Nova Espanha desvendam paisagens misturadas, sempre imprevisíveis e nos confrontam com processos que pertencem a vários espaços ao mesmo tempo.⁴⁰ Pensando um mundo em trânsito para a “globalização” e insistindo nas ligações, lança uma série de exemplos de homens que circulavam entre os vários continentes. O dramaturgo Juan Ruiz de Alarcón atravessou o Atlântico três vezes e seu rival, Tirso de Molina, duas. O mestiço peruano Garcilaso de la Vega viveu na Europa e publicou, em Lisboa, seu livro sobre a memória dos incas. A dilatação planetária dos espaços europeus pode ser medida pela constatação de que alguns textos europeus eram lidos por todo o mundo. “Uma famosa e divulgada obra de ‘grande público’, como *Diana* de Montemayor, encontrava leitores tanto às margens tropicais da baía de Salvador quanto nas vilas espanholas das Filipinas. Uma parte da primeira edição de Dom Quixote ecoava nos Andes. As fábulas de Esopo foram traduzidas ao nahuatl na cidade do México e ao japonês em Nagasaki...”⁴¹

A história comparada, desse modo, para ele, perde a riqueza e as nuances, fazendo permanecer a divisão entre os diversos mundos. A abordagem que enfatiza as conexões também se coloca na contramão dos modelos monográficos ao estilo norte-americano, que se caracterizam pela verticalidade. Gruzinski admite, finalmente, que as histórias conectadas supõem que o historiador tenha enorme erudição e notável maturidade intelectual, o que a restringe a uma minoria de estudiosos.

⁴⁰ GRUZINSKI, Serge. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa F. d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

⁴¹ GRUZINSKI, Serge. “Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres ‘connected histories’” *Op. cit.* p.93.

Também inspirado pelos tempos atuais de globalização, o historiador português Antonio Nóvoa, ao contrário de Gruzinski, encontra na história comparada uma importante contribuição para se pensar os temas referidos à educação. No livro publicado em 1998, *Histoire et comparaison. Essais sur l'éducation*, analisa problemas das relações entre as esferas locais e globais. Afirma que a história da educação, disciplina nascida no século XIX, se afinava com o tempo histórico marcado pela consolidação dos sistemas nacionais de ensino. A noção de identidades nacionais foi constitutiva dos projetos educativos que pretendiam enquadrar os cidadãos dos novos Estados/nações. Uma reflexão comparada fazia parte desse conjunto para pensar as diferenças e semelhanças entre os diversos sistemas nacionais. No mundo atual, globalizado, continua a entender que é interessante a comparação. Aponta para a existência de um caráter transnacional de fenômenos, como a escola de massas ou a organização de currículos. Conclui que “a história comparada da educação tem um longo caminho a ser percorrido, notadamente no que concerne à produção de instrumentos metodológicos mais pertinentes. Mas é impossível passar ao largo das potencialidades desta linha de reflexão. Num mundo que, apesar do recrudescimento do nacionalismo, não pode mais ser imaginado no interior das fronteiras nacionais, é útil pensar uma história que se projeta numa pluralidade de espaços e lugares de pertencimento”.⁴²

Para concluir

Fazendo um balanço final, é indiscutível a constatação de que são poucos os estudos produzidos no Brasil que buscam comparar o Brasil aos demais países da América Latina.⁴³ Mas creio que tal comparação é rica em potencialidades e contribuiria para a reflexão sobre novos problemas e questões.⁴⁴

⁴² NÓVOA, António. *Histoire et comparaison. Essais sur l'Éducation*. Lisboa: Educa, 1998. p.48.

⁴³ Sobre a distância que separa o Brasil dos demais países da América Latina, ver: PRADO, Maria Lígia Coelho. “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, no.145, 2º.semestre de 2001, pp. 127-149; GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. “Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional”. *Estudos Históricos*, no. 1, 1998; CAPELATO, Maria Helena R. “O ‘gigante brasileiro’ na América Latina: ser ou não ser latino-americano”. MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A grande transação*, São Paulo, Editora SENAC, 2000.

⁴⁴ É importante salientar que há um Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana (PROLAM) na Universidade de São Paulo, que é interdisciplinar e mantém

Penso, ainda, que a escolha da história comparada não exclui a abordagem de histórias conectadas. A única crítica metodológica indicada por Serge Gruzinski com relação à comparação refere-se à dificuldade de escapar da visão eurocêntrica e dos modelos dicotômicos. Do meu ponto de vista, é possível fazer história comparada e permanecer crítico das visões eurocênticas e dicotômicas. Assim, entendo que há mais complementação entre comparação e conexão, do que exclusão. Voltando a Marc Bloch, seria extremamente fecundo, com o rigor e os procedimentos metodológicos próprios do ofício do historiador, buscar “a unidade do problema” em duas ou mais sociedades latino-americanas e promover as devidas conexões globalizantes.

Estou certa de que a produção historiográfica brasileira se enriqueceria se olhasse com mais atenção para as possibilidades da comparação e das conexões.

Bibliografia

ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown and Company, 1965.

AT SMA, Hartmut; BURGUIÈRE, André. (Orgs.). *Marc Bloch aujourd'hui: histoire comparée et sciences sociales* [Contributions au Colloque international organisé à Paris du 16 au 18 juin 1986 par l'École des hautes études en sciences sociales et l'Istitut historique allemand]. Paris: Éd. de l'École des hautes études en sciences sociales, 1990.

BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BENDIX, Reinhard. *Nation-Building and Citizenship*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1977.

BLOCH, Marc. “Pour une Historie Comparée des sociétés européennes”. In: *Mélanges historiques*. vol. 1, Paris: S.E.V.P.E.N., 1963. pp. 16-40.

a exigência da comparação entre o Brasil e outro país latino-americano em todos os trabalhos de Mestrado e de Doutorado. O Programa já completou 10 anos com resultados muito positivos. Recentemente, foi criado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) um interessante Programa de Pós-Graduação em História Comparada, indicando a importância desta abordagem.

-
- _____. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- BONNELL, Victoria E. "The uses of theory, concepts and comparison in Historical Sociology", *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, nº 2, 1980. pp. 156-173.
- CAPELATO, Maria Helena R. *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papius, 1998.
- _____. "O 'gigante brasileiro' na América Latina: ser ou não ser latino-americano". MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A grande transação*, São Paulo, Editora SENAC, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- ESPAGNE, Michel. "Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle". *Genèses*, no.17, setembro de 1994.
- FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando. *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FRENCH, John D.; MÖRNER, Magnus; VIÑUELA, Julia Fawaz. "Comparative Approaches to Latin American History". *Latin American Research Review*, vol. 17, nº 2, pp. 55-89.
- GREW, Raymond. "The case for comparing histories", *The American Historical Review*, vol. 85, nº 4, 1980.
- GREW, Raymond. "The Comparative Weakness of American History". *Journal of Interdisciplinary History*, vol. XVI, nº 1, 1985. pp. 87-101.
- _____. "On the current state of comparative studies". In: ATSMÁ, Hartmut; BURGUIÈRE, André. (Orgs.). *Marc Bloch aujourd'hui: histoire comparée et sciences sociales* [Contributions au Colloque international organisé à Paris du 16 au 18 juin 1986 par l'École des hautes études en sciences sociales et l'Istitut historique allemand]. Paris: Éd. de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990.
- GRUZINSKI, Serge, "Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres 'connected histories' ". *Annales HSS*, nº 1, janvier-février 2001.

-
- _____. *O pensamento mestiço*. Trad. Rosa F. d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. "Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos*, no. 1, 1998
- HAMMEL, E. A. "The comparative method in Anthropological Perspective", *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, nº 2, 1980. pp. 145-155.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. "La lente émergence d'une histoire comparée". In: BOUTIER, Jean; DOMINIQUE, Julia (Dir.). *Passés recomposés. Champs et chantiers de l'Histoire*. Paris: Autrement, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. J. *A era das revoluções: Europa, 1789-1848*. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira. 7ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 22ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- _____. *Visão do Paraíso. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JAGUARIBE, Helio et. al., *La dependencia político-económica de América Latina*. México: Siglo XXI, 1970.
- MOORE JR, Barrington. *Social origins of dictatorship and democracy: lord and peasant in the making of the Modern World*. Boston: Beacon Press, 1966.
- NÓVOA, António. *Histoire et comparaison. Essais sur l'Éducation*. Lisboa: Educa, 1998.
- PAMPLONA, Marco A. *Revoltas, repúblicas e cidadania*, Rio de Janeiro, Record, 2003.
- PIRENNE, Henri. "De la méthode comparative en histoire. Discours Prononcé à la Séance d'Ouverture du Ve Congrès International des Sciences Historiques. Bruxelles, 1923.
- _____. "La tâche de l'historien". *Le Flambeau*, vol. XIV, nº 8, 1931. pp. 5-22.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. "Universidade, Estado e Igreja na América Latina" e "Natureza e identidade nacional nas Américas". In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo; Bauru: Edusp; Edusc, 1999.

- _____. “O Brasil e a distante América do Sul”. *Revista de História*, no.145, 2º semestre de 2001.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Trad. Tomás R. Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia and China*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1979.
- SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. “The uses of Comparative History in macrosocial inquiry”, *Comparative Studies in Society and History*, vol. 22, nº 2, 1980.
- SOARES, Gabriela Pellegrino. *A semear horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915-1954)*, Tese de Doutorado, História Social, FFLCH, USP, 2002.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. “Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia”. In: LIEBERMAN, Victor (Ed.). *Beyond Binary Histories. Re-imagining Eurasia to c. 1830*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1999.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Trad. Neil Ribeiro da Silva. 3ª ed., São Paulo: Edusp, 1987.
- TREBITCH, Michel. “L’histoire comparée des intellectuels comme histoire expérimentale”, in TREBITCH, Michel e GRANJON, Marie-Christine (eds.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelas, Complexe, 1998.
- VILLAÇA, Mariana Martins. *Polifonia tropical. Experimentalismo e engajamento na música popular (Brasil e Cuba, 1967-1972)*, São Paulo, Humanitas/ História Social-USP, 2004.
- ZAVALA, Silvio A. *Las conquistas de Canarias y América*. Las Palmas: Cabildo Insular de Gran Canaria, 1991.

A PESQUISA DE HISTORIA DA AMÉRICA: SUA TRAJETÓRIA NAS UNIVERSIDADES PAULISTAS (1942 – 2004)

José Luis Bendicho Beired*

Depto. de História - UNESP/Assis

Resumo

Este artigo trata da produção de pesquisas sobre História da América nas universidades do Estado de São Paulo, entre 1942 e 2004. A partir do levantamento de dados relativos à produção de teses e dissertações, analisamos seu volume, temáticas, períodos e países estudados, assim como as instituições em que foram produzidas. Tais elementos serão articulados a uma análise qualitativa para compreender essa produção ao longo do tempo à luz da historiografia e do desenvolvimento da pós-graduação.

Palavras-Chave

História da América • Historiografia • América Latina • Pós-Graduação • Universidades Paulistas

Abstract

This article deals with the production of researches about History of America in the universities of the State of São Paulo, between 1942 and 2004. Based on the research of data about the production of thesis and dissertations, we analyze its volume, themes, periods and countries studied, as well as the institutions where they were produced. These elements will be articulated with a qualitative approach to comprehend this production along the time considering the historiography and the development of post-graduation courses.

Keywords

History of America • Historiography • Latin America • Post-Graduation Courses • Universities of State of São Paulo

Nas últimas décadas, diversos campos do conhecimento histórico têm se desenvolvido notavelmente na universidade brasileira, em torno das mais diferentes épocas, temáticas e lugares. A História do Brasil tem sido o foco natural da atenção da maioria dos estudos, sem impedir, no entanto, que uma variada gama de pesquisas tenha se voltado para outros espaços, abordando temporalidades que vão da antiguidade clássica à época contemporânea. Neste artigo, vamos centrar a atenção sobre a área de História da América, de modo a explicar a sua trajetória no Estado de São Paulo, por meio da análise das teses e dissertações universitárias¹. As instituições pesquisadas foram a USP, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, por serem as únicas do Estado de São Paulo a contarem com programas de pós-graduação *stricto sensu* em História. Além das teses e dissertações, também incluímos as teses de livre-docência, defendidas nas universidades públicas como parte da progressão da carreira acadêmica, bem como as teses apresentadas nos concursos para Professor Catedrático de História da América².

Desde o início da pesquisa para a elaboração deste estudo, nosso objetivo consistiu em dar conta tanto dos aspectos quantitativos como qualitativos da produção sobre História da América. Buscamos não apenas aquilatar o seu volume, a vinculação institucional, as temáticas, os períodos e os países, entre outros aspectos, mas também avançar em direção a uma análise qualitativa que permitisse compreender tal produção à luz do desenvolvimento da pós-graduação e das transformações da historiografia. Apesar do nosso conhecimento prévio sobre diversos trabalhos da área de América defendidos nas universidades paulistas, não o consideramos suficiente para avaliar uma análise ampla e segura dessa produção. Diante da quantidade relativamente elevada de cursos de pós-graduação, e cientes da dificuldade em pesquisar todo o repertório de

¹ A compreensão do desenvolvimento da área de História da América passa também pelo exame de outros aspectos fora do âmbito deste artigo, tais como o ensino e a produção editorial. Ver RODRIGUES E SILVA, Vitória. "O ensino de História da América no Brasil", in *Diálogos*, v.8, no. 2, jul/dez 2004, p. 83-104; GOUVÊA, Fátima et alii. "Uma história em três tempos: experiências de pesquisa e ensino de História das Américas", in *Diálogos*, v.8, no. 2, jul/dez 2004, p.105-132; SOARES, Gabriela Pellegrino & PINTO, Júlio Pimentel. "A América Latina no universo das edições brasileiras", in *Diálogos*, v.8, no. 2, jul/dez 2004, p. 133-152.

² Tais concursos ocorreram até 1969 na USP, quando as cátedras foram extintas pela Reforma Universitária.

teses e dissertações, optamos por restringir-nos unicamente aos programas de História, às teses de livre-docência e de cátedra de professores dos Departamentos de História. Por outro lado, em vista da inexistência de quaisquer outros estudos sobre o tema, e para podermos refletir sobre uma base consistente de dados, decidimos levantar todas as teses e dissertações defendidas nesses programas³. Também optamos por incluir os trabalhos desenvolvidos no âmbito do Programa em Integração da América Latina da USP (PROLAM), tomando o cuidado de apenas considerar os trabalhos que satisfizessem duas condições básicas: possuir uma abordagem de natureza histórica e terem sido orientados por historiadores. Colocados os parâmetros que balizaram esta pesquisa, cabe ainda acrescentar que ela não teve a intenção de ser exaustiva em termos qualitativos, mas antes de oferecer uma primeira aproximação analítica para a abordagem de um tema que merece ser aprofundado em outros estudos e debates.

Foi com surpresa que constatamos o número relativamente elevado de pesquisas da área de História da América⁴. Entre 1942, ano dos primeiros trabalhos defendidos na USP, e dezembro de 2004, foram produzidas 180 pesquisas nas universidades paulistas, sendo 99 dissertações de mestrado, 69 teses de doutorado, 9 sob a forma de tese de livre-docência e 3 para a obtenção do título de Professor Catedrático (**Gráfico 1**). Esses trabalhos encontram-se distribuídos como segue entre as três universidades: 130 na USP, 28 na UNESP, 13 na UNICAMP e 9 na PUC-SP (**Gráfico 2**).

Na USP, o “antigo regime” de pós-graduação de História foi reformulado em 1971, mediante adequação às diretrizes da CAPES, dando origem a dois programas de Pós-Graduação na FFLCH: História Social e História Econômica, ambos vigentes até o momento⁵. Durante o “antigo regime” foram defen-

³ Agradeço aos colegas Carlos Alberto Sampaio Barbosa e Maria Aparecida de Souza Lopes, e de Raphael Nunes Nicoletti Sebrían, pela inestimável ajuda no levantamento de trabalhos junto à PUC-SP, UNESP-Franca e UNICAMP. Para a confecção das planilhas eletrônicas utilizadas na organização dos dados foi essencial a colaboração de Cláudia E. P. Marques Martinez.

⁴ A tabela completa com os dados do levantamento das teses e dissertações encontra-se disponível em formato eletrônico em www.nehal-unesp.cjb.net. Da tabela constam os seguintes dados: autor, título do trabalho, orientador, nível, programa de pós-graduação, universidade, periodização, temáticas e países abordados.

⁵ O denominado “antigo regime” da pós-graduação da FFLCH da USP baseava-se na orientação individual da pesquisa, sob a responsabilidade dos professores catedráticos, sem a observância de formalidades administrativas tais como a realização de matrículas, créditos, disciplinas ou prazos CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.). *Produção Histórica no Brasil. 1985 – 1994. V. 1*. São Paulo: Xamã, 1995, p. 19).

Gráfico 1 - Modalidades de pesquisas de História da América - Total 180

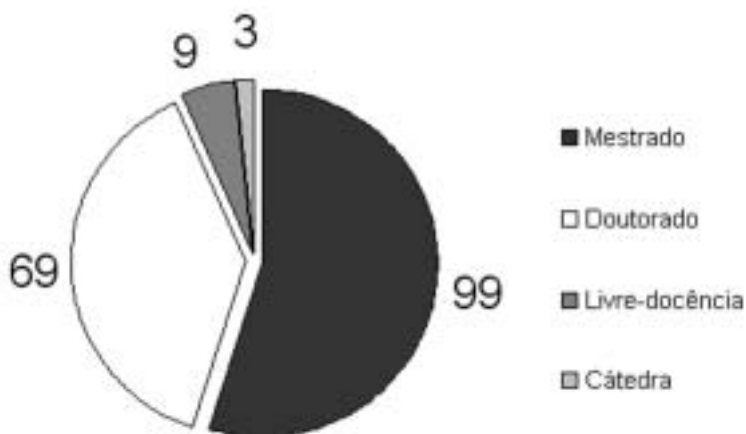
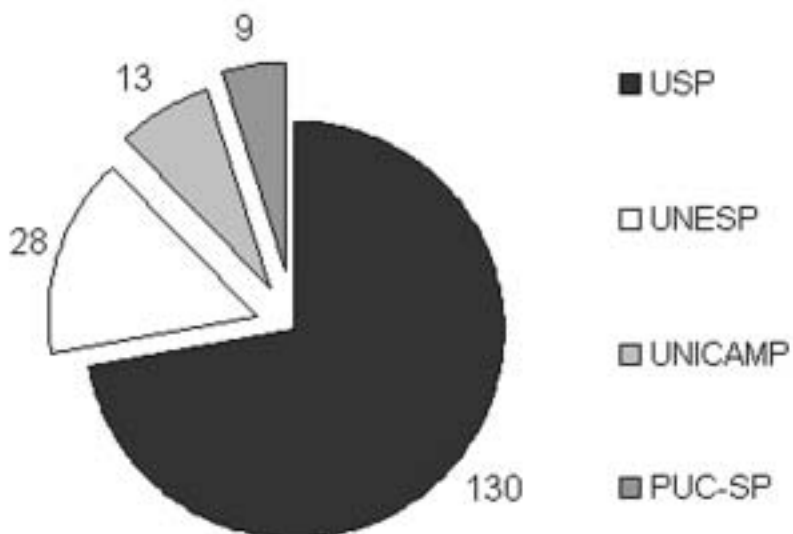


Gráfico 2 - Produção de teses e dissertações por universidade - Total 180



didadas 14 teses e dissertações. Sob o novo regime, foram defendidos 96 trabalhos, sendo 70 em História Social e 26 em História Econômica, aos quais se somam 11 mestrados realizados no âmbito do PROLAM⁶ (**Gráfico 3**). Quanto à UNESP, ela abriga dois programas de pós-graduação, nas faculdades das cidades de Franca e Assis, com uma produção de 18 e 8 trabalhos respectivamente, abrangendo mestrados e doutorados⁷. Em relação à UNICAMP e à PUC-SP, cada uma possui um único programa de pós-graduação em História, com 13 e 9 trabalhos defendidos, respectivamente. A que atribuir a desigualdade dos números entre as universidades? Diversos fatores se combinam: não apenas a maior antiguidade da pós-graduação da USP em relação às demais, mas também seu maior número de docentes e de programas. Além disso, o rol dos docentes de História da América das universidades paulistas evidencia o importante papel da USP como geradora de quadros para as outras universidades do Estado, o qual, se já foi maior no passado, parece ainda não ter se esgotado.

Quanto aos períodos abordados, constatamos a preponderância da época contemporânea – ou seja, a história a partir das independências políticas – com 131 trabalhos, seguida da época colonial, com 44 (**Gráfico 4**). Tal conjunto é complementado por dois estudos que articulam época colonial e contemporânea e por outros dois que fazem uma abordagem da época colonial e pré-colombiana. Entretanto, deve-se observar que a visão estática dos números citados sugere, no mínimo, uma perspectiva limitada que deve ser articulada a uma análise dinâmica dos dados. Por exemplo, o acompanhamento dos títulos ao longo das décadas mostra que houve um deslocamento do interesse da época colonial para a contemporânea, aspecto que aprofundaremos mais adiante.

O levantamento dos países estudados sugere bastante interesse por alguns países próximos ao Brasil – sobretudo a Argentina, com 36 trabalhos, Peru (20), Paraguai (15) e Chile (9) – e por outros mais distantes, tais como México (32), Estados Unidos (23) e Cuba (14). Um conjunto de trabalhos se destaca pela utilização da comparação ou pela articulação da história brasileira à de outro(s) país(es), perfazendo um total de 48 trabalhos, o que é deveras

⁶ Na FFLCH da USP foram apresentadas seis teses de livre-docência e três para concurso de cátedra de História da América.

⁷ Em cada um dos Departamentos de História de Assis e Franca foram apresentadas duas teses de livre-docência, perfazendo 28 trabalhos na UNESP.

Gráfico 3 - USP: produção de teses e dissertações em História da América - Total 130

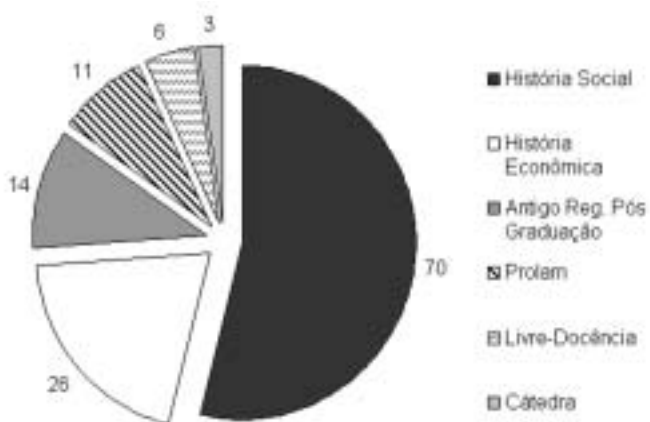
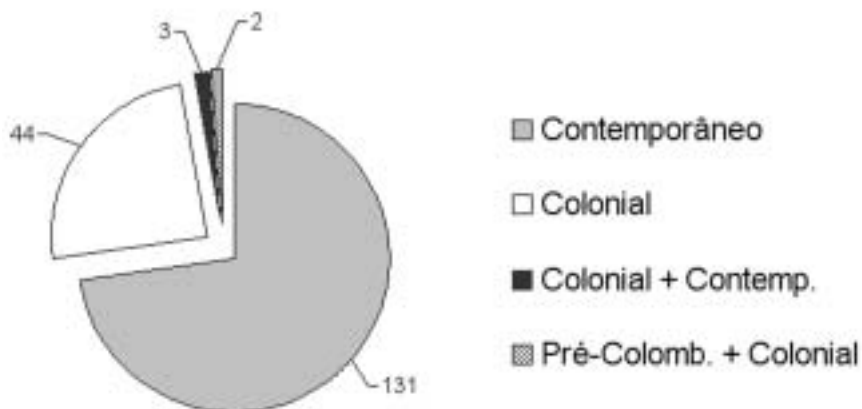


Gráfico 4 - Períodos estudados - Total 180



importante para a compreensão do Brasil na América (**Quadro 1**). Na mesma perspectiva, também identificamos trabalhos que articulam a história da Espanha a diversas regiões americanas, num total de nove. Por outro lado, também detectamos um número significativo de estudos com uma abordagem geograficamente ampla, lidando com vários países ou tomando a América Latina como um todo. Porque uns países tem tido maior interesse do que outros? Como explicar o pouco interesse pelo Uruguai, Colômbia e Venezuela, quando não o total desinteresse pelos países centro-americanos e caribenhos? Uma reflexão mais detida que não temos condições de desenvolver, deveria incluir além da variável proximidade geográfica, a existência de fenômenos históricos que vinculem o Brasil a outras regiões e países, tanto no passado quanto no presente, quando não a disponibilidade de materiais bibliográficos e documentais no Brasil, além dos interesses e especialidades dos orientadores.

A definição da natureza do tema de uma obra nem sempre é passível de consenso. De qualquer forma, estabelecemos uma classificação dos temas pesquisados privilegiando o que consideramos ser a dimensão mais significativa dos trabalhos (**Quadro 2**). Tal critério permitiu visualizar a concentração de

Quadro 1 - Frequência das regiões e países estudados

Brasil	48
Argentina	36
México	32
América Latina	26
Estados Unidos	23
Peru	20
Paraguai	15
Cuba	14
Chile	9
Espanha	9
Uruguai	6
Bolívia	5
Colômbia	3
Mercosul	2
Porto Rico	1
Panamá	1
Venezuela	1

Quadro 2 - Frequência das temáticas pesquisadas

História política	56	31 %
História econômica	39	22 %
História cultural	39	22 %
História social	10	6 %
Relações internacionais	9	5 %
História das religiões	7	4 %
História das idéias	7	4 %
História demográfica	6	3 %
História da ciência	3	2 %
História da educação	2	1 %
História do cotidiano	2	1 %
Total	180	100%

interesses em três vertentes: política (56), economia (39), e cultura (39). Seguem-se os temas de história social (10), de relações internacionais (9), das idéias (7), das religiões (7), de demografia histórica (6), da ciência (3), do cotidiano (2) e da educação (2).

Uma análise qualitativa do nosso objeto deve necessariamente considerar a história das instituições em que as pesquisas foram desenvolvidas, o que implica tanto o exame das gerações de professores quanto da historiografia e do contexto sócio-político do Brasil e América Latina. A USP concentrou todas as teses e dissertações da área de História da década de 1940 até meados de 1980, quando começaram a ser defendidos os primeiros trabalhos dos novos cursos de pós-graduação da UNESP, UNICAMP e PUC-SP. As primeiras teses de História da América derivaram da orientação do Dr. Jean Gag  , professor que orientou a maioria das teses da década de 1940, evidenciando a marca francesa da cria  o da Faculdade de Filosofia em termos da preocupa  o com orienta  o metodológica e com o rigor da análise documental. A influência dos temas da historiografia francesa, em especial dos *Annales*, foi então determinante, estendendo-se pelas décadas seguintes. Nos anos 40 foram produzidas tr  s teses de doutoramento que refletiam o interesse pelo mundo ibérico e a expansão colonial, mediante o estudo de temas econ  micos: *O comércio no Rio da Prata – 1580 – 1640*, de Alice Canabrava (1942), *A política colonial de Espanha atr  vés das encomiendas*, de Astrogildo Rodrigues de Mello (1942) e *A penetra  o comercial da Inglaterra na América Espanhola. 1713 – 1783*, de Olga Pantaleão (1944)⁸. Em 1946, Astrogildo Rodrigues de Mello apresentava também outra tese, *Os serviços pessoais nas faunas agrícolas de Nova Espanha*, na realiza  o de concurso de Cátedra de História da América junto    Faculdade de Filosofia da USP.

No entanto, essas pesquisas figuraram solitariamente por vários anos no ambiente acad  mico, pois apenas na década de 1960 outros trabalhos da área de América começaram a ser defendidos na Faculdade de Filosofia. De modo pontual, em 1961, foi apresentada uma tese de doutorado sob a orienta  o de

⁸ Situada fora do nosso critério, citamos a tese para concurso de cátedra de Alice Canabrava para a cadeira de História da Faculdade de Economia da USP, intitulada *A indústria do a  car nas ilhas inglesas e francesas do mar das Antilhas* (1946), em vista da relevância dessa docente para o desenvolvimento das pesquisas futuras da área de História Econ  mica. Sobre a produ  o histórica no   mbito da pós-gradua  o ver CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.). *Produ  o Histórica no Brasil. 1985 – 1994*. V. 1. São Paulo: Xamã, 1995.

Sergio Buarque de Hollanda, intitulada *A imigração norte-americana para o Brasil após a Guerra Civil*, de autoria de Frank Goldman. As defesas na área só foram realmente retomadas em 1965, com a apresentação da tese de livre-docência de Manuel Nunes Dias, *O comércio livre entre os portos de Havana e de Espanha (1778 – 1789)*. Desse ano até meados da década de 1980, a maior parte das teses e dissertações (em torno de dois terços) versou sobre História Econômica, com temáticas predominantemente voltadas para o comércio colonial, em sua maioria sob a orientação de Manuel Nunes Dias. Exemplos disso são: *O comércio marítimo entre Veracruz e Campeche. 1801 – 1803*, de Suely Crespo (1968); *O comércio livre entre o Vice-Reinado do rio da Prata e Espanha. 1887 – 1889* (1969), de Manuel Lelo Belloto; *Comércio exterior e política interamericana: Chile no conflito hispano-peruano de 1864-1868*, de Hernán Héctor Bruit (1972); e *Buenos Aires e Cádiz: contribuição ao estudo do comércio livre. 1789 – 1798*, de Emanuel Soares Garcia (1968).

O predomínio dos temas econômicos na área de América refletia o que ocorria no conjunto da produção histórica brasileira do período, declinando rapidamente no início dos anos oitenta. Segundo José Roberto do Amaral Lapa (1976: 89), a evolução do índice dos trabalhos de história econômica na USP seguiu a seguinte trajetória: 40 % entre 1973 e 1978; 44 % entre 1979 e 1982; e 20 % entre 1983 e 1985⁹. Quer mediante métodos quantitativos e seriais, quer através de um enfoque marxista, considerava-se que a esfera econômica era a chave principal tanto para o conhecimentos das demais dimensões da realidade quanto para descortinar certos problemas do presente, tais como a dependência, o subdesenvolvimento e a desigualdade social. Naquele contexto, o conceito de modo de produção teve um papel central, oferecendo uma chave interpretativa global e estrutural capaz de explicar não só o nível econômico, mas também o social, o político e o cultural¹⁰. Mas apesar da importância do marxismo naque-

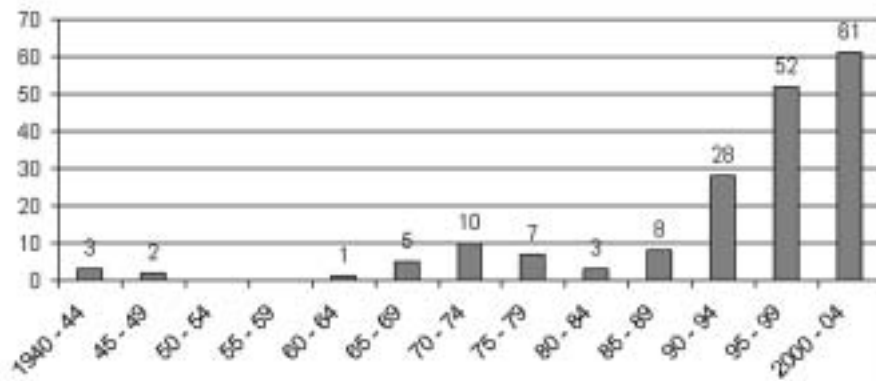
⁹ A mesma medição realizada na UFRJ e UFF indica uma queda ainda mais abrupta. De 60% de trabalhos defendidos em história econômica no início da década de 1980, passou-se para aproximadamente 24% no final dessa década e para apenas 15% no início da década de 1990. FRAGOSO, João Fragoso & FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”, in CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 28-29.

¹⁰ Sobre a evolução da historiografia brasileira nas últimas décadas, ver a análise que desenvolvemos em RIBEIRO JÚNIOR., José. et alii. *História do Vestibular da UNESP (1990 – 2000)*. São Paulo: Fundação VUNESP, 2002, p. 29-40.

les anos, a produção da área de América da USP passou ao largo da influência dessa corrente na história econômica, centrando-se no estudo dos fluxos comerciais no interior do sistema colonial por meio de métodos quantitativos. Vale lembrar ainda que, a despeito do predomínio dos assuntos econômicos, também formam desenvolvidos trabalhos com outras temáticas, geralmente de natureza política, a exemplo de *A ditadura no Paraguai: 1814 – 1840. Uma interpretação*, de Raoul de Andrade e Silva (1972), *Os jesuítas e seus sucessores: mochos e chiquitos (1767 – 1830)*, de Uacury Ribeiro de Assis Bastos (1970) e *A Terceira Conferência Internacional Americana no Rio de Janeiro - 1906*, de Clodoaldo Bueno (1974).

Quais tendências é possível estabelecer até meados dos anos 80? A divisão da produção em quinquênios (**Gráfico 5**) mostra que os pioneiros trabalhos da década de 1940 foram sucedidos por um hiato em que nenhum trabalho foi defendido, até a década de 1960, quando se abriu um período de desenvolvimento de pesquisas cujo auge ocorreu na primeira metade dos anos setenta (10 trabalhos entre 1970 e 1974), seguido pelo declínio de títulos até meados dos anos oitenta (apenas 3 trabalhos entre 1980 e 1984). Observa-se, portanto, que aquela primeira fase da década de 1940 não foi capaz de impulsionar as pesquisas e a formação de novos pesquisadores, o que teve que esperar até meados da década de 1960. Por sua vez, o impulso obtido pela produção dali em diante não conseguiu sustentar-se, vindo a se reduzir drasticamente nos anos oitenta, provavelmente em função de pelo menos dois fatores. Uma

Gráfico 5 - Pesquisas de América por quinquênio - Total 180



hipótese plausível é que como a área de América da USP privilegiava a história econômica, a crise desta abordagem também acabou por se traduzir na crise e declínio dos estudos americanistas; além disso, essa situação teria sido agravada pela rigidez da perspectiva privilegiada nas pesquisas, muito centrada nos aspectos quantitativos do fluxo de comércio e sem abertura para outras vertentes temáticas e metodológicas capaz de permitir a renovação do campo de investigação¹¹; ademais, a transferência do professor Manuel Nunes Dias para o curso de História da UNESP de Franca também deve ter concorrido para o declínio da orientação de trabalhos na USP, até que uma nova geração de professores assumisse as funções de orientação na área de América.

Em fins da década de 1970 e durante os anos 80, a historiografia brasileira passou por mudanças que refletiam tanto o diálogo com as tendências do marxismo britânico quanto com a terceira geração dos *Annales*, promovendo a renovação dos campos temáticos, conceitual e metodológico. Além disso, também não é possível compreender esse processo sem levar em conta as transformações da realidade brasileira naquele contexto, mediante o questionamento do autoritarismo político e das injustiças sociais, acompanhadas pela ampla organização da sociedade civil. Ou seja, consideramos que os novos problemas colocados pela realidade nacional implicaram na valorização dos fenômenos históricos críticos ao *status quo*. Tais transformações, ao redefinirem o olhar dos historiadores em relação ao passado, geraram uma verdadeira inflexão na produção historiográfica nacional, repercutindo na emergência de novos objetos, problemas e abordagens, sobretudo voltados para a história política e social¹².

Na segunda metade dos anos 80, com a defesa de um maior volume de trabalhos, é possível divisar o ressurgimento de uma significativa produção em História da América, a qual foi se ampliando e consolidando nos anos seguintes. A renovação teórico-metodológica foi acompanhada pela expansão do sistema de pós-graduação e pela atuação de novos orientadores especializados na área de América. Na USP, a orientação em América foi

¹¹ As pesquisas geralmente não participavam das contribuições e debates suscitados pelos estudos econômicos da historiografia latino-americana da época, preocupada em relacionar o econômico com outros domínios da realidade.

¹² Exemplo disso é o programa de pós-graduação da Unicamp, cujas atividades iniciaram-se em 1976, tendo por eixo a pesquisa da história do trabalho no Brasil.

incrementada com o ingresso de Maria Ligia Coelho Prado, Maria Helena Capelato e Janice Theodoro da Silva no programa de pós-graduação em História Social, e de Werner Altmann em História Econômica. Paralelamente, foram criados programas de pós-graduação na PUC-SP e nos campus de Assis e Franca da UNESP¹³, os quais, juntamente com a UNICAMP, contribuíram nos anos seguintes para adensar a produção de teses e dissertações e consolidar essa área de pesquisa. Na segunda metade da década de 1980, os temas políticos e sociais se tornaram predominantes, refletindo uma tendência também verificável na produção sobre História do Brasil. Como exemplo, em 1985, Andreas Doeswick, defendeu uma dissertação na UNICAMP intitulada *Entre a unidade e a autonomia, a revolução e a reforma. O movimento operário argentino entre o V e o IX Congresso da FORA: 1905 – 1915*. Na USP, em 1989 Heloisa Reichel apresentava a tese *Contribuição para o estudo da formação social capitalista na América Latina: o caso da campanha de Buenos Aires (1830 – 1840)*, estudo que para além da história econômica abordava os atores e as tensões sociais para compreender dissolução das tradicionais formas de vida. No mesmo ano, o autor deste artigo defendia o mestrado intitulado “*Uma nova consciência em marcha*”: *o Partido Laborista e as origens do peronismo (1930 – 1946)*, em que discutia o papel do sindicalismo no processo político argentino; no ano seguinte, Alberto Aggio, defendia a dissertação *A estratégia democrática ao socialismo e o governo Allende: uma contribuição ao estudo da esquerda chilena*, na qual a experiência socialista chilena foi analisada à luz da crítica da historiografia e das interpretações dos atores daquela conjuntura e Zilda Márcia Gricoli Iokoi apresentava o doutorado *Igreja e camponeses: Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo. Brasil/Peru*.

A magnitude do desenvolvimento da área se expressa no crescente número de trabalhos produzidos nos sucessivos quinquênios: 8 (1985 – 1989); 28 (1990 – 1994); 52 (1995 – 1999) e 61 (2000 – 2004). Embora o desenvolvimento das pes-

¹³ Em 1980 foi criado o Curso de Pós-Graduação em História da América Latina no campus de Assis da UNESP, com duas linhas de pesquisa: História do processo capitalista na América Latina e História regional. Buscava-se enfatizar o estudo a História do Brasil e a História do Vale do Paranapanema no contexto latino-americano, o que era feito, por exemplo, por meio do oferecimento de disciplinas de História da América. A rigor, a pesquisa dos demais países latino-americanos não chegou a se consolidar como uma linha do programa, cuja proposta foi reformulada em 1998. Ver CORREA, Anna M. M. & BELLOTO, Manoel Lelo (orgs.). *Simon Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983, p. 55-60.

quisas de América tenha estado articulado a um processo mais amplo de expansão da pós-graduação, acreditamos que sem as iniciativas individuais e de pequenos grupos de interessados que atuaram publicando, orientando e estimulando novas gerações, a área não teria contado com um progresso tão notável. Consideramos da maior relevância uma iniciativa levada a efeito no curso de História da USP em 1982, quando a professora Maria Ligia Coelho Prado e alguns dos seus alunos de graduação criaram a Associação de Estudos Latino-Americanos (AELA) para pesquisar e divulgar a história latino-americana. Sob a coordenação dessa professora, o grupo dedicou-se com entusiasmo à organização de grupos de estudos, à realização de pesquisas e à promoção de eventos na FFLCH da USP, os quais atraíram grande público, a demonstrar o crescente interesse tanto pelas temáticas históricas quanto pela conjuntura latino-americana. Como resultado de tais atividades alguns livros foram publicados na Coleção Tudo é História, da Editora Brasiliense, e diversos alunos continuaram seus estudos e fizeram carreira acadêmica na área de América. Outro exemplo, Anna Maria Martinez Corrêa e Manoel Lelo Belloto, estimularam as pesquisas na área de América na UNESP-Assis e publicaram importantes livros para o ensino e a pesquisa¹⁴.

A produção da década de 1990 e dos primeiros anos deste século apresenta um conjunto de traços e condicionantes que podem ser estendidos à área de História como um todo no Brasil e no Estado de São Paulo: acelerado crescimento do número de teses e dissertações em decorrência da formação de novos orientadores e do crescimento do sistema de pós-graduação; pronunciado declínio quantitativo dos estudos de história econômica e social; incremento das abordagens culturais ao lado da crise da história das mentalidades; persistência do interesse pela história política; atualização e diversificação temática, teórica e metodológica¹⁵. Certas dimensões da realidade ganharam destaque: o imaginário, a experiência dos agentes, a vida cotidiana e a liber-

¹⁴ CORREA, Anna M. M. & BELLOTO, Manoel Lelo (orgs.). *A América Latina de colonização espanhola. Antologia de textos históricos*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1979; CORREA, Anna M. M. & BELLOTO, Manoel Lelo (orgs.). *Escritos Políticos/San Martín*, Petrópolis: Vozes, 1990; CORREA, Anna M. M. & BELLOTO, Manoel Lelo (orgs.). *José Carlos Mariátegui: Política*. São Paulo: Ática, 1982; CORREA, Anna M. M. & BELLOTO, Manoel Lelo (orgs.). *Simón Bolívar: política*. São Paulo: Ática, 1983; CORREA, Anna M.M. *A Revolução Mexicana (1910-1917)*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

¹⁵ FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

dade dos sujeitos históricos em relação a condicionantes estruturais. Por sua vez, paralelamente à expansão das fronteiras do conhecimento histórico, os objetos se multiplicaram na área de América, como revelam os estudos sobre propaganda política, imprensa, leitura, literatura, fotografia, livros didáticos, mulheres, cinema, rádio, música, cidades, demografia e representações do mundo colonial e pré-colombiano, entre outros. Não é possível deixar de notar que o forte interesse pela história cultural, em contraste com a redução da produção de pesquisas sobre história social e econômica, em parte reflete uma tendência geral da área de História, mas não corresponde nem ao dinamismo internacional dessas abordagens e nem ao vigoroso impulso que a história social teve no Brasil e nas universidades paulistas desde a década de 1980.

Nos anos 90, vários professores defenderam teses de livre-docência, que citamos em ordem cronológica: Janice Theodoro da Silva, *América Barroca. Tema e variações*; Héctor Hernán Bruit. *Bartolomé de Las Casas e a simulação dos vencidos (Ensaio sobre a conquista hispânica da América)*; Eni de Mesquita Samara, *Feminismo, cidadania e trabalho: o Brasil e o contexto latino-americano nos séculos XVIII e XIX*; Maria Ligia Coelho Prado, *Ensaio sobre política e cultura na América Latina do século XIX*; Maria Helena Capelato, *Propaganda política no varguismo e peronismo*. Nos programas de pós-graduação, os seguintes trabalhos expressam a multiplicação dos objetos e abordagens em relação aos períodos anteriores, conforme o seu local de produção. USP: Kátia Gerab Baggio, *A questão nacional em Porto Rico: o Partido Nacionalista (1922 – 1954)* e *A “Outra América”: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das duas primeiras décadas republicanas*; Philomena Gebran, *A historiografia sobre as sociedades andinas: Peru (1920 – 1980)*; Leandro Karnal, *Formas de representações religiosas no Brasil e no México do século XVI*; Mary Anne Junqueira. *Ao sul do Rio Grande*; Cecília Azevedo, *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil (1961 – 1981)*; Julio Pimentel Pinto Filho, *Borges, uma memória do mundo: ficção, memória, história*; Silvia Miskulin, *Cultura e política em Cuba: os debates en Lunes de la Revolución*; Luiz Felipe Viel Moreira, *Os setores populares frente ao desenvolvimento do capitalismo na província de Córdoba (1861 – 1914)*; Urpi Montoya Uriarti, *A convivência multicultural. Conciliar, separar, opor. Lima – Século XX*; Antonio Carlos Amador Gil, *Tecendo os fios da nação. Soberania e identidade nacional no processo de construção do Estado Argentino*; José Luis Bendicho Beired, *Autoritarismo e nacionalismo: o campo intelectual da nova direita no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)*; Everaldo

de O. Andrade, *O Partido Obrero Revolucionário na Revolução Boliviana de 1952*; Mariana Villaça, *Tropicalismo (1967 – 1969) e Grupo de Experimentación Sonora (1969 – 1972): engajamento e experimentalismo na canção popular, no Brasil e em Cuba*; e Eduardo Natalino dos Santos, *Mitos e deuses mesoamericanos através das crônicas espanholas na época da conquista*. UNESP-Franca: Reinaldo Rossi, *A idéia de salvação em Bartolomé de Las Casas*; Fabiana Fedrigo, *Mobilizações sociais e ditadura.: o papel das protestas na transição chilena. 1983 – 1989*. UNESP-Assis; Enrique Peregalli Barbitta, *A Cisplatina - Estado Federado ao Brasil*; Patrícia Malheiros, *A integração latino-americana: a experiência argentino-brasileira no contexto da ALALC (1961 – 1967)*; UNICAMP: Dora Barrancos, *Os últimos iluminados: ciência para trabalhadores na Argentina de princípios do século*; Cláudia Santos, *Yo El Supremo, romance, história. Historiografia e literatura para-guaia sobre o ditador Francia*. PUC-SP: Carlos Alberto Sampaio Barbosa, *A morte e a vida na Revolução Mexicana: Los de Abajo de Mariano Azuela*; Marisa Montrucchio, *Peronismo em Primera Plana: a história do peronismo numa revista argentina dos anos sessenta*.

No início do século XXI o fluxo de trabalhos avoluma-se, mantendo-se as tendências da década anterior de diversificação dos objetos e das abordagens, com equilíbrio entre os temas culturais e políticos. Em história cultural vale citar: Carlos Alberto Sampaio Barbosa, *A fotografia a serviço de Clio: uma interpretação da história visual da Revolução Mexicana*; José Alves Freitas Neto, *Bartolomé de las casas: a narrativa trágica, o amor cristão e memória americana*; Tânia da Costa Garcia, *O “it verde e amarelo” de Carmen Miranda (1930 – 1946)*; Gabriella Pelegrino Soares, *A semear horizontes: leituras literárias na formação da infância, Argentina e Brasil (1915 – 1954)*; Eduardo Scheidt, *Representações de nação por periodistas italianos na região platina (1827 – 1860)*; André A. Toral. *Adiós, xamigo brasileiro. Um estudo da iconografia da Tríplice Aliança na Guerra com o Paraguai (1964 – 1970)*; Camilo de Mello Vasconcellos, *Representações da Revolução Mexicana no Museu de História Nacional da Cidade do México (1940 – 1982)*; Rafael Baitz, *Imagens da América na revista The National Geographic Magazine (1875 – 1914)*; Stella Maris Scatena Franco, *Luzes e Sombras na construção da nação argentina (1988 – 1912)*; Gláucia Montoro, *Dos livros adivinhatórios aos códices coloniais: uma leitura das representações pictográficas mesoamericanas*. Por sua vez a história política teve a atenção de trabalhos tais como: Marcela Quinteros, *Os olhos da nação: as imagens construídas sobre o*

estrangeiro nas políticas imigratórias argentinas; Josinei Lopes da Silva, *Caciques e gamonales: violência e relações de poder na Colômbia (1870 – 1930)*; Matilde Maria Rodriguez, *Participação das mulheres na Guerrilha na Argentina (1968 – 1980)*. Um dos poucos estudos em história social é o de Norberto Ferreras em *No país da Cocanha: aspectos do modo de vida dos trabalhadores de Buenos Aires (1880 – 1920)*; e, em história das idéias, a tese de Rafael Bivar Marquese, *Factores do corpo, missionários da mente: historia das idéias da administração de escravos nas Américas, séculos XVII – XIX*.

Diversas qualidades têm marcado a produção atual de América como resultado dos debates e esforços acadêmicos das últimas décadas. Existe convergência na crítica à adoção dos modelos explicativos generalizantes das ciências sociais assim como às antigas visões dualistas. Além disso, efetivas contribuições para a historiografia das Américas têm sido geradas graças ao trabalho rigoroso com as fontes aliado ao diálogo atualizado com a historiografia latino-americana, do Brasil e de outros países, notadamente da Europa e Estados Unidos. Por fim, a freqüente articulação do Brasil na história das Américas tem se mostrado como prática das mais salutares para a superação dos vícios impostos pelos hábitos historiográficos encerrados nos quadros da história nacional.

Quanto à orientação das pesquisas, constata-se que alguns historiadores têm concentrado parte considerável da produção em América, sobretudo aqueles especializados na área. No entanto, não deixa de ser surpreendente o considerável número de trabalhos (30% do total) orientados por docentes de História do Brasil e de outras áreas. Isso pode indicar a desproporção entre o interesse de potenciais pesquisadores e a oferta de orientação especializada em História da América, mas também o fato de que a história americana talvez esteja sendo objeto de discussão em várias disciplinas, o que é muito salutar; e não se pode ignorar também a existência de afinidades eletivas envolvidas na escolha dos orientadores. De qualquer forma, a situação é bem diversa de vinte anos atrás, em vista da presença de orientadores especializados nos diversos programas de pós-graduação do Estado de São Paulo. Mas é bom lembrar que, assim como o processo histórico é contingente, a inserção da pesquisa de América nos programas de pós-graduação há de depender da continuidade das políticas de contratação docente que privilegiem o ingresso de especialistas das áreas do conhecimento; e, infelizmente, como já ocorreu, nem sempre os departamentos têm considerado prioritária a contratação de especialistas de outras áreas que não a de História do Brasil.

Atualmente, a área de América apresenta-se como uma das mais dinâmicas do campo historiográfico paulista, por intermédio de uma gama de intervenções que passam pelo ensino de graduação e de pós-graduação, pela união de esforços acadêmicos, pela participação em eventos e pela publicação das pesquisas. O conjunto de trabalhos já produzidos nas universidades paulistas e o crescimento da produção sobre América nos vários cursos de pós-graduação, são o resultado da somatória de esforços individuais e coletivos que permitiram a consolidação e o reconhecimento acadêmico de uma área que não faz muitos anos, ninguém suspeitaria que pudesse adquirir o atual vigor. Chegamos ao término desta reflexão, certos de que a pesquisa sobre História da América, apesar dos seus percalços e descontinuidades, constituiu uma experiência histórica rica e feliz, da qual só podemos esperar os melhores frutos no porvir.

Referências Bibliográficas

- CAPELATO, Maria Helena Rolim (coord.). *Produção Histórica no Brasil. 1985 – 1994. V. 1.* São Paulo: Xamã, 1995.
- CORRÊA, Anna Maria Martinez, “Curso de Pós-Graduação de História da América Latina”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 3 (5), 1983, p. 55 – 60.
- CORREA, Anna M. M. & BELLOTO, Manoel Lelo (orgs.). *A América Latina de colonização espanhola. Antologia de textos históricos.* São Paulo: Edusp/Hucitec, 1979.
- _____. *Escritos Políticos/San Martín*, Petrópolis: Vozes, 1990.
- _____. *José Carlos Mariátegui: Política.* São Paulo: Ática, 1982.
- _____. *Simon Bolívar: política.* São Paulo: Ática, 1983.
- FRAGOSO, João Fragoso & FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”, in CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História.* Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FREITAS, Marcos César (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: Contexto, 1998.
- GOUVÊA, Fátima et alii. “Uma história em três tempos: experiências de pesquisa e ensino de História das Américas”, in *Diálogos*, v.8, no. 2, jul/dez 2004, p.105 – 132.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea*, Petrópolis, Vozes, 1976.

RIBEIRO JÚNIOR., José. et alii. *História do Vestibular da UNESP (1990 – 2000)*, São Paulo, Fundação VUNESP, 2002.

RODRIGUES E SILVA, Vitória. “O ensino de História da América no Brasil”, in *Diálogos*, v.8, no. 2, jul/dez 2004, p. 83-104.

SOARES, Gabriela Pellegrino & PINTO, Júlio Pimentel. “A América Latina no universo das edições brasileiras”, in *Diálogos*, v.8, no. 2, jul/dez 2004, p. 133-152.

HISTORIA, MEMORIA Y IMPUNIDAD: EL CASO DE IRMA FLAQUER

June Carolyn Erlick^{*}

Universidade de Harvard - EUA

Resumo

Na Guatemala, talvez mais do que em qualquer outro país, as comissões de investigação da verdade enfatizaram as narrativas de testemunho como documentos sobre os abusos do passado. No entanto, esta documentação manteve seu foco nas vítimas e nos crimes cometidos contra elas. A recuperação da vida das vítimas através da narrativa se apresenta como uma outra maneira de restaurar a memória e transformá-la em história. A vida e a obra da corajosa jornalista guatemalteca, Irma Flaquer, foi documentada pelo projeto da American Press Association, “Crimes Impunes contra Jornalistas.” Como resultado, sob os auspícios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, o governo da Guatemala admitiu sua responsabilidade no desaparecimento da jornalista e reabriu o caso. Assim, a reconstrução da memória através das técnicas narrativas não resultou apenas na reconstrução da história, mas em sua mudança.

Palavras-Chave

Direitos Humanos • Guatemala • Jornalismo

Abstract

In Guatemala, perhaps more than in any other country, truth commissions emphasized narrative testimony to document the abuses of the past. However, this documentation has focused on the victims and the crimes against them. The recuperation of the lives of the victims through narrative is another way to restore memory and transform it into history. The life and work of Irma Flaquer, a courageous Guatemalan journalist, were documented as part of the Inter American Press Association's Unpunished Crimes Against Journalists project. As a result, under the auspices of the Inter American Commission on Human Rights, the Guatemalan government took responsibility for the journalist's disappearance and reopened the case. The reconstruction of memory through narrative techniques not only resulted in remembering history, but in changing it.

Keywords

Human Rights • Guatemala • Journalism

^{*} June is Publications Director at Harvard's David Rockefeller Center for Latin American Studies, and editor-in-chief of *ReVista, the Harvard Review of Latin America*. Author of *Disappeared, A Journalist Silenced: the Irma Flaquer Story* (Seal Press, 2004), she is currently on sabbatical with a Fulbright Fellowship in Bogotá, Colombia.

Talvez ningún otro país tenga una historia tan documentado de sus días oscuros como Guatemala, un país centroamericano con 15 millones de habitantes, menos que la región metropolitana de São Paulo.¹ Después de una guerra interna y cruenta con duración de 36 años, fueron firmados los Acuerdos de Paz entre el gobierno y la guerrilla en 1996. Más de 200,000 personas murieron en el conflicto en este pequeño país, y aproximadamente 50,000 personas fueron desaparecidos para siempre. Talvez en ningún país, ha habido tanto esfuerzo para recompilar narrativas y testimonios, rompiendo con la cultura del silencio y la cultura del miedo.

Antes de la firma de los Acuerdos, ya funcionaba la Comisión (CEH), trabajando bajo los auspicios de las Naciones Unidas². Y, casi al mismo tiempo, pensando que el informe del CEH no iba a ser lo suficientemente duro, comenzó a funcionar una comisión de la iglesia para documentar los horrendos abusos de los derechos humanos: Recuperación de la Memoria Histórica (REHMI).³ Muchos fueron sorprendidos cuando la CEH publicó su informe en 1998, examinando no solamente los abusos, sino también sus causas.

“La CEH concluye que fenómenos coincidentes con la injusticia estructural, el cierre de los espacios políticos, el racismo, la profundización de una institucionalidad excluyente y antidemocrática, así como la renuencia a impulsar reformas sustantivas que pudieran haber reducido los conflictos estructurales, constituyen los factores que determinaron en un sentido profundo el origen y ulterior estallido del conflicto armado”, observó el documento.

“Después del derrocamiento del Gobierno del coronel Jacobo Arbenz en 1954 tuvo lugar un acelerado proceso de cierre de espacios políticos, inspirado en un anticomunismo fundamentalista que anatemizó un movimiento social amplio y diverso, consolidando mediante leyes el carácter restrictivo y excluyendo del juego político. Estas restricciones a la participación política fueron pactadas por diversos sectores de poder fáctico del país y activadas por las fuerzas civiles y polí-

¹ La cifras de población están tomadas de <http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/gt.html> (para Guatemala) y <http://www.bartleby.com/65/sa/SaoPaulo.html> (para São Paulo).

² Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH), 1998.

³ *Informe del Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica* Guatemala: Nunca Más, 1999.

ticas de esta época. Este proceso constituye en sí mismo una de las evidencias más contundentes de las estrechas relaciones entre el poder militar, el poder político y partidos políticos surgidos en 1954. A partir de 1963, además de las restricciones legales, la creciente represión estatal contra sus reales o supuestos opositores fue otro factor decisivo en el cierre de opciones políticas en Guatemala”.⁴

En la Centroamérica de la década del 80, nadie era inmune a la violencia. En Guatemala, mucha gente pensaba que las noticias de masacres y asesinatos eran muy exageradas o eran actos de delincuentes comunes. Había quien veía la violencia como el desafortunado, pero necesario, intento de salvar al país de los “terroristas comunistas”. El informe de la CEH, y después el del REHMI, rompió con esa imagen, ayudó a esclarecer la memoria y a comenzar con un proceso a través del que la gente podía hablar y recordar libremente.

La CEH constató que las fuerzas estatales y grupos paramilitares afines fueron responsables del 93% de las violaciones documentadas.

Así, cuando el Informe REHMI salió un año después, sirvió para colaborar y fortalecer las investigaciones de la CEH. Este informe analizó varios miles de testimonios sobre violaciones de los derechos humanos ocurridas durante el conflicto armado interno. “Este trabajo está sustentado en la convicción de que, además de su impacto individual y colectivo, la violencia quitó a los guatemaltecos su derecho a la palabra,” observó una resumen del documento.

“Cada historia es un recorrido de mucho sufrimiento, pero también de grandes deseos de vivir. Mucha gente se acercó para contar su caso y decir ‘créame’. Esta demanda implícita está ligada al reconocimiento de la injusticia de los hechos y a la reivindicación de las víctimas y sus familiares como personas, cuya dignidad trató de ser arrebatada”.⁵

No es casualidad de que ambos informes utilicen la palabra “memoria”. La memoria cumple su papel como instrumento para rescatar la identidad colectiva, combatir la impunidad y reconstruir la historia. Pero un factor que los informes REHMI y CEH tenían en común es que el enfoque está en las víctimas,

⁴ Comisión para el Esclarecimiento Histórico (CEH), 1998, p. 34.

⁵ Comunicado de Prensa, *Informe del Proyecto Interdiocesano de Recuperación de la Memoria Histórica* Guatemala: Nunca Más, febrero 1999.

como objetos de crímenes atroces, que subrayaban la muerte, y no en las vidas perdidas. Esos informes compartían el mandato de informar sobre las víctimas y los abusos a los derechos humanos. Además, aunque los informes asignaron culpa a grupos tal como los guerrilleros o grupos estatales o paramilitares, no buscaban asignar responsabilidad individual o comenzar un proceso formal contra la impunidad. El proceso consistía en – una vez roto el silencio – estimular y fortalecer la memoria colectiva y escribir la historia.

Soy periodista, profesora de periodismo y editora, no historiadora. Cuando la Sociedad Interamericana de Prensa (SIP) me pidió en 1996 actuar como investigadora en su proyecto, “Crímenes Sin Castigo contra Periodistas”, no podía imaginar el papel de la memoria en la construcción de la historia y en la búsqueda del fin de la impunidad.⁶ Es cierto. Como periodista, siempre he puesto mucha énfasis en la narrativa, y como lectora, he encontrado que son los detalles de la historia los que nos quedan en la mente y estimulan la acción. Así fue como la historia de Anne Frank iluminó el Holocausto con su narrativa de esperanza y amor juvenil, y que los miles de reportajes cortos sobre las vidas de las víctimas en el *New York Times*, después del ataque a las torres gemelas, estimularon muchos actos de solidaridad.

Pero, cuando fui asignada al caso de la guatemalteca Irma Flaquer, una periodista valiente quien fue desaparecida en 1980, solamente pensé en resolver el caso en términos periodísticos y redactar un informe sobre el mismo. No esperaba que la vida de la periodista me cautivara, y en el proceso, captar la imaginación de muchos otros, que también se interesaron en el caso. Estaba pensando en la memoria, es cierto, pero en el sentido de hacer con que la gente, a través de entrevistas, recordase y confesase lo que había pasado con Irma Flaquer.

Desde 1958, Flaquer trabajó como periodista para diversos diarios, iniciando su columna “Lo que otros callan” en ese mismo año y continuando casi hasta su secuestro en 1980. No fue ese el único atentado contra ella. En 1960, cuando tenía solamente 22 años, un grupo de mujeres del mercado – que muy frecuentemente buscaba empleo extra, participando en bandas, promovidas por el gobierno, para reprimir ilegalmente opositores – la golpearon hasta dejarla inconsciente en la calle. En 1969, fue víctima de un carro-bomba que

⁶ Para más información, vea a www.impunidad.com.

casi le quitó la vida. Como consecuencia, durante el lapso de un año, fue sometida a operaciones quirúrgicas. A pesar de amenazas constantes, siguió escribiendo sobre la corrupción, los derechos de mujeres, indígenas y sindicalistas, como así también sobre los abusos a los derechos humanos. No sabía callarse. No quería callarse.

Al principio, vi a Flaquer como una víctima, una de las muchas víctimas que, en un par de años, serían documentadas en los informes de la CEH y REHMI, o en los informes constantes de la SIP, o del “Comité para Proteger a Periodistas” cuya preocupación principal eran los crímenes contra periodistas. Yo sabía – y se – los números.

Entre 1995, el año antes de comenzar mi investigación sobre el caso de Irma Flaquer, y el año pasado, cuando publiqué mi libro sobre Irma Flaquer⁷, 341 periodistas han sido asesinados en el cumplimiento de sus tareas.⁸ Pero en todo este tiempo, solamente hay 35 casos en que la persona o personas, que ordenaron los asesinatos, han sido detenidas y juzgadas. Es decir, en 85% de los casos **los** responsables continúan en la impunidad.

El caso de Irma Flaquer me enseñó que ni la impunidad ni la historia se tratan de números. Irma Flaquer me enseñó lo que es ser periodista y luchar contra la impunidad, luchar a veces en vano hasta ser víctima de la misma impunidad. Uno de los casos más citados por los guatemaltecos fue un doble asesinato cometido a la luz del día en el restaurante “El Pescador”. Tres adolescentes estaban celebrando después de un partido de fútbol, cuando los guardaespaldas de un una persona rica les ordenó callar. Uno de los jóvenes contestó, “¿Porque? Estamos en un país libre.” Los guardaespaldas se fueron, pero regresaron en algunos minutos, disparando contra los muchachos. Dos de los jóvenes murieron.

Para la periodista Irma Flaquer, el caso de los hermanos Pais Maselli llegó a ser una prueba para constatar si la democracia podría funcionar. Ella luchó para que se hiciera justicia en ese caso, no contra los guardaespaldas, pero si contra ese hombre de negocios rico, Jorge Kóng Vielman, quien había ordenado la matanza. Para la periodista, y para los muchos guatemaltecos que

⁷ ERLICK, June; EMERYVILLE, CA. *Disappeared, A Journalist Silenced: The Irma Flaquer Story*, 2004.

⁸ Comité para Proteger a Periodistas, Nueva York, informe, 2005.

siguieron el caso, fue algo emblemático: la oportunidad de comprobar que Guatemala era un país de derecho. Jorge Kõng fue sentenciado por la Corte a ocho años y ocho meses de cárcel. Escribió Flaquer:

(A)l firmar la sentencia el juez reivindicó a la justicia guatemalteca por largo tiempo desprestigiada al extremo de que ya nadie creía que en realidad la justicia tuviese una venda en los ojos, La sentencia que comento es una prueba de que sí la tiene. De que no importa que el acusado sea rico, poderoso, y con relaciones importantes y muy influyentes. Si hay pruebas de que cometió un crimen se aplica la ley y se cumple con la obligación aunque al hacerlo se pierda la tranquilidad. En otro artículo comentaba el peligro gravísimo que estamos corriendo ante la semilla de violencia que representa el no confiar en los tribunales. La primera consecuencia es que muchos decidan hacerse justicia por su propia mano ya que no puede contar con los encargados de administrarla lo hagan imparcialmente.

Hasta la fecha no hay quien afirme que en los tribunales hay una corrupción descarada, invencible. Que los ricos y los influyentes salen libres aunque hayan cometido el peor de los delitos. Mientras que los pobres están fatalmente destinados a pudrirse en Pavón hasta por hurtar un pan para sus hijos.

Esta convicción es la verdadera madre de la violencia. No sólo porque el ciudadano se siente desamparado y ve en los tribunales, jueces, oficiales y abogados a enemigos acérrimos, sino también – y lo más peligroso – porque siente que, mientras él es tratado como un enemigo de la sociedad, hay en cambio un grupo de personas, una élite, una clase, que puede cometer atropellos y hasta delitos grandes sin que nadie los toque, mucho menos los tribunales.

La sentencia contra Kõng es, por lo tanto, un beneficio precedente en nuestro país que tan necesitado está de la confianza de toda la ciudadanía en la recta administración de justicia.⁹

Leyendo las columnas de Flaquer y entrevistando a colegas, me di cuenta de su extraordinaria confianza en que Guatemala podría efectuar un cambio a través de la sociedad civil y el estado de derecho. Al mismo tiempo, recorda-

⁹ Irma Flaquer, “Los que Otros Callan,” *La Nación*, 14 de septiembre, 1977.

ba – o aprendía – que durante todos los años de la guerra civil, existía esa otra tendencia que muestra que la historia consiste no solo en víctimas y violencia, sino también en agentes activos de la sociedad civil, como Flaquer, quien creía en la transformación pacífica del país.

Era una posición difícil de sostener porque los agentes activos de ese cambio pacífico fueron matados, como si fueran guerrilleros. Hasta las pequeñas victorias se iban acabando.

Como suele pasar en países en que la democracia es solamente una palabra, la victoria que Flaquer experimentó en su cruzada para que se hiciera justicia contra Köng no duró mucho. Muy poco después de la sentencia de los tribunales, Köng fue liberado por una tecnicidad.

Este fracaso de la justicia guatemalteca no fue una tragedia únicamente para una familia en un punto concreto de la historia. La impunidad sigue y cosecha más impunidad. Fue un fracaso para toda la sociedad. Y como Irma Flaquer vio claramente, la impunidad no puede existir – no debe existir – en un estado de derecho. En 1996, en un país dividido entre la paz y la guerra, entre un estado de derecho y un estado de caos, era significativo reconstruir y recordar la voz civil de Irma Flaquer. Evocar su memoria significaba activar la memoria de aquellos que actuaban con consciencia y recordar que la historia está llena de agentes activos y no solamente de víctimas.

Sin embargo, siguiendo mis investigaciones, encontré que mis preguntas evocaban memorias mucho más complejas: las de una mujer frágil que le temía a la muerte; de una periodista tan idealista que a veces se metía en la política; de alguien a quien le encantaban los quesos y las longanizas y siempre estaba tratando de no engordar; de una mujer que tenía las uñas largas y bien cuidadas, a pesar de su constante uso de la maquina de escribir.

Al principio, tomé los muchos detalles de su vida como anécdotas graciosas que a la gente le gustaba contar, y no como cosas significantes. Pero, de repente, me di cuenta que la memoria de los detalles que pintaban a Irma Flaquer como un ser humano vulnerable – ni heroína ni víctima – ayudaba a mis interlocutores a recordar los detalles de su crecimiento político y reconstruir la historia de una manera menos polarizante. La memoria de lo cotidiano ayudó a recuperar la historia, rompiendo con el hábito de silencio.

Comencé a darme cuenta que en una sociedad en la cual recordar es peligroso, no se desarrolla una memoria política compartida. Pero al mismo tiempo, la gente sigue viviendo, comiendo, participando en fiestas religiosas, escu-

chando música. Este tipo de memoria, la que algunas llaman “cultura inmaterial” sigue a pesar de la represión de la memoria más politizada.

“Por ser inmaterial es la memoria viva que tienen las personas y que se transmite oralmente y compartiendo en la práctica, por esto crea afectos, lazos de amistad y de solidaridad, lo que nos da la seguridad de ser parte de una comunidad con la que construimos una historia conjunta. De aquí su importancia en la identidad”, observó recientemente la antropóloga colombiana Ana María García López.¹⁰

En una sociedad que había sido polarizada por tanto tiempo, la técnica de la narrativa ayudó a reconstruir una memoria, que construía la historia de Irma Flaquer con matices. El retrato de ella también reflejaba la ambigüedad de su fin: ella estaba tanto en la lista negra del estado, como en la de la guerrilla. Más y más, vi su historia como la historia de una vida, y no de una víctima. No pude resolver el caso, y cuando entregué mi informe a la SIP, sentí que había fracasado.

El informe detalló la lucha de Irma Flaquer como periodista contra la impunidad y a favor de la libertad de prensa. También, describió su vida de mujer como esposa, madre, mujer divorciada, amante, abuela, editora, periodista, abogada y psicóloga. Examinó las angustias de su familia y colegas a perderla, además de las diferentes teorías sobre su desaparición.

Pensé que era el fin del proyecto. Pero la figura de Irma Flaquer me intrigaba y, cada vez que podía, viajaba desde Harvard a Guatemala a seguir entrevistando más gente. Y comunicaba mis hallazgos siempre a la SIP, especialmente a Ricardo Trotti, un joven y enérgico argentino quien dirigía el proyecto contra la impunidad. Trotti, quién también es un pintor de mucho talento, se contagió de mi pasión por el caso. Hasta pintó un cuadro titulado “Las Tres Irmas y Su Hijo”.¹¹

¹⁰ Ana María García López, “Herencia compartida y memoria viva”, Boletín, Ministerio de Cultura, septiembre de 2005.

¹¹ Flaquer, además de periodista, había hecho las carreras de psicología y derecho, así “las tres Irmas”. Su hijo, Fernando, fue matado a balazos cuando la periodista fue secuestrado.

Trotti me había dicho una vez que, de todos los informes hechos en el contexto del proyecto “Crímenes sin Castigo contra Periodistas”, el mío era el único que había retratado a la víctima.

Para mi sorpresa, el caso fue el primero que la SIP llevó a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos.

“El sistema judicial del país, por su ineficacia provocada o deliberada, no garantizó el cumplimiento de la ley, tolerando y hasta propiciando la violencia. Por omisión o acción, el poder judicial contribuyó al agravamiento de los conflictos sociales en distintos momentos de la historia de Guatemala. La impunidad caló hasta el punto de apoderarse de la estructura misma del Estado, y se convirtió tanto en un medio como en un fin. Como medio, cobijó y protegió las actuaciones represivas del Estado así como las de particulares afines a sus propósitos, mientras que, como fin, fue consecuencia de los métodos aplicados para reprimir y eliminar a los adversarios políticos y sociales”¹²,

insistió la SIP en su queja frente a la Comisión.

Con el caso frente a la Comisión, decidí pedir una beca Fulbright para ir a Guatemala de nuevo para convertir la historia de Irma Flaquer en un libro, y consolidar todas las memorias en una forma permanente. El resultado fue, “Disappeared, A Journalist Silenced: The Irma Flaquer Story” por fin publicado en 2004.

Pero, antes, el 2 de marzo de 2001, en Washington DC, el gobierno de Guatemala llegó a un acuerdo de solución amistosa con la SIP, bajo el auspicio de la Comisión Inter Americana de Derechos Humanos, poniéndose de acuerdo en “iniciar un proceso de negociación, para establecer orientaciones y mecanismos tendientes a resolver dicho caso dentro del marco de la solución amistosa”.¹³

Alfonso Portillo Cabrera, el presidente guatemalteco, reconoció la responsabilidad institucional del Estado en el caso de Flaquer:

¹² Vea www.impunidad.org para una historia más completa del caso.

¹³ Acuerdo Amistoso, firmado el 2 de marzo, 2001, en Washington DC.

“El Estado deplora y reconoce como deleznable la desaparición forzada de la periodista Irma Marina Flaquer Azurdia, acaecida el 16 de octubre de 1980, y sustenta el criterio acerca de la imperiosa necesidad de proseguir y reforzar firmemente las acciones administrativas y legales orientadas a establecer la identidad de los responsables, establecer la localización de la víctima, así como la aplicación de las correspondientes sanciones penales y civiles”.

El acuerdo continua a decir que

“El Estado reconoce el compromiso de otorgar las reparaciones que se acuerden con la parte peticionaria. En este sentido, adquiere el compromiso de estudiar y considerar el pliego de peticiones que por concepto de reparaciones le fuera planteado por los Peticionarios, vinculadas todas ellas al nombre de Irma Marina Flaquer Azurdia”.¹⁴

El acuerdo enfocó en parte medidas de resarcimiento: admitir la responsabilidad del estado; pagar miles de dólares en reparaciones a la familia; reabrir el caso y nombrar un fiscal especial para investigarlo, y hacer un esfuerzo de encontrar los restos de la periodista. Como el CEH y el REHMI, mencionados anteriormente, como esfuerzos para establecer la verdad a través de testimonios y narrativas, el informe de la SIP inspiró la queja, resultando en acciones concretas y, uno podría decir, históricas.

Pero, más que una admisión de culpabilidad con las debidas reparaciones, el acuerdo amisto entre el gobierno de Guatemala y la SIP reconoció la importancia de la memoria como parte de la resolución del caso.

Uno de los puntos del acuerdo fue la creación de una beca de estudio para periodismo, que lleva el nombre de Irma Flaquer, y es eventualmente otorgada por el Programa de los Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) en Guatemala. Esa beca permite a periodistas jóvenes y talentosos hacer pasantías en otros países. Es una forma de recordar los ideales de Flaquer, y hacer que su nombre y su trabajo sean conocidos en las salas de redacción guatemaltecas.

Otros puntos – incluidos en una categoría que podría llamarse “servicios en nombre de la memoria” – incluyen la creación de una sala para la paz en la

¹⁴ Acuerdo Amistoso, firmado el 2 de marzo, 2001, en Washington DC.

biblioteca de la Universidad de San Carlos; el desarrollo de cursos de capacitación y reinserción social destinado a las reclusas del Centro de Orientación Femenino (COF, la cárcel de las mujeres), porque Flaquer trabajaba con presas y escribió con frecuencia sobre las injusticias sufridas por ellas.

También, hay en el acuerdo una categoría que se refiere a la divulgación del trabajo de la periodista. En cumplimiento de ese acuerdo amistoso, un documental fue hecho sobre su vida y trabajo, y un volumen con columnas, escritos y reportajes, que representen el mejor sentido periodístico de la desaparecida periodista, fue publicado bajo el nombre “La que nunca calló”.

El acuerdo enfatizó “la dignificación” de Irma Flaquer, ordenando la erección de un monumento al periodista sacrificado por el derecho a la libre expresión, simbolizado por la personalidad de Irma Marina Flaquer Azurdia; la calle donde ella vivía en el centro de Guatemala fue bautizada con su nombre; también el acuerdo estableció el mandato de “realizar un acto público de dignificación [...] estableciéndose de antemano la fecha del 5 de septiembre del 2001 – natalicio de la desaparecida periodista – para realizar un acto público, con las partes involucradas, en la Ciudad de Guatemala”.

Repasando la lista de los acuerdos, pensé al principio que era demasiado periodística, demasiado descriptiva, para ser incluida en este ensayo: siempre el desafío cuando una periodista trata de entender historia. Pero esta vez, me encontré involucrada en la construcción de la historia. Examinando la lista de los acuerdos, encontré una estructura de categorías diversas que me ayudó – y nos ayuda – a entender como la memoria a través del proceso de reconstrucción de narrativas se convierte en historia o, por lo menos, una historia recordada y perpetuada.

La primera categoría, la de las reparaciones, en cierto sentido, cambia la historia. El discurso del Estado de Guatemala había sido por casi 40 años un discurso sobre el bien y el mal, en que el gobierno y sus aliados eran los buenos, combatiendo a los malos: terroristas, comunistas y subversivos. Por ejemplo, en el caso de la Embajada de España, aunque el propio embajador pidió la no-intervención, el gobierno justificó sus acciones en nombre de su compromiso de acabar con la subversión, que utilizaba como táctica la toma de embajadas y universidades. Aún en la muerte, las víctimas continuaron siendo los malos, con el gobierno acusándolos de haber tirado cócteles Molotov para encender el fuego que causó sus muertes.

Después del caso de la Embajada de España, el gobierno de ese país rompió relaciones diplomáticas con Guatemala; la Embajada de los Estados Unidos – debido a la relación amistosa entre los dos embajadores – asistió el embajador español, pero nunca tomó una posición clara frente al caso, y el embajador Frank Ortiz fue transferido un poco después. El estatus de Guatemala como un luchador sólido y un aliado firme en la batalla entre Oeste y Este siempre fue más importante que la pérdida de vida. Y aunque el mundo de organizaciones no gubernamentales e iglesias siempre protestaron contra los abusos de los derechos humanos – de los cuales, la embajada de España era emblemática – el resto de la comunidad internacional mantuvo un silencio relativo.

Así, con la admisión de culpa por la negligencia en el caso de Irma Flaquer, varias cosas están pasando. Primero, el gobierno de Guatemala salió del parámetro del bien y del mal. A pesar de la posición política de Flaquer, el gobierno tenía la obligación de protegerla como una figura pública, según las convenciones internacionales, como periodista destacada y como fundadora de la primera Comisión de Derechos Humanos Guatemalteca.

Segundo, Guatemala aceptó su responsabilidad como Estado, no como Gobierno. No fue el gobierno de Alfonso Portillo, el presidente guatemalteco en 1996, que hizo desaparecer a Irma Flaquer. Fue durante el régimen del General Romeo Lucas García. Al llegar a un acuerdo amistoso, el gobierno aceptó la responsabilidad de Estado, es decir, la responsabilidad de la historia, que dice que la culpabilidad no se acaba cada cuatro años con el presidente de turno.

Tercero, el pago de reparaciones – varios miles de dólares – a la familia, mostró el compromiso de que la admisión de culpabilidad no quedará en puras palabras. También, cambió la trayectoria a nivel personal, al modificar las historias personales de la familia de Irma: por ejemplo, su hijo sobreviviente Sergio pudo conseguir rehabilitación para sus alcoholismo y su nieto Alejandro pudo estudiar ingeniería civil en la universidad.

Cuarto, el compromiso de la Sociedad Interamericana de Prensa y de la Comisión Interamericana de Derechos Humanos muestra el nuevo papel de las organizaciones internacionales en la historia de hoy.

Quinto, el punto en que el gobierno ha sido más lento, y tal vez más deficiente, es en el reconocimiento del hecho que, como no hubo un proceso de derecho en el momento de la desaparición de Irma Flaquer, ese compromiso existe ahora. Así, el gobierno oficialmente reabrió el caso y asignó un fiscal especial y, al mismo tiempo, prometió hacer un esfuerzo especial para buscar sus restos.

Después de cuatro años, no se han hallado los culpables ni se han encontrado los restos de la periodista desaparecida. En una lectura de *Disappeared, A Journalist Silenced* en la ciudad de Washington DC en febrero de 2005, un funcionario guatemalteco comentó que el caso es bastante viejo y que el gobierno guatemalteco no tiene los recursos de la FBI ni la CIA.

Eso puede ser cierto, pero el gobierno de Guatemala adquirió un compromiso frente a la Comisión de Derechos Humanos. Además, en julio de 2005, los archivos secretos de la Policía Nacional fueron descubiertos en la Ciudad de Guatemala. Muchos creen que esos documentos contienen información sobre los desaparecidos. En el contexto del acuerdo, el gobierno tiene que dar prioridad al caso de Irma Flaquer, como un caso ejemplar que muestra que los crímenes no puedan seguir con impunidad, que el gobierno acepta su responsabilidad de Estado, no solamente con palabras, pero con justicia. Así, el acuerdo puede cambiar y, de hecho, ha cambiado hasta la fecha, la historia.

Las otras categorías del acuerdo – servicios, divulgación, y dignificación – llevan los ideales de la periodista a diferentes constituyentes: periodistas, presas, estudiantes, lectores, transeúntes. Uno puede preguntarse cuantas veces ha pasado en una calle sin reparar en su nombre (que generalmente es un segundo nombre de conmemoración) y cuantas veces ha pasado un monumento sin fijarse en su dedicación. Pero, como conjunto, todos esos actos sirven para poner el nombre de la periodista – como símbolo de la prensa libre y la lucha contra la impunidad – en la esfera pública, a asumir un lugar en la historia, un claro rompimiento con la cultura del miedo, la cultura del silencio. Además, tienen el efecto de pasar la memoria de una generación a la otra, es decir, realmente convertir las memorias, las narrativas, en historias.

De todos los actos de dignificación, el más conmovedor fue la misa en la Catedral de la Ciudad de Guatemala el 5 de septiembre de 2001, seis días antes de que el ataque contra las torres gemelas le enseñara al pueblo norteamericano el significado de tener desaparecidos. Solamente había un retrato de Flaquer donde debía reposar un cadáver. Pero era la primera vez que la muerte de la periodista era reconocida en público y representaba una clausura emocional para muchos miembros de la familia, amigos y colegas. La misa también representaba ese acto de transmisión de generación en generación. Habló Viana de Maza, una sobrina de la periodista:

Yo tenía solamente dos años cuando fue secuestrado Irma...Irma, aunque no estuviera allí, siempre fue parte de mi vida. Yo había oído

de ella, pero no fue hasta recién que tuve la oportunidad de leer lo que ella había escrito. Un día, regresé a la casa, y mi madre tenía en el comedor algunas fotocopias que me llamaron la atención. Comencé a leer y no pude parar. Era un libro que Irma había escrito y me dio escalofrío. También leí algunas de sus columnas.

Fue en ese entonces que me di cuenta de quien había sido mi tía: su inteligencia, su capacidad, su talento, y, sobre todo, su valentía incrementó mi admiración por ella, y comencé a identificarme con ella...Es muy importante que una mujer pueda lograrlo todo como lo logró ella [...] ver sus fotos y ver [que] bella fue ella y al mismo tiempo saber que su sangre corre en mis venas [...]

Somos los hijos de la guerra. Somos los hijos e hijas de esa cantidad de maldad que ahogó nuestro país por tanto tiempo. No es fácil. Me imagino que no fue fácil vivir durante la guerra, pero ahora tenemos una tarea doble. Tenemos una amargura que es muy difícil de manejar. Es algo que hemos aprendido, pero al mismo tiempo, no la sentimos directamente.

Tengo un grupo de amigos. Nuestro grupo consiste en el hijo de un guerrillero, el hijo de un comandante guerrillero, la hija de una pareja exiliada, el hijo de algunos hippies, la hija de alguien que no tenía ni idea que una guerra estaba pasando—es decir, los hijos de gente que no se podía ver....Creo que las cosas están cambiando, y si no han cambiado, van a cambiar y queremos que cambian....

Estoy enamorada de mi país y quiero lo mejor para su gente. Estamos tratando de hacer lo más que podemos con nuestros pobres recursos y creo que la juventud es uno de los más importantes recursos hoy día...Yo no tengo miedo de hablar, y creo que eso es el regalo más grande que Irma me ha dejado.¹⁵

Así es, que en la Catedral de Guatemala, después de 20 años de silencio, las generaciones se juntaron a conmemorar Irma Flaquer, transformando una narrativa personal en historia e acción social.

La guatemalteca Marta Elena Casaús Arzú resume el proceso así:

¹⁵ Discurso de Viana de Maza, 5 de septiembre, 2001, transcripción de una grabación.

“Entre la historia personal y la historia de una generación, es en términos gramscianos el momento catártico de toma de conciencia colectiva de toda una generación de que las cosas ya no son lo que eran, de que a partir de ese momento hay un antes y un después; en otras palabras, nuestra identidad queda marcada a partir de entonces.”¹⁶

Ya Irma Flaquer forma parte de la identidad e historia guatemalteca, un caso emblemático y un símbolo contra el silencio.

Recebido em 06/10/2005 e aprovado em 25/10/2005.

¹⁶ Marta Elena Casaús Arzú, “Las huellas de la violencia: La masacre de la embajada de España en Guatemala”, <http://www.memoria.com.mx/153/Casaus.htm>.

USOS HISTORIOGRÁFICOS DOS CÓDICES MIXTECO-NAHUAS

Eduardo Natalino dos Santos

Doutor em História Social-FFLCH/USP e membro do
Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos/USP (CEMA/USP)

Resumo

O objetivo do artigo é delinear e analisar os diferentes usos dos códices mixteco-nahuas por historiadores e outros estudiosos nas últimas cinco décadas. Para isso, dividiremos esses estudiosos em três grupos, definidos pela presença de características comuns em suas formas de abordar os códices. Ao mesmo tempo, apontaremos os alcances e restrições de suas abordagens e sugeriremos alguns critérios e estratégias para usos adequados desse tipo de fonte nas pesquisas históricas.

Palavras-Chave

Códices mesoamericanos • Códices mixteco-nahuas • Historiografia mesoamericanista • Fontes pictográficas • História da Mesoamérica.

Abstract

The aim of this article is to delineate and analyse the distinct uses of the Mixtec and Nahua codices by historians and others scholars in the last five decades. In order to achieve this objective, we will divide the scholars and historians into three groups, based on the presence of common characters in their manners of approach to the codices. At the same time, we will point out the competences and limitations of their approaches and will suggest some criteria and strategies for adequate uses of this type of source in the historical researches.

Keywords

Mesoamerican codices • Mixtec and Nahua codices • Mesoamericanist historiography • Pictographic sources • Mesoamerican history.

Introdução

A produção de escritos que combinavam glifos fonéticos, logográficos e ideográficos com pinturas foi realizada por mais de dois mil anos na Mesoamérica e é considerada uma das características definidoras dessa macro-região cultural. Os escritos pictoglíficos¹ eram produzidos sobre suportes materiais variados, tais como madeira, cerâmica, osso, pedra, estuque, tecido, pele animal e papel, produzido a partir da casca da figueira (papel *amate*), da fibra do agave (papel *maguety*) ou ainda de uma palma chamada *iczotl*. O papel de origem européia também foi empregado na confecção de manuscritos a partir do século XVI. Tais escritos serviram a distintos objetivos e usos ao longo da história mesoamericana e entre seus principais temas estavam a cosmogonia, a história grupal, os feitos das elites dirigentes e suas linhagens, as guerras, conquistas e fundações de cidades, os prognósticos, as oferendas e os tributos.

Os escritos produzidos sobre tecido, pele animal ou papel eram, em geral, enrolados como pergaminhos ou dobrados como biombos e, sobretudo no caso desses últimos, chamados de *amoxtli*. Esse termo nahuatl significa *papéis colados* ou *adereçados*² e já no século XVI foi traduzido como *livro* pelos castelhanos, como atesta o *Vocabulario* de Alonso de Molina.³ Uma das características pictóricas mais notória desses manuscritos é a presença de linhas grossas e negras de contorno, que formavam glifos e imagens cujas partes eram pintadas de cores distintas, porém uniformes, isto é, sem sombreamento. Esses escritos têm sido agrupados pelos estudiosos sob a denominação de *códices mesoamericanos*.

¹ Prefiro o termo *pictoglífico* a *pictográfico* por evocar explicitamente a combinação entre elementos *pictóricos* e *glíficos*, uma das principais características tanto do sistema de escrita mixteco-nahua quanto do maia, dois dos mais importantes e estudados sistemas escriturários mesoamericanos. Mais adiante, trataremos de estabelecer as principais semelhanças e diferenças entre esses dois sistemas e de justificar porque iremos analisar apenas estudos relacionados a *códices mixteco-nahuas*.

² Cf. LEÓN PORTILLA, Miguel. *El destino de la palabra: de la oralidad y los códices mesoamericanos a la escritura alfabética*. México: El Colégio Nacional & Fondo de Cultura Económica, 1997, p. 21.

³ Cf. MOLINA, Alonso de. *Vocabulario en lengua castellana y mexicana y mexicana y castellana*. Estudo preliminar Miguel León Portilla. 4ª. edição, México: Editorial Porrúa, 2001, p. 5v.

O conjunto dos códices mesoamericanos é composto por cerca de uma dúzia de manuscritos pré-hispânicos e por mais de cinco centenas de coloniais. São considerados como pré-hispânicos os códices *Borgia*, *Cospi*, *Fejérváry-Mayer*, *Laud* e *Vaticano B*, que formam o grupo Borgia⁴, e os códices *Becker n.º. 1*, *Bodley*, *Colombino*, *Nuttall* e *Viena*, que formam o Grupo Nuttall. Todos esses manuscritos procedem da região de Cholula, Tlaxcala e oeste de Oaxaca, da qual procedem também o *Códice Selden*, do grupo Nuttall, mas cuja datação é controversa. Do altiplano central mexicano provêm os códices *Borbónico* e *Aubin*, dois manuscritos de formato, estilo e características tradicionais, mas cuja datação também é controversa.⁵ Os manuscritos produzidos em todas essas regiões, apesar da existência de diversas línguas, serviam-se de um mesmo sistema escriturário, relativamente distinto do maia e chamado de mixteco-nahua. Da região maia procedem mais três códices pré-hispânicos: o *Dresde*, o *Paris* e o *Madrid*, formado pelos códices *Cortesiano* e *Troano* e, por isso, chamado também de *Tro-cortesiano*.⁶

Entre as centenas de códices coloniais, há desde manuscritos com material, formato, e temática tradicionais, relacionados principalmente ao sistema mixteco-nahua, até aqueles que apresentam fortes influências da pintura, da escrita e do modo de encadernação ocidentais. No primeiro caso estariam os códices *Borbónico* e *Tonalamatl Aubin* e no segundo os códices *Magliabechiano* e *Vaticano A*, entre muitos outros.

⁴ O grupo Borgia foi definido em 1887 por Eduard Seler e seu mais completo estudo foi de Karl Antony Nowotny, na famosa obra *Tlacuilolli*. Essa obra permaneceu apenas em alemão até fins de 2004, quando foi traduzida ao inglês por George Everett e Edward Sisson e publicada pela Oklahoma Press. Parece que os trabalhos de Nowotny, por fim, estão sendo reconhecidos como importantes exemplos de análise de códices e traduzidos a outros idiomas. Infelizmente, ainda não tivemos tempo de incorporar a obra *Tlacuilolli* em nossas análises, pois suas influências metodológicas seguramente estão presentes nas obras reunidas e analisadas em nosso terceiro grupo de estudiosos, sobretudo nas de Gordon Brotherston.

⁵ Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005, p. 90.

⁶ Cf. GLASS, John B. A survey of native Middle American pictorial manuscripts. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 14. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975, p. 12.

O objetivo deste artigo é delinear e analisar os diferentes usos que os historiadores e outros estudiosos têm dispensado aos códices mixteco-nahuas nas últimas cinco décadas e, a partir disso, propor uma espécie de tipificação desses usos historiográficos, apontando seus limites e alcances, suas vantagens e desvantagens, suas adequações e inadequações. Nosso objetivo, portanto, não é produzir uma história das abordagens dispensadas aos códices por todos os estudiosos desde o século XVIII ou XIX, mas realizar um exercício analítico sobre um conjunto de estudos históricos restrito e exemplar para propor um “mapeamento” crítico das principais e atuais tendências de emprego desse tipo de manuscrito.

Realizar esse tipo de análise tomando em conta todo o conjunto de códices mesoamericanos e a grande quantidade de estudos produzidos sobre eles seria um propósito demasiado amplo para um único pesquisador e fugiria aos limites de um artigo. Para termos uma vaga idéia do volume de estudos existente sobre os códices e textos alfabéticos⁷ de origem indígena mesoamericana, basta dizer que o levantamento feito por John B. Glass, embora abarque apenas as obras publicadas até o fim dos anos sessenta, possui mais de mil e oitocentos itens, entre livros e artigos.⁸ Sendo assim, para realizar este exercício analítico-tipológico, limitar-nos-emos a um conjunto de obras que terá o caráter de amostragem historiográfica.⁹

⁷ À primeira vista, essa expressão parece um pleonismo. No entanto, seu emprego servirá para diferenciarmos esses manuscritos dos *códices*, que consideramos e chamaremos de *textos pictográficos*.

⁸ Cf. GLASS, John B. Annotated references. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 15. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975, pp. 537-724.

⁹ As obras historiográficas que serviram de amostra foram lidas durante minha pesquisa de mestrado e de doutorado. As leituras realizadas durante o mestrado, entre 1997 e 2000, contemplaram principalmente os estudos que tratavam dos textos alfabéticos produzidos pelos religiosos castelhanos ou pelos indígenas mesoamericanos durante o século XVI. Nessa ocasião, estava realizando uma comparação entre as formas como os supostos mitos e deuses mesoamericanos haviam sido abordados nesses dois conjuntos de escritos. Embora estivesse utilizando apenas textos alfabéticos como fontes, tive contato com um grande número de estudos que analisavam os códices pictográficos, pois é muito comum que esses dois tipos de fontes sejam estudados em conjunto pelos mesoamericanistas. Além disso, algumas das fontes alfabéticas eram parte de códices pictográficos, ou seja, eram suas glosas ou textos explicativos. Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Deuses do México indígena. Estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2002. Na pesquisa de doutorado, entre 2000 e 2005, utilizei códices pictográficos e textos alfabéticos nahuas do século XVI como fontes. Neles, analisei comparativamente a presença de três complexos conceituais fundamentais ao pensamento nahua: o calendário, a cosmografia e a cosmogonia, bem

Além dessas limitações no universo historiográfico a ser analisado, a complexidade do tema – isto é, o uso dos códices mixteco-nahuas como fonte histórica – e a grande variedade de soluções apresentadas pelos diversos estudiosos exigem que partamos de algumas questões previamente estabelecidas para realizar esse exercício. Tais questões abordarão problemas e polêmicas relacionados especificamente aos estudos mesoamericanistas e, ao mesmo tempo, a discussões teórico-metodológicas mais amplas e que interessam aos historiadores em geral, pois dizem respeito às formas de uso dos registros pictóricos ou dos escritos não-alfabéticos como fontes na pesquisa histórica. As principais questões que pautarão nossas análises podem ser resumidas da seguinte maneira:

- A – Produção, circulação e utilização primária dos manuscritos.* O autor do estudo considerou os contextos originais de produção, circulação e uso dos diversos tipos de códices pictográficos? Levou em conta que tais códices eram, sobretudo na época pré-hispânica e no início do período Colonial, parte de um sistema institucionalizado de produção e manutenção de saberes que era mantido e gerenciado pelas elites dirigentes mesoamericanas?
- B – Posicionamento textual.* As pinturas e glifos foram analisados de maneira contextualizada, isto é, considerando-se sua localização no interior do manuscrito e o tipo de códice em que se encontravam?
- C – Sentidos historicamente atribuídos.* A interpretação e leitura das imagens e glifos basearam-se em sentidos pré-estabelecidos por teorias e sistemas analíticos de origem ocidental ou, ainda, em significados supostamente imanentes às formas e cores? Ou, ao contrário, procurou fundamentar-se nos sentidos que possivelmente seriam atribuídos a tais imagens e glifos em seus contextos originais de produção e uso?
- D – Articulação com fontes de outra natureza.* Como a análise articulou os códices com fontes de outra natureza, tais como textos alfabéticos? As pinturas e glifos dos códices foram utilizados apenas para confirmar infor-

como suas transformações durante o século XVI e suas relações com as concepções de tempo, espaço e passado. Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005.

mações obtidas em textos alfabéticos ou possibilitaram a inferência de informações originais?

Em suma, não se trata de abarcar todos os aspectos teóricos e metodológicos que poderiam ser observados e apontados no trato que os autores dos estudos analisados dispensaram aos manuscritos pictoglíficos, mas de verificar as soluções que empregaram diante de questões previamente traçadas e que têm como centro a problemática do uso de fontes pictóricas e glíficas pelo historiador. Verificar o modo como os autores solucionaram tais questões – ou constatar que as ignoraram – será o ponto de partida para caracterizar distintas maneiras de empregar os códices pictoglíficos. Isso, por sua vez, poderá fundamentar reflexões sobre os limites e alcances de cada maneira ou sobre critérios e estratégias mais adequados para o uso desse tipo de fonte nas pesquisas históricas.

I – A instauração dos estudos acadêmicos dos códices pictoglíficos e as diferenças e semelhanças entre o sistema maia e o mixteco-nahua

Embora nosso objetivo seja analisar as formas de emprego dos códices mixteco-nahuas nos estudos produzidos nas últimas quatro ou cinco décadas, é importante dizer algo sobre o estabelecimento acadêmico desses estudos, bem como acerca das semelhanças e diferenças entre tais códices e os manuscritos maias. Isso porque algumas abordagens atuais, assim como algumas polêmicas irresolutas, fundamentam-se nesses estudos anteriores e nas diferenças e semelhanças entre o sistema escriturários maia e o mixteco-nahua.

É muito difícil estabelecer com precisão a época de início dos estudos dos códices mesoamericanos, pois desde o século XVI esses manuscritos vêm sendo utilizados por europeus ou por americanos como fontes de informação sobre os povos que os produziram. Entre os primeiros ocidentais que tentaram entendê-los e utilizá-los em seus escritos, ainda nos séculos XVI e XVII, destacam-se os religiosos regulares castelhanos, sobretudo franciscanos e dominicanos. Tais religiosos pretendiam, entre outras coisas, converter os povos mesoamericanos ao cristianismo e enquadrá-los na história universal cristã. Para a primeira tarefa era necessário conhecer os usos e costumes locais e combater aqueles que fossem considerados idolátricos. Para a segunda, era preciso conhecer suas histórias passadas e saber, por exemplo, se eram descendentes de uma das tribos perdidas de Israel ou se eram pagãos que descendiam

diretamente de Cam, um dos filhos de Noé. Em ambos os casos, os códices pictográficos e os especialistas nativos em sua leitura e confecção foram utilizados como fontes de informação por religiosos como Toribio de Benavente, Pedro de los Ríos, Diego Durán, Bernardino de Sahagún, Diego de Landa, Juan de Torquemada e José de Acosta, alguns dos quais citaram ou reproduziram partes dos manuscritos mesoamericanos em suas obras.¹⁰

Nessa mesma época, além das tradições de pensamento e escrita mesoamericanas¹¹ continuarem a existir e a produzir manuscritos em *escrita tlacuillo*¹², descendentes das elites locais que haviam sido educados pelos missionários passaram a produzir textos alfabéticos baseados em manuscritos pictográficos e a transcrever as leituras dos sábios e especialistas com o alfabeto latino. Essas atividades contribuíam para que os novos senhores político-tributários da região, isto é, os castelhanos, os reconhecessem como membros de antigas linhagens dirigentes e, por vezes, os aceitassem como nobres que intermediariam as relações com o restante da população indígena.¹³ De maneira geral, esse foi o caso

¹⁰ Analisamos de maneira detalhada as obras de Bernardino de Sahagún, Diego Durán e José de Acosta durante a pesquisa de mestrado. Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Deuses do México indígena. Estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2002.

¹¹ Por *tradições de pensamento e escrita* estamos nos referindo a um conjunto em funcionamento de organizações, grupos, instituições ou indivíduos que se dedicavam de modo sistemático, mas não necessariamente exclusivo, à construção, manutenção, transformação e veiculação de explicações socialmente aceitas acerca das origens e funcionamento do Mundo e da sociedade. Na Mesoamérica, em geral, tais indivíduos, grupos ou instituições eram parte das elites dirigentes e se serviam dos registros pictográficos.

¹² O termo nahuatl *tlacuillo* é um substantivo e adjetivo que significa *escrita-pintura* ou *pintado-escrito* e refere-se ao resultado da ação de um *tlacuilo*, isto é, de um *escriba-pintor*. Os dois termos nahuas derivam do verbo *cuiloa*, que significa *escrever-pintar*. Veremos que empregar o termo *escrita* para se referir ao sistema mixteco-nahua não é apenas um problema de preferência terminológica, pois envolve princípios e pressupostos teóricos que afetam a análise das fontes em *tlacuillo*. Tratamos detalhadamente desse tema em SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005, pp. 74-88.

¹³ Tratamos em detalhe das transformações e continuidades na produção de explicações históricas pelas elites nahuas de tempos coloniais em SANTOS, Eduardo Natalino dos. As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América: transformações e continuidades entre nahuas e incas. In: *Revista de História. Departamento de História, FFLCH-USP*. São Paulo: Humanitas & FFLCH – USP, n.º. 150, 1.º semestre de 2004, pp. 157-207.

de Antonio Valeriano de Azcapotzalco, de Dom Fernando de Alva Ixtlilxochitl, de Alonso Vegerano de Cuauhtitlan, de Martin Jacobita de Texcoco, de Pedro de San Bonaventura de Cuauhtitlan e de Chimalpahin Cuauhtlehuanitzin, entre muitos outros.¹⁴

Desde o século XVI, mas sobretudo a partir do século XVII, os códices pictográficos tornaram-se também objetos de desejo de colecionadores, alguns dos quais publicaram inventários de suas coleções e trechos de seus manuscritos, bem como algumas parcas e problemáticas explicações sobre seus conteúdos. Em geral, tais explicações não eram produzidas pelos próprios colecionadores, mas encomendadas a letrados e religiosos que se dedicavam, como parte de seu trabalho ou por interesse humanista, à história, línguas, usos e costumes dos povos indígenas americanos. Entre esses colecionadores e estudiosos, destacam-se Sigüenza y Góngora, no século XVII, Lorenzo Boturini, Francisco Javier Clavijero e Lino Fábrega, no século XVIII. A tradição dos colecionadores de códices chegou até o século XIX, época em que se destacam os nomes do Lorde Kingsborough, de Brasseur de Bourbourg, de José Fernando Ramírez, de Faustino Galicia Chimalpopoca e de Joseph Marius Alexis Aubin. Esse último é considerado um dos precursores dos estudos acadêmicos sobre os códices do México central, pois publicou, ainda em meados do século XIX, tentativas de interpretar comparativamente suas pinturas e elementos glíficos, bem como cópias litográficas completas de sete manuscritos.¹⁵

No entanto, os estudos sobre os códices mesoamericanos passaram a adotar as bases teórico-metodológicas modernas – das recém-criadas disciplinas de História e Arqueologia – apenas no último quartel do século XIX. Sendo assim, apesar do muito que deviam aos escritores indígenas, aos religiosos e aos colecionadores dos séculos anteriores, podemos dizer que os trabalhos acadêmicos sobre os códices pictográficos surgem ou se consolidam nesse mo-

¹⁴ Informações sucintas e precisas sobre os escritos alfabéticos produzidos durante o período Colonial pelos indígenas mesoamericanos, ou sobre eles, podem ser obtidas em GIBSON, Charles & GLASS, John B. A census of Middle American prose manuscripts in the native historical tradition. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 15. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975, pp. 322-400.

¹⁵ Cf. GLASS, John B. A survey of native Middle American pictorial manuscripts. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 14. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975, pp. 19-26.

mento.¹⁶ Os primeiros manuscritos a serem analisados sob a influência dessas novas disciplinas foram os códices mixtecos da região de Oaxaca e os códices nahuas do altiplano central mexicano, cujos estudos, por sua vez, influenciaram as primeiras análises dos códices maias. Entre os primeiros acadêmicos especializados nos códices das *antigas civilizações do México e América Central*¹⁷, podemos destacar Manuel Orozco y Berra, Alfredo Chavero, León de Rosny, Ernst Förstemann, Francisco del Paso y Troncoso, Eduard Seler, Zelia Nuttall e Alfonso Caso.

Uma das grandes inovações introduzidas nos estudos dos códices mesoamericanos por esses primeiros historiadores e arqueólogos, além dos procedimentos teórico-metodológicos recomendados pelas novas disciplinas acadêmicas, como a crítica documental, foi a combinação sistemática das análises dos manuscritos pictográficos com os estudos de fontes alfabéticas e com os dados oriundos das pesquisas arqueológicas e etnográficas. Como um dos grandes exemplos desse tipo de combinação, podemos citar os estudos de Alfonso Caso sobre os códices do ocidente de Oaxaca, publicados a partir de 1930 e que influenciaram grande parte dos estudiosos contemporâneos e das décadas seguintes.¹⁸

Os estudos realizados entre o último quartel do século XIX e a primeira metade do século XX com essa combinação de fontes e dados propiciaram grandes avanços na decifração dos códices mixteco-nahuas, sobretudo na de seus glifos toponímicos, onomásticos e calendários, cujas leituras tornaram-

¹⁶ Nessa época, os estudiosos passaram a contar também com o Congresso Internacional de Americanistas. Sua primeira edição foi realizada na França, em 1875. Em sua quarta edição, na Espanha, em 1881, houve uma grande exibição de códices que se encontravam em coleções e bibliotecas desse país. Cf. *Ibidem*.

¹⁷ A utilização do termo *Mesoamérica* e a consciência dessa unidade cultural entre os estudiosos se tornaram mais palpáveis somente depois dos anos de 1940, com os estudos de Paul Kirchhoff sobre as reflexões de Clark Wissler e de Eduard Seler. Cf. KIRCHHOFF, Paul. *Mesoamérica: sus límites geográficos, composición étnica y caracteres culturales*. In: *Suplemento de la Revista Tlatoani*. México: Sociedad de Alumnos de la Escuela Nacional de Antropología e Historia, nº. 3, 1960.

¹⁸ Entre suas inúmeras obras, podemos destacar: *El pueblo del Sol*. 13ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1994. / *Los calendarios prehispánicos*. México: Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, 1967. / *Reyes y reinos de la Mixteca*. 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica, 1977-1979.

se razoavelmente bem estabelecidas desde então. Tais estudos também estabeleceram que tais códices combinavam glifos fonéticos, logográficos e ideográficos com pinturas, e que os glifos logográficos e ideográficos e as pinturas eram predominantes – se bem que muitos signos visuais podem ser uma e outra coisa ao mesmo tempo e a natureza de muitos deles permanece, ainda hoje, sujeita a polêmicas.

Por outro lado, acredita-se hoje que a ênfase desses estudos nos aspectos astronômicos e calendários e a interpretação da maioria dos conjuntos pictóricos como representações de deuses – muitos dos quais entendidos como evocações de corpos celestes – tenham sido inadequadas. Esse tipo de interpretação é comumente conhecido como *astralista* e teve em Eduard Seler um de seus maiores expoentes.¹⁹

Esses procedimentos de pesquisa e viés de interpretação passaram aos recém-inaugurados estudos maias e foram aplicados aos códices e estelas oriundos da porção oriental da Mesoamérica.²⁰ As principais conclusões desses primeiros estudos foram que a escrita maia, assim como a mixteco-nahua, era predominantemente ideográfica e que o conteúdo predominante dos códices e estelas era de caráter matemático-astronômico e calendário. Conseqüentemente, os maias passaram a ser vistos como um povo extremamente pacífico e contemplativo, características que ainda hoje lhes são atribuídas em muitos livros didáticos.

Nos meios acadêmicos, essa visão durou apenas até as décadas de 1950 e 1960, quando os trabalhos de Yuri Knorozov, Heinrich Berlin e Tatiana Proskouriakoff começaram realmente a decifrar os glifos maias, derrubando as leituras ideográficas e a exclusividade da interpretação *astralista*.²¹ Esses estu-

¹⁹ Cf. REYES GARCÍA, Luis. Dioses y escritura pictográfica. In: *Arqueología Mexicana. Códices prehispánicos*. Direção científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. IV, nº. 23, 1997, pp. 24-33.

²⁰ Entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, os estudos arqueológicos, lingüísticos e históricos apenas começavam a delimitar com mais clareza a existência de uma relativa unidade histórico-cultural entre as centenas de sítios arqueológicos encontrados na porção leste da Mesoamérica. A essa unidade foi dado o nome de *região cultural maia*, uma das partes em que se subdivide a Mesoamérica.

²¹ A base do processo de decifração fonética dos glifos maias foi o abecedário presente na *Relación de las cosas de Yucatán*, obra composta pelo frei Diego de Landa no século XVI. Essa obra perdeu-se após sua morte e foi reencontrada em Madri apenas em 1861, pelo abade Brasseur de Bourbourg. Cf. COE, Michael D. *El desciframiento de los glifos mayas*. Tradução Jorge Ferreira. 4ª. reimpressão, México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

diosos mostraram a enorme presença de conteúdos relacionados à história grupal e dinástica nos escritos maias, principalmente nas estelas, que versavam sobre as conquistas, guerras e linhagens dirigentes. Além disso, mostraram também que a escrita obedecia a um sentido de leitura padrão e era de índole mista, isto é, composta por glifos fonéticos, logográficos e ideográficos, mas com predomínio de glifos fonéticos e, depois, logográficos.²²

Devido à presença predominante dos glifos fonéticos e de um sentido de leitura relativamente padronizado²³, os trabalhos de decifração do sistema de escrita maia avançaram rapidamente e seus resultados se mostraram menos sujeitos a polêmicas e controvérsias elementares, presentes ainda hoje nos estudos dos códices mixteco-nahuas, nos quais predominam os glifos ideográficos e pinturas e não há um sentido de leitura único e válido para todos os manuscritos. Isso, apesar dos contextos de produção dos escritos maias serem muito menos conhecidos do que os nahuas e mixtecos, pois no momento da chegada dos castelhanos havia poucos centros urbanos maias em funcionamento. Por outro lado, a existência vigorosa de povos maias que atualmente falam as línguas grafadas nos códices e estelas, ou derivadas delas, tais como o iucateco, o quiché, o chontal, o tzotzil, o tzeltal e o cakchiquel, facilitou o avanço na decifração e catalogação dos glifos, sobretudo dos fonéticos.

Dessa forma, desde meados do século XX, os estudos dos escritos maias tornaram-se muito específicos, pois dependiam do aprendizado de uma língua maia em particular, e ganharam uma grande autonomia em relação aos estudos de códices e inscrições mixteco-nahuas. Desde essa época, a existência dessas duas tradições de estudo – que contam com formações diferentes e com a existência de universos bibliográficos distintos – faz com que poucos pesquisadores circulem entre elas ou sejam especialistas em ambas. Por esses motivos, iremos nos concentrar unicamente em uma das tradições de estudo, a dos códices mixteco-nahuas, com a qual estamos mais familiarizados.

Embora os contextos de produção, uso e circulação dos códices mixteco-nahuas sejam mais bem conhecidos do que os maias, principalmente devido

²² Cf. LONGHENA, María. *Maya script: a civilization and its writing*. Tradução Rosanna M. Giammanco Fongia. Nova Iorque: Abbeville Press, 2000.

²³ Em geral, os glifos maias são lidos da esquerda para a direita, do topo para baixo e em pares de colunas.

ao enorme número de textos alfabéticos em castelhano, nahuatl ou outras línguas indígenas transliteradas, os avanços no entendimento de seus mecanismos de leitura e de parte de seus glifos ideográficos estiveram mais sujeitos a polêmicas elementares e basilares. Isso se deve, principalmente, ao predomínio dos glifos ideográficos e das pinturas, cujas leituras dependiam de tradições orais, bem como à inexistência de um sentido universal de leitura²⁴ e à dificuldade de estabelecer quais signos visuais são pinturas e quais são glifos fonéticos, ideográficos ou logográficos – ou, dito de outra forma, em que situações os signos grafados operam como pinturas ou como glifos fonéticos, ideográficos e logográficos, pois muitos deles transitam entre essas categorias ou acumulam, por exemplo, sentidos fonéticos e ideográficos.

Não obstante essas dificuldades, um grande número de estudiosos continuou a se debruçar sobre essas fontes nos últimos cinquenta anos e a produzir uma quantidade significativa de estudos. Alguns deles deram continuidade às abordagens que vigoraram até as primeiras décadas do século XX, outros revisaram parcialmente esses antigos resultados e alguns outros propuseram formas completamente distintas de analisar os códices pictográficos mixteco-nahuas. Esses esforços geraram uma verdadeira explosão na quantidade de estudos e publicações sobre tais manuscritos na segunda metade do século XX.

As obras que serão analisadas na sequência, embora não dêem conta da totalidade dessa produção, servirão de amostragem das principais linhas e polêmicas nesse campo de pesquisa. Acreditamos que para efetivar o “mapeamento” crítico das abordagens atuais e mais importantes, como propusemos de início, é mais significativo agrupar as obras analisadas por afinidades teórico-metodológicas do que cronologicamente. Esse tipo de agrupamento permitirá uma percepção mais clara das diferentes escolas ou tradições de uso e interpretação de tais fontes, bem como de alguns de seus pressupostos teóricos e limites analíticos. Antes, porém, convém lembrar que seria impossível agrupar as obras de diversos estudiosos em relação às formas de utilização

²⁴ Isso não significa que cada manuscrito mixteco-nahua não possua um sentido de leitura, bem como indicações internas que permitem estabelecê-lo, tais como as indicações fornecidas pelos glifos calendários e cosmográficos. Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005.

dos códices sem apelar para reduções profundas e generalizações amplas e, desse modo, sem cometer graves injustiças em face dos detalhes e da riqueza de muitas delas. No entanto, não há outro modo de fazê-lo num artigo.

II – Uso de fragmentos descontextualizados e subordinados a macro-teorias

O estudioso mexicano Rubén Bonifaz Nuño propõe explicitamente uma maneira de analisar as imagens mesoamericanas em geral, a qual, portanto, também se aplicaria às pinturas e glifos dos códices. Bonifaz Nuño não acredita que os povos mesoamericanos possuísem um sistema de escrita e, assim, o único caminho para utilizar suas imagens como fontes históricas seria uma espécie de leitura iconográfica, baseada claramente em algumas considerações de Panofsky, mas acrescidas de uma grande dose de nacionalismo.

O estudioso nomeia sua proposta de *hipótese iconográfica e textual*²⁵ e acredita ser o único caminho para livrar o estudo dos povos mesoamericanos do que chama de *influências do olhar do conquistador*. Para sua execução, Bonifaz Nuño propõe que se analisem conjuntos de imagens comprovadamente pré-hispânicas para definir seus traços e elementos particulares e repetíveis, os quais formariam um sistema de representação, isto é, um grupo de signos recorrentes e articulados com sentidos relativamente bem definidos. Depois, segundo o estudioso, seria necessária uma observação humilde e paciente dos elementos componentes do sistema de representação, a qual, por razões não explicadas, permitiria o entendimento de seus significados. Por fim, se analisariam textos coloniais em busca da descrição ou menção de tais significados, cujas presenças comprovariam que tais textos são *representantes autênticos do pensamento pré-hispânico*, o que autorizaria sua utilização como fonte histórica *não contaminada* pelo pensamento europeu. Em suas palavras: “*El método que para el estudio de nuestra cultura prehispánica he propuesto, consiste en sólo tener por auténticos los textos contenidos en fuentes escritas, cuando su contenido coincide con imágenes plasmadas en las piezas arqueológicas cuya autenticidad no admite duda, ya que fueron hechas antes de la invasión europea.*”²⁶

²⁵ Utilizaremos o itálico para citar expressões que se encontram de modo recorrente nas obras historiográficas analisadas.

²⁶ BONIFAZ NUÑO, Rubén. *Cosmogonía antigua mexicana*. México: Coordinación de Humanidades – UNAM, 1995, p. 101.

A partir da afirmação e da síntese que fizemos acima, pode-se perceber que a proposta de Rubén Bonifaz Nuño possui muitos aspectos, no mínimo, problemáticos. Não iremos abordar diretamente os mais genéricos, tais como seu nacionalismo – presente ao afirmar que os mexicanos atuais são herdeiros diretos da cultura pré-hispânica e que assim estariam mais aptos a estudar as imagens desse período – ou suas simplificações pejorativas sobre as transformações dos povos indígenas no período Colonial – presentes ao conceituar as complexas alterações político-culturais desse período como *desvios de uma cultura original e autêntica* ou como *contaminação*.²⁷ Iremos nos deter nas afirmações igualmente problemáticas que o autor faz ao propor um método de análise das imagens mesoamericanas e uma forma de articulá-las às fontes alfabéticas.

Em duas de suas obras mais importantes, Bonifaz Nuño afirma que quatro formas são inquestionavelmente recorrentes no conjunto das imagens mesoamericanas pré-hispânicas: a humana, a ofíδια, a felina e a ornitológica.²⁸ Segundo sua interpretação, resultante da *observação humilde e paciente*, tais formas significariam, respectivamente, a matéria da ação divina, a união entre deuses e homens, as águas incriadas e a elevação da própria criação. Esses sentidos se confirmariam no texto colonial intitulado *Histoire du Mechique*, considerado então como o escrito que representaria de maneira *mais autêntica* o pensamento pré-hispânico.

Ao apresentar tais significados para as imagens analisadas, Bonifaz Nuño não considera seus contextos de produção, uso e circulação e tampouco, no caso das imagens provenientes de códices, seus posicionamentos textuais.²⁹ O autor não explica como é possível partir da observação e do isolamento de

²⁷ A crença de Bonifaz Nuño que os mexicanos atuais são herdeiros diretos das culturas pré-hispânicas e sua obstinação em tentar separar o que seria autenticamente indígena da influência estrangeira também se projetam sobre suas análises da historiografia, que se dividiria simplesmente em dois tipos: a nacional e a estrangeira. Essa última se caracterizaria por submeter o mundo mexicano a erros importados. Cf. BONIFAZ NUÑO, Rubén. *Imagen de Tlálloc*. México: El Colegio Nacional, 1992.

²⁸ Cf. *Cosmogonía antigua mexicana*. México: Coordinación de Humanidades – UNAM, 1995. / *Olmecas: esencia y fundación – Hipótesis iconográfica y textual*. México: El Colegio Nacional, 1992.

²⁹ Ver, por exemplo, o uso que o autor faz de algumas imagens dos códices *Vaticano B e Borgia*. Cf. BONIFAZ NUÑO, Rubén. *Cosmogonía antigua mexicana*. México: Coordinación de Humanidades – UNAM, 1995, pp. 111-112.

algumas formas recorrentes no universo imagético mesoamericano e chegar aos seus significados gerais e, supostamente, não *contaminados* pela influência européia. Sendo assim, ao eleger alguns elementos como recorrentes e ao atribuir-lhes significados obtidos por meio do que chama de *observação humilde e paciente*, o autor parece acreditar que as formas são portadoras de significados universais e imanentes, que independeriam de seus usos e contextos de inserção e cujos sentidos emanariam delas próprias e seriam acessíveis ao estudioso que as observasse por um longo tempo. Na realidade, parece que tais significados derivam do texto *Histoire du Mechique*, além de derivarem também da mitologia e filosofia clássicas, áreas de estudo conhecidas pelo autor.³⁰ Dessa forma, o procedimento de Bonifaz Nuño ao articular imagens e textos alfabéticos é, na verdade, o inverso do que declara, ou seja, o autor parte de narrativas alfabéticas sobre a cosmogonia mesoamericana e, à partir delas, busca imagens e formas pré-hispânicas que poderiam ser relacionadas aos seus conteúdos. Sendo assim, as imagens são empregadas, praticamente, para ilustrar informações obtidas em textos coloniais – e também em escritos sobre a mitologia grega e o pensamento pré-socrático.

De maneira geral, as obras de Serge Gruzinski procuram explicar o processo de transformação cultural desencadeado pela conquista e colonização castelhana da região do atual México ou as maneiras como as culturas nativas foram entendidas pelo pensamento cristão. No primeiro caso, parte da hipótese que a convivência entre castelhanos e mesoamericanos ocasionou uma grande pluralidade de práticas de origens distintas, que foram modificadas por meio de criações improvisadas ou pela justaposição de elementos exóticos. No entanto, devido a um certo predomínio da cultura ocidental, cujos fundamentos não são citados de maneira explícita pelo autor, as sociedades nativas tiveram que se adaptar à *irrupção do Ocidente* mais do que esse às sociedades nativas.³¹ Dessa

³⁰ Vale notar que a *Histoire du Mechique* é, praticamente, o único texto empregado por esse autor para atribuir significados às imagens mesoamericanas. Podemos demonstrar em outra ocasião que a estrutura narrativa e a seleção temática desse texto são muito diferentes das formas tradicionais nahuas e muito parecidas às que se encontram nos escritos dos religiosos castelhanos. Dessa forma, entre os textos alfabéticos de origem nahua, a *Histoire du Mechique* parece ser um dos mais influenciados pelas demandas, curiosidades e perguntas de origem européia. Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005.

³¹ Parece-nos evidente que tal predomínio ancorava-se nas alianças e vitórias político-militares dos castelhanos e aliados indígenas – que para pactuar com os cristãos aceita-

forma, as antigas elites e instituições mesoamericanas, responsáveis pela manutenção da memória e do saber, teriam se adaptado às novidades, perseguições e imposições dos cristãos, alterando suas próprias visões e práticas por meio de adoções de elementos estrangeiros modificados (interpretados), formando uma cultura *mestiça* ou *híbrida*, distinta das duas que lhe deram origem. No segundo caso, ao tratar das maneiras como as culturas nativas foram entendidas pelo pensamento cristão, Gruzinski busca explicitar, por vezes de forma muito precisa e contundente, como os povos mesoamericanos foram inseridos em um espaço intelectual inventado pelo Ocidente e explicados por meio de conceitos que lhes seriam exóticos, como *religião*, *superstição*, *crença*, *culto*, *sacrifício*, *adoração*, *deus*, *ídolo*, *idolatria*, *cerimônia* e outros.³²

Para a realização desses propósitos, Gruzinski – por vezes em parceria com Carmen Bernand – utiliza principalmente os textos castelhanos e, de maneira pontual, algumas imagens extraídas de quadros e murais e, também, de códices pictográficos. Tais imagens são selecionadas e servem principalmente para comprovar informações obtidas nos textos alfabéticos, assim como para fortalecer suas teorias sobre a junção entre elementos culturais modificados, de origem ocidental ou mesoamericana. É o que ocorre, por exemplo, num dos capítulos do livro *La colonización de lo imaginario*, intitulado *La pintura y la escritura*. Nele, o autor menciona algumas páginas de códices pré-hispânicos, como o *Zouche-Nuttall*, apenas para mostrar, com base em textos castelhanos e em algumas outras imagens extraídas de códices coloniais, as altera-

ram formalmente sua religião – sobre outros grupos indígenas. Tais vitórias, em geral, precediam os processos de catequese e conversão e a instalação das instituições castelhanas, que assim gozavam de superioridade política em relação às instituições nativas. Dessa forma, a *irrupção do Ocidente* na América indígena deve-se antes a vitórias político-militares do que a uma suposta superioridade cultural, que aparece de maneira implícita em algumas obras de Serge Gruzinski, nas quais se abordam as transformações culturais geradas pelo convívio entre castelhanos e indígenas, mas não se explicitam suficientemente as hierarquias políticas envolvidas nessas relações. Cf. *La guerra de las imágenes: De Cristóbal Colón a "Blade Runner"* (1492–2019). Tradução Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

³² Cf. BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *De la idolatría. Una arqueología de las ciencias religiosas*. Tradução Diana Sánchez F. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. / GRUZINSKI, Serge. *La guerra de las imágenes: De Cristóbal Colón a "Blade Runner"* (1492–2019). Tradução Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. / GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI – XVIII*. Tradução Jorge Ferreiro. 2ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

ções geradas pela colonização castelhana no sistema mixteco-nahua, que teriam gerado formas *mestiças* de expressão plástica e escritural.

Sendo assim, ao extrair e utilizar apenas algumas imagens ou páginas dos códices, o autor minora seus valores posicionais, pois desconsidera os significados relacionais que poderiam ter em meio dos textos pictográficos, isto é, no transcurso de uma longa mensagem cifrada, da qual cada imagem era apenas uma parte. Da mesma forma, Gruzinski deixa de atentar também para os significados que a tais imagens seriam atribuídos em leituras específicas, isto é, em atos e práticas sociais particulares que envolviam um sistema de escrita a serviço das elites dirigentes mesoamericanas – embora cite que os códices eram parte de um sistema institucionalizado de expressão, com funções socialmente definidas, como o controle material-econômico e a manutenção de privilégios.³³

O uso pontual e descontextualizado que Serge Gruzinski faz de algumas imagens dos códices mixteco-nahuas talvez se relacione ao seu ceticismo quanto às possibilidades de leitura dos relatos codificados nos glifos e pinturas desses manuscritos. Em suas palavras: “*As inscrições mesoamericanas, por mais sofisticadas que sejam, não foram inteiramente decifradas e são de pouca valia para empreender uma reconstituição histórica.*”³⁴ Na mesma página dessa obra, escrita em parceria com Carmen Bernand, os autores vaticinam: “*Tudo o que sabemos sobre as civilizações antigas procede, desta forma, dos conquistadores europeus.*”. Serge Gruzinski justifica seu ceticismo no fato de tais escritos, supostamente, não possuírem *guias de leitura* e que, desse modo, “*Pretender pasar través del espejo y captar a los indios fuera de Occidente es un ejercicio peligroso, con frecuencia impracticable e ilusorio.*”³⁵ Por essas afirmações, po-

³³ Cf. GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI – XVIII*. Tradução Jorge Ferreira. 2ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 15-76.

³⁴ BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *História do Novo Mundo. Da descoberta à conquista uma experiência européia (1492–1550)*. Tradução Cristina Muracho. São Paulo: Edusp, 1997, p. 17.

³⁵ GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI – XVIII*. Tradução Jorge Ferreira. 2ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 13. Tais argumentos são muito frágeis ou de natureza retórica, pois o fato de não haver um entendimento completo das inscrições mesoamericanas não anula tudo o que já se sabe sobre elas e os avanços realizados em sua decifração. Prova disso são, por exemplo, os estudos sobre a história dos centros maias do período Clássico e sobre a história dos reinos de Oaxaca, fundamentados nos escritos pictográficos e nas fontes arqueológicas.

demos dizer que o estudioso acredita ser impossível obter informações com a leitura e interpretação dos códices pictográficos que já não estejam nos textos alfabéticos e, sendo assim, o primeiro grupo de fontes serviria apenas para confirmar ou ilustrar as informações que estariam no segundo.

Pelo exposto acima, podemos observar que as obras de Rubén Bonifaz Nuño e de Serge Gruzinski podem ser agrupadas por apresentarem algumas posturas semelhantes no tratamento dispensado aos códices pictográficos, não obstante as enormes diferenças entre seus objetivos: separar os elementos pré-hispânicos dos cristãos e chegar ao *autenticamente indígena*, no caso do primeiro, e mostrar a formação de uma cultura híbrida por meio da junção de elementos modificados e provenientes de dois mundos distintos, no caso do segundo. A síntese que apresentaremos abaixo, pautada pelas quatro questões iniciais, procurará mostrar mais claramente as características comuns das formas como ambos tratam os códices pictográficos mixteco-nahuas. Acreditamos que ela contribuirá para explicitar as razões que nos levaram a agrupar suas obras nesta parte e a chamar a forma como utilizam os códices de “uso de fragmentos descontextualizados e subordinados a macro-teorias”. Aproveitaremos também para tecer algumas considerações sobre os alcances e limites desse tipo de uso.

A – Produção, circulação e utilização primária dos manuscritos. Os dois autores, principalmente Serge Gruzinski, citam os contextos de uso, produção e circulação dos códices pictográficos, mas minoram ou desconsideram sua importância no momento da análise das imagens. Sendo assim, os múltiplos sentidos que poderiam ser atribuídos a uma determinada imagem por grupos sociais diversos ou em atos sociais distintos não são valorizados de maneira significativa nas obras dos dois autores – no caso de Bonifaz Nuño, não são sequer mencionados como uma possibilidade de investigação e pesquisa.

B – Posicionamento textual. Nos dois casos, mas sobretudo no de Rubén Bonifaz Nuño, predominam análises de imagens isoladas que resultam em explicações que desconsideram o valor posicional dos signos visuais em meio das inscrições pictográficas. Ao desconsiderar o posicionamento textual da imagem ou glifo, quase que automaticamente desconsideram também o tipo de manuscrito ao qual as imagens analisadas pertencem. Tais manuscritos se dividiam em tipos razoavelmente bem delimitados, como os livros de anais (*xihuahmatl*) ou os livros da conta dos dias e dos destinos (*tonalamatl*), os quais eram lidos e utilizados em circunstâncias relativamente bem diferentes e que certamente influenciavam no significado das suas imagens e glifos.

C – Sentidos historicamente atribuídos. Como a importância do contexto de produção, uso e circulação do códice e o valor posicional que a imagem ocupa no interior dele são minorados, predomina a tendência de buscar sentidos estáveis e que confirmem macro-teorias previamente traçadas, como a da *mestiçagem* ou a do *humanismo da religião mesoamericana*.³⁶ Tal postura não deixa muito espaço para preocupações e perguntas historicamente mais específicas, tais como: qual significado seria atribuído pelos *tonalpouhque* mexicas (sábios especializados em prognósticos) do início do século XVI à imagem de Mictlantecutli (Senhor do Inframundo) que aparece na décima trezena de dias do *tonalamatl* (livro da conta dos dias e do destino) ao serem consultados por um *pochteca* (comerciante) que buscava saber sobre sua próxima viagem?

D – Articulação com fontes de outra natureza. Nas obras dos dois autores predomina o uso de fontes alfabéticas, seguido pelo uso de imagens em geral. Entre essas imagens, estão alguns conjuntos pictográficos retirados de códices e que geralmente são analisados de maneira isolada, descontextualizada e subordinada aos sentidos apreendidos nos textos alfabéticos – ou às macro-teorias apontadas acima. Esse tipo de uso pode induzir à pressuposição que os significados das imagens e glifos dos códices somente podem ser pesquisados por meio de textos alfabéticos; e não por outros códices pictográficos ou por meio de outros tipos de vestígios, como os analisados em estudos arqueológicos.³⁷

III – Uso semicontextualizado e subordinado aos conceitos *deus, mito e ritual*

As obras de Enrique Florescano são fortemente marcadas pela presença dos conceitos *memória, mito e história*. Esses três conceitos articulam-se na

³⁶ Uma das principais idéias que Bonifaz Nuño defende nas obras mencionadas acima é a centralidade do homem no pensamento cosmogônico mesoamericano, que ele chama de *humanismo da religião mesoamericana*.

³⁷ Os estudos que articulam diversos códices pictográficos entre si e com textos alfabéticos de origem indígena serão apontados na parte IV do artigo, intitulada *Uso contextualizado de manuscritos produzidos por tradições de pensamento e escrita*. Há diversos estudos arqueológicos que procuram relacionar os vestígios materiais encontrados em contextos arqueológicos bem definidos com suas representações nos códices, buscando esclarecer os usos e significados sociais dos objetos e de suas representações ou menções em textos pictográficos. Vale conferir, por exemplo, as obras de Eduardo Matos Moctezuma: *Muerte a filo de obsidiana. Los nahuas frente a la muerte*. 4ª. edição, México: Asociación de Amigos del Templo Mayor & Fondo de Cultura Económica, 1997. / *Vida y muerte en el Templo Mayor*. 3ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica & Asociación de Amigos del Templo Mayor, 1998.

proposta que o autor faz para os estudos mesoamericanos: reconstituir as *imagens míticas* que os povos indígenas elaboraram de seu passado a partir do enorme conjunto de narrativas que chama de *memória mexicana*; em seguida, separar nelas o que seria histórico – supostamente os relatos verossímeis sobre acontecimentos passados – do que seria mítico – supostamente tudo o que não se encaixaria na delimitação anterior.³⁸

Florescano utiliza prioritariamente os textos alfabéticos para tentar recompor as *imagens míticas*, cujos símbolos nos remeteriam indiretamente a fatos passados ou a formulações simbólicas específicas da cultura e do pensamento mesoamericano.³⁹ É o que faz, por exemplo, ao analisar o caso de Quetzalcoatl. A partir de informações obtidas em textos alfabéticos, como a *Leyenda de los soles* e os *Anales de Cuauhtitlan*, Florescano caracteriza essa personagem cosmogônica e histórica como uma metáfora do *desenvolvimento* e dos *altos valores* dos povos mesoamericanos, tais como as plantas cultivadas, os primeiros reinos e a criação do Mundo e do homem atual.⁴⁰ Depois, sob essa égide, interpreta diversos conjuntos pictográficos que possuem algum elemento passível de ser relacionado a esse complexo de idéias, considerando a todos como representações de Quetzalcoatl e de seus atributos.

Desse modo, sua utilização das fontes pictográficas é, em geral, secundária e pontual, servindo principalmente para confirmar informações, conclusões e significados obtidos por meio dos textos alfabéticos, bem como por meio dos pressupostos que acompanham os conceitos centrais em suas análises, como *deus* ou *ritual*.⁴¹ Não é raro na obra desse estudioso que tais conclusões e significados sejam tidos como sentidos universalmente aplicáveis às diversas imagens dos códices pictográficos, procedimento que desconsidera a posição textual e o tipo de código

³⁸ Cf. FLORESCANO, Enrique. *Memoria mexicana*. 2ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

³⁹ Cf. FLORESCANO, Enrique. *Mito e história en la memoria mexicana* – Texto datilografado do discurso apresentado em seu ingresso na Academia Mexicana de História como membro de número, em 18 de julho de 1989.

⁴⁰ Cf. FLORESCANO, Enrique. *Sobre la naturaleza de los dioses mesoamericanos*. Disponível em <<http://www.nexos.com.mx/nexos/dic228/temcen/tc1.html>> Consultado em 23 de março de 1998.

⁴¹ Por exemplo, um dos pressupostos que acompanha o conceito *deus* é a idéia que tais seres possuem atributos mais ou menos estáveis, os quais, em geral, devem estar codificados nas vestes, adornos e objetos portados.

em que se encontram – embora o tipo de manuscrito e a posição textual sejam citados algumas vezes pelo autor. Para Florescano, tais cenas condensariam os sentidos contidos discursivamente nos textos alfabéticos, dos quais é possível abstrair *núcleos míticos* ou *desentranhar fatos históricos* tipicamente mesoamericanos, como, respectivamente, a participação de Quetzalcoatl na criação da humanidade atual e a existência de um rei-sacerdote homônimo durante os episódios que levaram a cidade de Tula à ruína.

Podemos ver que nos usos que Florescano faz dos códices pictoglíficos e dos relatos alfabéticos mesoamericanos juntam-se duas pressuposições muito polêmicas. Primeiro, que é possível separar os *elementos míticos* – supostamente produtos do pensamento primitivo que atendem às necessidades simbólicas do universo político e religioso nas sociedades não-ocidentais e pré-modernas – dos *históricos* – produto da manutenção de uma relação de verossimilhança entre o ocorrido e o escrito ou relatado – de forma total e dicotômica no interior das explicações acerca do passado.⁴² Segundo, que os conjuntos pictoglíficos dos códices são predominantemente representações dos deuses e de seus atributos ou rituais relacionados. Essa segunda pressuposição é polêmica pois uma série de análises – algumas das quais tratadas na próxima parte – demonstra que muitos desses conjuntos são compostos de glifos fonéticos e ideográficos que faziam parte de um sistema de escrita e, sendo assim, encontram-se articulados para a codificação de um texto ou discurso.

As obras de Doris Heyden, de maneira geral, se caracterizam pela preocupação central em estabelecer o *caráter simbólico* dos supostos deuses e elementos relacionados, isto é, as qualidades e atributos que não estariam explicitamente declarados nas imagens e relatos sobre os deuses, mas reunidos e codificados neles de forma alegórica. A autora partilha com Florescano o pressuposto de que é possível separar os conteúdos que se referem a acontecimentos reais das elaborações míticas realizadas pelos mexicas e outros povos nahuas na confecção desses símbolos, principalmente no interior dos textos transcritos com o alfabeto latino no período Colonial.

Apoiando-se explicitamente nas teorias de Mircea Eliade acerca do mito e do ritual, Doris Heyden explica, por exemplo, os sentidos das narrativas

⁴² Explicaremos porque não concordamos com os pressupostos desse tipo de análise na próxima parte.

mexicas sobre a fundação de México-Tenochtitlan, as quais possuiriam um fundo histórico real, mas cujo principal objetivo seria inserir tal episódio em um *tempo sagrado* e re-convertido em presente por meio do ritual. Em outras palavras, tais narrativas e símbolos relacionados seriam uma tentativa de reviver ou refazer a cosmogonia e transformar Tenochtitlan em uma cópia dos locais de origem, tais como Aztlan, Chicomoztoc ou Culhuacan.⁴³

Em um de seus mais importantes trabalhos, a autora utiliza-se de uma conjugação ampla de fontes textuais e pictográficas ao analisar o famoso símbolo da fundação de México-Tenochtitlan, no qual se juntariam e sobreporiam elaborações de caráter mítico e histórico.⁴⁴ Apesar da utilização constante de imagens de códices, o modo como Doris Heyden articula as diversas fontes para realizar esse tipo de análise embasa-se num suposto predomínio da tradição oral sobre a escrita na Mesoamérica, principalmente no caso nahua. Essa tradição oral seria auxiliada por ritos, celebrações e pinturas, fato que segundo ela deve servir para que o estudioso subordine o material pictográfico aos textos alfabéticos ao analisá-los, pois esses últimos se relacionariam mais diretamente com os antigos discursos nahuas.

Esse procedimento analítico pode contribuir para esclarecer os sentidos de imagens pictográficas por meio de conceitos, descrições e narrativas encontradas em textos alfabéticos, mas pode, por outro lado, desconsiderar os diferentes contextos pictográficos em que as imagens se encontram ao utilizá-las como entidades mais ou menos independentes, o que certamente traz prejuízos para o entendimento de cargas semânticas específicas, atribuídas a uma imagem em leituras de determinados tipos de livros e em situações sociais específicas.

No estudo de outro caso, Doris Heyden utiliza a mesma abordagem. Realiza um levantamento sistemático dos nomes e atributos pelos quais Tezcatlipoca era tratado no mundo nahua, bem como de suas participações na cosmogonia – os quais se encontram presentes em textos alfabéticos indígenas e nas obras de Bernardino de Sahagún e outros castelhanos. Depois, Heyden associa as informações obtidas nos textos alfabéticos às imagens pictográficas dessa deidade e

⁴³ Cf. HEYDEN, Doris. Las cuevas de Teotihuacan. In: *Arqueología Mexicana. Ritos del México prehispánico*. Dirección científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. VI, nº. 34, 1998, pp. 18-27.

⁴⁴ Cf. HEYDEN, Doris. *México: orígenes de un símbolo (versión adaptada e ilustrada)*. México: CONACULTA & INAH, 1998.

completa sua análise relacionando os significados obtidos nos textos e imagens aos relatos de rituais que se faziam a essa deidade.⁴⁵

Isso mostra como Doris Heyden aprofunda suas análises em temas especificamente mesoamericanos, como Tezcatlipoca ou a fundação de México-Tenochtitlan, não obstante a carga de generalidade inerente aos conceitos que emprega para tratar esses temas, como *mito*, *deus* e *ritual*. A autora consegue reunir uma grande quantidade de informações específicas e obtidas sobretudo nos textos alfabéticos, as quais são, sem dúvida nenhuma, importantes ferramentas no estudo dos códices pictográficos. No entanto, tais informações são relacionadas às imagens pictográficas a que supostamente correspondem sem muita cautela, isto é, sem levar em conta os diferentes meios textuais em que as imagens se encontravam, os distintos tipos de livros a que pertencem e as diversas possibilidades de leituras a que tais livros estavam sujeitos.

Na vastíssima e consistente obra de Alfredo López Austin, os conceitos de *mito*, *deus* e *ritual* também são centrais, bem como a atenção a temas específicos da história e cultura mesoamericana, como Quetzalcoatl, Tollan ou os *homens-deuses*. Uma das preocupações centrais em suas obras é mostrar a existência de uma religião mesoamericana, supostamente evoluída a partir de um estágio histórico-cultural anterior, no qual predominaria o *pensamento mágico*.⁴⁶ Valendo-se dessa premissa e procurando embasá-la em dados arqueológicos, López Austin procura caracterizar a organização da religião mesoamericana, os usos políticos de suas ideologias componentes e a relação entre os povos e seus deuses.

Para desenvolver essa tarefa, utiliza-se centralmente dos textos alfabéticos dos séculos XVI e XVII, nos quais, assim como Enrique Florescano e Doris Heyden, tenta separar os chamados acontecimentos históricos dos míticos. Esses últimos resultariam de elaborações narrativas posteriores, que tinham por objetivo central, segundo o autor, adequar os acontecimentos históricos aos

⁴⁵ Cf. HEYDEN, Doris. Tezcatlipoca en el mundo náhuatl. In: *Estudios de Cultura Nahuatl*. Editor Miguel León Portilla. México: Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, vol. 19, 1989, pp. 83-93.

⁴⁶ Cf. LÓPEZ AUSTIN, Alfredo. Los milénios da la religión mesoamericana (parte I). In: *Arqueología Mexicana. Los olmecas. La religión en Mesoamérica*. Dirección científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. II, nº. 12, 1995, pp. 4-15.

padrões dos relatos criacionais e apresentá-los ritualmente. Por exemplo, as narrativas migratórias nahuas presentes em parte dos códices pictográficos são, para López Austin, o reviver de eventos anteriores mesclados a símbolos políticos atuais que se deve à necessidade de revitalizar o tempo por meio do ritual e *voltar às origens*, à história do tempo do mito (*in illo tempore*).⁴⁷

Em uma de suas obras mais conhecidas, López Austin faz uma espécie de balanço da figura de Quetzalcoatl através dos tempos, tarefa para a qual utiliza centralmente textos alfabéticos, desde os primeiros relatos do século XVI até os estudos historiográficos recentes.⁴⁸ Nela, aponta as múltiplas e contraditórias informações acerca dessa personagem, tida por alguns como homem e por outros como deus, problema que o autor soluciona brilhantemente aplicando o conceito de *homem-deus* a tal personagem e relacionando-o ao termo nahuatl *ixiptla*, que significa *aquilo ou aquele que se faz imagem e semelhança de algo ou alguém*.

Assim como no caso dos dois autores tratados anteriormente, López Austin utiliza prioritariamente as informações e interpretações dos textos alfabéticos, além de estudos arqueológicos, para explicar os sentidos e significados das pinturas em cerâmicas e murais, das esculturas e, também, das imagens dos códices. No entanto, López Austin apresenta os contextos de produção, uso e circulação das fontes de forma mais detalhada do que os dois autores tratados acima, tanto dos textos alfabéticos como dos códices pictográficos, e lhes dá um peso maior em suas análises. Isso porque um de seus principais objetivos é entender os usos e funções desses relatos e imagens como elementos ideológicos das elites.

López Austin também demonstra uma maior preocupação em definir e articular teoricamente os conceitos que emprega – *deus, religião, rito, ritual* – para

⁴⁷ O autor também embasa sua explicação em Mircea Eliade, sobretudo no conceito de *tempo cíclico* das sociedades arcaicas. Cf. LÓPEZ AUSTIN, Alfredo. *Hombre-dios: religión y política en el mundo náhuatl*. México: Instituto de Investigaciones Historicas – UNAM, 1973. Embora nosso objetivo não seja fazer a crítica da forma como os autores utilizam o conceito de *tempo cíclico*, é importante apontar sua insuficiência para dar conta da visão de passado dos povos mesoamericanos. Como pudemos demonstrar em outra ocasião, tais povos contabilizavam a diacronia por meio de um sistema calendário preciso e a valorizavam em seus relatos e registros sobre os eventos passados – o que não exclui a presença da sincronia na contabilidade do tempo e em tais relatos e registros. Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005.

⁴⁸ Cf. LÓPEZ AUSTIN, Alfredo. *Hombre-dios: religión y política en el mundo náhuatl*. México: Instituto de Investigaciones Historicas – UNAM, 1973.

explicar e interpretar os fenômenos político-religiosos da Mesoamérica, adaptando-os, muitas vezes, às especificidades dessa área cultural. No entanto, ao buscar a materialização visual desses conceitos nos códices mixteco-nahuas, mesmo que adaptados à realidade mesoamericana, López Austin restringe a análise desses manuscritos aos elementos que supostamente lhes são correlatos.⁴⁹ Por exemplo, ao tratar do *deus* Quetzalcoatl, refere-se a uma entidade cujo estatuto é especificamente mesoamericano e que se distingue, por exemplo, dos deuses clássicos. No entanto, uma grande quantidade de conjuntos pictográficos distintos é automaticamente explicada como manifestações visuais do complexo ideológico relacionado a Quetzalcoatl. Além disso, em outros casos, vem à tona o pressuposto que a maioria das figuras antropomorfas com atavios que constam nos códices correspondam a deuses e seus atributos, fazendo com que diversos conjuntos pictográficos sejam isolados de seus contextos escriturários e identificados como representações de figuras divinas.

Sendo assim, López Austin subestima os valores posicionais que as imagens ocupam no interior do registro pictográfico, bem como seus valores fonéticos ou ideográficos, seja ao buscar o específico *homem-deus* Quetzalcoatl ou ao identificar uma série de conjuntos pictográficos como deuses, atributos e rituais relacionados. Desse modo, os sentidos e explicações dos conjuntos pictográficos, assim como no caso dos dois autores tratados antes, almejam uma certa universalidade, mesmo que delimitada a casos caracteristicamente mesoamericanos, como o citado *homem-deus* Topiltzin Quetzalcoatl.

Como vimos, há um importante grupo de estudiosos que interpreta as imagens dos códices pictográficos mixteco-nahuas preferencialmente como representações de deuses, rituais e mitos relacionados.⁵⁰ As contribuições desses es-

⁴⁹ Cf. Los ritos: un juego de definiciones. In: *Arqueología Mexicana. Ritos del México prehispánico*. Direção científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. VI, nº. 34, 1998, pp. 4-17. / Los rostros de los dioses mesoamericanos. In: *Arqueología Mexicana. Los dioses de Mesoamérica*. Direção científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. IV, nº. 20, 1996, pp. 6-19.

⁵⁰ Diversas outras obras poderiam ser analisadas como parte desse grupo de estudiosos, como as de Eduardo Matos Moctezuma, citadas em nota anterior, e as de Román Piña Chan, o qual compartilha com López Austin as explicações sobre a origem da religião mesoamericana a partir de uma evolução do *pensamento mágico*, bem como sobre o caráter de *homem-deus* de Quetzalcoatl de Tula. Cf. PIÑA CHAN, Román. *Quetzalcoatl. Serpiente emplumada*. 5ª. reimpressão, México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

tudiosos para o conhecimento de complexos fenômenos político-religiosos têm sido fundamentais aos estudos mesoamericanistas. Isso porque procuram apontar as especificidades da história e do pensamento mesoamericanos, apesar de empregarem conceitos que contribuem para produzir uma visão homogênea acerca de sociedades e períodos históricos muito distintos, pois são aplicados a praticamente todos os povos não-ocidentais ou ocidentais pré-modernos. No entanto, por outro lado, pode-se apontar algumas limitações de suas abordagens no que diz respeito ao uso dos códices como fontes históricas. Segundo as quatro questões e problemas que propusemos de início, podemos dizer, de forma geral, e, portanto, injusta em alguns casos, que suas abordagens aos códices pictográficos caracterizam-se da seguinte forma:

A – Produção, circulação e utilização primária dos manuscritos. Os estudiosos desse grupo valorizam mais os contextos de uso, produção e circulação dos códices pictográficos do que os do grupo anterior, principalmente para explicar os objetivos das tradições narrativas mesoamericanas e, em alguns casos, seus usos ideológicos. Tal valorização ocorre principalmente quando se trata de abordar as fontes em bloco, isto é, como o conjunto da produção de uma determinada tradição narrativa, como a que era mantida pela elite mexica. No entanto, isso não impede que minorem a importância da produção, uso e circulação ao analisarem as imagens e glifos dos códices. Nesse processo, dão maior peso aos pressupostos e capacidades explicativas dos conceitos apontados como centrais em suas abordagens, sobretudo *deus* e *ritual*, com os quais qualificam grande parte das imagens pictográficas e caracterizam seus supostos usos. Por esse motivo, chamamos a forma como empregam os códices de “uso semicon-textualizado e subordinado aos conceitos *deus*, *mito* e *ritual*”.

B – Posicionamento textual. Apesar de encontrarmos nas obras dos autores desse grupo algumas referências e citações ao tipo de livro ou contexto textual em que se encontram as imagens pictográficas, predominam as análises que desvalorizam seu posicionamento textual. Tais análises relacionam-se a temas específicos da história e da cultura mesoamericanas, mas tendem a produzir sentidos e significados supostamente atribuíveis a todas as imagens semelhantes — por exemplo, às imagens de Quetzalcoatl —, independentemente de seu posicionamento textual em cada um dos códices.

C – Sentidos historicamente atribuídos. Como a importância do contexto de produção, uso e circulação do manuscrito e o valor posicional das imagens são atenuados, predomina a tendência de buscar sentidos estáveis e de identificar as imagens pictográficas pertencentes aos mais diversos códices como entidades divinas e seus acessórios-atributos relacionados. Embora isso seja feito por meio de conceitos que homogeneizam as particularidades dos povos não-ocidentais ou ocidentais não-modernos, vale frisar que os sentidos estáveis atribuídos pelos estudiosos desse grupo às imagens dos códices pictográficos, diferentemente do que ocorre com os estudiosos do grupo anterior, tendem a se configurar em torno de temas e elementos particulares da história e da cultura mesoamericanas – por exemplo, a caracterização de Quetzalcoatl como o criador da quinta humanidade, o descobridor do milho e o *homem-deus* portador dos saberes toltecas.

D – Articulação com fontes de outra natureza. Apesar da ampla utilização de códices pictográficos, os autores desse grupo priorizam os textos alfabéticos, no interior dos quais estariam os relatos míticos, cujos símbolos nos remeteriam indiretamente aos eventos históricos ou a outras particularidades da cultura e da história mesoamericana, tais como os usos simbólicos e ideológicos da figura de Quetzalcoatl ou de Tula. Tais símbolos e eventos estariam grafados de outra forma nas imagens pictográficas, explicadas, desse modo, fundamentalmente a partir dos conteúdos e informações dos textos alfabéticos. Essa forma de articular os diferentes tipos de fontes se basearia, segundo Doris Heyden, num suposto predomínio da oralidade – grafada parcialmente em textos alfabéticos coloniais – sobre os elementos pictográficos do sistema mixteco-nahua. No entanto, veremos que a relação entre oralidade e registro visual em tal sistema era muito mais complexa e não se restringia à subordinação de uma forma de expressão à outra. Na verdade, pensamos que os entraves para analisar as fontes alfabéticas e pictográficas em pé de igualdade repousam nas dificuldades de leitura do segundo grupo, que são muito maiores do que as relacionadas ao primeiro.

IV – Uso contextualizado de manuscritos produzidos por tradições de pensamento e escrita

Atualmente, Miguel León Portilla é um dos mesoamericanistas mais conhecidos e suas obras caracterizam-se por análises comparativas que articulam prin-

principalmente textos alfabéticos, mas que também incluem códices pictográficos, principalmente em seus trabalhos mais recentes.⁵¹ Os escritos alfabéticos ou pictográficos são tratados por ele como partes de um *corpo literário*, isto é, de um conjunto formado por escritos que tratam de temáticas distintas e que serviram a usos variados, mas que se relacionam entre si por compartilharem estilos, formas e temas, e também por terem sido produzidos por grupos e instituições sociais semelhantes, ou seja, por escribas e sábios das elites mesoamericanas dos últimos séculos antes do contato ou do primeiro século do período Colonial.⁵² León Portilla acredita que o estudo comparativo dos escritos desse corpo literário permite, com o auxílio de fontes de outra natureza e também dos estudos arqueológicos, o estabelecimento dos estilos de seus componentes, o delineamento do funcionamento e da inserção social das tradições que o produziu, a compreensão dos usos sociais e das leituras a que tais escritos se prestavam e, por fim, o entendimento de seus conteúdos e o conhecimento das especificidades da história e do pensamento mesoamericano.

⁵¹ Cf. *El destino de la palabra: de la oralidad y los códices mesoamericanos a la escritura alfabética*. México: El Colegio Nacional & Fondo de Cultura Económica, 1997. / *Códices – Los antiguos libros del Nuevo Mundo*. México: Aguilar, 2003. Em geral, seus trabalhos são pouco conhecidos em nosso país, à exceção de *Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la conquista*. 2ª. edição, México: UNAM, 1961. Trata-se de uma coletânea de trechos de textos produzidos por indígenas acerca da violência da conquista castelhana que foi traduzida ao português. Um outro texto do estudioso traduzido ao nosso idioma é: *A Mesoamérica antes de 1519*. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina colonial, vol. I*. Tradução Maria Clara Cescato. 2ª. edição, São Paulo: Edusp & Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 25-61. Nele, o qual o autor delinea o desenvolvimento dos povos e culturas anteriores aos mexicas e as realizações culturais no período mexica, além de apresentar uma visão geral da Mesoamérica às vésperas da chegada dos europeus, em 1519.

⁵² A idéia de um *corpo literário nahuatl* já se encontrava presente nas obras de Ángel María Garibay K., professor de Miguel León Portilla, mas restringia-se a textos alfabéticos coloniais. As obras de Garibay foram publicadas desde fins dos anos de 1930 e já no início dos anos 1950 resultaram na obra *Historia de la literatura náhuatl*. México: Editorial Porrúa, 1992, que até hoje é uma referência para o estudo dos textos alfabéticos mesoamericanos do centro do México. Além disso, Garibay foi o responsável pela publicação e por estudos introdutórios das *historias* de Bernardino de Sahagún (Proemio general. In: SAHAGÚN, Fray Bernardino de, *Historia general de las cosas de Nueva España*. 9ª. edição, México: Editorial Porrúa, 1997. pp. 1-14) e de Diego Durán (Diego Durán y su obra. In: DURÁN, Fray Diego. *Historia de las Indias de Nueva España e islas de la tierra firme*. 2ª. edição, México: Editorial Porrúa, 2 volumes, 1984. pp. IX-XLVII), bem com de uma importante coletânea de textos de origem indígena (*Teogonía e historia de los mexicanos: tres opúsculos del siglo XVI*. 5ª. edição, México: Editorial Porrúa, 1996).

Em duas de suas obras mais recentes, León Portilla dedica-se a demonstrar as principais características dos diversos tipos de livros pictográficos pré-hispânicos, bem como do pensamento dos grupos e instituições responsáveis por suas produções.⁵³ Trata também de delinear as mais importantes alterações e continuidades na produção de escritos na Mesoamérica durante o período Colonial, sobretudo as relacionadas à mudança de sistema escriturário, isto é, ao progressivo abandono da escrita pictográfica que é acompanhado pela crescente adoção da alfabética. Dentro desse processo, León Portilla busca “mapear” os estilos e tipos de livros e códices e fixar as características próprias do que chama de *literatura nahuatl*, presentes nos códices pré-hispânicos ou coloniais tradicionais, mas também em muitos textos alfabéticos. Segundo o estudioso, a análise desse processo permite distinguir as alterações de origem européia dos atributos nativos no interior dos textos pictográficos e alfabéticos coloniais, muitos dos quais demonstram uma profunda coerência em relação à produção pré-hispânica, indicando que grande parte de suas formas, estilos, temas e informações não foram criados no século XVI. Essa coerência autorizaria os estudiosos a utilizarem esses manuscritos coloniais como “chaves de leitura” para os textos pré-hispânicos de tradições e estilos compatíveis – desde que tal utilização seja acompanhada por críticas filológicas e históricas rigorosas e pela consciência dos problemas envolvidos na transposição de conteúdos grafados pictograficamente para escritos alfabéticos.

Em outra de suas obras, León Portilla procura fazer uma espécie de história das tradições produtoras dos escritos mesoamericanos, desde as origens olmecas, no segundo milênio a.C., passando pelas tradições teotihuacana, zapoteca, mixteca, maia, tolteca e nahua, e chegando até a época da conquista castelhana.⁵⁴ O autor não reduz sua análise aos códices em pele de veado, papel amate ou tecido – cujos materiais e formatos os tornariam semelhantes aos livros e pergaminhos ocidentais –, mas considera também os baixos-relevos e as pinturas murais e cerâmicas como vestígios de cantos e poemas, de eventos sociais e de saberes sobre os deuses, a astronomia e o calendário. Nessa mesma obra, apon-

⁵³ Cf. *El destino de la palabra: de la oralidad y los códices mesoamericanos a la escritura alfabética*. México: El Colegio Nacional & Fondo de Cultura Económica, 1997. / *Códices – Los antiguos libros del Nuevo Mundo*. México: Aguilar, 2003.

⁵⁴ Cf. *Literaturas indígenas de México*. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica & Editorial Mapfre, 1992.

ta para a necessidade de compreendermos o sistema calendário para podermos entender a lógica gramatical dos códices pictográficos e, desse modo, os contextos textuais em que suas imagens e glifos estão inseridos, pois grande parte desses manuscritos estrutura-se conceitualmente nos cálculos calendários, principalmente os *tonalamatl* – livros utilizados por sacerdotes especializados em prognósticos – e os *xiuhamatl* – livros utilizados pelas elites dirigentes para registrar a história de suas linhagens ou cidades.

Desse modo, as análises de León Portilla estabelecem características comuns e conteúdos paralelos entre códices pré-hispânicos, códices coloniais e textos alfabéticos, alguns dos quais seriam “leituras coloniais” de antigos livros pictográficos com a participação de indígenas.⁵⁵ Sendo assim, de maneira geral, as interpretações ou leituras de Miguel León Portilla das imagens pictográficas tendem a contextualizá-las, em seu meio textual e social, e a vinculá-las ao tipo de livro em que se encontram, procurando, em outras palavras, estabelecer possíveis significados e leituras dentro de um determinado contexto textual-estilístico-social, isto é, formado pelo tipo de livro, pelo uso que dele faziam os especialistas indígenas responsáveis por sua confecção e leitura e também pela inserção social desses especialistas.⁵⁶ A aplicação desses critérios e objetivos ao longo de várias décadas de estudos fez com que

⁵⁵ Exemplos dessas “leituras coloniais” de textos pictográficos são a *Historia de los mexicanos por sus pinturas*, as glosas e textos dos códices Vaticano A e Telleriano-Remense, os *Anales de Cuauhtitlan* e a *Leyenda de los Soles*. Os dois mais importantes levantamentos dos manuscritos alfabéticos e pictográficos mesoamericanos são, respectivamente: GIBSON, Charles. A survey of Middle American prose manuscripts in the native historical tradition. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 15. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 311-321. / GLASS, John B. & ROBERTSON, Donald. A census of native Middle American pictorial manuscripts. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 14. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 81-310.

⁵⁶ Sendo assim, podemos dizer que León Portilla busca as especificidades histórico-culturais da Mesoamérica por meio de seus vestígios escritos, apesar de por vezes se referir a elementos do pensamento mesoamericano com conceitos muito genéricos, como o *eterno feminino* (*Toltecáyotl: aspectos de la cultura náhuatl*. 5ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1995), ou de procurar mostrar que os povos dessa região eram culturalmente superiores, assim como os da antiguidade clássica e oriental, pois possuíam literatura e livros (*Códices – Los antiguos libros del Nuevo Mundo*. México: Aguilar, 2003).

León Portilla trouxesse inúmeras contribuições para a leitura e o entendimento de fontes alfabéticas e pictográficas.⁵⁷

Outro conjunto de estudos importante para exemplificar a abordagem dos códices pictográficos como membros de um grupo de escritos inter-relacionados foi produzido por Gordon Brotherston, que também se refere a esse grupo como um *corpo literário*. Suas obras, de modo geral, se caracterizam pela preocupação em entender as potencialidades e usos dos sistemas de escrita mesoamericanos, sobretudo do mixteco-nahua, que o autor prefere chamar de escrita *tlacuillo*, bem como por traçar as principais características das concepções mesoamericanas de tempo, espaço, passado, política e história, entre outras.

Segundo esse estudioso, grande parte das dificuldades em entender os códices pictográficos advém de uma espécie de preconceito ocidental contra as escritas não-fonéticas ou não-alfabéticas, que se manifesta principalmente de duas formas. Em alguns casos, considerando as imagens que compõem tais sistemas exclusivamente como pinturas e não como signos de uma escrita. Em outros, subestimando os recursos da *linguagem visível* em proveito de uma *visão foneticista*, isto é, que analisa as escritas pictográficas apenas como um instrumento de transmissão da fala e busca decifrar seus códigos lingüísticos como o de um rébus, uma “*linguagem artificial usada para segredos militares, e ignorando qualquer mensagem visual que pudesse estar sendo transmitida.*”⁵⁸

⁵⁷ Por exemplo, a formação dos glifos toponímicos, suas potencialidades conotativas, valores semânticos e representações mais utilizadas nos códices do centro do México são apresentados em LEON PORTILLA, Miguel. Los nobres de lugar en náhuatl. Su morfología, sintaxis y representación glífica. In: *Estudios de cultura náhuatl*. Editores Miguel León Portilla e outros. México: Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, vol. 15, 1982, pp. 37-72.

⁵⁸ BROTHERSTON, Gordon. Traduzindo a linguagem visível da escrita. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH – USP, nº 4, 1999, p. 79. Segundo Brotherston, tal tendência pode ser observada em boa parte dos estudos dos escritos maias, nos quais alguns símbolos seriam mais adequadamente lidos como ideogramas e não apenas foneticamente. De acordo com esse estudioso, não devemos esquecer que o sistema maia emergiu da base mesoamericana, compartilhada pelo sistema mixteco-nahua, que era utilizado por falantes de diversas línguas e não se ligava foneticamente a nenhuma, fato que garantia o entendimento e penetração de seus conceitos e glifos correspondentes em uma área amplíssima e muito variada em termos étnicos e lingüísticos. Por outro lado, aparentemente com a intenção de combater a subvalorização dos sistemas de escrita mesoamericanos, alguns estudiosos têm assumido como pressuposto que todos os elementos presentes no sistema mixteco-nahua são estritamente fonéticos. Essa é a proposição basilar dos trabalhos de Joaquín Galarza, entre os quais estão: *In amoxtili in tlacatl – el libro, el hombre. Códices y vivencias*. México: Tava Editorial, 1992. / Los códices mexica-

Em uma série de estudos, Brotherston analisa centralmente os escritos pictográficos mesoamericanos e mostra a possibilidade de obtermos informações específicas sobre a história e a cultura de seus produtores e usuários, muitas das quais não se encontram em nenhum relato alfabético colonial, nem mesmo nos produzidos por indígenas ou com sua participação.⁵⁹ Por outro lado, mostra também que os códices pictográficos permitem a análise da visão dos povos indígenas sobre temas amplamente tratados pela historiografia com base exclusivamente em fontes castelhanas.

É o caso, segundo ele, da conquista de México-Tenochtitlan, tema estudado sobretudo a partir de fontes castelhanas que, por um lado, desvalorizam a participação dos povos nativos e de Malintzin (Malinche) e, por outro, realçam a de Cortés e seus companheiros. Em um pequeno artigo, Brotherston analisa o *Lienzo de Tlaxcala*, que apresenta uma visão distinta da conquista das que constam nas fontes de origem castelhana.⁶⁰ Isso porque esse manuscrito

nos. In: *Arqueología Mexicana. Códices prehispánicos*. Direção científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. IV, nº. 23, 1997, pp. 6-13. Esse tipo de proposição, na verdade, termina por validar o juízo que um sistema de registro visual do pensamento ou da fala é uma “verdadeira escrita” somente quando se configura estritamente como a grafia da língua falada.

⁵⁹ Entre esses estudos, podemos destacar os que tratam da concepção de passado e da duração das idades do mundo (The year 3113 BC and the Fifth Sun of Mesoamerica: an orthodox reading of the Tepexic Annals. In: AVENI, Anthony F. & BROTHERSTON, Gordon [editores]. *Calendars in Mesoamerica and Peru – Native American computations of time – Proceedings 44 International Congress of Americanists, Manchester 1982*. Oxford: BAR, 1983), das festas das dezoito vintenas de dias entre os mexicas e de suas relações com as estações do ano (*The year in the Mexican codices: the nature and structure of the eighteen feasts*. Texto datilografado, 2002), das características dos tipos de livros pictográficos e de suas transformações durante o período Colonial (*Painted books from Mexico. Codices in UK collections and the world they represent*. Londres: British Museum Press, 1995) ou das respostas e interpretações das tradições de pensamento mesoamericanas aos fenômenos ocasionados pela conquista e colonização castelhana (European scholasticism analysed in aztec terms: the case of the Codex Mexicanus. In: *Boletim do Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica (CPA)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, ano IV, nº. 5/6, pp. 169-180, janeiro/dezembro de 1998 / Indigenous intelligence in Spain’s American Colony. In: *Forum for modern language studies*. St Andrews (Escócia): University of St Andrews Press, vol. XXXVI, nº. 3, 2000, pp. 241-253).

⁶⁰ Cf. BROTHERSTON, Gordon. La visión americana de la conquista. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura*, vol. 1. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina & Campinas: Editora da Unicamp, 1993. pp. 63-84.

trata as alianças entre os grupos indígenas e castelhanos e as atuações de Malintzin como eventos centrais nos processos de negociação e nos ataques militares a Cholula e México-Tenochtitlan.⁶¹

Em uma de suas obras mais volumosas e recentes, Brotherston dedica-se a tratar das concepções que os povos de algumas macro-regiões culturais americanas possuíam acerca da gênese do Mundo e do homem, da memória política, do tempo e do espaço.⁶² Trata sobretudo da região mesoamericana, sua especialidade, mas também da andina, amazônica, circuncaribenha e anasazi. Ao tratar da Mesoamérica, utiliza textos pictográficos em articulação com alfabéticos indígenas para mostrar como as características definidoras das concepções mencionadas acima eram amplamente compartilhadas pelos diversos povos dessa macro-região, permeando grande parte de seu *corpo literário*. Segundo ele, essas concepções eram compartilhadas por esses povos devido à existência de relações constantes e antiqüíssimas, bem como à existência de instituições especializadas em sistematizar, produzir, manter e usar politicamente tais concepções – estamos chamando essas instituições de tradições de pensamento e escrita. Os códices pictográficos eram parte dos mecanismos de atuação dessas instituições, as quais, por esse motivo, devem ter suas funções sociais analisadas pelo estudioso que busca compreender tais manuscritos.

Ao analisar as imagens dos códices pictográficos, Brotherston procura não projetar sobre elas a separação radical entre pintura e escritura, bem como entre signos fonéticos e ideográficos, pois ambas separações relacionam-se a concepções ocidentais que parecem não se adequar aos manuscritos pictográficos mixteco-nahuas. Isso porque essas separações tendem, segundo ele, a fazer com que os estudiosos ignorem ou desvalorizem representações que articulam conteúdos genéricos e “abertos” à interpretação – típicos de uma pintura – com idéias bem específicas – típicas de um glifo ideográfico –; ou, ainda, signos visuais que juntam mensagens fonéticas e conceituais. Em outras palavras, Brotherston

⁶¹ Gordon Brotherston enfatiza que não se trata de diminuir a importância dos relatos castelhanos, mas de admitir outras vozes e versões sobre um mesmo fenômeno e de compará-las. Para isso, é necessário tratar os registros daqueles que se encontravam fora da tradição intelectual cristã do século XVI de maneira equitativa em relação aos cristãos e, na medida do possível, de modo auto-referenciado, isto é, levando em conta seus próprios referenciais histórico-culturais. Cf. *Ibidem*.

⁶² Cf. *La América indígena en su literatura: los libros del cuarto mundo*. Tradução de Teresa Ortega Guerrero e Mónica Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

acredita que devemos ampliar nossa concepção de *escrita* para entendermos o caso da escrita *tlacuilolli*, de modo que esse conceito abranja qualquer sistema de representação visual ou tátil (no caso dos *quipus*) do pensamento ou da fala com convenções, usos, lógica e gramática bem estabelecidos.⁶³

É com esses marcos teóricos e tratando de temas especificamente mesoamericanos – por exemplo, os *teoamoxtli* (*livros divinos*), os mapas territoriais, a contagem calendária, as eras cosmogônicas, a memória política, Tollan, os toltecas e as epopéias de Quetzalcoatl – que Gordon Brotherston analisa as imagens dos códices pictoglíficos e procura atribuir-lhes sentidos de acordo com as concepções, a gramática, as convenções e a lógica interna da escrita *tlacuilolli*, bem como segundo as funções e usos sociais que determinados tipos de manuscritos desempenhavam nas mãos de seus produtores e usuários.

As obras de Federico Navarrete Linares mostram que ele também compartilha algumas posturas analíticas com os dois estudiosos mencionados acima. Algumas de suas obras buscam, de maneira geral, entender o que chama de *tradições históricas* das sociedades nahuas, sobretudo da mexica, como passo fundamental para a compreensão dos textos alfabéticos e pictoglíficos que produziram, como os códices que tratam da migração mexica e da fundação de México-Tenochtitlan.

Dois de seus artigos sintetizam essa preocupação. O primeiro deles, de caráter mais historiográfico, trata de mostrar como os códices pictoglíficos e textos alfabéticos provenientes de tais tradições foram entendidos de maneira inadequada por duas “escolas” interpretativas modernas.⁶⁴ Por um lado, a interpretação mítica⁶⁵, defendendo que Aztlan seria uma projeção de México-Tenochtitlan ao passado e que ao ler as fontes teríamos apenas que decifrar seus significados simbólicos. Por outro lado, a histórica⁶⁶, defendendo que

⁶³ Voltaremos a tratar desse problema nas Considerações Finais.

⁶⁴ Cf. NAVARRETE LINARES, Federico. *Las fuentes indígenas: más allá de la dicotomía entre historia y mito*. Disponível em <www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public_html/biblioteca/artigos/FN-P-A-historiaymito.html> Consultado em 09 de dezembro de 2000.

⁶⁵ Representada por Enrique Florescano, entre outros.

⁶⁶ Representada principalmente por Alfredo Chavero, um dos pioneiros nos estudos mesoamericanistas que, desde 1877, publicou uma série de fontes alfabéticas e pictográficas, como os escritos de Sahagún e os códices *Boturini*, *Aubin* e *Veytia*, ademais de estudos sobre esses manuscritos e também acerca da Pedra do Sol e do sistema calendário. Cf. GLASS, John B. Annotated references. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 15. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 537-724.

Aztlan existiu e que os mexicas buscavam locais semelhantes para fundar México-Tenochtitlan e que, por esse motivo, devemos ler as fontes como instrumentos críticos que auxiliem na comprovação, ou não, de eventos históricos, isto é, que sucederam no passado conforme apontam os escritos.

Para superar as limitações dessas posturas dicotômicas e parciais e analisar as fontes pictográficas e alfabéticas produzidas pelas tradições nahuas de maneira mais contextualizada e completa, o autor propõe que tratemos tais registros como *plenamente históricos*, isto é, como representações coletivas acerca do passado, as quais, como quaisquer outras, possuem uma relação indireta e mediada com a realidade passada, fundamentada na particularidade dos conceitos mesoamericanos de tempo, espaço, passado, verdade, fato, entre outros, e nos interesses sócio-políticos de seus produtores. Segundo Navarrete Linares, devemos conhecer esses fundamentos para não lançarmos automaticamente os discursos contidos nos códices pictográficos e textos alfabéticos indígenas ao campo das narrativas míticas, as quais se definiriam por oposição aos discursos plenamente históricos. Essa divisão tem como premissa fundamental a pressuposição de que as narrativas tachadas de míticas não se fundamentariam na realidade passada, mas no funcionamento da mente primitiva, e que, por outro lado, as narrativas produzidas pela ciência histórica ocidental estariam livres das dimensões simbólica e ideológica e totalmente fundamentadas em eventos passados.⁶⁷

⁶⁷ Navarrete Linares rechaça os argumentos geralmente utilizados para lançar as tradições histórias indígenas ao campo do mito. Esses argumentos seriam: a deficiência nas técnicas de transmissão da memória histórica, a parcialidade e localismo das fontes, a natureza simbólica e ideológica do discurso sobre o passado e a destruição de outras tradições pelos soberanos mexicas do século XV. O autor contra-argumenta dizendo que, no caso indígena, a transmissão oral poderia funcionar com regras bem determinadas e em meio de instituições políticas seculares e que os códices possuíam uma extrema precisão cronológica, geográfica e onomástica, características que garantiriam continuidades temporais amplas na manutenção de informações sobre o passado. Por outro lado, no caso ocidental, que a escrita fonética não garantiria a veracidade de qualquer escrito histórico nem a fixidez de seus sentidos. Por fim, em ambos os casos, que nada nos próprios escritos permite distinguir inequivocamente entre significados literais e metafóricos, fato que gera a necessidade de uma análise simbólica que no entanto não invalide o caráter histórico dos escritos indígenas ou ocidentais. Cf. NAVARRETE LINARES, Federico. *Las fuentes indígenas: más allá de la dicotomía entre historia y mito*. Disponível em <www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public_html/biblioteca/artigos/FN-P-A-historiaymito.html> Consultado em 09 de dezembro de 2000.

Ao propor esse tipo de entendimento, mais do que citar o contexto de produção, uso e circulação dos códices pictográficos, Navarrete Linares o transforma no próprio cume de suas leituras e interpretações das imagens desses manuscritos.

Dando continuidade a essa proposta, Navarrete Linares mostra, em outro artigo, como o polêmico tema da queima dos códices pictográficos pelos castelhanos poderia ser entendido nos marcos de funcionamento das tradições de pensamento e escrita nahuas.⁶⁸ Sem negar o impacto terrível que as fogueiras de manuscritos pictográficos do século XVI tiveram sobre as tradições de pensamento e escrita nativas, pois pretendiam eliminá-las, o autor apresenta fortes indícios de que em tempos pré-hispânicos, por vezes, os *tlacuilos* e *tlamatinime* (sábios) destruíam livros velhos após a confecção de novas versões, que seriam politicamente mais adequadas aos tempos presentes.⁶⁹ Desse modo, o autor mostra que o papel dos livros pictográficos nas sociedades indígenas mesoamericanas poderia ser muito distinto daquele que geralmente lhe é atribuído: o de algo raro que deveria ser preservado e cujo valor dependeria de sua antiguidade. Tais idéias, juntamente com a de autenticidade, são freqüentemente aplicadas nos estudos dos códices e talvez não tenham sido centrais nas sociedades mesoamericanas, nas quais as substituições e destruições voluntárias e periódicas de manuscritos, e também de outros objetos e das construções, parecem ter sido freqüentes.

Essa particularidade explica-se, segundo Navarrete Linares, pelo fato de que as tradições de pensamento e escrita mesoamericanas eram propriedades de um grupo humano específico, de uma linhagem que a preservava, a modificava e a utilizava para definir sua identidade e para estabelecer e defender sua posição de privilégio, seja no seio da própria sociedade ou no complexo mosaico sócio-político dos povos mesoamericanos. Para essas tradições, a veracidade ancorava-se na ancestralidade e em seus herdeiros e não exclusiva-

⁶⁸ Cf. *Los libros quemados y los libros sustituidos*. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public_html/biblioteca/artigos/fn-a-e-livrosquei.html> Consultado em 09 de dezembro de 2000.

⁶⁹ A destruição de manuscritos, sobretudo de anais históricos, promovida pelo soberano mexica Itzcoatl (1427-1440) é o exemplo mais famoso desse tipo de prática em tempos pré-hispânicos. Da mesma forma, as fogueiras de manuscritos promovidas por Juan de Zumárraga poderiam também ter sido interpretadas pelas tradições de pensamento e escrita nahuas como sinais do estabelecimento de um novo poder político, que exigia novas versões históricas.

mente nos livros pictográficos, que assim não eram os depositários da verdade – papel que alguns livros desempenham no interior da tradição cristã.⁷⁰

Dessa forma, as leituras desses manuscritos, principalmente dos livros de anais, “...no era el deciframiento silencioso de un texto fijado en un momento histórico determinado (es decir, de un texto con una ‘aura’), sino una representación pública y ritual que permitía ver y escuchar el relato de los antiguos, reuniendo los libros pictográficos y las tradiciones orales en un todo más rico que cualquiera de sus partes.”⁷¹ Desse modo podemos perceber que, para Navarrete Linares, a articulação entre os códices pictográficos e a tradição oral era bem mais complexa do que a simples subordinação das imagens e glifos dos códices a discursos sabidos de memória. Em outras palavras, tais imagens e glifos não eram simplesmente um suporte mnemônico pontual e parcial que servia para “detonar” uma narrativa conhecida de memória, pois “...el ‘texto’ [hablado] no leía la imagen completamente, ni esta podía comprenderse sin la explicación verbal.”⁷²

Em sua tese de doutoramento, Navarrete Linares faz um minucioso estudo do funcionamento das tradições históricas dos povos nahuas que se estabeleceram no vale do México e cercanias e consegue mostrar que, ao contrário do que

⁷⁰ O entendimento dessa particularidade nos permite perceber também que os indígenas não foram objetos passivos de aculturações durante o processo de adaptação das narrativas pictográficas pré-hispânicas a textos alfabéticos. Ao contrário, como eram donos de uma tradição viva cuja continuidade residia na sobrevivência do grupo social que a transmitia, e não na preservação de livros “autênticos”, os indígenas procuraram adaptar seus relatos históricos aos marcos da história universal cristã. Cf. *Ibidem*. Dessa forma, os principais produtores desses escritos, isto é, as elites dirigentes nahuas, poderiam ter seu pensamento entendido pelos castelhanos e provar que eram parte de linhagens que dirigiam essa parte do mundo desde tempos antiquíssimos e que, por vezes, estariam dispostos a continuar a fazê-lo sob a autoridade do rei de Castela para manter determinados privilégios. Essas tradições sucumbiram apenas com a desarticulação e destruição das elites indígenas ao longo do período Colonial, sobretudo depois da segunda metade do século XVII. Cf. SANTOS, Eduardo Natalino dos. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005.

⁷¹ NAVARRETE LINARES, Federico. *Los libros quemados y los libros sustituidos*. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public_html/biblioteca/artigos/fn-a-e-lyrosquei.html> Consultado em 09 de dezembro de 2000, sem nº. de página.

⁷² A palavra entre colchetes foi inserida por mim. NAVARRETE LINARES, FEDERICO. *Mito, historia y legitimidad política: las migraciones de los pueblos del Valle de México*. Tese de doutoramento. Orientador Alfredo López Austin. México: Facultad de Filosofía y Letras – UNAM, 2000, p. 60.

reivindicam as próprias fontes mexicas, a trajetória, o estabelecimento e a fundação de México-Tenochtitlan não foram eventos excepcionais, mas seguiram padrões comuns que constam em narrativas históricas de outros povos, como os acolhuas, chalcas, colhuas e cuauhtitlancaque.⁷³ Segundo o autor, esse tipo de resultado mostra que as análises das fontes indígenas devem sempre estar vinculadas aos estudos de suas tradições produtoras, pois só assim poderemos encarar o discurso histórico presente nos códices como construções sociais com regras, formas, sentidos historicamente determinados e critérios de verdade próprios.

Diversos outros estudiosos poderiam ser agrupados nesta parte por apresentarem algumas posturas analíticas semelhantes às de León Portilla, Brotherston e Navarrete Linares, tais como Ferdinand Anders, Maarten Jansen e Luis Reyes García.⁷⁴ No entanto, isso prolongaria nossa análise além dos limites desejáveis para um artigo. Ademais, acreditamos que as obras analisadas nesta parte constituem-se como uma amostra suficientemente ampla para apresentarmos a existência de um outro tipo de uso dos códices pictográficos, o qual podemos sintetizar da seguinte maneira:

A – Produção, circulação e utilização primária dos manuscritos. De maneira geral, uma das idéias centrais dos estudiosos desse grupo é tratar as fontes pictográficas como partes inseparáveis de um *corpo literário* produzido pelas

⁷³ Cf. *Ibidem*.

⁷⁴ Entre suas obras conjuntas, podemos destacar os livros explicativos que acompanham as edições fac-similares dos códices *Borbónico*, *Borgia*, *Magliabechiano* e *Vaticano A*, publicados desde os anos 1990 em parceria pelas editoras Fondo de Cultura Económica (México) e Adeva (Áustria). Ao estudar e comparar seis *tonalamatl*, Reyes García aponta que Del Paso y Troncoso e Eduard Seler, ao analisarem as cenas das trezenas dos *tonalamatl* em fins do século XIX e início do XX, procedem como no século XVI, identificando as imagens centrais como deuses e ao resto dos elementos pictográficos como acessórios-atributos dessas deidades. Tal tradição de estudos teve continuidade ao longo do século XX, com Bodo Spranz, que faz um inventário dos acessórios portados pelos deuses nos códices do Grupo Bórgia, e com López Austin, que interpreta tais acessórios e atavios como os atributos intercambiáveis dessas deidades. Para Reyes García “*Analizar e interpretar las imágenes de los dioses que aparecen en los tonalamatl fuera de su contexto de lectura mántica es un error metodológico.*” REYES GARCÍA, Luis. Dioses y escritura pictográfica. In: *Arqueología Mexicana. Códices prehispánicos*. Direção científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. IV, nº. 23, 1997, p. 33. Isso porque as imagens e conjuntos de glifos que têm sido interpretados como a representação da fusão ou da fissão de deuses, ou ainda como seus acessórios-atributos, representariam, na verdade, a combinação de palavras-chave para a leitura-elaboração de um discurso.

tradições de pensamento e escrita mesoamericanas. Sendo assim, tais fontes devem ser estudadas em conjunto para que umas auxiliem no entendimento de outras e, em grupo, forneçam vestígios sobre as características de suas produções, usos e, portanto, sobre as tradições de pensamento e escrita que as produziram e sobre a sociedade como um todo. Em outras palavras, as obras analisadas nesta parte sugerem que os escritos pictoglíficos somente podem ser analisados e entendidos de maneira adequada se levarmos em conta os marcos de funcionamento de tais tradições, as quais, por sua vez, inseriam-se e atuavam de modos específicos no interior das sociedades mesoamericanas. Sendo assim, mais do que apenas citar o contexto de produção, uso e circulação dos códices pictoglíficos, os autores aqui agrupados o levam em consideração ao interpretar ou propor leituras das imagens e glifos dos códices ou ainda o transformam no centro de suas pesquisas.

B – Posicionamento textual. Na maioria das vezes, os autores deste grupo buscam entender antes os sentidos gerais e normas de leituras dos diversos tipos de textos pictoglíficos para depois propor significados para algum de seus conjuntos de imagens em específico. Em outras palavras, buscam estabelecer possíveis significados e leituras dentro de um determinado contexto textual-estilístico-social, marcado sobretudo pelos tipos de livros, pelos usos que deles faziam os especialistas indígenas em suas confecções e leituras e também pela inserção social desses especialistas. Também é consensual entre tais autores que o entendimento do calendário é central para a compreensão dos códices, pois era empregado para organizar e articular seus conjuntos pictoglíficos e fornecer indícios sobre seus sentidos de leitura.

C – Sentidos historicamente atribuídos. Por considerar relevante as esferas de produção, uso e circulação e por valorizar o posicionamento textual, os autores desse grupo tendem a propor leituras e significados historicamente bem circunscritos para as imagens e glifos dos códices. Em outros termos, procuram inserir tais significados e leituras em meio dos marcos funcionais, conceituais e estilísticos que seriam empregados pelas tradições que produziam e utilizavam esses manuscritos. Em suma, os autores agrupados nesta parte acreditam que as análises das fontes pictoglíficas devem estar sempre vinculadas aos estudos das tradições de pensamento e escrita mesoamericanas, pois só assim é possível entender os discursos e narrativas presentes nos códices como construções sociais com regras, formas e sentidos historicamente determinados.

D – Articulação com fontes de outra natureza. Os autores desse grupo utilizam os códices pictográficos para compará-los entre si e com os textos alfabéticos e vice-versa, mas sem a ingênua convicção de que esses são traduções diretas daqueles. Os estudos que realizaram sobre o funcionamento das tradições de escrita das sociedades mesoamericanas, principalmente os de Navarrete Linares, mostraram que a relação existente entre escritos pictográficos e oralidade era complexa e não pode ser explicada como a simples utilização de imagens para relembrar um discurso sabido de memória. No entanto, essa complexidade não invalida as correlações presentes entre textos pictográficos e alfabéticos coloniais, as quais autorizam o estudioso a buscar parte das leituras dos códices pictográficos nesses textos alfabéticos, sobretudo nos de origem indígena.

Considerações finais

A exposição das abordagens dos três grupos de estudiosos em relação às quatro questões iniciais, bem como as sínteses ao final de cada parte, demonstraram que o segundo e o terceiro grupos, sobretudo o terceiro, utilizam de forma mais adequada os códices pictográficos como fontes históricas. Essa conclusão justifica-se por dois motivos.

Em primeiro lugar, se concordamos que as fontes históricas devem servir como indícios para a produção de informações e explicações específicas sobre a sociedade que as produziu, devemos aceitar que o uso mais adequado dos códices pictográficos é aquele que procura entendê-los como vestígios de um fato social mais amplo e único, isto é, que envolve as instituições que os produziram e as complexas e hierarquizadas sociedades mesoamericanas, pois de ambas dependiam as formas de composição, os temas, os formatos, a gramática, os usos e os objetivos das mensagens codificadas em tais manuscritos. Sendo assim, parece que o segundo e terceiro grupos buscaram, de forma mais sistemática, entender os possíveis sentidos e significados dos códices pictográficos *pari passu* com a compreensão das especificidades de seu contexto histórico-cultural, ou, melhor ainda, como indícios desse contexto. Os estudos produzidos por esses dois grupos, sobretudo pelo terceiro, mostram mais claramente que as imagens pictográficas não são, elas próprias, geradoras ou portadoras de sentidos imanentes, mas suportes de significados socialmente

atribuídos, isto é, que se apresentavam em meio de padrões culturais e situações sociais muito específicas.

Em segundo lugar, porque os estudiosos do terceiro grupo consideram o sistema mixteco-nahua como uma *escrita* e seus registros como *textos*, o que se constitui como uma opção teórico-metodológica que influencia as análises e procedimentos adotados. Ao considerarem os registros mixteco-nahuas como textos, isto é, como entidades com sua própria inteireza, mostram que os sentidos de suas partes, isso é, de seus conjuntos de imagens e glifos, dependem de seu valor posicional e do tipo de escrito em que se encontram, entre outras coisas. Por outro lado, ao considerarem os conjuntos pictográficos como partes de um sistema de escrita, os tratam como signos para grafar o pensamento e a fala cujos significados conformariam um repertório relativamente bem delimitado e estável para os que compartilhavam suas convenções.

Alguns desses estudiosos, entre os quais podemos destacar Gordon Brotherston, chegam inclusive a apontar a necessidade de uma redefinição do conceito de escrita entre as ciências humanas, que passaria a abranger qualquer sistema de representação visual ou tátil do pensamento ou da fala com convenções, usos, lógica e gramática bem estabelecidos em determinada sociedade ou camada social. Tais características garantiriam uma qualidade básica a qualquer sistema de escrita: a permanência e a reabilitação de significados relativamente bem determinados e socialmente compartilhados a partir da decodificação de seus registros.⁷⁵ Os estudos promovidos pelos estudiosos agrupados no terceiro grupo, evocados aqui de forma exemplar, pois há dezenas de outros pesquisadores que tratam os códices de maneira semelhante, não deixam dúvida que o sistema mixteco-nahua e seus manuscritos pictográficos encaixam-se nesse tipo de definição de escrita.

⁷⁵ Não se trata, portanto, de analisar os tipos de escrita e tentar estabelecer processos de evolução auto-referenciados, isto é, que considerem os sistemas escriturários isoladamente de seus usos sociais: na Mesoamérica, as escritas pictográficas não eram cronológica ou evolutivamente anteriores às predominantemente fonéticas, como a maia e a zapoteca, uma das mais antigas da região. Ao contrário, trata-se de entender as capacidades, possibilidades e usos sociais de cada sistema. Por exemplo, se o objetivo fosse uma circulação regionalmente mais ampla, o sistema mixteco-nahua levava vantagem sobre o maia, pois poderia ser decodificado por falantes de diversas línguas, como o nahuatl, o otomie, o totonaco, o cuicateco, o chocho, o mixteco, o zapoteco e o tlapaneco.

Bibliografia

- BERNAND, Carmen & GRUZINSKI, Serge. *De la idolatría. Una arqueología de las ciencias religiosas*. Tradução Diana Sánchez F. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 (Sección de Obras de Historia).
- . *História do Novo Mundo. Da descoberta à conquista uma experiência europeia (1492–1550)*. Tradução Cristina Muracho. São Paulo: Edusp, 1997.
- BONIFAZ NUÑO, Rubén. *Cosmogonía antigua mexicana*. México: Coordinación de Humanidades – UNAM, 1995 (Seminario de Estudios Para la Descolonización de México).
- . *Imagen de Tláloc*. México: El Colégio Nacional, 1992.
- . *Olmecas: esencia y fundación – Hipótesis iconográfica y textual*. México: El Colegio Nacional, 1992.
- BROHERSTON, Gordon. European scholasticism analysed in aztec terms: the case of the Codex Mexicanus. In: *Boletim do Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica (CPA)*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP, ano IV, nº. 5/6, pp. 169-180, janeiro/dezembro de 1998.
- . Indigenous intelligence in Spain's American Colony. In: *Forum for modern language studies*. St Andrews (Escócia): University of St Andrews Press, vol. XXXVI, nº. 3, 2000, pp. 241-253.
- . *La América indígena en su literatura: los libros del cuarto mundo*. Tradução de Teresa Ortega Guerrero e Mónica Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1997 (Sección de Obras de Historia).
- . La visión americana de la conquista. In: PIZARRO, Ana. *América Latina: palavra, literatura e cultura, vol. 1*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina & Campinas: Editora da Unicamp, 1993. pp. 63-84.
- . *Painted books from Mexico. Codices in UK collections and the world they represent*. Londres: British Museum Press, 1995.
- . Gordon. The year 3113 BC and the Fifth Sun of Mesoamerica: an orthodox reading of the Tepexic Annals (Codex Vindobonensis observe). In: AVENI, Anthony F. & BROOTHERSTON, Gordon (editores). *Calendars in Mesoamerica and Peru – Native American computations of time – Proceedings 44 International Congress of Americanists, Manchester 1982*. Oxford: BAR, 1983 (International Series, 174). pp. 167-220.

- _____. *The year in the Mexican codices: the nature and structure of the eighteen feasts*. Texto datilografado, 2002 (prestes a ser publicado em Londres sob o título de *Models of the year in Mesoamerican texts*, na série *British Museum Occasional Papers*.
- _____. Traduzindo a linguagem visível da escrita. In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH – USP, nº 4, 1999, pp. 78-91.
- CASO, Alfonso. *El pueblo del Sol*. 13ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1994 (Colección Popular, nº. 104).
- _____. *Los calendarios prehispánicos*. México: Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, 1967 (Serie de Cultura Náhuatl – Monografías 6).
- _____. *Reyes y reinos de la Mixteca*. 2 vols. México: Fondo de Cultura Económica, 1977-1979.
- COE, Michael D. *El desciframiento de los glifos mayas*. Tradução Jorge Ferreira. 4ª. reimpressão, México: Fondo de Cultura Económica, 2001 (Sección de Obras de Antropología).
- FLORESCANO, Enrique. *Memoria mexicana*. 2ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- _____. *Mito e história em la memoria mexicana* – Texto datilografado do discurso apresentado em seu ingresso na Academia Mexicana de História como membro de número, em 18 de julho de 1989.
- _____. *Sobre la naturaleza de los dioses mesoamericanos*. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/nexos/dic228/temcen/tc1.html>>. Consultado em 23 de março de 1998.
- GALARZA, Joaquín. *In amoxtli in tlatcatl – el libro, el hombre. Códices y vivencias*. México: Tava Editorial, 1992 (Colección Códices Mesoamericanos).
- _____. Los códices mexicanos. In: *Arqueología Mexicana. Códices prehispánicos*. Direção científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. IV, nº. 23, 1997, pp. 6-13.
- GARIBAY K., Ángel María. Diego Durán y su obra. In: DURÁN, Fray Diego. *Historia de las Indias de Nueva España e islas de la tierra firme*. 2ª. edição, México: Editorial Porrúa, 2 volumes, 1984. pp. IX-XLVII (Biblioteca Porrúa, nº. 36).
- _____. *Historia de la literatura náhuatl*. México: Editorial Porrúa, 1992 (Colección Sepan Cuantos, nº. 626).

- _____. Proemio general. In: SAHAGÚN, Fray Bernardino de, *Historia general de las cosas de Nueva España*. 9ª edição, México: Editorial Porrúa, 1997. pp. 1-14 (Colección Sepan Cuantos, nº 300).
- _____. *Teogonía e historia de los mexicanos: tres opúsculos del siglo XVI*. 5ª edição, México: Editorial Porrúa, 1996 (Colección Sepan Cuantos, nº 37).
- GIBSON, Charles & GLASS, John B. A census of Middle American prose manuscripts in the native historical tradition. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 15. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 322-400.
- GIBSON, Charles. A survey of Middle American prose manuscripts in the native historical tradition. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 15. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 311-321.
- GLASS, John B. & ROBERTSON, Donald. A census of native Middle American pictorial manuscripts. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 14. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 81-310.
- GLASS, John B. A survey of native Middle American pictorial manuscripts. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 14. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 3-80.
- _____. Annotated references. In: WAUCHOPE, Robert (editor geral) & CLINE, Howard F. (editor do volume). *Handbook of Middle American Indians*. vol. 15. Austin e Londres: University of Texas Press, 1975. pp. 537-724.
- GRUZINSKI, Serge. *La colonización de lo imaginario. Sociedades indígenas y occidentalización en el México español, siglos XVI – XVIII*. Tradução Jorge Ferreiro. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1995 (Sección de Obras de Historia).
- _____. *La guerra de las imágenes: De Cristóbal Colón a “Blade Runner” (1492–2019)*. Tradução Juan José Utrilla. México: Fondo de Cultura Económica, 1994 (Sección de Obras de Historia).
- HEYDEN, Doris. Las cuevas de Teotihuacan. In: *Arqueología Mexicana. Ritos del México prehispánico*. Dirección científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. VI, nº. 34, 1998, pp. 18-27.

- _____. *México: orígenes de un símbolo (versión adaptada e ilustrada)*. México: CONACULTA & INAH, 1998.
- _____. Tezcatlipoca en el mundo náhuatl. In: *Estudios de Cultura Nahuatl*. Editor Miguel León Portilla. México: Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, vol. 19, 1989, pp. 83-93.
- KIRCHHOFF, Paul. Mesoamérica: sus límites geográficos, composición étnica y caracteres culturales. In: *Suplemento de la Revista Tlatoani*. México: Sociedad de Alumnos de la Escuela Nacional de Antropología e Historia, nº. 3, 1960.
- LEÓN PORTILLA, Miguel. A Mesoamérica antes de 1519. In: BETHELL, Leslie. *História da América Latina: América Latina colonial, vol. I*. Tradução Maria Clara Cescato. 2ª edição, São Paulo: Edusp & Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 1998. pp. 25-61.
- _____. *Códices – Los antiguos libros del Nuevo Mundo*. México: Aguilar, 2003.
- _____. *El destino de la palabra: de la oralidad y los códices mesoamericanos a la escritura alfabética*. México: El Colegio Nacional & Fondo de Cultura Económica, 1997.
- _____. *Literaturas indígenas de México*. 2ª edição, México: Fondo de Cultura Económica & Editorial Mapfre, 1992.
- _____. Los nobres de lugar en náhuatl. Su morfología, sintaxis y representación glífica. In: *Estudios de cultura náhuatl*. Editores Miguel León Portilla e outros. México: Instituto de Investigaciones Históricas – UNAM, vol. 15, 1982, pp. 37-72.
- _____. *Toltecáyotl: aspectos de la cultura náhuatl*. 5ª. edição, México: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- _____. *Visión de los vencidos: relaciones indígenas de la conquista*. 2ª. edição, México: UNAM, 1961 (Biblioteca del Estudiante Universitario, vol. 81).
- LONGHENA, María. *Maya script: a civilization and its writing*. Tradução Rosanna M. Giammanco Fongia. Nova Iorque: Abbeville Press, 2000.
- LÓPEZ AUSTIN, Alfredo. *Hombre-dios: religión y política en el mundo náhuatl*. México: Instituto de Investigaciones Historicas – UNAM, 1973 (Serie de Cultura Náhuatl – Monografías 15).
- _____. Los milénios da la religión mesoamericana (parte I). In: *Arqueología Mexicana. Los olmecas. La religión en Mesoamérica*. Direção científica

- Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. II, nº. 12, 1995, pp. 4-15.
- _____. Los ritos: un juego de definiciones. In: *Arqueología Mexicana. Ritos del México prehispánico*. Dirección científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. VI, nº. 34, 1998, pp. 4-17.
- _____. Los rostros de los dioses mesoamericanos. In: *Arqueología Mexicana. Los dioses de Mesoamérica*. Dirección científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. IV, nº. 20, 1996, pp. 6-19.
- MATOS MOCTEZUMA, Eduardo. *Muerte a filo de obsidiana. Los nahuas frente a la muerte*. 4ª edição, México: Asociación de Amigos del Templo Mayor & Fondo de Cultura Económica, 1997 (Sección de Obras de Antropología).
- _____. *Vida y muerte en el Templo Mayor*. 3ª edição, México: Fondo de Cultura Económica & Asociación de Amigos del Templo Mayor, 1998 (Sección de Obras de Antropología).
- MOLINA, Alonso de. *Vocabulario en lengua castellana y mexicana y mexicana y castellana*. Estudo preliminar Miguel León Portilla. 4ª. edição, México: Editorial Porrúa, 2001 (Biblioteca Porrúa nº. 44).
- NAVARRETE LINARES, Federico. *Las fuentes indígenas: más allá de la dicotomía entre historia y mito*. Disponível em <www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public_html/biblioteca/artigos/FN-P-A-historiaymito.html> Consultado em 09 de dezembro de 2000.
- _____. *Los libros quemados y los libros sustituidos*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/ceveh/public_html/biblioteca/artigos/fn-a-e-livrosquei.html> Consultado em 09 de dezembro de 2000.
- _____. *Mito, historia y legitimidad política: las migraciones de los pueblos del Valle de México*. Tese de doutoramento. Orientador Alfredo López Austin. México: Facultad de Filosofía y Letras – UNAM, 2000.
- PIÑA CHAN, Román. *Quetzalcoatl. Serpente emplumada*. 5ª. reimpressão, México: Fondo de Cultura Económica, 1992 (Sección de Obras de Antropología).
- REYES GARCÍA, Luis. Dioses y escritura pictográfica. In: *Arqueología Mexicana. Códices prehispánicos*. Dirección científica Joaquín García-Bárcena e outros. México: Editorial Raíces & INAH & CONACULTA, vol. IV, nº. 23, 1997, pp. 24-33.

SANTOS, Eduardo Natalino dos. As tradições históricas indígenas diante da conquista e colonização da América: transformações e continuidades entre nahuas e incas. In: *Revista de História. Departamento de História, FFLCH-USP*. São Paulo: Humanitas & FFLCH-USP, nº. 150, 1º. semestre de 2004, pp. 157-207.

_____. *Calendário, cosmografia e cosmogonia nos códices e textos nahuas do século XVI*. Tese de doutorado. Orientadora Janice Theodoro da Silva. São Paulo: Departamento de História da FFLCH – USP, 2005.

_____. *Deuses do México indígena. Estudo comparativo entre narrativas espanholas e nativas*. São Paulo: Editora Palas Athena, 2002.

REPRESENTAÇÕES DO ANTISUYU EM EL PRIMER NUEVA CORÓNICA Y BUEN GOBIERNO DE FELIPE GUAMAN POMA DE AYALA

Cristiana Bertazoni Martins*

Doutoranda do Depto. de História e Teoria da Arte
Universidade de Essex - Reino Unido

Resumo

Nas crônicas escritas durante os séculos XVI e XVII no Peru, os Antis (um nome geral usado como termo coletivo para descrever uma grande variedade de grupos étnicos vivendo na parte Amazônica do império), foram representados como rebeldes, não civilizados, bárbaros e até mesmo canibais. Guaman Poma de Ayala reforça esse discurso ambos em seu texto e desenhos onde é possível ver imagens dos Antis vivendo em cavernas e ler sobre suas práticas de antropofagia. Neste pequeno artigo, será estudado o manuscrito de Guaman Poma de Ayala e sua percepção dos Antis.

Palavras-Chave

Amazônia • Antis • Antisuyu • Fontes Históricas Indígenas • Incas • Tahuantinsuyu

Abstract

In chronicles written during the XVI and XVII centuries the Antis (a general name used as a collective term to describe a great variety of ethnic groups living in the eastern and Amazonian corner of the empire), were portrayed as rebels, uncivilised, sometimes as barbarians and cannibals. Guaman Poma de Ayala reinforces this discourse both in his text and drawings where we can see images of the Antis as Indians living in caves and read about their practicing of anthropophagy. In this short paper I shall focus on the work of Guaman Poma de Ayala and his perception of the Antis.

Keywords

Amazon • Antis • Antisuyu • Incas • Indigenous Historical Sources • Tahuantinsuyu

* Bolsista de doutorado pleno no exterior do CNPq.

Introdução

Nos estudos sobre os povos indígenas da América do Sul existe uma divisão histórica entre os povos das terras baixas e aqueles que se estabeleceram nas terras altas. As antigas culturas que floresceram na região andina são geralmente, e erroneamente, consideradas superiores e mais civilizadas do que os grupos que se estabeleceram na região da Amazônia.

Tahuantinsuyu – os quatro cantos do mundo em *quechua* – foi um poderoso império comandado pelos Incas e com uma estimativa de quatorze milhões de pessoas sob seu controle em uma área de aproximadamente 2.600.000 metros quadrados¹. A coordenação de tão vasto império demonstra a incrível habilidade de organização dos Incas. No entanto, nem tudo era fácil para este império em expansão, já que um de seus suyus, o Antisuyu² (a parte amazônica do império), demonstrou ser extremamente difícil de ser conquistado e teve uma interessante história de ter sido bravamente resistente aos poderosos Incas.

Da mesma forma, nas crônicas escritas durante os séculos dezesseis e dezessete pelos espanhóis e também por índios nativos, os Antis³ - como eram chamados os habitantes do Antisuyu – eram sempre descritos como povos bárbaros, canibais pouco organizados, vivendo em estado de confusão e guerra e sem a liderança de um chefe. Em várias representações pictográficas feitas por Guaman Poma de Ayala, por exemplo, pode ser visto como os Antis foram representados como índios muito simples e que se vestiam com poucas roupas (figuras 2 - 6).

¹ MORRIS, C. Signs of Division, Symbols of Unity: Art in the Inka Empire. In: Levenson, J. (Ed.) *Circa 1492: Art in the Age of Exploration*. National Gallery of Art, 1991:521.

² Em geral, não existe um consenso em relação às fronteiras do Antisuyu e esforços feitos na tentativa de delimitá-las têm se mostrado bastante difíceis. Por exemplo, Chachapoyas é geralmente considerada como parte do Chinchaysuyu por alguns pesquisadores, porém para outros, é incluída como parte do Antisuyu (ver Parssinen, 1992). No entanto, para Guaman Poma, o Antisuyu se inicia em Cuzco, passando pelas montanhas ao norte até chegar ao *Mar del Norte*, ou seja, o oceano Atlântico. No mapa-mundi de Guaman Poma (figura 1) pode ser observado que o Antisuyu cobre uma vasta porção de terra desde o sul até o norte do império Inca.

³ *Antis* é uma palavra de origem *quechua* e *Andes* foi criada pelos espanhóis provavelmente depois de escutarem a palavra Antis. Ambas designam o leste do império Inca e também da cordilheira do Andes ao norte de Cuzco. Antis é um nome usado pelos Incas como um termo coletivo para designar uma grande variedade de grupos étnicos que viviam no Antisuyu, incluindo toda a Amazônia. Será dessa forma que o termo será usado aqui, visto que era assim que a maioria dos cronistas entendiam o termo.

Nas páginas seguintes, será apresentada uma breve introdução aos principais problemas relacionados ao Antisuyu na intenção de melhor compreendermos a relação que os Incas estabeleceram com os Antis. Em seguida será realizado um pequeno estudo de caso sobre a relação Inca-Antis através do manuscrito *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* escrito por Guaman Poma de Ayala.

Bárbaros e Civilizados

Por uma série de razões, os estudos sobre o Antisuyu são poucos e marginais e mesmo quando pesquisadores decidiram estudar essa parte do Tahuantinsuyu, as simplificações abundam e, como mencionado, os Antis foram muitas vezes vistos de uma forma ultra simplificada e são geralmente classificados como povos que nunca conheceram a civilização – em contraposição aos povos considerados civilizados da região andina – e que viviam em um ambiente extremamente hostil e com baixa potencialidade para a agricultura.⁴ Além das crônicas escritas, logo após a conquista espanhola da área andina, esta divisão marcada entre terras altas e baixas também pode ser facilmente observada ao analisarmos um dos mais famosos compêndios sobre os índios da América do Sul. Organizado e editado por J. H. Steward, o *Handbook of South American Indians*⁵ – por muito tempo e até hoje considerado como uma bíblia para qualquer pesquisador sobre os índios da América do Sul – claramente divide terras baixas e terras altas. A divisão do *Handbook* é a seguinte: tribos marginais, culturas da floresta tropical, cacicados do Circum-Caribe, regiões sub-andinas e civilizações andinas. Obviamente, pressupõe-se uma hierarquia nessa classificação que começa com as tribos marginais e atinge o ápice da civilização, de acordo com o *Handbook*, com os povos das

⁴ Para uma discussão sobre as limitações agrícolas da Amazônia ver MEGGERS, B. J. Environmental Limitations on the Development of Culture. *American Anthropologist*, New Series, 1954, Vol. 56, N. 5, Part 1:801-824. Para uma resposta e discussão alternativa sobre o determinismo ecológico sugerido por Meggers, ver MYERS, T. P. Agricultural Limitations of the Amazon in theory and Practice. The Humid Tropics. *World Archaeology*. Jun., 1992, Vol. 24, No. 1: 82-97. Sobre a reação de estudiosos da Mesoamérica em relação ao determinismo ecológico ver COE, M. Social Typology and the Tropical Forest Civilizations. *Comparative Studies in Society and History*, 1961, 4 (1):65-85.

⁵ STEWARD, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 1948.

terras altas como Chávin, Chimú e os Incas. Poderia-se argumentar que tal divisão foi realizada por questões de organização do *Handbook* porém, pouquíssimos artigos de seus vários volumes entendem a região andina e a região amazônica como sendo parte de uma mesma história.

Outro fator que vale a pena colocar na intenção de melhor compreendermos a relação Incas-Antis é que, como mencionado anteriormente, os Incas nunca conseguiram conquistar o Antisuyu por completo. Alguns pesquisadores⁶ acreditam que uma das principais razões para tanto foram as diferenças socioculturais e políticas bastante diferentes entre os povos do Antisuyu e os Incas. A estrutura hierárquica deste último era bastante rígida e o seu poder acentuadamente centralizado, características que teriam tornado difícil a adesão dos povos amazônicos que tinham uma organização social bastante diferente dos Incas. Porém, outros autores⁷, acreditam que essa teoria sugere pouca valorização de positivas conquistas Incas de alguns grupos que viviam à leste do império. Já Levellier⁸ sugere que os Incas jamais conseguiram conquistar os Antis devido à agressividade desses últimos, o que explicaria a construção de várias fortalezas Incas na região do Antisuyu.

Dado um significativo número de fortalezas Incas à leste do império, acredito que mesmo que o Antisuyu tenha sido a região em que os Incas tiveram mais dificuldades em conquistar, não poderia ser negado que o Tahuantinsuyu teve uma participação marcante nas terras dos Antis. Até muito recentemente, acreditava-se que quase não existia uma presença Inca no Antisuyu, porém, novas descobertas nos forçam a repensar essa situação. Um exemplo da presença Inca em solo amazônico é a fortaleza de *Las Piedras* em Ribeiralta, próxima a junção entre os rios Beni e Madre de Dios, perto da fronteira do Peru e Brasil⁹. Acredito que a região da selva não era um território desconhecido para os Incas, estes conheciam bem a sua geografia (ver *Mapamundi* de

⁶ SANTOS, F. *Etnohistoria de la Alta Amazônia. Siglos XVI-XVIII*. Equador: Editora Abya-Yala, 1992.

⁷ TAYLOR, A. C. The Western Margins of Amazonia from the Early Sixteenth to Early Nineteenth Century. In: SALOMON, F. & SCHWARTZ, S. B. (Eds.) *The Cambridge History Of Native Peoples of Americas, South America*: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1956.

⁹ PÄRSSINEN, M. & Korpisaari, A. (eds.). *Western Amazonia. Amazônia Ocidental. Multidisciplinary Studies on Ancient Expansionistic Movements, Fortifications and Sedentary Life*. Renwall Institute Publications 14. University of Helsinki, 2003.

Guaman Poma, figura 1), variedade cultural e principalmente seu potencial para prover produtos que eram de extremo interesse para o bom funcionamento de um império em plena expansão como, por exemplo, folhas de coca, plumas e madeira.



Podemos estar ainda longe de compreendermos as razões pelas quais o Antisuyu foi apenas parcialmente conquistado pelos Incas. Porém, acreditar que este fato ocorreu por falta de conhecimento da selva por parte destes últimos, talvez não seja o caminho mais interessante a seguir.

Hostilidade e Harmonia: O Oposto como Necessidade

De acordo com Tom Zuidema¹⁰, a estrutura social Inca era baseada no sistema de ceque em que o mundo estava dividido simultaneamente em duas

¹⁰ ZUIDEMA, T. *El Sistema de Ceques del Cuzco. La Organización de la Capital de los Incas*. Lima: Fondo Editorial de la PUC-Peru, 1995.

partes (*Hanan e Hurin*), três partes (*collana, payan, cayao*) e em quatro partes (*Chinchaysuyu, Antisuyu, Collasuyu e Cuntisuyu*). Cuzco estava no centro deste sistema e representava o lugar mais sagrado e importante do Tahuantinsuyu. Chinchaysuyu representava o primeiro e mais importante suyu do império, pois era ao mesmo tempo *Hanan e Payana*. No entanto, como colocado por Adorno¹¹, deve ser enfatizado que esta dicotomia entre superioridade e inferioridade não significa valores absolutos mas, ao contrário, articulava um sistema de oposições e uma hierarquia de preferências. Segundo Adorno, a qualidade de complementaridade dos termos opostos é central nesta relação e o conceito de oposição é substantivo porque é estrutural.

Ambos Chinchaysuyu e Antisuyu eram considerados Hanan (parte de cima), enquanto que Collasuyu e Cuntisuyu eram Hurin (parte de baixo). Além disso, como todo suyu do império, Chinchaysuyu tinha seu oposto representado pelo Antisuyu. Nesse caso, Antisuyu era Hurin e Chinchaysuyu representava Hanan. Logo, Antisuyu era logicamente uma parte essencial e intrínseca do mundo Inca: para que a visão cósmica Inca fosse completa, a existência do Antisuyu, como a de qualquer outro suyu, era fundamental.¹²

Chinchaysuyu e Antisuyu eram dois opostos que, ao mesmo tempo, se complementavam e dependiam um do outro. O primeiro era o lugar da alta hierarquia Inca, símbolo de civilização, organização e poder centralizado. O segundo, era o suyu do caos, da ausência de civilização e ordem. Dentro do mundo Inca, funcionavam como opostos: masculino/feminino, alto/baixo, seco/molhado, civilizado/não-civilizado, organizado/caótico. Em uma palavra, eram dois contrários que se complementavam. Sem um, o outro não existia.

Taylor¹³, acredita que muitos aspectos da mitologia e iconografia Inca sugerem que a selva funcionava como um elemento de complementaridade e como um elemento de identidade hierarquicamente ordenado em que existia

¹¹ ADORNO, R. *Guaman Poma. Writing and Resistance in Colonial Peru*. Institute of Latin American Studies, University of Texas Press, 1986.

¹² Para uma discussão detalhada sobre o sistema de ceques Inca, ver ZUIDEMA, T. *El Sistema de Ceques del Cuzco. La Organización de la Capital de los Incas*. Lima: Fondo Editorial de la PUC-Peru, 1995.

¹³ TAYLOR, A. C. The Western Margins of Amazonia from the Early Sixteenth to Early Nineteenth Century. In: SALOMON, F. & SCHWARTZ, S. B. (Eds.) *The Cambridge History of Native Peoples of Americas, South America III*. Cambridge University Press, 1999:188-256.

oposição entre um macho superior andino e uma fêmea inferior e ameaçadora representada pela selva.¹⁴

Os exemplos acima sugerem que ao contrário de uma eterna hostilidade e profundo antagonismo entre os Incas e os povos da floresta tropical, havia fortes relações históricas entre eles. No entanto, a idéia de uma perfeita e harmoniosa união entre as duas partes – terras altas e terras baixas ou Chinchaysuyu e Antisuyu – pode ser tão perigosa quanto o completo divórcio.

Sobre Felipe Guaman Poma de Ayala

Muito pouco é conhecido a respeito do autor de *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* além do que ele mesmo nos informa em seu manuscrito.

Guaman Poma foi um índio nativo cujo pai pertenceu a uma família nobre de Huánuco, na atual região de Ayacucho, Peru. Segundo ele, sua mãe era filha de Tupac Yupamqui, o décimo Inca. Sua data de nascimento é desconhecida e seu falecimento ocorreu provavelmente logo após 1615.

Guaman Poma foi introduzido à fé cristã durante sua infância quando estava aprendendo a ler e escrever. Anos mais tarde, quando já adulto, o autor trabalhou como intérprete para os espanhóis, além de ter se engajado em ensinar espanhol para os nativos na tentativa de ajudá-los a se defender dos europeus e ao mesmo tempo resistir à colonização¹⁵. Guaman Poma soube muito bem como capitalizar sua experiência de trabalho com os espanhóis para, mais tarde, manipular os códigos europeus e denunciar os abusos da empresa colonizadora européia no Peru.

Através de seu manuscrito, Guaman Poma critica fortemente o comportamento dos espanhóis que por anos exploraram os nativos de várias maneiras. De fato, uma das principais preocupações de Guaman Poma ao escrever *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* era condenar todo e qualquer tipo de abuso ou exploração praticados pelos espanhóis em detrimento dos indígenas.

¹⁴ Análises baseadas em oposições binárias entre as terras baixas e altas influenciaram muitos estudos sobre o tema. Porém, apesar das contribuições oferecidas, estas análises não representam o entendimento indígena sobre as duas áreas (terras altas e baixas). Pelo contrário, tais oposições parecem representar uma simplificação ocidental de um rol de problemas muito mais complexo.

¹⁵ ADORNO, R. Don Felipe Guaman Poma de Ayala: Author and Prince. In: *Guaman Poma de Ayala. The Colonial Art of an Andean Author*. New York, Americas Society, 1992:10.

Sobre *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno*

Como um exercício ou estudo de caso na tentativa de observar a relação Inca-Antis, *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* escrito por Guaman Poma de Ayala se diferencia dos demais manuscritos de sua época por uma série de razões. Em primeiro lugar, este texto se sobressai pois, além de sua parte textual contém também cerca de 400 imagens feitas pelo autor. Além disso, Guaman Poma afirma que *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* foi transcrito de um Khipu¹⁶, o que nos oferece um relato mais direto, sem filtros e mais próximo a visão de mundo andina. Sem contar que é também um extenso e detalhado documento escrito sobre a sociedade e tradições Inca.

Inicialmente, Guaman Poma escreveu seu manuscrito como uma carta ao rei Felipe III da Espanha. Não há evidências de que *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* tenha chegado às mãos do rei. Porém, em 1908 o manuscrito foi encontrado na Dinamarca por Richard Pietschman e foi publicado pela primeira vez em 1936 graças ao arqueólogo francês Paul Rivet. O texto consiste de três partes: a primeira chamada de *El Primer Nueva Corónica* na qual oferece uma descrição do governo Inca, seus ritos, tradições, genealogia, entre outros; a segunda parte trata sobre a conquista espanhola e finalmente, a terceira e última parte chamada de *Buen Gobierno* oferece ao rei conselhos sobre um possível ‘bom governo’ – que levasse mais em conta os direitos dos

¹⁶ Khipu era um aparato administrativo constituído de cordões coloridos e nós e que serviam para contabilizar objetos e também fatos históricos. Existem aproximadamente 600 khipus que sobreviveram desde a época da conquista. Infelizmente, dado as enormes diferenças entre os khipus e os meios tradicionais de pensamento e representação da escrita ocidental, o conhecimento de como se ler um khipu foi perdido. Desde tempos coloniais existe um debate se os khipus eram apenas um instrumento nemônico ou se também constituíam uma forma de escrita. Segundo Brokaw, a complexa natureza tri-dimensional dos khipus possibilitava ao seu leitor – *kipucamayoc* – uma variedade de leituras convencionais as quais não há paralelo nos sistemas lineares de leituras alfabéticas (2003:138). Ainda segundo Brokaw, o fato de que culturas são geralmente classificadas entre históricas (aquelas que usam a escrita) e pré-históricas (sem escrita), cria uma oposição entre escrita e oralidade o que não permite espaço para outras formas alternativas de representação como no caso dos khipus (2003:140-141). Recentemente, Gary Urton da Harvard University, embarcou em um projeto ambicioso para tentar decifrar os khipus (para mais informações veja a página do *Khipu Database Project* no endereço <http://khipukamayuq.fas.harvard.edu>).

nativos – a ser implantado no Peru. No entanto, além dessas três divisões aparentes, muitas outras sub-divisões internas podem ser observadas¹⁷.

A primeira vista, o leitor incauto pode se frustrar com a aparente incoerência de organização dos capítulos e também com alguns erros de espanhol. No entanto, o grande potencial de *El Primer Nueva Corónica* não se encontra na competência do autor com a língua espanhola e muito menos na organização de capítulos em um formato que satisfaria o olhar ocidental. Pelo contrário, a reconstrução histórica de Guaman Poma longe de representar uma narrativa caótica, é uma síntese elaborada de acordo com a lógica indígena¹⁸. Assim sendo, os pontos mais fortes de *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* são justamente sua proximidade da tradição indígena de pensamento e a forma como Guaman Poma domestica a tradição européia baseada em livros paginados (inicialmente um formato pouco familiar ao autor) preenchendo cada página de seu manuscrito de uma maneira inteligente, criando não somente um texto informativo sobre as tradições Incas, mas também uma obra de arte visual.

Este extraordinário manuscrito de aproximadamente 1.200 páginas e cerca de 400 desenhos, combina texto e imagens na tentativa de descrever ambos os governos Inca e espanhol. Para quase cada página escrita por Guaman Poma há um desenho correspondente. Estas imagens, no entanto, estão longe de ser meras ilustrações do manuscrito, mas funcionam como textos que podem e devem ser lidos como tal, da mesma forma que seu texto também pode e deve ser observado visualmente. Ou seja, do mesmo modo como as imagens do manuscrito podem ser lidas como texto¹⁹, Valerie Fraser sugere que algumas das páginas do texto também devem ser entendidas como imagens. Para a autora, a intenção de Guaman Poma era criar um todo unificado em que o leitor é encorajado a se alternar fluentemente entre categorias, onde imagens incluem palavras e, em alguns casos, palavras são imagens.²⁰

¹⁷ BROKAW, G. The Poetics of Khipu Historiography: Felipe Guaman Poma de Ayala's Nueva Corónica and the Relación de los Quipucamayos. *Latin American Research Review*, Vol. 38. N. 3, October 2003:111-147.

¹⁸ WACHTEL, N. *Sociedad e Ideología. Ensayos de Historia y Antropología Andinas*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1973.

¹⁹ ADORNO, R. Don Felipe Guaman Poma de Ayala: Author and Prince. In: *Guaman Poma de Ayala. The Colonial Art of an Andean Author*. New York, Americas Society, 1992:32-45 e CUMMINS, T. The Uncomfortable Image: Pictures and Words in the Nueva Corónica y Buen Gobierno. In: *Guaman Poma de Ayala. The Colonial Art of an Andean Author*. New York, Americas Society, 1992:46-59.

²⁰ FRASER, V. The artistry of Guaman Poma. *Res* 1996, 29-30:274.

Na intenção de melhor compreender esta fusão de duas tradições diferentes de escrita ou a combinação de elementos europeus e indígenas presentes no manuscrito de Guaman Poma, o conceito de *zonas de contato textuais* sugerido por Brokaw²¹ pode ser bastante útil para o estudo de *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno*.

O conceito de *zonas de contato* foi definido por Mary Louise Pratt²² como espaços sociais onde diferentes culturas se encontram e colidem umas com as outras, geralmente em relações altamente assimétricas de dominação e subordinação. De uma forma bastante interessante, Brokaw modifica o conceito de *zonas de contato* de Pratt e o transforma em *zonas de contato textuais* em que distintos modos culturais e convenções de representação se encontram e colidem entre eles e, da mesma forma, através de relações altamente assimétricas de dominação e subordinação. Brokaw sugere que no manuscrito de Guaman Poma dois diferentes princípios meta-textuais convergem – um baseado nas regras e princípios literárias européias e um segundo baseado na tradição indígena andina numérica e textual, ou seja, os *kipus*.²³

Representações Imperiais do Antisuyu

Em primeiro lugar, existem alguns problemas em afirmar que Guaman Poma seria um representante do ponto de vista Inca em relação ao Antisuyu. A visão de Guaman Poma pode ser considerada como anti-Inca em diversas formas, particularmente quando ele afirma que o direito de governar a região andina deveria ser dada ao seu próprio clã, Yarovilca, e não aos Incas. E também quando o autor claramente deprecia o primeiro Inca, Manco Capac e sua mãe, Mama Uaco.²⁴ Porém, parece-me que inevitavelmente a perspectiva de

²¹ BROKAW, G. Khipu Numeracy and Alphabetic Literacy in the Andes: Felipe Guaman Poma de Ayala's Nueva Corónica y Buen Gobierno. *Colonial Latin American Review*, Vol. 11, N. 2, 2002:276.

²² PRATT, M. L. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992.

²³ BROKAW, G. Khipu Numeracy and Alphabetic Literacy in the Andes: Felipe Guaman Poma de Ayala's Nueva Corónica y Buen Gobierno. *Colonial Latin American Review*, Vol. 11, N. 2, 2002:276.

²⁴ “El dicho primer Ynga Manco Capac no tubo padre conocido; por esso le digeron hijo del sol, Ynti Churin, Quillap Uauan (filho do sol e da lua). Pero de uerdad fue su madre Mama Uaco. Esta dicha mujer dicen que fue gran fingedora, ydúlata, hichisera. Y acá hazía hablar piedras y peñas y palos y zerrosy lagunas porque le rrespondía los demonios del ynfierno y hazía serimonias y hecheserías” AYALA, GUAMAN POMA (1615) *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno*. México: Siglo Vientiuno, 1980, p. 63.

Guaman Poma corresponde com a visão de mundo Inca em vários aspectos, afinal, sua família foi totalmente assimilada dentro da administração Inca e, além disso, várias partes de seu manuscrito estão de acordo com uma visão de mundo particularmente Inca como, por exemplo, a maneira em que o autor descreve as cinco idades do mundo. De fato, as imagens criadas por Guaman Poma ao narrar as idades do mundo reforçam a ideologia Inca de trabalho e progresso na qual, segundo Brotherston,²⁵ à humanidade é oferecida a chance de ascensão ao custo da obediência Inca. Assim sendo, não me parece equivocado afirmar que a visão de Guaman Poma sobre o Antisuyu estava de acordo com o ponto de vista Inca.

Para iniciarmos a análise do manuscrito de Guaman Poma, vale a pena começar por um de seus mais interessantes desenhos, o *Mapamundi del Reino de las Indias* (figura 1). Este mapa engenhosamente combina duas tradições cartográficas bastante diferentes de mapear o mundo: a tradição Inca-andina de dividir o mundo em quatro partes com Cuzco ao centro; e a tradição européia evidenciada pela adição de áreas além do mundo andino.²⁶

No mapa de Guaman Poma é possível observar ambos os oceanos Pacífico (*Mar del Sur*) e Atlântico (*Mar del Norte*) nos extremos sul e norte. O *Mapamundi* de Guaman Poma sofreu, no entanto, uma rotação anti-horária de 90 graus, bastante diferente da cartografia européia. Assim sendo, no mapa em questão, leste se torna norte, oeste se transforma em sul e assim por diante. Dessa forma, a parte Amazônica do império, ou seja, o Antisuyu que nos mapas ocidentais se encontra a leste, agora se situa ao norte.

Ao colocar a capital Inca, Cuzco, exatamente no centro de seu mapa, o sul é então representado pelo Condesuyu; leste pelo Collasuyu; oeste pelo Chinchaysuyu e finalmente o norte pelo Antisuyu. O eixo leste-oeste representa as partes do império em que os Incas mais expandiram. O sul não poderia se estender mais por razões óbvias já que termina no oceano Pacífico. Finalmente, a parte norte do Tahuantinsuyu estava entre os territórios que os Incas tiveram mais problemas em conquistar, o Antisuyu que sempre representou para os Incas um projeto de integração nunca alcançado.

²⁵ BROTHERSTON, G. *Book of The Fourth World. Reading The Native Americas through their Literature*. Cambridge University Press, 1992:254.

²⁶ BROTHERSTON, G. *Book of The Fourth World. Reading The Native Americas through their Literature*. Cambridge University Press, 1992.

De leste a oeste, toda a parte norte do Mapamundi de Guaman Poma é dominado por uma densa barreira de árvores, rios caudalosos e uma fauna exuberante. Em *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* – e em diversas outras crônicas – a idéia de um ambiente selvagem e não domesticado pelo homem, animais ferozes, canibalismo, ausência de civilização e ordem é desproporcionadamente relacionada ao Antisuyu.

Ao olharmos mais de perto para o manuscrito em questão pode-se facilmente observar como o Antisuyu e seus habitantes foram representados de uma maneira bastante diferente dos demais suyus. Evidências dessas representações distintas podem ser encontradas no momento em que Guaman Poma trata dos capitães Incas (*Capacs*), das senhoras (*Collas*), dos lugares sagrados (*huacas*), dos festivais e das cerimônias de enterramento através dos quatro cantos do Tahuantinsuyu.

É interessante destacar que a estrutura de *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* segue um padrão em que os quatro suyus são descritos de forma sistemática e geralmente seguem uma ordem em que, muito freqüentemente, a capital do império, Cuzco, também é incluída. Em primeiro lugar Guaman Poma sempre descreve Cuzco (quando este é incluído), seguido do suyu mais importante do império, ou seja, o Chinchaysuyu, em seguida Antisuyu, Collasuyu e finalmente Cuntisuyu. Essa ordem parece estar de acordo com a hierarquia do sistema de ceques Inca mencionada acima.

De acordo com Guaman Poma, havia quinze capitães Inca – *Capacs* – nos quais o autor descreve em detalhes. O sexto e o décimo terceiro capitães são os únicos que foram claramente representados de uma forma distinta dos demais suyus, em um ambiente de selva e vestindo poucas roupas (figura 2).

*Otorongo Achachi*²⁷ *Apo Camac Inga*, o sexto capitão é representado de uma maneira bastante peculiar: como uma figura zoomorfa que tem o corpo de um jaguar e um rosto que é metade de humano, metade de jaguar. De acordo com Guaman Poma, *Otorongo Achachi* era filho de Ynca Roca e se transformou em um jaguar para poder conquistar o Antisuyu. Nesta imagem, um índio Anti com seu arco e flecha mal pode ser visto já que *Otorongo* está localizado no centro da página rodeado por árvores que o autor chama de *chunta*.

²⁷ *Otorongo* significa jaguar em *quechua* e *Achachi* é uma palavra Aymara que indica descendência patrilínea.

Figura 2



Antisu – Sexto Capac



Chinchaysuyu – Décimo Segundo Capac



Antisu – Décimo Terceiro Capac



Condesuyu – Décimo Quinto Capac

Importante colocar que a *chunta* (palmeira em *quechua*) é uma árvore da família das palmeiras muito usada pelos Antis para a confecção de arco e flecha devido sua alta elasticidade. Os Incas não utilizavam arcos e flechas, pois palmeiras somente podem ser encontradas na região do Antisuyu.

Apo Ninarva, o décimo terceiro capitão também está relacionado com o Antisuyu e de modo similar a *Otorongo Achachi*, está representado com um arco e flecha entre duas árvores. *Ninarva* está vestido com plumas (um elemento proveniente do Antisuyu) que também podem ser vistas em seu diadema e em suas costas. No chão, a sua esquerda, pode ser visto um emblema com dois personagens típicos do Antisuyu: um jaguar na parte superior e uma cobra na parte inferior.

No caso de todos os outros capitães Guaman Poma sempre descreve suas qualidades, defeitos e personalidade. No entanto, no caso de *Otorongo Achachi* e *Apo Ninarva* o autor preferiu não escrever suas respectivas personalidades e, ao contrário, se dedicou a uma descrição dos povos de suas terras, ou seja, o Antisuyu e os Antis. Sobre esse último, Guaman Poma enfatiza a prática do canibalismo, sua nudez e infidelidade em relação aos imperadores Inca.

Imediatamente após descrever sobre os capitães de Tahuantinsuyu, Guaman Poma dedica algumas páginas às quatro senhoras do império.

A primeira a ser representada é *Capac Poma Gvalca*, a avó de Guaman Poma. Ela é do Chinchaysuyu, mais especificamente, de Yarovilca. Tanto *Capac Poma Gvalca* como as demais senhoras ou *collas* são representadas pelo autor com roupas e em um ambiente sem interferências (figura 4). Já no caso de *Capac Mallquina*, a senhora do Antisuyu, está representada com seu corpo semi-nu, rodeada por árvores, com um pássaro a sua esquerda e, a sua direita, um macaco que toca sua perna. De acordo com o texto de Guaman Poma, *Capac Poma Gvalca* é muito bonita e mais branca do que os próprios espanhóis, porém, come carne humana e anda semi-nua. Estes dois últimos são elementos que claramente depreciam *Capac Poma Gvalca* e também os Antis. Principalmente se lembrarmos que *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno* foi escrita a um rei cristão para quem roupas e vestimentas representavam um dos elementos mais básicos de uma sociedade civilizada. Além disso, o canibalismo dos Antis descrito por Guaman Poma pode ter reforçado a idéia de superioridade cultural européia e assim colaborado para justificar a invasão e colonização do Peru.

Mais adiante em seu manuscrito, Guaman Poma continua suas descrições de como grupos dos quatro cantos do império conduziam seus funerais (figura 3).

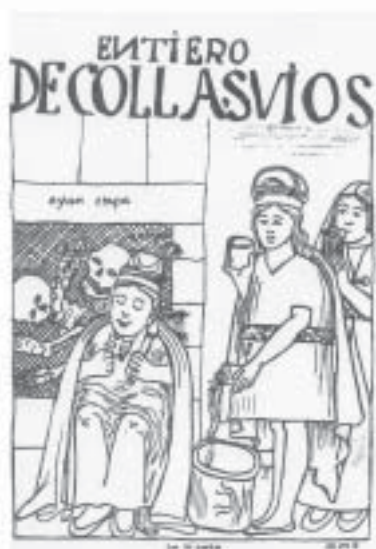
Figura 3



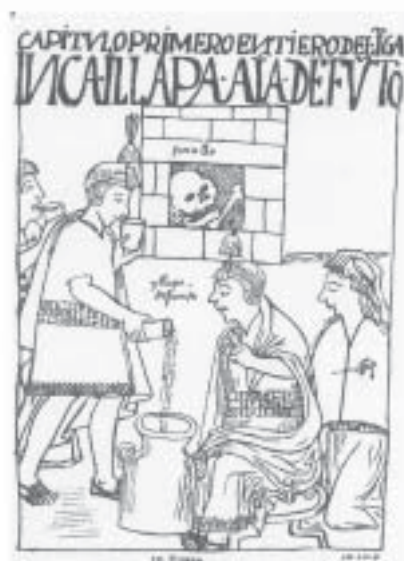
Chinchaysuyu – Enterramientos



Antisuyu – Enterramientos



Collasuyu – Enterramientos



Condesuyu – Enterramientos

Figura 4

*Chinchaysuyu – Primeira Colla**Antisuyu – Segunda Colla**Collasuyu – Terceira Colla**Condesuyu – Quarta Colla*

Os enterros e rituais realizados em Cuzco são, de acordo com o autor, os mais elaborados. Já em relação ao Chinchaysuyu, Collasuyu e Cuntisuyu tais rituais contêm os elementos que são esperados de qualquer ritual na região andina. Por exemplo, os habitantes desses locais alimentavam os mortos regularmente após seu falecimento, colocavam valiosas oferendas em suas tumbas (ouro, prata, folhas de coca, plumas, etc), vestiam o defunto em bonitas vestimentas e mostravam o corpo do falecido em uma procissão antes do seu enterro e subsequente enterros que ocorriam anualmente. O mesmo, porém, não acontecia com os habitantes do Antisuyu como pode ser observado nesta passagem do manuscrito:

Y acá apenas dexa el defunto que luego comiengan a comello que no le dexa carne, cino todo queso. Luego que acaua de suspirar le bista unos bistidos de plumajes que ellos les hazen y quitan la plumería y le desnudan y le lauan y comienga a hazer carnesería e(n) ellos.²⁸

Para os Incas, de acordo com Wachtel²⁹, os ritos funerários periódicos representavam simultaneamente uma junção e disjunção em que passado e presente eram partes essenciais do processo histórico. Assim sendo, poderia ser argumentado que os Antis, ao praticarem a antropofagia, estavam interrompendo este processo histórico.

Ao longo de seu manuscrito Guaman Poma segue o mesmo padrão em diferenciar – visual e textualmente – o Antisuyu dos demais suyus como pode ser observado no caso das festas, celebrações e Huacas (figuras 5 e 6) que eram prática comum entre os povos andinos.

Considerações Finais

Como discutido acima, os Antis são claramente diferenciados nas representações pictográficas feitas por Guaman Poma. O mesmo também ocorria com outras crônicas do mesmo período.

²⁸ AYALA, GUAMAN POMA (1615) *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno*. México: Siglo Vientiuno, 1980, p. 267.

²⁹ WACHTEL, NATHAN *Sociedad e Ideología. Ensayos de Historia y Antropología Andinas*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1973.

Figura 5

*Chinchayuyu - Festas**Antisuyu - Festas**Collasuyu - Festas**Condesuyu - Festas*

Figura 6



Chinchaysuyu – Huaca



Antisuyu – Huaca



Collasuyu – Huaca



Condesuyu – Huaca

Assim como durante o século dezesseis os espanhóis justificaram a colonização e cristianização do Peru através da idéia de que os índios nativos precisavam se tornar civilizados e serem convertidos à fé católica, os Incas tinham estratégias similares na tentativa de conquistar o Antisuyu e seus habitantes. No entanto, é bem conhecido que os Incas tinham extensos e intensos laços com os Antis (não somente relações comerciais, mas principalmente culturais), e que também o Antisuyu representava uma parte não somente complementar, mas essencial para o Tahuantinsuyu como um todo.

Com a chegada dos espanhóis, as relações e laços entre os Incas e os Antis começaram a se diluir aos poucos graças à desintegração do império que então transformou as diferenças entre Incas e Antis em um divórcio que dividiu ainda mais os povos das terras altas daqueles que viviam nas terras baixas. A partir de então, a imagem de primitivos e bárbaros relacionada aos Antis passou a ser muito mais reforçada e exagerada pelos espanhóis.

Bibliografia

- ADORNO, R. *Guaman Poma. Writing and Resistance in Colonial Peru*. Institute of Latin American Studies, University of Texas Press, 1986.
- ADORNO, R. Don Felipe Guaman Poma de Ayala: Author and Prince. In: *Guaman Poma de Ayala. The Colonial Art of an Andean Author*. New York: Americas Society, 1992:32-45.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. *Civilizations*. Macmillan, 2000.
- AYALA, GUAMAN POMA (1615) *El Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno*. México: Siglo Vientiuno, 1980.
- BROKAW, G. The Poetics of Khipu Historiography: Felipe Guaman Poma de Ayala's Nueva Corónica and the Relación de los Quipucamayos. *Latin American Research Review*, Vol. 38. N. 3, October 2003:111-147.
- BROKAW, G. Khipu Numeracy and Alphabetic Literacy in the Andes: Felipe Guaman Poma de Ayala's Nueva Corónica y Buen Gobierno. *Colonial Latin American Review*, Vol. 11, N. 2, 2002:275-303.
- BROTHERSTON, G. *Book Of The Fourth World. Reading The Native Americas through their Literature*. Cambridge University Press, 1992.
- COE, M. Social Typology and the Tropical Forest Civilizations. *Comparative Studies in Society and History*, 1961, 4 (1):65-85.

- CUMMINS, T. The Uncomfortable Image: Pictures and Words in the Nueva Corónica y Buen Gobierno. In: *Guaman Poma de Ayala. The Colonial Art of an Andean Author*. New York, Americas Society, 1992:46-59.
- DILLEHAY, T. D. & NETHERLY, P. (Orgs.) *La Frontera del Estado Inca*. Quito: Editorial Abya-Yala, 1998.
- FRASER, V. The artistry of Guaman Poma. *Res* 1996, 29-30:269-289.
- GADE, D. W. Comercio y Colonización en la Zona de Contacto entre la Sierra y las Tierras Bajas del Valle del Urubamba, Peru. In: *Actas y Memorias del XXXIX Congreso Internacional de Americanistas*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1972, Vol. 4: 207-221.
- KROEBER, A. L. *Culture. A Critical Review of Concepts and Definitions*. New York: Vintage Books, 1952.
- LÓPEZ-BARALT, M. From Looking to Seeing: the Image as Text and the Author as Artist. In: *Guaman Poma de Ayala. The Colonial Art of an Andean Author*. New York: Americas Society, 1992: 14-31.
- LÓPEZ-BARALT, M. La Persistencia de las Estructuras Simbólicas Andinas en los Dibujos de Guamán Poma De Ayalla. *Journal of Latin American Lore*, USA, 1979, 5, 1:83-116.
- LEVELLIER, R. *Los Incas*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos de Sevilla, 1956.
- LEVIS-STRAUSS, C. *Strutural Anthopology*. London, Penguin Books, 1963.
- MEGGERS, B. J. Environmental Limitations on the Development of Culture. *American Anthropologist*, New Series, 1954, Vol. 56, N. 5, Part 1:801-824.
- MYERS, T. P. Agricultural Limitations of the Amazon in theory and Practice. The Humid Tropics. *World Archaeology*. Jun., 1992, Vol. 24, No. 1: 82-97.
- MORRIS, C. Signs of Division, Symbols of Unity: Art in the Inka Empire. In: Levenson, J. (Ed.) *Circa 1492: Art in the Age of Exploration*. National Gallery of Art, 1991: 521-528.
- PÄRSSINEN, M. & Korpisaari, A. (eds.) *Western Amazonia. Amazônia Ocidental. Multidisciplinary Studies on Ancient Expansionistic Movements, Fortifications and Sedentary Life*. Renwall Institute Publications 14. University of Helsinki, 2003.
- PARSSINEN, M. *Tawantinsuyu. El Estado Inca y su Organización Política*. Lima: Instituto Francés De Estudios Andinos, 1992.

- PRATT, M. L. *Imperial Eyes: Travel Writing and Transculturation*. London: Routledge, 1992.
- SAIGNES, T. *Los Andes Orientales: Historia de un Olvido*. Cochabamba: Instituto Francés de Estudios Andinos de la Realidad Económica y Social, 1985.
- SANTOS, F. *Etnohistoria de la Alta Amazônia. Siglos XVI-XVIII*. Equador: Editora Abya-Yala, 1992.
- STEWART, J. (Ed.) *Handbook of South American Indians*. Washington D.C.: Smithsonian Institution, 1948.
- TAYLOR, A. C. The Western Margins of Amazonia from the Early Sixteenth to Early Nineteenth Century. In: SALOMON, F. & Schwartz, S. B. (Eds.). *The Cambridge History of Native Peoples of Americas, South America III*. Cambridge University Press, 1999:188-256.
- TAYLOR, A. C. Géneiseis de un Arcaísmo: La Amazonia y su Antropología. In: Bernand, C. (Org.) *Descubrimiento, Conquista y Colonización de América a Quinientos Años*. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- WACHTEL, N. *Sociedad e Ideología. Ensayos de Historia y Antropología Andinas*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1973.
- ZUIDEMA, T. *El Sistema de Ceques del Cuzco. La Organización de la Capital de los Incas*. Lima: Fondo Editorial de la PUC-Peru, 1995.

EL ESTIGMA AFRICANO EN LOS MUNDOS HISPANO-ATLÁNTICOS (SIGLOS XIV AL XIX)

Alejandro E. Gómez

Investigador en el Instituto de Investigaciones Históricas, Bolívarium
(Caracas, Venezuela), Doctorando EHESS/Francia

Resumo

O presente artigo trata das diferentes formas do preconceito etno-social manifestado pelas pessoas livres de ascendência européia das sociedades hispano-atlânticas, em relação aos negros (escravos ou livres) e seus descendentes afro-mestiços. Para estudar tal fenômeno, se analisarão algumas das muitas manifestações que refletiram sua existência, com particular ênfase naquelas que permitam identificar os traços ideológico-mentais que o definem, e os aspectos sócio-culturais que o mesmo teve nas comunidades em que se manifestou.

Palavras-Chave

História Atlântica • Escravidão • Racismo • América espanhola

Abstract

The present article studies an ethno-social prejudice that people of European ancestry (both Whites and Mulattoes) developed towards black slaves and their descendants in the Hispanic Worlds from late 15th century. To analyze this phenomenon, we have gathered many manifestations that reflected its existence at both sides of the Atlantic, so we can distinguish its ideological and mental characteristics as we aim to determine its extension and the socio-cultural consequences it had on the communities it appeared.

Keywords

Atlantic History • Slavery • Racism • Spanish-America

Introducción

No mira Dios aquella apariencia que fuera, negra y fea, que menosprecian los hombres, sino el divino favor y la gracia que se les esconde, con la cual levantados en la muerte del polvo de la tierra y del estiércol de tantas miserias y desventuras. Alonso de Sandoval (1577-1652)
De instaurando æthiopianum salute

La voz *estigma* es usada para definir las marcas o heridas físicas asociadas culturalmente con virtudes o defectos, como las lesiones padecidas por algunas personas atribuidas a causas sobrenaturales por la semejanza que presentan con las que sufriera Jesucristo en su pasión. Ese término también es aplicable a otro tipo de marca de origen menos sublime: la “...impuesta con hierro candente, bien como pena infamante, bien como signo de esclavitud.”¹ En los Mundos Hispanos bajo medievales, esta tacha cubría a todos los individuos sometidos a dicha condición, sin importar el grupo socio-étnico al que perteneciesen. Esta suerte de heterogeneidad servil habría de cambiar desde mediados del siglo XV, cuando se incrementa el tráfico de esclavos desde el África Sub-sahariana. En lo sucesivo, esa “pena infamante” pasó a estar reservada casi exclusivamente para los negros oriundos de esta región, sobre todo en partes de la vertiente atlántica de dichos mundos: en regiones como Andalucía, Levante, y América.

La asociación que desde aquel entonces sufrieron los negros con la esclavitud, condujo a un deterioro de la apreciación que tenían los pueblos caucásico-hispanos del otro de color.² Este hecho se evidenció en el surgimiento

¹ *Diccionario de la Lengua Española*. Madrid: Real Academia Española, 2001 [En línea: <http://www.rae.es>] [Todos los vínculos en Internet estaban activos para el 15/09/2005]

² A mi parecer, un estigma como el africano, puede enmarcarse dentro de lo que Cardillac-Hermosilla denomina como “mecanismos colectivos”, los cuales permiten establecer la *identidad* o *conciencia étnica* de un determinado sector social en relación a otro. Para hacerlo, los individuos tienden a reconocer a aquéllos que consideran distintos a los miembros del grupo al que pertenecen, identificando las diferencias fenotípicas y/o culturales que diferencian a unos de los otros. Este proceso de valorización sigue un criterio “simétricamente opuesto”, tras el cual se establece si los “otros” son mejores o peores que “nosotros”. CARDAILLAC-HERMOSILLA, Yvette. “Construcción de una identidad étnica por oposición al moro, al judío, al indio en el teatro del Siglo de Oro”, *Sincronía*, invierno 2000, p.2; TODOROV, Tzvetan. *Nosotros y los otros* (Reflexión sobre la diversidad humana). México: Siglo XXI Editores, 1991 (1989), p.305.

de una serie de *imágenes estereotipadas*³ basadas en prejuicios racialistas y socio-culturales, la cuales habrían de tachar a los negros por los siglos subsiguientes. Este cambio apreciativo no se limitó únicamente a los individuos que respondían a esa descripción visual, sino que también afectó a los individuos de “*color quebrado*”; es decir, a aquéllos nacidos de uniones entre negros con miembros de otros sectores étnico-sociales libres, tanto europeos como americanos. Es en estos afromestizos donde el *estigma africano* asume lo que quizá sea su aspecto más dramático, ya que, por un lado, ellos compartían los prejuicios de sus coterráneos blancos hispanos, y, por el otro, en ellos no se podía ver a un *otro* cultural y fenotípicamente distinto.

Para estudiar la fenomenología del estigma en cuestión, haré uso de un marco espacial y temporal que se ajuste al *sistema histórico*⁴ en que la misma se hizo presente, abordándola desde una perspectiva de *larga duración* que vaya desde mediados del siglo XIV hasta el XIX, y aplicando una escala de análisis atlántica.⁵ Dada la amplitud de la temática a abordar y de lo limitado del formato, restringiré la crítica historiográfica (sobre todo en lo que se refiere al debate anglo-sajón sobre el llamado *racismo hispano*) a sólo aquellos planteamientos estrictamente relacionados con mi objeto de estudio o que permitan enriquecer o dar coherencia al discurso a construir.

I

Para el hombre europeo bajo medieval, la aproximación al *otro* estaba marcada por su ignorancia sobre lo que había más allá del mundo conocido: bien fuese hacia adentro, como en los casos de bosques impenetrables y tupidas forestas, o hacia fuera, en territorios geográficamente remotos. Para llenar ese vacío acudía a su religión, el Cristianismo, la cual hacía que se ubica-

³ Si bien este esquema se ajusta a lo que en términos contemporáneos conocemos como “Estereotipos Raciales”, por razones de léxico histórico he preferido –siguiendo a G. Fredrickson– hablar de *imágenes* como reflejo mental e ideológico del o los estereotipos que pretendemos estudiar. FREDRICKSON, G. M. “White images of black slaves in the Southern United States”, *Annals of the New York Academy of Sciences* (Comparative perspectives on slavery in the New World Plantation Societies), N° 292 (1977), p.369

⁴ Un Sistema Histórico es “...una red integrada de procesos económicos, políticos y culturales cuya totalidad mantiene unido al sistema”, y que es definido por situaciones comunes que sólo en ellos se generan. WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar las Ciencias Sociales*. México: Siglo XXI Editores 1999 (1991), p.250.

se espacialmente en el centro del orbe; y, desde un punto de vista fenotípico, que se viese como el producto mejor logrado de la Creación. Según el antropólogo Vladimir Acosta, esta manera de percibirse a sí mismo y al entorno, funcionaba de acuerdo a una concepción espacial valorativa que seguía una lógica centro/periferia: el núcleo de ese mundo bidimensional estaba delimitado imaginariamente por las fronteras de la Cristiandad, lo que en términos reales, correspondía *grosso modo* a la región que habitaban los europeos de aquella época.⁶ Esto significaba que los pueblos que viviesen más allá de los límites referidos, no podían ser otra cosa que gentes alejadas del Dios.

Siguiendo este esquema espacial imaginario, en una primera instancia se encontraba la Periferia Cercana, la cual estaba conformada por territorios como el Medio Oriente y el África Septentrional. En estas regiones habitaban los herederos de los *bárbaros* de la Antigüedad: extranjeros redefinidos ahora, desde una perspectiva hispano-católica, como infieles condenados al sufrimiento eterno a la hora de su muerte por no haber sido bautizados. Estos además eran individuos cuyo origen era considerado como envilecido, por haber violado sus progenitores las normas religiosas del casticismo⁷; es decir, no habían nacido de uniones sacralizadas por el ritual cristiano del matrimonio, por lo que su sangre era necesariamente “impura”.

En una instancia aún más lejana se encontraba la Periferia Distante, que bien podríamos ubicar en los confines del mundo conocido: el Extremo Oriente, el África Sub-sahariana y, más tarde, América. En zonas tan apartadas como éstas, se pensaba que existían países exóticos poblados por pueblos paganos, y donde lo extraño y lo aterrador era la norma. Se llegaba al punto de concebir a sus habitantes con una concepción que iba más allá del ámbito estrictamente humano, pues algunos eran vistos como infernales aberraciones antropomórficas que surgían en el mundo real, bien fuere como resultado del pecado

⁵ Dado el carácter supra-regional y a las particularidades de mi objeto de estudio, aplicaré una escala de análisis que incluya aquellas regiones hispanas donde negros y afroestizos pasaron a formar una parte importante de las poblaciones, por lo que he tomado la propuesta analítica de la Nueva Historia Atlántica como marco de referencia geo-histórico. MARZAGALLI, Silvia. “Sur les origines de l’Atlantic History”, *Dix-Huitième Siècle*, 33 (2001), p.29.

⁶ ACOSTA, Vladimir. *La humanidad prodigiosa*, tomo 2. Caracas: Monte Ávila Editores, 1996, p.253.

⁷ CARDAILLAC-HERMOSILLA, *op.cit.*, p.2.

de los hombres o, simplemente, como meros errores del acto creador.⁸ De tal forma, se creía que en la India habitaban seres tan raros como hombres con cabeza de perro, otros con ojos en el vientre, y algunos tan singulares como uno que se acurrucaba sobre su espalada levantando un único y enorme pie para protegerse del sol.⁹

En el catolicismo, ese ordenamiento espacial tripartito (Centro - Periferia Cercana - Periferia Distante) se reflejó en los *mappamundi* europeos bajo medievales elaborados siguiendo un criterio moral en forma de áreas circun-céntricas con Jerusalén en el centro. En algunos de ellos (como el de Hereford de 1290), las zonas que habitaban los monstruos aparecen señaladas en las regiones periféricas sur-orientales, más allá de la costa mediterránea de África y del Medio Oriente.¹⁰ A pesar de estas representaciones, a los individuos de color que habitaban la región sub-sahariana no se les concibió inicialmente como criaturas monstruosas. Esto se puede apreciar en una obra titulada *Libro del conocimiento de todos los reinos* (1350), en la que su autor anónimo (presumiblemente un monje franciscano español) incluso agrega cualidades positivas a aquellas personas que, aunque negras, según él eran "...de buen entendimiento, e de buen seso y han saberes [sic] y ciencias..."¹¹ Esto seguramente tenía mucho que ver con la visión idealizada que se tenía de sus monarcas, a quienes se suponía como hombres inmensamente poderosos e, incluso, como paladines de la "verdadera fe" dispuestos apoyar eventualmente a los cristianos europeos en contra de los infieles musulmanes. Tales son respectivamente los casos del Mansa Musa de Malí (1312-1337) y del mítico Preste Juan.

El primero se hizo famoso en todo el mundo conocido por el lujo de su corte y el ostentoso peregrinaje que llevara a cabo a la Meca en 1324¹²; mien-

⁸ DELUMEAU, Jean. *Le péché et la peur* (La culpabilisation en Occident XIIIe – XVIIIe siècles). París: Fayard, 1983, pp.152-153.

⁹ DELUMEAU, Jean. *La peur en occident* (XIVe – XVIIIe siècles). Paris: Fayard, 1978, pp.42-43.

¹⁰ BLACKBURN, Robin. "The Old World Background to European Colonial Slavery", *The William and Mary Quarterly*, 3ra serie, Vol. LIV, No. 1.(1997), p.93.

¹¹ Cf. ÇRIVAT, Anca. *Los libros de viajes de la Edad Media española*. Bucarest: Editura Universitatii, 2003, parte IV, p.49, [En línea: <http://www.unibuc.ro/eBooks/filologie/AncaCrivat/cap4.htm>].

¹² Este monarca despertó la admiración de los cartógrafos europeos, quienes en numerosas ocasiones le representaron con lujosos atavíos. FERNÁNDEZ-ARMESTO, coord., *The Times. Atlas de los Grandes Exploradores*. Valencia: Prensa Valenciana, 1995, p.61. Para un tratamiento más exhaustivo sobre este personaje, véase: N. Lepzion, "The Thirteenth- and

tras que el segundo fue enaltecido por viajeros europeos como Giovanni Marignolli y Jourdain de Séverac, en cuyas obras se le describió como un emperador cristiano de Etiopía, la cual describían como una región meridional habitada por gente de piel oscura.¹³ En la Península Ibérica, la percepción que se tenía de esos soberanos africanos sirvió de inspiración para las representaciones de la leyenda de los Reyes Magos, la cual simboliza la postración de los pueblos paganos ante las “verdades” del Cristianismo. Uno de ellos era Baltasar, un monarca de tez oscura a quien se pensaba oriundo de Etiopía.¹⁴ Este personaje fue representado en muchas partes de Europa (Germania, los Países Bajos y la Península Ibérica) de manera ostentosa¹⁵, siguiendo los patrones que viajeros y cartógrafos habían dado a conocer según la visión mítica que se tenía entonces del Continente Negro (Véase, por ejemplo, la representación del Mansa Musa en el *Atlas Catalán* de 1375).

Pero esa apreciación idealizada que se tenía en Europa de los reyes negros no hubo de durar, debido principalmente a la decepción que experimentaron los exploradores portugueses que desde mediados del siglo XV comenzaron a sobrepasar la desembocadura del río Senegal, región que llamaron *Terra dos Negros*. Ello se debió, por un lado, a que para esa época el reino de Malí se encontraba en plena decadencia; y, por el otro, a que en la medida en que continuaban las exploraciones, parecía confirmarse la inexistencia del Preste Juan.¹⁶ Así, desnudos de todo halo mítico, en lo sucesivo la imagen de los

Fourteenth-Century Kings of Mal”, *Journal of African History*, Vol. IV, No.3 (1963), pp.341-353; BELL, Nawal Morcos. “The Age of Mansa Musa of Mali: Problems in Succession and Chronology”, *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. V, No. 2. (1972), pp. 221-234; WALTON JR., Hanes. “Toward a Theory of Black African Civilizations: The Problem of Authenticity”, *Journal of Black Studies*, Vol. I, No. 4. (1971), pp. 477-487.

¹³ ACOSTA, Vladimir. *Viajeros y maravillas: lo maravilloso en la literatura de viajes medieval*, tomo 2. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1990, p.133; DELUMEAU, Jean. *Une histoire du paradis* (Le jardin des délices). París: Fayard, 1992, p.124

¹⁴ GÓMEZ, Jaime Humberto Borja. *Rostros y rastros del demonio en la Nueva Granada*. Bogotá: Ariel, 1998, p.112.

¹⁵ HAHN, Thomas. “The difference the Middle Ages makes: Color and Race before the Modern World”, *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Vol. XXXI.I, Nos. 1-37 (2001), pp.2-3.

¹⁶ En cuanto Preste Juan, el viajero portugués Covilham a su paso por Abisinia en 1493, pudo comprobar que el Rey-Prelado de esta remota comarca no era aquel mítico personaje. Más tarde, el monje jesuita Jerónimo Lobo, en su obra *Breve noticia e relação de algumas coisas novas* (1639), indicaba que el patriarca de Etiopía le había dicho que el Preste Juan

negros africanos comenzó a verse afectada por el criterio antropocéntrico de valoración del *otro* imperante en la Europa bajo medieval. Ello permitió que incluso se les comenzase a apreciar de acuerdo a la concepción monstruosa que se tenía de los habitantes de la Periferia Distante, como se puede apreciar en la obra *De Instauranda Aethiopum Salute* (1627) escrita en Cartagena de Indias por el monje jesuita de origen sevillano, Alonso de Sandoval. En un pasaje de la misma, este religioso se pregunta: “¿Quién creyera que los etíopes eran de aquel color, antes que los hubiera visto?” La explicación que dio a este “fenómeno” la encontró en la creencia de que en Etiopía existía gran biodiversidad de monstruos, muchos de ellos de origen humano “...como cuentan de aquel célebre Minotauro de Creta (...) [y como en los casos de] monas y simios, que tienen los miembros casi semejantes a los del hombre...”¹⁷

La situación se tornaba aun más confusa cuando en los Mundos Hispanos empezó a aparecer “gente de color quebrado”, como resultado del creciente número de uniones inter-étnicas. En la obra de Sandoval referida, este prelado reporta varios casos de los que él mismo fue testigo: como el de un niño “...cuyos padres eran negros atezados, pero él blanco sin comparación, que en blancura le sobrepujara, de extremadas facciones españoladas...” Este hecho se convirtió en motivo de “...asombro y pasmo de toda la ciudad”, por lo que como “...cosa maravillosa (...) le traían de unas partes a otras por toda ella.” Otro caso también referido en esa obra fue el de tres hermanas de ascendencia africana: una “...de muy buena gracia, parecer y facciones españoladas, pero negra como sus padres”; la otra “...feezuela, hociconcilla, nariz chata, patona como negra, empero toda más blanca, rubia y zarca que una alemana, digo que era sobremanera blanca...”; y la última también “...blanca, rubia y zarca (...) pero más feezuela.”¹⁸

La explicación más común que daban a esos “prodigios” los europeos (incluyendo entre estos a los musulmanes ibéricos), era la que asociaba la

no era oriundo de ese territorio. Cf. RAMOS, Manuel João. “Origen y evolución de una imagen Cristo-mimética: el Preste Juan en el espacio y el tiempo de las ideas cosmogónicas europeas”, *Política y Sociedad*, No.25 (1997), p.42; cf. LAMB, Alastair. “Prester John”, *History Today*, Vol. VII, No.5 (1957), pp.320-321.

¹⁷ SANDOVAL, Alonso de. *De Instauranda Aethiopum Salute*. Bogotá: Empresa Nacional de Publicaciones (Biblioteca de la Presidencia de Colombia, No. 22), 1956 (1627), pp.29, pp.33-34

¹⁸ *Ibidem*, p. 23-24 [He suprimido algunos subrayados del texto original].

pigmentación de la piel de los negros con la sequedad, el calor y la intensidad que tenía el Sol en las regiones periféricas que éstos habitaban.¹⁹ Es por ello que se hablaba de *etiopes*, palabra de origen griego que significaba originalmente ‘quemado por el sol’.²⁰ Fue por ello que Sandoval, seguramente al corriente de los cuentos y supersticiones de los marinos a través de los buques que tocaban su Sevilla natal, les llamó “*hombres del rostro quemado*”. Este mismo principio era aplicable incluso a los blancos europeos, ya que se creía que “...*los españoles que viven en tierra de negros, casados con españolas, engendrarán negros...*” Sin embargo, en la medida que aumentó la presencia europea en costas africanas, la explicación de la tez oscura causada por el astro mayor se hizo cada vez menos sustentable. Según Sandoval, los portugueses que visitaron el reino africano del Gran Fulo (?) habrían encontrado “...*hombres y mujeres, más blancos y rubios que alemanes, [con] cabellos largos, lisos y dorados como los que tienen las mujeres de Europa...*”²¹

Pero, si no se encontraba en el clima la clave, entonces ¿cuál era la causa? Para Sandoval esto podía deberse a una de dos razones: a “*la voluntad de Dios*” o a “...*las particulares calidades que esta gente en sí misma tiene intrínsecas.*”²² Para resolver este enigma acudió a las enseñanzas del monje agustino Pedro de Valderrama, para quien tanto la piel oscura como la esclavitud serían una especie de castigo: “...*como tizado por serlo de malos padres*”.²³ De esta forma el color de la piel adquiriría una connotación divina asociado al concepto de “*calidad*” hispano de principios de la Modernidad²⁴, como explica Sandoval basándose en la Biblia: “...*a los que los tienen buenos [padres], llamamos de sangre esclarecida, como a los que no, de gente oscura.*”²⁵ Esta aseveración se basaba en algunos pasajes del libro noveno del Génesis (v.22-27), en los que se explicaba la razón -o al menos eso pensaban los teólogos hispanos-

¹⁹ HAHN, T. *op.cit.*, p.11; SWEET, James H. “The Iberian Roots of American Racist Thought”, *The William and Mary Quarterly*, 3ra serie, Vol. LIV, No. 1. (1997), p.146.

²⁰ Cf. BLACKBURN, R. *op.cit.*, p.93.

²¹ SANDOVAL, A. *op.cit.*, pp.21ss.

²² *Ibidem*, pp.21, 23, 26-27.

²³ *Ibidem*, p.23.

²⁴ Calidad: “Se llama la Nobleza y lustre de la sangre: y así el Caballero o Hidalgo antiguo se dice que es hombre de calidad.” *Diccionario de la Lengua Castellana*. Madrid: Pascual Guerrero, 1729, p.67.

²⁵ SANDOVAL, A. *op.cit.*, pp.26-27.

por la que a los negros les estaría reservado ese servil destino: los descendientes de Canaán, hijo de Cam, fueron castigados con la eterna servidumbre, por haber visto este último a su padre, Noé, desnudo y ebrio.²⁶

De esta forma se reforzaban las bases teológicas que habrían de consolidar la creencia de que los negros habían nacido para ser esclavos. Ésta se nutrió, además, de otros dos factores: por un lado, la posibilidad de esclavizar al extranjero, como se interpretaba de un fragmento del libro del Levítico: “*el esclavo y la esclava que tengas serán de las naciones circunvecinas...*” (25: 44-46)²⁷; y, por el otro, la costumbre medieval de esclavizar a los infieles, quienes podían ser reducidos a la esclavitud a cambio de perdonarles la vida, siguiendo la normativa conocida como *Derecho de Guerra*. Esta práctica había sido descrita en las *Siete Partidas* de Alonso X alías El Sabio, en las cuales se indicaba que estaba permitido esclavizar a “*...los que [se] cautivan en tiempo de guerra, siendo enemigos de la fe...*”²⁸

II

Otro factor que pudo incidir sobre la apreciación que se tenía de los negros, fue la valoración negativa que tenían los pueblos caucásicos europeos del color que aquéllos tenían, mientras que valoraban positivamente el color blanco y la claridad como símbolo de pureza.²⁹ Esto, unido a los criterios de

²⁶ SANDOVAL: “...que por haber maldecido Noé a su hijo Cam por la desvergüenza que usó con él, tratándole con tan poca reverencia, perdió la nobleza y aun la libertad, costándole quedar por esclavo él y toda su generación, de los hermanos que fue, según los Santos Agustino, Crisóstomo y Ambrosio, la primera servidumbre que se introdujo en el mundo. Y siendo claro por linaje, nació oscuro”. Cf. GÓMEZ, J. H. Borja. *Op.cit.*, p.112; SWEET, J. H. *Op.cit.*, p.148; EVANS, William Mckee. “From the Land of Canaan to the Land of Guinea: The Strange Odyssey of the ‘Sons of Ham’”, *The American Historical Review*, Vol. LXXXV, No. 1. (1980), pp.15-43.

²⁷ STELLA, Alessandro. *Histoires d’Esclaves dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Éditions de l’École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2000. p.31.

²⁸ Cf. CORTÉS LÓPEZ, José Luis. “La esclavitud en España en la época de Felipe II”, *Fundación Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes*, [En línea: <http://cervantesvirtual.com/historia/> CarlosV/6_4_cortes.shtml #N_2_].

²⁹ Brion Davis remite a los trabajos de Harry Levin, quien ha mostrado el poder que puede tener la “oscuridad” sobre una cultura: es Dios haciendo la luz; son los “niños de la luz” contra “los de la oscuridad”; es el color de la “magia negra”; de las “listas negras”; del “caballero negro”; etc. Cf. DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. Ithaca, New York: Cornell University Press 1969 (1966), p.447.

valoración positiva de sus propios rasgos fenotípicos, habría contribuido a establecer un patrón estético que hacía ver a los *otros* de origen o ascendencia sub-sahariana, como escribiera Sandoval, con una apariencia “*negra y fea*.”³⁰ Esta apreciación coincide con la que tuvo anteriormente el cronista portugués, Gomes Eanes de Zurara, en su obra *Crónicas de Guinea* (1453). En ella da noticia de uno de los primeros “cargamentos” humanos que llegaron a Lagos (Algarbe) a mediados del siglo XV, el cual describe como un “*espectáculo chocante*”. La evaluación negativa de los rasgos de los negros se puede apreciar cuando entra en detalle sobre los diversos tipos de esclavos allí “expuestos” para ser vendidos: unos eran “...*casi blancos, hermosos y bien proporcionados* (...) *otros, [eran] tan negros como etíopes*...” Estos últimos, según Zurara, “...*eran tan desgraciados, tanto en cara como en cuerpo, que quienes les observaban creían ver imágenes del hemisferio sur*”³¹, región que podríamos ubicar en la Periferia Distante.

Esta apreciación se repetía en el sur de España, concretamente en Andalucía, como se evidencia en las tramas de algunas obras que circularon por dicha región desde el siglo XV, pertenecientes al género denominado como *Literatura de Cordel*³². En una de ellas se describe en forma peyorativa los rasgos fenotípicos de una mujer negra que está contrayendo nupcias, lo que para el historiador Alessandro Stella (quien ha estudiado en profundidad la esclavitud de negros en España) constituye “...*un concentrado de todos los clichés sobre los negros*” que existían en aquella época:

Ella tiene el cabello crespo como la lana de cabra (...) la nariz corta y aplastada, la boca grande como un canasto, los dientes de ternera, una lengua de vaca, un pescuezo grueso y corto (...) [y] los senos podrían servir de moldes para los fabricantes de jarras.³³

Los descendientes de negros no escapaban a esta valoración negativa, ni siquiera cuando se mezclaban con blancos. Para los españoles -sobre todo de

³⁰ SANDOVAL. *Op.cit.*, p.254.

³¹ ZURARA, G. E. de. *Chronique de Guinée*. Paris: Chandeigne, 1994 (1453), p.94

³² El nombre, *Literatura de Cordel*, se deriva de la forma de exhibir los pliegos impresos por los buhoneros que las vendían. N. del A.

³³ Cf. STELLA, A., *op.cit.*, p.139.

algunas partes de América- esa “raza”³⁴ de hombres de “*color quebrado*” representaba la peor de las mezclas, ya que se pensaba que de ella sólo salían individuos altivos, incultos, ostentosos, perezosos, etc.³⁵ Estos prejuicios eran remarcados por el término que los definía, *mulatos*, el cual, según el *Diccionario de Autoridades* de 1734, había surgido “...por comparación a la generación del mulo.”³⁶ Según escribiera a fines del siglo XVIII el fraile franciscano caraqueño, Juan Antonio de Navarrete, esta apreciación se extendía a los llamados *pardos* (como se llamaba todas las variaciones de blancos con negros: mulatos, tercerones, cuarterones, etc.)³⁷, a los cuales se estimaba como “...la raza más fea y abominable, y aún extraordinaria.”³⁸ Esta apreciación se daba incluso en lugares tan remotos como Sonora (en la frontera norte de la Nueva España), cuya población de Mulatos y Coyotes (resultado de mestizo más india) era descrita en 1723 por el fraile jesuita, Daniel Januske, como “*heces de la tierra*.”³⁹

Para los cristianos en general, el negro era un color que evocaba la maldad del pecado, mientras que el blanco, además de simbolizar la pureza como ya adelantamos, también correspondía a la transparencia espiritual y a la santidad.⁴⁰

³⁴ Entendiendo *raza* en su acepción medieval, más asociada con la de naciones étnicas. Según F. Ortiz, la voz “raza” primero se aplicó a los animales, y luego se asoció con la “nación” o grupo étnico al que pertenecía cada quien, por lo que desde un principio tuvo un sentido despectivo. ORTIZ, Fernando. *El engaño de las razas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales 1975 (1946), pp.44-45.

³⁵ PELLICER, Luís Felipe. *La vivencia del honor en la Provincia de Venezuela 1774-1809* (Estudio de casos). Caracas: Fundación Polar, 1996, pp.44-45.

³⁶ *Diccionario de la Lengua Castellana*. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1734, p.628 [En línea: [http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0.0.0.](http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.1.0.0.0.0.)]

³⁷ La voz “pardo” nunca fue definida por el *Diccionario de Autoridades* de la Real Academia Española en el sentido etno-social que tenía en las regiones referidas. En esta obra sólo se le definió en su acepción cromática: “se aplica al color que resulta de la mezcla de blanco y negro”. *Diccionario de la Lengua Castellana*. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1737, p.126 [En línea: [http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.2.0.0.0.0.0.](http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.2.0.0.0.0.)]

³⁸ NAVARRETE, Juan Antonio. *Arca de Letras y Teatro Universal*, tomo I. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1993 (ca.1793), p.439.

³⁹ Cf. STERN, P. “Gente de Color Quebrado: Africans and Afromestizos in Colonial México”, *Colonial Latin American Historical Review*, Vol. III, No.2 (1994), p.201.

⁴⁰ KAPPLER, Claude. *Monstruos, demonios y maravillas a fines de la Edad Media*. Madrid: Ediciones Akal (Col. Universitaria, No.103), 1986 (1980), p.58.

Así, mientras que en las imágenes sagradas se representaba a los miembros de la Corte Celestial como personas de tez blanca, en España se recomendaba que al demonio se le pintara, siguiendo las sugerencias de Santa Teresa de Ávila, “...como Etíope (...) pero como hombrecillo o muchachillo despreciable.” Esta referencia corresponde al fraile Interián de Ayala (Doctor Teólogo y Catedrático de lenguas sagradas en la Universidad de Salamanca, y uno de los fundadores de la Real Academia Española), y está contenida en una obra suya que lleva por título, *El Pintor Cristiano y Erudito* (1730). En la misma se dedica a hacer recomendaciones y críticas en torno a cómo representar sobre un lienzo la iconografía cristiana. Entre ellas, dicho prelado duda del hecho de que el Rey Mago Baltasar, hubiese tenido el mismo color de Satanás, por lo que advertía en contra de las pinturas que lo representaran como un negro: “...para decir lo que siento esto último de pintar a uno de los magos enteramente negro se me hace muy difícil, y me parece demasiado atrevimiento.”⁴¹

Esta percepción “endemoniada” de los negros databa de al menos la baja Edad Media. Esto se puede apreciar en un manuscrito escrito en el siglo XII del portugués Visão de Túndalo, en el que indica que los demonios que habitaban el “inframundo” eran “negros como carbón”⁴², y en la obra *El Millón* (ca.1298) atribuida a Marco Polo. En ella, este viajero florentino da una visión de la India en la que se invierten el imaginario europeo bajo medieval, ya que allí, según su criterio, todo parecía estar cromáticamente al revés: “...les digo que estas gentes hacen retratar todos sus dioses negros, y los demonios blancos como nieve, pues dicen que su Dios y sus Santos son negros”.⁴³ En otra obra también de presunta autoría suya, *Viajes*, se mostró sorprendido por la “fealdad endemoniada” y las particularidades fenotípicas de las personas de color que encuentra a su paso por Zanzíbar, una isla ubicada en el Océano Índico:

Son negros y van desnudos, excepto las partes naturales. Tienen el pelo tan crespo, que no podían desrizarlo ni metiéndolo en agua. La boca es

⁴¹ Cf. AYALA, Interián de. *El pintor cristiano y erudito, o tratado de los errores que suelen cometerse frecuentemente en pintar y esculpir las imágenes sagradas*, tomo I. Madrid: Luís Durán Bastero (trad. y edit.), 1782, pp.170, 214.

⁴² Cf. SWEET, J. H. *Op.cit.*, p.154.

⁴³ POLO, Marco. *Il Milione*, cap. 172, 1997 (1299), [En línea: <http://www.liberliber.it/biblioteca/p/polo/index.htm>].

tan grande y la nariz tan achatada, los labios y los ojos tan abultados, que son horribles. Si se os aparecieran en otro país creeríais ver al diablo.⁴⁴

III

En el sur de España, los negros y sus descendientes generaron una serie de manifestaciones musicales y bailes que surgieron del *mestizaje cultural*, por lo que se les llegó a ver como seres alegres y de un vivo bailar, el cual ejecutaban con “...*muchos meneos del cuerpo a un lado y a otro*” (como en los casos del Cumbé, Zarambeque y la Danza de Guinea).⁴⁵ Empero, estas manifestaciones también fueron vistas con recelo sobre todo por parte de las autoridades eclesiásticas, las cuales veían en ellas prácticas inmorales incompatibles con la moral cristiana. Tal fue el caso de los llamados “*cabildos de negros*”, los cuales desde el siglo XVI fueron criticados por los prelados por la excesiva sensualidad que desplegaban negros y negras al danzar.⁴⁶ Esta preocupación se mantuvo en el tiempo, como se viera en la Visita Pastoral que hiciera a la Capitanía General de Venezuela en 1784 el obispo, Mariano Martí, en la que fue testigo de tales prácticas. Éstas fueron descritas por él en sus reportes como “...*concursos de hombres y mujeres en bailes indecentes, [con] bebezones y otras diversiones pecaminosas...*”⁴⁷

⁴⁴ POLO, Marco. *Viajes*. Madrid: Espasa-Calpe, 1981, cap. CXCI, [En línea: http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01383853144793830199024/p0000002.htm#I_194_].

⁴⁵ MARTÍN, Eloy. “Los sones negros del Flamenco: sus orígenes africanos”, *Factoría*, No.12 (2000), [En línea: <http://www.lafactoriaweb.com/articulos/martin12.htm>].

⁴⁶ En España, los Cabildos de Negros eran los lugares donde los negros y mulatos se reunían para hacer sus festividades, en las localidades españolas como Murcia, Sevilla, Tenerife, etc. En América funcionaron de una manera distinta. Luego de la travesía transatlántica, a los negros enfermos se les llevaba a una especie de enfermerías que se les comenzó a conocer como Casas de Cabildo (Cartagena de Indias, Matanzas, Lima), donde eran atendidos espiritualmente y físicamente. A la postre, como si de cofradías se tratara, esos establecimientos se transformaron en refugios culturales, donde los negros celebraban con tambores sus festividades y rituales religiosos. FRIEDMANN, N. S. “Cabildos negros: refugios de África en Colombia”, *Montalbán*, No.20 (1998), p.125; E. Martín, *op.cit.*, [En línea].

⁴⁷ Esta descripción se refiere a los llamados “Velorios de Párvulos Difuntos” en la localidad de Curiepe (Venezuela). Cf. CEDENO, Franklin Guerra. *Esclavos negros, cimarroneros y cumbes en Barlovento*. Caracas: Lagoven (Col. Cuadernos), 1984, p.34.

A pesar de ello, en el sur de España se permitió una serie de privilegios a mulatos, negros libres y esclavos, todos ellos asociados con la religión: reunirse en días de fiesta religiosas, participar en procesiones, erigir sus propias capillas, contar con manuales especiales de catecismo, tener un Hospital de Caridad, y conformar cofradías como en el caso de la sevillana de Nuestra Señora del Rosario, fundada hacia 1591.⁴⁸ Como se acostumbraba, todas las cofradías debían salir en procesión en ocasiones festivas como la Semana Santa. Cuando comenzaron a hacerlo las de hombres de color, éstas fueron criticadas por los españoles, para quienes -como expresara un testigo- aquél espectáculo parecía “*más entre-més de comedia que acto de devoción*”, lo que causó roces y más de una pelea.⁴⁹ La solución que encontró la Iglesia para evitar tales enfrentamientos, fue la de permitir que los cofrades de color participasen conservando su música y manera de danzar, pero ataviados con disfraces de demonios como se viera -y aún se ve- en algunas festividades del *Corpus Christi*.⁵⁰ Esto se hizo con el objetivo de calmar a los indignados blancos, para quienes en lo sucesivo no fue tan “escandalosa” la manera de celebrar de negros y mulatos. Esto se debió a que estos, vestidos de esa forma, pasaban a ser moral y teológicamente “aceptables” pues se les asociaba con el pecado y el Demonio⁵¹, aunque no se puede descartar que también haya sido con principios evangelizadores. Tal vez esto último es lo que pasó con las fiestas de San Benito o *San Benedetto da San Fratello* (un ex-esclavo negro muerto en Palermo en 1589), cuyo culto fue practicado sin mayores restricciones por las cofradías de negros y afroestizos en distintas partes de Iberoamérica: en Brasil, Canarias, Colombia, Portugal, Panamá y Venezuela.⁵²

⁴⁸ Tal es el caso del Duque de Medina Sidonia, quien al morir en 1463 dejó al Hospital de Nuestra Señora de los Ángeles en Sevilla, la cantidad de 1.000 maravedíes. Cf. PIKE, Ruth. *Aristocrats and Traders: Sevillian Society in the Sixteenth Century*. Ithaca: Cornell University Press, 1972, p.173 [En línea: <http://libro.uca.edu/aristocrats/aristocrats4-2.htm>].

⁴⁹ MARTÍN, E. *Op.cit.*, [En línea]

⁵⁰ Para el caso de una festividad de este tipo que aún se celebre, véase la del *Corpus Christi* en la población de San Francisco de Yare (Venezuela). María Eugenia Talavera, “Una explicación sobre el origen del simbolismo de la Fiesta de Diablos Danzantes de Venezuela”, *Acta Científica Venezolana*, No. 50 (1999), pp.79-84

⁵¹ MARTÍN, E. *Op.cit.*, [En línea]

⁵² Realmente no tenemos claro los detalles de cómo se inició el culto a San Benito en los Mundos Hispano-Atlánticos, ni por qué su celebración fue permitida a los negros y afroestizos. Sin embargo, un trabajo de Alessandro Dell’Aira sobre el caso lusitano podría aportar luces sobre este asunto: Se sabe que en Lisboa para 1490, la fiesta de dicho santo era celebrada en conjunto por negros y blancos. Durante la misma, se coronaba a unos reyes

En muchas partes de Hispanoamérica, las celebraciones de negros tuvieron un ingrediente adicional que atemorizaba a los blancos: las mismas se celebraban normalmente en predios rurales, en horas de la noche y a ritmo de tambor. Todo ello contribuía a que las mismas fuesen percibidas por los blancos como “cosa del demonio”, pues seguramente les recordaban –como indica Borja Gómez- los *Sabats* europeos.⁵³ Situaciones como éstas fueron comunes como lo demuestran los múltiples juicios que se llevaron a cabo en Cartagena de Indias y Nueva España entre los siglos XVII y XVIII, en los cuales muchos fueron los casos de negros procesados por practicar “*artes negras*”, “*herbolería*”, “*hechicería*” y “*magia*”, las cuales “...eran vistas [de acuerdo a un documento de la época] como sus transgresiones particulares”.⁵⁴

IV

Para principios del siglo XVI, los negros no dominaban todavía el mercado euro-mediterráneo de esclavos. Allí, la demanda de mano de obra servil era satisfecha con *naciones* o pueblos étnicamente diversos, cuyos nombres se fueron incorporando al lenguaje común como sinónimo de esclavo. Ello

congoleses arrojándoles al mismo tiempo pétalos de rosa, ritual que luego se extendería a algunas partes de Brasil entre los africanos y afroestizos. La explicación del fervor de estos últimos hacia San Benito podría encontrarse en el color negro y a la condición de esclavo de este santo. Es probable que en América ello haya sido usado como una estrategia para evangelizar y/o controlar a las esclavitudes, razón por la cual su fiesta habría quedado reservada principalmente a la gente de color. SALAZAR, Briseida. *San Benito* (Canta y baila con sus Chimbangueleros). Caracas: Fundación Biggot, 1990, p.20; NODAL, Roberto. “Black Presence in the Canary Islands (Spain)”, *Journal of Black Studies*, Vol. XII, No.1 (1981), pp.86-87; DELL’AIRA, Alessandro. “Le navire de la reine et du Saint Esclave: De la Méditerranée au Brasil”, *Cahiers de la Méditerranée*, Vol. 65, [En línea: <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=40&format=print>]

⁵³ A manera de ejemplo, veamos un caso que se presentó en la costa norte de Venezuela a mediados de 1801: En esa ocasión se corrió el rumor entre los blancos de que había estallado una revuelta de esclavos. El origen del mismo se debió a la inquietud que sintieron los blancos al escuchar a los negros “...tocando el tambor de un modo bajo...” y haciendo prácticas de brujería. En consecuencia, se apresaron algunos de estos y se abrió un expediente que se remitió al Tribunal de la Santa Inquisición. “Sumaria de averiguación sobre la conspiración que se les imputa a los negros esclavos...” [Río Chico, 27/04/1801] Archivo General de la Nación (Caracas), Sección: Gobernación y Capitanía General, Vol. XCVII, ff. 163ss [Este documento no aparece en el índice del tomo]

⁵⁴ GÓMEZ, J. H. Borja. *op.cit.*, p.131; REYES, Nora; GONZÁLEZ, Martín. “El cambio de género como estrategia de supervivencia en el norte de Nueva España, siglos XVI y XVII”, *Diálogos Latinoamericanos*, No. 7 (2003), p.82

en buena medida dependía de cuál era la etnia predominante entre los esclavos de cada región, como sucediera con los turcos en los mercados de Marsella y Livorno en el siglo XVII.⁵⁵ Entre las *naciones* esclavizables, los más extendidos en la Península Ibérica fueron los esclavos: etnia oriunda del noreste de Europa, cuyo nombre terminaría imponiéndose en Occidente como el término que por excelencia define dicha condición hasta nuestros días.⁵⁶

Algo similar ocurrió en el sur de España con los negros desde mediados del siglo XVI, cuando se regulariza el tráfico de esclavos desde África por parte de los navegantes lusitanos y -aunque en menor medida y en forma “ilegal”- también hispanos.⁵⁷ En lo sucesivo, comienzan a hacerse distinciones entre unos esclavos y otros de acuerdo al color de su piel. De esta forma, en esa época en la ciudad de Sevilla a Moriscos y Moros se les describe como “*esclavos blancos*”⁵⁸, mientras que se refiere a los esclavos de color sub-saharianos como “*moros negros*.”⁵⁹ También comienzan a aparecer carteles en los que bastaba con escribir “*venta de negros*” para entender que se trataba de una transacción de esclavos, lo que seguramente se debió, por un lado, a un intento por simplificar las múltiples acepciones que había para describir a los negros (como “*berberisco negro cristiano*”, “*negro de la nación de los moros*”, “*negro de nación portuguesa*”, “*negro de Guinea*”, “*negro de la India de los portugueses*”, etc.⁶⁰); y, por el otro, al aumento de la población esclava proveniente

⁵⁵ Cf. STELLA, A. *op.cit.*, p.32.

⁵⁶ KLEIN, Herbert. *African Slavery in Latin America and the Caribbean*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1986, p.8.

⁵⁷ Según Manuel Lobo Cabrera, desde la segunda mitad del siglo XIV los españoles realizaron 25 viajes a la costa occidental de África, violando con ello los tratados de Alcaçovas (1479-80), Tordesillas (1494) y Sintra (1509). LOBO CABRERA, Manuel: *La esclavitud en las Canarias orientales en el siglo XVI. Negros, moros y moriscos*, Gran Canaria, 1982, Cf. CASARES, Aurelia Martín. “La logique de la domination esclavagiste: vieux chrétiens et neo-convertis dans la Grenade espagnole des temps modernes”, *Cahier de la Méditerranée*, No.65 (2002), [En línea: <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=32>]

⁵⁸ Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. “Iberian Expansion and the Issue of Black Slavery: Changing Portuguese Attitudes, 1440-1770”, *The American Historical Review*, Vol. LXXXIII, No. 1 (1978), p.21.

⁵⁹ Este apelativo surgió desde el mismo momento en que los portugueses sobrepasan la desembocadura del río Senegal en 1446. Ello lo habría hecho para distinguir a los moros del norte de África o *Alvos*, de los hombres negros que en forma masiva poblaban el África Sub-Sahariana. Poco después también fueron llamados de acuerdo a su origen geográfico como *Guinéus*, lo cual venía del nombre que daban los árabes a la región que habitaban: Guinea. BOISVERT, Georges. “La dénomination de l’Autre africain au XVe siècle dans les récits des découvertes portugaises”, *L’Homme*, No.153 (2000) [En línea: <http://lhomme.revues.org/document10.html>].

⁶⁰ Estos términos eran usados en Málaga en el siglo XVI. Cf. VINCENT, Bernard. *Minorías y marginados en la España del siglo XVI*. Granada: Diputación Provincial, 1987, p.243, 1987.

del África sub-sahariana, a causa de la caída del precio de los esclavos oriundos de esta región. Para 1561, en Sevilla, los esclavos, en su mayoría negros, conformaban el 10% de la población; y para 1616, en Cádiz, de 800 esclavos, 500 eran negros.⁶¹

El uso de *negro* como sinónimo de esclavo se extendió hacia la América hispana, donde el número de negros esclavos y libres era mucho mayor. Todavía en Cuba a mediados del XIX abundaban ejemplos de este tipo, como se puede apreciar en los clasificados de prensa en los que se ofrecían esclavos bajo los formatos de “*Se venden negros*”, “*Se alquilan negritos*”, etc.⁶² Este convencionalismo sólo se alteraba cuando ello contribuía a determinar los atributos del esclavo siguiendo un criterio estrictamente comercial. En tal sentido, se usó la expresión de “*pieza de indias*” para definir a un “*negro de 7 cuartas de alto*”. También se usaba “*molequines*”, “*muleques*” y “*mulecones*”, para indicar que se trataba de individuos jóvenes que respectivamente correspondían a menores 6 años, a los de 6 a 12, y a los de 12 a 18.⁶³ También se hicieron esfuerzos por diferenciar étnicamente a los negros africanos, pero solamente cuando ello implicaba una ventaja para quienes los adquirían. Ello se hacía para distinguir qué *naciones* eran las más laboriosas y cuáles las menos problemáticas. De tal forma, los *Aroda* de la Costa de Oro, gozaban fama de embusteros, glotones y viciosos; los *Ibos*, tenían tendencia al suicidio; los *Congoleses*, eran buenos criadores y sumisos; los *Mandinga*, duros, trabajadores, aunque hechiceros⁶⁴; y los *Wolofes* se les temía por ser “*levantiscos*”.⁶⁵

En España, donde las minas y plantaciones eran comparativamente escasas, la demanda de esclavos negros nunca llegó a ser tan elevada como en

⁶¹ Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. *op.cit.*, p.19; PIKE, Ruth. “Sevillian Society in the Sixteenth Century: Slaves and Freedmen”, *The Hispanic American Historical Review*, Vol. XLVII, No. 3. (1967), p.345.

⁶² STELLA, A. *Op.cit.*, p. 47; JIMÉNEZ, Rafael Duharte. *El negro en la sociedad colonial*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 1988, p.17.

⁶³ SAIGNES, Miguel Acosta. *Vida de los esclavos negros en Venezuela*. Caracas: Hespérides, 1967, p.91.

⁶⁴ El nombre de la etnia de *Mandinga* fue también usada como sinónimo de Demonio en muchas partes de América. Cf. TALAVERA, M. E. *op.cit.*, p. 63.

⁶⁵ *Ibidem*, pp.131ss; CEDEÑO, Guerra. *Op.cit.*, p.15.

América⁶⁶, por lo que el uso de tales criterios no parecía tener mayor sentido. En consecuencia, la calificación que se mantuvo no distinguía etnias entre los negros africanos sino entre éstos y otras *naciones* esclavizables. Ello permitió que se les pudiese apreciar en forma colectiva de mejor manera a cómo se valoraba a musulmanes y moriscos, a quienes se consideraba “*recalcitrantes, hostiles y propensos a huir*”. Por esta razón, a estos últimos en su mayoría (como revela un censo levantado en 1580) se les hacía una marca en las mejillas, normalmente en forma de “S” cruzada con una línea o clavo, mientras que los negros y negras recibían un trato comparativamente preferencial.⁶⁷ Un buen ejemplo de esta diferenciación la encontramos en el *Celoso Extremeño* (ca.1600) de Miguel de Cervantes, obra en la que un amo marca con un hierro candente a sus cuatro “*esclavas blancas*” (es decir, moras o moriscas), mientras que deja intactas a sus dos negras.⁶⁸

De acuerdo a lo anterior, todo parece indicar que la visión que se terminó imponiendo en España de los negros era muy parecida a la que tenían los musulmanes, ya que éstos, además de considerar la esclavización de negros como algo totalmente legítimo, también les veían como una “*raza dócil*” que, según sus creencias, había surgido para servir.⁶⁹ En todos los territorios musulmanes, desde Andalucía hasta Persia, se les conocía bajo el nombre de *Abid*, el cual también se habría convertido en esas regiones en un sinónimo de esclavo.⁷⁰ En tal sentido, el historiador James Sweet ha sugerido que los cristianos ibéricos habrían tomado de sus vecinos del sur musulmanes sus prejuicios hacia los africanos negros, así como sus excusas para exclavizarles ajustándolas a

⁶⁶ En España, a los negros se les requería para trabajos de poca monta, entre los cuales se encontraban: ayudantes de cocina, artesanos, valets, porteros, meseros, lavaderos, trabajadores en fábricas de jabón, vendedores, en obras públicas, remeros en las “*galeas del Rey*” y, en ocasiones rarísimas, como agentes de comerciantes metropolitanos en los territorios de ultramar conquistados. STELLA, A. *Op.cit.*, p.86ss; PIKE, R. *Aristocrats and Traders*, p.177 [En línea].

⁶⁷ PIKE, R. *Aristocrats and Traders*, p.171 [En línea]; PHILLIPS JR., William D. *La esclavitud desde la época romana hasta los inicios del comercio trasatlántico*. Madrid: Siglo XXI Editores, 1989(1985), p.242; KAMEN, Henry. *El siglo de hierro*. Madrid: Alianza Editorial, 1977, p. 488.

⁶⁸ “Compró asimismo cuatro esclavas blancas, y herrólas en el rostro, y otras dos negras bozales.” SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. *El Celoso Extremeño*, 1613, p.9, [En línea: <http://www.analitica.com/bitbliblioteca/cervantes/celoso.asp>].

⁶⁹ DAVIS, D. Brion. *op.cit.*, p.50.

⁷⁰ EVANS, W. McKee. *op.cit.*, p.31.

las creencias y realidades cristiano-europeas.⁷¹ Esto se podría apreciar en las ideas de algunos hombres de Iglesia y juristas hispanos (como Francisco de Vitoria, Tomás de Mercado, y Fray Juan Márquez), quienes alegaban que la esclavitud era provechosa para los negros, ya que se pensaba que “*por naturaleza*” ellos debían estar sometidos a esa condición servil para así tener la “dicha” de conocer el Evangelio.⁷²

Esa percepción de esclavos “dóciles” que se tenía de los negros en España, habría aumentado las posibilidades de aculturación e integración a la sociedad hispana, tanto así que algunos de ellos, en ocasiones rarísimas, llegaron a acceder a los estratos sociales más elevados de la sociedad andaluza, como se viera en el célebre caso de Juan Latino.⁷³ Si comparamos estas concesiones y actitudes con las que posteriormente tuvieron los descendientes de los colonos hispanos y sus descendientes libres en el Nuevo Mundo, deberíamos coincidir con Henry Kamen cuando afirma que en España había una “...ausencia, en general, de una actitud racista hacia los negros”.⁷⁴ Sin embargo, si bien es cierto que las actitudes de los blancos hispanos no denotaban una intolerancia exacerbada, tampoco podemos hablar de una ausencia total de este comportamiento. Esas mismas referencias que nos hablan del carácter “dócil” y de la imagen exótica de los negros, están también acompañadas de otras apreciaciones menos risueñas. En ellas los negros son vistos como infantes ingenuos, de apariencia, costumbres y forma de hablar tosca; y que procedían originalmente de territorios lejanos y salvajes.⁷⁵ Las referencias más remotas que tenemos sobre estas

⁷¹ J. H. Sweet, *op.cit.*, p.150.

⁷² Aurelia Martin Casares, “La logique de la domination esclavagiste: vieux chrétiens et neo-convertis dans la Grenade espagnole des temps modernes”, *Cahier de la Méditerranée*, No.65 (2002), [En línea: <http://revel.unice.fr/cmedi/document.html?id=32>]

⁷³ Tal es el caso de Juan Latino a mediados del siglo XVI. Este hijo de negros esclavos, comenzó como paje del Duque de Sessa; luego logró entrar en la universidad de Granada, en donde se graduó en 1557; eventualmente ocupó allí una cátedra de latín y se casó con la hija de un noble. Situaciones como la anterior, si bien eran muy raras, se dieron incluso durante el auge de la Trata Africana en el siglo XVIII. Tal es el caso del negro, Joseph Machuca y Sans. Oriundo de Guinea, aprendió a leer y a escribir, fue maestro de música y mayordomo de la Cofradía de Negros de la ciudad de Sevilla. Incluso fue registrado en la parroquia que habitaba con el título de “Don”. Murió en 1794 a la edad de 69 años. Cf. KAMEN, H. *op.cit.*, p.122.

⁷⁴ *Ibidem*, p.488.

⁷⁵ BALTASAR, Fra Molinero. *La imagen de los negros en la España del Siglo de Oro*, [En línea: <http://abacus.bates.edu/~bframoli/pagina/imagen.html>].

apreciaciones las encontramos en la referida *Literatura de Cordel*. Una de las primeras obras de este género en la que aparecen apreciaciones como las mencionadas, son las *Coplas a los negros y negras* del poeta cántabro, Rodrigo de Reinosa, escritas hacia 1480. La misma trata sobre una pareja de africanos que, siguiendo la fórmula literaria de los *Requerimientos de amores*, se insultan mutuamente; sólo que en esta ocasión los personajes siguen un diálogo estereotipado, y hablan el castellano en una forma tosca (lo que se conocía como *Lengua de negros*) de lo cual se mofa el autor.⁷⁶

Según Fra Molinero Balatasar, esa apreciación burlona se habría mantenido en las obras de Teatro del Siglo de Oro, en las que la figura del negro se sumó a las de vagabundos y maleantes en las tramas que conformaban el Género Picaresco. Esto se evidencia en obras como *El Mayor Imposible* (1680) de Lope de Vega, en la que se afirma en tono jocoso: “*es como el negro el necio, que aunque le lleven al baño, es fuerza volverse negro.*”⁷⁷ Una situación similar se presenta en *Boda de Negros* de Francisco de Quevedo, en la que se ridiculiza las nupcias -tema que es recurrente en la obra de este autor⁷⁸ - por el color de la piel de los contrayentes, a quienes, si bien podían “*...ensuciar todo un Reino*”, no se les presentaba como una amenaza.⁷⁹ Para el siglo XVIII, esta apreciación no pareciera haber cambiado demasiado, pues en las obras de cordel de esa época siguieron apareciendo los clichés y estereotipos desarrollados en tiempos anteriores, los cuales en conjunto llegaron a ser definidos de una manera desprecupada como “*cosa de negros.*”⁸⁰

⁷⁶ *Ibidem*; “Comienza ella: Gelofe Mandinga, te da gran tormento; /don puto negro carauayento. // Responde él: Tu terra Guínea a vos dar lo afrenta,/ doña puta negra carauayenta. // Dice ella: A mi llamar Comba, de terra Guinea / y en la mi terra comer buen cangrejo, / y allá en Gelofe, do tu terra fea / comer con gran hambre carauaju vejo, / cabeça de can, lagartu vermejo,/ pudo tu andar muy muyto fambreuto,/ don puto negro carauayento.” Cf. ARTEAGA, J. M. Cabrales. “Rodrigo de Reinosa. Un poeta del pueblo”, *Cuadernos de Campo*, No.3 (1996), [En línea: http://vacarizu.com/Cuadernos/Cuaderno_3/rodrigo_de_reinosa.htm].

⁷⁷ VEGA, Lope de. *El Mayor Imposible*, jornada I, v.350. Cf. F. M. Baltasar, *op.cit.*, [En línea].

⁷⁸ ARELLANO, Ignacio. “La poesía burlesca, ejercicio de lectura conceptista y apostillas al romance ‘Bodas de Negros’ de Quevedo”, *Filología Romántica*, Vol.V (1987-1988), p.271.

⁷⁹ MARTÍNEZ-GÓNGORA, Mar. “La invención de la blancura: el estereotipo y la mímica en ‘Boda de negros’ de Francisco de Quevedo”, *MLN* 120.2 (2005), pp.264-266, 270.

⁸⁰ Cf. STELLA, A. *op.cit.*, p.139.

Este estereotipo despreocupado y hasta jocoso podría interpretarse, como indica Martínez-Góngora, como un síntoma de la capacidad de asimilación que tenían los negros y sus descendientes en las sociedades hispanas. Ello contrasta con la imagen que se tenía de los judíos y musulmanes en otras obras de autores españoles del siglo XVI, como la *Execración contra los judíos* (1633) de Francisco de Quevedo. Según Martínez-Góngora, en ella los practicantes de estas religiones son presentados como enemigos, y se les considera incapaces de integrarse al pueblo español.⁸¹

V

Desde un primer momento, negros y mulatos estuvieron presentes en el proceso de invasión y conquista del Nuevo Mundo. Muchos vinieron en un principio a este territorio como esclavos de los conquistadores, y más tarde de las autoridades hispanas nombradas por el Consejo de Indias (a quienes se les permitía traer entre tres y ocho esclavos). También hubo casos de algunos negros que, previamente emancipados, hicieron la travesía transatlántica por voluntad propia siguiendo a sus antiguos amos como sirvientes o como parte de las huestes conquistadoras.⁸² Algunos de éstos acompañaron a Aguirre, Almagro, Cortés, Losada y Pizarro en sus “*correrías por tierras de Indias*”, llegando incluso a convertirse ellos mismos en verdaderos conquistadores.⁸³ Tal es el caso del desafortunado Juan Bardales, un negro que en 1544, luego de 20 años de conquistas, todavía no había recibido del Rey ni “...*siquiera* (...) *un jarro de agua*”.⁸⁴ Otros tuvieron mejor suerte pues lograron alcanzar altos rangos en las milicias, lo que les permitió hacer fortuna a través de la adquisición de encomiendas.⁸⁵

⁸¹ MARTÍNEZ-GÓNGORA, M. *op.cit.*, pp.264-266, 270.

⁸² PIKE, R. *Aristocrats and Traders*, p.189 [En línea].

⁸³ KLEIN, H. *op.cit.*, p.28. Para un estudio detallado sobre los conquistadores negros, véase: RESTALL, Matthew. “Black Conquistadors: Armed Africans in Early Spanish America”, *The Americas*, No.57.2 (2000), pp.175ss.

⁸⁴ Cf. MELENDEZ-OBANDO, M. “El conquistador desconocido: Juan Bardales, negro esclavo”, *La Nación*, 5/2003, [En línea: http://www.nacion.co.cr/ln_ee/ESPECIALES/raices/2003/mayo/22/raices32.html].

⁸⁵ Tal fue el caso de Juan Valiente, un esclavo negro procedente de México, quien llegó a ser capitán de infantería y consiguió una encomienda luego de finalizar el proceso de pacificación de Chile. Cf. PHILLIPS JR., W. D. *Op.cit.*, p.292.

En las guerras civiles por el dominio del Perú, las partes en conflicto (almagristas y pizarristas) debieron acudir al uso de milicias de morenos. Otros -según narran los cronistas- eran encargados de ejercer el “vil oficio” de verdugo: siendo un negro quien cortara la cabeza al Virrey del Perú en 1546, y otro quien hiciera lo propio con “*un machete romo*” a los comisionados de los banqueros Welser enviados a Venezuela en 1527.⁸⁶ Hacia mediados del siglo XVI, debido a la poca cantidad de españoles y la creciente amenaza de corsarios “armados” por potencias enemigas (primero por Francia, y luego por Holanda e Inglaterra), se sistematizó el uso de milicias de morenos y pardos. Con el pasar del tiempo, los miembros de estos cuerpos llegaron a gozar de los mismos privilegios que los blancos en términos de sueldo, rango, uniforme, y fuero militar.⁸⁷ De esta forma, se les abría una oportunidad para obtener su libertad y hasta de ascender socialmente, lo que al mismo tiempo garantizaba su fidelidad a la corona española.⁸⁸

Desde principios del proceso de conquista del Nuevo Mundo, al igual que sucediera con los blancos, los conquistadores negros fueron severamente criticados por algunos prelados por el mal tratamiento que daban a los indios. Fray Toribio de Benavente alias Motolinia, les acusaba de hacerse “...*servir y temer como si fuesen los señores de esas gentes*.”⁸⁹ Eventualmente, mediante una Real Cédula fechada en 1521, se prohibió que los conquistadores llevaran esclavos negros en sus “*entradas*” de conquista. Otro factor limitante para el acceso de negros al Nuevo Mundo, radicó en el temor de que en los territorios conquistados se extendiese el flagelo del “*pluralismo religioso*”. Es por ello que se intentó controlar la migración con medidas concretas como las que indicaba una Real Instrucción de 1509, mediante la cual se pretendió impedir “...*que allá pueblen ni vayan moros, ni herejes, ni judíos, ni reconciliaos, ni personas nuevamente*

⁸⁶ SACO, José. *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los países Américo-Hispanos*, tomo II. La Habana: Cultural, 1938, p.26; Cf. LACAS, M. M. “A Sixteenth-Century German Colonizing Venture in Venezuela”, *The Americas*, Vol. IX, No. 3. (1953), p.288.

⁸⁷ SÁNCHEZ, J.P. “African Freedmen and the Fuero Militar: A historical overview of Pardo and Moreno Militiamen in the Late Spanish Empire”, *Colonial Latin American Historical Review*, Vol.III, No.2 (1994), pp.166ss.; RESTALL, M. *op.cit.*, p.197

⁸⁸ KLEIN, Herbert. *Slavery in the Americas* (A comparative study between Virginia and Cuba). Chicago: Ivan R. Dee, 1967, p.227.

⁸⁹ Cf. GRUZINSKI, Serge. *La pensée métisse*. Paris: Fayard, 1999, p.62.

convertidas á nuestra Santa Fé.” En relación a los negros, sólo se permitía el viaje trasatlántico a aquellos “...*que hayan nacido en poder de cristianos nuestros súbditos y neutrales*”, es decir, a los *negros ladinos*.⁹⁰

A estos africanos hispanizados se les trajo inicialmente de algunos territorios insulares en el Mediterráneo (como Mallorca, Menorca y Cerdeña), y también de las islas Canarias.⁹¹ Pronto la mala fama que fueron ganando los negros ladinos como conquistadores y esclavos levantiscos hizo que se establecieran restricciones para su entrada al Nuevo Mundo, lo que favoreció la introducción de negros extraídos directamente de África: los llamados *bozales*. Estos eran más apreciados por los nuevos pobladores del Nuevo Mundo, como se puede apreciar en la obra *Nueva Crónica y Buen Gobierno* (1615) del mestizo peruano, Guamán Poma de Ayala:

Del bozal salen santos (...) los negros y negras criollos son bachilleres y revoltosos, mentirosos, ladrones y robadores y salteadores, jugadores, borrachos, tabaqueros, tramposos, de mal vivir (...) Mientras más castigo, más bellaco, y no hay remedio.⁹²

La “importación” de negros extraídos directamente desde África fue favorecida además por la escasez de mano de obra en tierras americanas, producto de, por un lado, la *mortalidad catastrófica* que sufrieron los indígenas desde los primeros contactos con europeos, como consecuencia de las enfermedades contagiosas que éstos trajeron y de la brutalidad del proceso de conquista; y, por el otro, a la creciente dificultad de esclavizarlos por los impedimentos morales y teológicos que ponía la Corona y la Iglesia.⁹³ Esta situación propició la

⁹⁰ “Instrucción del rey D. Fernando de Aragón” [Valladolid el 3 de Mayo de 1509] Cf. SACO, José. *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo y en especial en los países Américo-Hispanos*, tomo I. La Habana: Cultural, 1938, pp.103-104

⁹¹ *Ibidem*, p.98

⁹² Cf. BERNAND, Carmen; GRUZINSKI, Serge. *Historia del Nuevo Mundo*, tomo II: Los mestizajes, 1550-1640. México: Fondo de Cultura Económica.1999 (1993), p.238n

⁹³ A pesar de que habitaban regiones que podían ser ubicadas en la Periferia Distante, no podían ser apreciados como paganos ya que no conocían las verdades del Cristianismo, ni infieles porque no las habían rechazado. Incluso, como indicara Fray Diego Durán en su *Historia de las Indias de Nueva España e Islas de la Tierra Firme* (ca.1580) llegó a pensar que era una de las 10 tribus perdidas de Israel. La incertidumbre sobre la verdadera naturaleza de los indígenas de América dio pie a una cruzada moral liderada por el monje dominico Bartolomé de las Casas, en contra de la esclavización de los nativos de América. N. del A.

búsqueda de fuentes alternativas de mano de obra servil, que fueren moralmente aceptables y económicamente viables. Fue entonces cuando tomó cuerpo la opción de movilizar africanos sub-saharianos en grandes cantidades. Para los españoles, los negros eran perfectos para laborar en el Nuevo Mundo, ya que eran lo suficientemente fuertes y resistentes para trabajar en las plantaciones tropicales, como indicara en su momento el Fraile Bartolomé De las Casas:

...que si al negro no acaecía ahorcarle, nunca moría, porque nunca habíamos visto negro de su enfermedad muerto, porque cierto, hallaron los negros, como los naranjos, su tierra, la cual les es más natural que su Guinea...⁹⁴

Los negros africanos, además, se adaptaban cabalmente al perfil de los pueblos “esclavizables” de acuerdo a los argumentos ya referidos basados las sagradas escrituras y en el principio de *Derecho de Guerra*. Eventualmente, por la permisiva postura de los miembros de la Iglesia, la esclavitud masiva de negros fue institucionalizada a partir de 1517, cuando los tres padres jerónimos que gobernaban La Española solicitaron “...*dar licencia general a estas Islas (...) para que puedan traer a ellas negros...*”⁹⁵ Se iniciaba de esta forma la trata de negros hacia el Nuevo Mundo que por los siguientes cuatro siglos habría de extraer tantos millones de personas del continente africano, ahora sí herrados pero en lugar de una “S” con una cruz que estampaba en sus brazos indicaba que habían sido bautizados, o con una “G” para indicar la “*marca de Guinea*.”⁹⁶

Hubo, sin embargo, algunos prelados que sí se opusieron a la iniciativa de sustituir a los indios esclavizando masivamente a los negros. El mismo Bartolomé de las Casas se retractó eventualmente de su posición, criticando el tráfico de esclavos africanos.⁹⁷ Entre los siglos XVI y XVII tenemos noti-

⁹⁴ Cf. SACO, J. *Op.cit.*, tomo I, p.208.

⁹⁵ Cf. CORTÉS LÓPEZ, J. L. *Op.cit.*, p.25.

⁹⁶ Cf. THOMAS, Hugh. “The branding (and Baptism) of slaves”, *The Review of Arts, Literature, Philosophy and the Humanities*, No.108 (1997), p.2, [En línea: <http://www.ralphmag.org/slave2.html>].

⁹⁷ Dice Bartolomé de las Casas en su “*Historia de Indias*”: “...los portugueses de muchos años atrás han tenido cargo de robar á Guinea y hacer esclavos á los negros, hartamente, viendo que nosotros mostrábamos tanta necesidad, y que los comprábamos bien, diéronse edanse cada día prisa a robar e robar e cautivar de ellos, por cuantas vías malas e inicuas cautivarlos pueden. Cf. SACO, J. *Op.cit.*, tomo I, p.120.

cia de una serie de hombres de Iglesia (Domingo de Soto, Tomás de Mercado, Luís de Molina, Alonso de Sandoval y Pedro Claver), quienes, a ambos lados del Atlántico, criticaron la esclavitud en general y la trata de africanos en particular. Pero, en realidad, ninguno de ellos asumió una postura pública abierta en su defensa.⁹⁸ De hecho, en 1698 la obra de Sandoval fue utilizada en España para justificar la esclavitud de negros, cuando se discutían las condiciones para firmar un acuerdo comercial (*Asiento*) con Holanda relativo al monopolio del comercio de esclavos africanos.⁹⁹ Hubo que esperar hasta que terminara ese siglo, para que otros dos miembros de la Iglesia Católica se atrevieran a hacerlo: tal fue el caso de los monjes capuchinos Epifanio de Moirans y José de Jaca, quienes, además de apoyar las críticas de sus predecesores, llegaron incluso a amenazar desde el púlpito a los amos con la excomunión.

Para estos prelados, el derecho a esclavizar paganos e infieles terminaba en el instante mismo en que eran bautizados, ya que a partir de ese momento pasaban a ser cristianos. Por lo tanto, de acuerdo a Moirans el argumento bíblico basado en el Libro del *Levítico* de que los negros africanos eran esclavizables por no ser cristianos, había sido mal usado por los hispano-católicos, por lo que quienes lo hiciesen estarían atentando contra el “derecho divino”.¹⁰⁰ Ambos monjes también criticaron las interpretaciones que se hicieron de las Sagradas Escrituras para justificar la esclavitud de negros, afirmando que la descendencia de Cam (a través de su hijo Canaán) había poblado Palestina en

⁹⁸ Estos prelados cuestionaban la legitimidad de los principios argüidos entonces para esclavizar a los negros: la “guerra justa”, haber cometido algún delito, y la auto-venta. A pesar de ello, sus posturas críticas no se reflejaron en la práctica en presiones para que se aboliese la esclavitud y/o se suspendiese la trata. Sus acciones se limitaron a una advertencia de condena eterna por parte de Luís de Molina para quienes participasen en el comercio de esclavos, y en manifestaciones de piedad cristiana cuando llegaban los negreros al puerto de Cartagena de Indias, como se viera en los casos de los jesuitas Alonso de Sandoval y, su discípulo, Pedro Claver. N. del A.

⁹⁹ FRANKLIN, Vincent. “Bibliographical essay: Alonso de Sandoval and the Jesuit conception of the Negro”, *Journal of Negro History*, Vol. LVIII, No.3 (1973), p.359.

¹⁰⁰ JACA, José de. *Resolución sobre la libertad de los negros*: “No tiene lugar la esclavitud en los ante dichos negros y sus originarios: principalmente por ser cristianos y de la Iglesia Santa hijos.” Cf. LÓPEZ GARCÍA, J. T. *Dos defensores de los esclavos negros en el siglo XVII*. Caracas: Editorial Arte, 1998, p.134ss.

donde se habían convertido en esclavos de los Israelíes, y ese región quedaba muy lejos de África Occidental, lugar donde habitaban los negros.¹⁰¹ Lastimosamente, todo este esfuerzo sólo significó el encarcelamiento de ambos prelados, y su deportación a España para ser procesados.

A los colonos hispanos, a pesar de que practicaban la esclavitud, también les inquietaba el bienestar de sus esclavos negros, pero solamente desde la perspectiva del deber religioso que tenían para con sus almas. Fue por ello que les permitieron enterrar a sus muertos en las iglesias de sus parroquias, formar cofradías de “hermanos” de color, y se preocuparon porque los hijos de estos fuesen bautizados. Esta actitud piadosa la llevaron los hispanos que pasaron al Nuevo Mundo, lo cual se reflejó en la “última voluntad” de algunos colonos. Tal fue el caso de Juan de Castellanos (un español que viviera en la Provincia de Venezuela a finales del siglo XVI) quien, además de tratar bien a sus 26 esclavos y permitir la emancipación de algunos de ellos, en su testamento indicó que a su muerte se dijeran “...25 misas por las almas de los negros y negras que murieron en mi casa y servicio.”¹⁰² Este testimonio nos indica que, a pesar de todos los prejuicios bajo medievales, los negros eran vistos -al igual que los indios- como personas cuyas almas debían ser salvadas, como indicaban las enseñanzas apostólicas en relación a los pueblos paganos: “...id, pues, y enseñad a todas las gentes” (*Mateo*, 28:18-20).¹⁰³

Esta sensibilidad repercutió en la legislación hispana, sobre todo en lo que se refiere a la necesidad de bautizarles, única manera de lograr la salvación eterna según el catolicismo. En consecuencia, a principios del siglo XVII, bajo el rei-

¹⁰¹ “Los negros nunca fueron siervos de los hijos de Israel. Sino que los cananeos y los demás pueblos de Palestina no [sic] son de la raza de canaán. Los cananeos habitaban Palestina en Asia y los negros ocupan el occidente en África.”. MOIRANS, Epifanio de. “*Siervos libres o la justa defensa de la libertad natural de los esclavos*”. Cf. *Ibidem*, p.213.

¹⁰² ALONSO, Vicenta Cortés. “Los esclavos domésticos en América”, *Anuario de Estudios Americanos*, Vol. XXIV (1967), pp.964-967.

¹⁰³ Según indicaban las enseñanzas apostólicas, el creyente estaba en la obligación de salvar las almas de los “descarriados” que vivían geográfica y dogmáticamente alejados de Dios, procurando convertirlos en forma pacífica –o forzada– al Cristianismo. A principios de la Edad Moderna, se pensaba que esta era la única manera de que el ser humano superara sus angustias terrenales, y de poder unir a la humanidad bajo la égida de una religión única. Es por ello que la conversión de los no creyentes se convertía en una de las razones de ser del Cristianismo. FREY, Herbert. *El ‘otro’ en la mirada* (Europa frente al universo américo-indígena). México: Miguel Ángel Porrúa, 2002, pp.117-118.

nado de Felipe III los africanos esclavizados comenzaron a recibir masivamente los sacramentos al principio o término de la larga travesía hacia América: las llamadas *Aguas de refugio*.¹⁰⁴ Con los primeros sínodos americanos (como el de Caracas de 1687) se introdujo el modelo servil de una suerte de ‘encomienda para esclavos’, la cual contemplaba un impuesto igual al que se cobraba a los amos para pagar un Cura Doctrinero para los indios.¹⁰⁵ Luego, a principios del siglo XVIII (1702), se introdujo una ordenanza que hacía que los *zambos* o *zambaigos* (hijos de negro e india) pagasen “...tributo en la misma conformidad y cantidad que va declarado para los indios...”¹⁰⁶ En definitiva, como se advirtiera en dicho sínodo, era necesario que los amos entendiesen

...que tienen dominio sobre el servicio que sus esclavos les deben (...) no sobre sus almas redimidas con la Sangre de Cristo, porque en esta parte les debe tratar de la misma manera que a sus hijos, cuidando que sean buenos cristianos, que sirvan en el santo temor de Dios....¹⁰⁷

VI

Pero no era precisamente la “ira de Dios” a lo que más temían los colonos y las autoridades hispanas del Nuevo Mundo, sino al gran número de negros que comenzaba a haber en algunos de los territorios coloniales que habitaban. Desde mediados del siglo XVI, el número de negros en América ya había superado ampliamente a cuantos había en la Península Ibérica, debido principalmente a la creciente demanda de obra servil para las plantaciones,

¹⁰⁴ THOMAS, H. *Op.cit.*, p.15.

¹⁰⁵ VERACOECHEA, Ermila Troconis de. *Documentos para el estudio de los esclavos negros en Venezuela*. Caracas: Academia Nacional de la Historia (Col. Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela, No.103), 1987, p. XXIX.

¹⁰⁶ “Testimonio de las Ordenanzas Municipales para el régimen y gobierno de la Provincia de Cumaná, 1702” Cf. *Ibidem*, p.242.

¹⁰⁷ Cf. LÓPEZ GARCÍA, J. T. *Op.cit.*, pp.VI-VII.

perlerías y minas del Nuevo Mundo.¹⁰⁸ Ya para 1503, el gobernador de la isla La Española había pedido al gobierno metropolitano que no enviase más negros, ya que los mismos huían, se juntaban con indios, les enseñaban malas costumbres, y nunca podían ser aprehendidos.¹⁰⁹ En consecuencia, en 1514, el Rey tomó medidas para controlar los primeros conatos de rebelión, ordenando que se proveyesen “...esclavas que casándose con los esclavos que hay, den éstos menos sospechas de alzamiento; y esclavos irán los menos que pudieren, según decís”.¹¹⁰ Dos años más tarde se decidió suspender el paso de negros esclavos al Nuevo Mundo, por considerarles como “...hombres sin honor y sin fe y, por lo tanto, capaces de traiciones y confusiones capaces de imponer a los españoles las mismas cadenas que ellos han llevado...”¹¹¹

Esta situación era muy negativa para los muy lucrativas empresas americanas que dependían de mano de obra servil de origen africano, por lo que los españoles asentados en las Antillas plantearon medidas más radicales, como las puestas en práctica en 1516 por el licenciado Alonso Zuazo en Santo Domingo: “Yo hallé al venir algunos negros ladinos, otros huidos á monte: azoté a unos, corté las orejas a otros; y ya no ha venido más queja.”¹¹² Al poco tiempo se levantaría la prohibición de “importación” de africanos, pero las fugas de negros se mantuvieron y con ellas los temores de los colonos hispanos. Fue por ello que a partir de 1542 se introdujo otro tipo de medidas, que pretendían poner coto a esa situación. Entre ellas se prohibía a los negros que anduviesen de noche fuera de las casas de sus amos, y que cada ciudad en su jurisdicción hiciese ordenanzas al respecto, estableciendo penas pertinentes en caso de su violación.¹¹³

¹⁰⁸ De acuerdo a los cálculos hechos por Patrick Manning, hasta 1640 habían llegado 300.000 esclavos negros a Hispanoamérica (27.000 al Caribe hispano, 93.000 a Nueva España y Centro América, y 180.000 a Perú, Nueva Granada y Venezuela). A pesar de los altibajos que sufriera el comercio de esclavos durante los siguientes dos siglos, la “importación” de africanos hacia la América hispana se mantuvo, siendo introducidos 186.000 negros entre 1640 y 1700; 231.000 entre 1700 y 1760; y 235.000 entre 1760 y 1800. MANNING, Patrick. “Migrations of Africans to the Americas: The Impact on Africans, Africa, and the New World”, *The History Teacher*, Vol. 26, No. 3. (May, 1993), p.280.

¹⁰⁹ Cf. SACO, J. *Op.cit.*, tomo I, pp.95-96.

¹¹⁰ “Carta del Rey dirigida al Tesorero de La Española, Miguel Pasamonte.” [4 de abril de 1514] Cf. *Ibidem*, p.128.

¹¹¹ Cf. CORTÉS LOPEZ, J. L. *Op.cit.*, p.81.

¹¹² Cf. SACO, J. *Op.cit.*, tomo I, p.144.

¹¹³ “Recolección de Leyes Indias, libro 7, título 5, ley.12”. Cf. *Ibidem*, p.302.

Todo esto sembró las bases para la instauración de un represivo marco jurídico que agruparía medidas profilácticas como la mencionada, hasta severos castigos ejemplarizantes como los latigazos, inmovilización en el cepo, mutilación de miembros e, incluso, la muerte. Esto contrasta con la ausencia de estas disposiciones en la Península Ibérica, lo que probablemente se debía a que sus números, como ya se indicó, eran allí mucho menores. Empero, no importaba la cantidad y contundencia de las medidas tomadas por las autoridades españolas en América, los esclavos lograban huir y se “*arrochelaban*” fuera de su control. También se pensaba que ellos, al mezclarse con indias, corrompían a los indios por lo que se procuró mantenerlos alejados de éstas.¹¹⁴ Para los colonos, esos negros fugados eran vistos como los animales domésticos que escapaban a los montes. Es por ello que a todos por igual les llamaban *cimarrones*, término cuya definición –de acuerdo al *Diccionario de Autoridades* de 1729– se refiere a los animales silvestres que poblaban los montes de las Indias.¹¹⁵ No obstante, los negros fugados, a diferencia de las vacas, cabras y cochinos que se escapaban, podían llegar a transformarse en una verdadera amenaza; ya que los mismos con frecuencia atacaban a los colonos españoles, a veces en asociación con indios o corsarios británicos. En ocasiones el hostigamiento llegaba a tal punto, que podían incluso forzar a los españoles a abandonar los territorios conquistados, como sucedió a mediados del siglo XVI en el asentamiento de Acla en la Provincia de Panamá.¹¹⁶

¹¹⁴ Para impedir que los esclavos negros sacasen provecho de viejas leyes (*Las Siete Partidas* de Alonso X) para emancipar su descendencia o a sí mismos, se pretendió impedir que contrajesen nupcias con mujeres indígenas. Esto también se hizo con el propósito, por un lado, de evitar que corrompieran a los indios, pues se creía –como indicara un virrey novohispano a fines del siglo XVI– que los *zambos* eran los responsables de la rebeldía de aquéllos; y, por el otro, de que se siguiese fortaleciendo el sector de “gentes sin razón”. En relación a esto último, infructuosamente se intentó alejar y hasta expulsar a negros, españoles y mestizos de los asentamientos indígenas. LOVE, Edgar F. Legal Restrictions on Afro-Indian Relations in Colonial Mexico”, *The Journal of Negro History*, Vol. LV, No. 2 (1970), pp.131-136.

¹¹⁵ El vocablo “cimarrón” se aplica como adjetivo a “silvestre, indómito, montaraz”; es también nombre común en las Indias de todos los animales silvestres” *Diccionario de la Lengua Castellana*. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1729, p.350 [En línea: <http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.3.0.0.0.>].

¹¹⁶ En 1552, el Gobernador de la Provincia de Panamá, Santiago Clavijo, escribió al Emperador haciéndole saber los sinsabores de la población de Acla; donde, a causa de los ataques cimarrones, ya no quedaban sino tres o cuatro vecinos quienes estaban solicitando “*desamparar la tierra*.” Cf. J. Saco, *op.cit.*, tomo II, p.30.

Sin embargo, eran las revueltas de esclavos lo que más inquietaba a las autoridades y a los colonos hispanos. La primera insurrección masiva de esclavos negros en el Nuevo Mundo tuvo lugar en Santo Domingo el 26 de diciembre de 1522, en la plantación de azúcar del gobernador de la isla, Diego Colón.¹¹⁷ A partir de ese momento, situaciones similares se repitieron a todo lo largo del Período Colonial en América¹¹⁸, y en todos los lugares donde hubiesen cantidades considerables de esclavos. En Nueva España hubo ocho rebeliones de esclavos negros solamente entre 1537 y 1670.¹¹⁹ Eventualmente, todas las rebeliones eran sofocadas y sus cabecillas ejecutados en forma ejemplarizante.¹²⁰ A fines del siglo XVIII, los eventos que tuvieron lugar en *Saint-Domingue* (parte francesa de la isla La Española) demostraron que un número elevado de negros podía levantarse exitosamente en contra de sus amos, e incluso llegar a fundar una república sin europeos. A partir de entonces, el temor a que se repitiese otro Haití quedó como una advertencia grabada en las mentes de las poblaciones de las colonias de plantación americanas; tanto así, que todavía para 1863 un propietario cubano, preocupado por el alto número de negros que veía a su alrededor, recordaba “...la sangrienta y horrorosa catástrofe de la isla hermana de Santo Domingo, cuya proximidad es para Cuba un inminente peligro...”¹²¹

¹¹⁷ Oviedo, *Historia General de las Indias*. Cf. *Ibidem*, tomo I, pp.309-310

¹¹⁸ En 1529, en Santa Marta (Nueva Granada); en 1537, 1609 y 1612, en Nueva España; en 1548, en San Pedro (Honduras); en 1552, 1731 y 1795, en Venezuela; etc. N. del A.

¹¹⁹ Cf. LOVE, E. F. *Op.cit.*, p.131

¹²⁰ Un buen ejemplo de este tipo de medidas, nos lo da el padre Torquemada en su *Monarquía Indiana*. Allí describe los castigos que sufrieron unos esclavos que se alzaron en Nueva España a principios del siglo XVII: “...se ahorcaron treinta y seis de los dichos negros, veinte y nueve varones y las demás mujeres, todos juntos en una horca cuadrada, que se hizo para este efecto en medio de la Plaza Mayor de la Ciudad, y los descuartizaron, y pusieron sus cuartos por los caminos, y sus cabezas quedaron clavadas en la horca...” Cf. SACO, J. *Op.cit.*, tomo II, pp.106-107

¹²¹ A partir de 1791, son innumerables las referencias que en forma temerosa hacen los blancos hispanos en relación a los eventos en *Saint-Domingue* (a partir de 1804, República de Haití). La citada aquí corresponde a la referencia directa más tardía que pudimos encontrar en Hispanoamérica. Cf. MOTES, Juan Moluquer de. “Abolicionismo y resistencia a la abolición”, *Anuario de Estudios Americanos*, Vol. XLIII (1986), p.312

VII

Hasta principios del siglo XVI, en España sólo se habían hecho diferenciaciones muy sutiles para distinguir a los esclavos musulmanes (“*sarracenos*”, “*moros blancos*”) de los africanos de color, a quienes hasta aquel entonces se denominaba como “*moros negros*” o “*morenos libres*.” Esta expresión que era usada desde el siglo XIII para describir el “*color de los moros*”, el cual, a su vez, estaba asociado con el de los infieles.¹²² También se usaron términos como “*atezados*”, “*de un moreno que tira a negro*”, “*de color algo azafranado*”, “*de color amulatado*”¹²³, lo que denota la creciente dificultad que había en clasificarlos etno-cromáticamente. La confusión era aún mayor en América, como ya se viera con el caso de los individuos de “*color quebrado*” en el testimonio de Alonso de Sandoval. Esta complicación se extendió inicialmente incluso con los mismos indios, cuyo color fue descrito por Colón como “*del color de los Canarios, [es decir] ni negros ni blancos*”.¹²⁴

Al igual que ocurría con los moriscos en España¹²⁵, a las autoridades hispano-americanas les inquietaba sobremanera el crecimiento demográfico que desde el siglo XVI, habían venido experimentando las masas de “*gente de color quebrado*” o “*castas*”¹²⁶ (conformadas por individuos nacidos de uniones interétnicas), a quienes se asociaba con todo tipo de crímenes y faltas. Por estas y otras razones que veremos más adelante, los mismos comenzaron a ser apreciados como “*...la más infame (...) de todas las plebes...*”¹²⁷ En 1553, el Virrey de Nueva España, manifestó al Rey su preocupación al respecto:

La tierra está tan llena de negros y mestizos, que exceden en gran cantidad a los españoles, y todos desean comprar su libertad con las

¹²² SWEET, J. H. *Op.cit.*, p.150

¹²³ Cf. ORTIZ, F. *Op.cit.*, p.45n

¹²⁴ Cf. SWEET, J. H. *Op.cit.*, p.165

¹²⁵ Las autoridades de las ciudades temían que los esclavos urbanos se insurreccionaran, por lo que se tomaron medidas radicales como la de impedirles portar armas y restringir sus reuniones públicas. PIKE, R. *Aristocrats and Traders*, p.181 [En línea]

¹²⁶ Según el “*Diccionario de Autoridades*” de 1729, “*castas*” es un término histórico usado para calificar la “*calidad*” del individuo, y también asociado a personas irracionales. *Diccionario de la Lengua Castellana*. Madrid: Imprenta de la Real Academia Española, 1729, p.219 [En línea: <http://buscon.rae.es/ntlle/SrvltGUIMenuNtlle?cmd=Lema&sec=1.4.0.0.0.>]

¹²⁷ Así describió al Rey ese nuevo grupo social, a principios del siglo XVII, Carlos de Sigüenza y Góngora desde ciudad de México: “...siendo plebe tan en extremo plebe,

vidas de sus amos (...) y juntarse han con los que se rebelaren, ahora sean españoles o indios.¹²⁸

Esta situación hizo que se plantearan una serie de medidas en ese virreinato y en el del Perú, que tenían como objetivo regular el creciente número de esa nueva “plebe” americana. Algunas llegaban al extremo de sugerir su expulsión del territorio o enviarles a hacer alguna conquista en otra parte.¹²⁹ Otras eran reflejo de la tradición medieval hispana de aislar a los Nuevos Cristianos; es decir, a los *marranos* y *moriscos* o, lo que es lo mismo, judíos y moros conversos. Quizá las más eficientes de este último tipo fueron las restricciones a uniones conyugales interétnicas¹³⁰, como la Real Pragmática de Matrimonios. En su versión original de 1776, esta ley pretendía proteger la pureza de los linajes de mayor *calidad* en tierras peninsulares, restringiendo los “...*matrimonios que se ejecutaban por los menores e hijos de familia sin consejo de sus padres, abuelos deudos o tutores.*” Luego, en 1778, cuando la misma es extendida a América, en el texto se aclaraba cuáles sectores sociales pretendía proteger y cuáles no. La misma cubría a españoles, indios e, inclusive, a los mestizos; mientras que quedaban excluidos los “*mulatos, negros, coyotes*

que sólo ella lo puede ser de la que se reputare la más infame, y lo es de todas las plebes por componerse de indios, de negros, criollos y bozales de diferentes naciones, de chinos, de mulatos, de moriscos, de Mestizos, de zambaigos, de lobos y también de españoles que, en declarándose zaramullos (que es lo mismo que pícaros, chulos y arrebatapapas), y degenerando de sus obligaciones, son los peores entre tan ruin canalla.” GÓNGORA, Carlos de Sigüenza y. *Alboroto y Motín de los indios de México* Cf. F. M. Baltasar, *The Racial Discourse of the Inquisition in Mexico: Mulattoes as a Category of Danger*, [En línea: <http://abacus.bates.edu/~bframoli/pagina/alegria.html>]

¹²⁸ Cf. LAFAYE, Jacques. *Los Conquistadores* (Figuras y escrituras). México: Fondo de Cultura Económica, 1999 (1964), p.86

¹²⁹ Cf. VERACOECHEA, E. Troconis de. *Op.cit.*, p.XXI; BERNAND, C.; GRUZINSKI, S. *Op.cit.*, p.237; SACO, J. *Op.cit.*, tomo II, p.34

¹³⁰ Es necesario aclarar que detrás de las iniciativas que pretendían impedir los matrimonios interraciales, existían otras dos motivaciones: una material; velar por el patrimonio de los colonos amos de esclavos, evitando que sus negros se favoreciesen de la legislación castellana y consiguiesen su emancipación y la libertad de sus futuros vástagos, casándose con una india (“vientre libre”). Y otra inmaterial; evitar la “contaminación” de los linajes de gente de “sangre pura”, y así mantener el orden cromático del mundo. N. del A.

e individuos de castas y [otras] razas semejantes”, salvo aquéllos que sirviesen de oficiales en las milicias por su buena reputación.¹³¹

Este mecanismo no es sino un ejemplo más de un sinnúmero de medidas que se tomaron entre los siglos XVI y XVIII para segregar, discriminar y, sobre todo, impedir el ascenso social a los descendientes libres de negros esclavos, incluso a aquellos de “*color quebrado*”. Entre ellas tenemos las que les prohibía salir por las calles en horas de la noche, que usasen prendas lujosas, que vistieran igual que los indios, que asistiesen a las mismas iglesias que los blancos, que ocupasen cargos públicos, y que tuviesen acceso a los gremios de artesanos, colegios y universidades. También estaban otras menos formales de dudosa aplicación, basadas en los que se denominó en Venezuela como el “*estilo del país*”, como la prohibición a que se les diese asiento en las casas, de que caminaran junto a blancos en las calles, y que éstos entrasen a casa de aquéllos.¹³²

Para que estas iniciativas fuesen verdaderamente efectivas era necesario determinar quién tenía ascendencia española y quién africana. Pero esta no era una tarea simple, ya que el aspecto físico de las personas no siempre develaba su ascendencia africana, como pudo apreciar a principios del siglo XIX el naturalista alemán, Alejandro de Humboldt:

De la mezcla de un hombre blanco con una mulata viene la casta del cuarterón. Cuando una cuarterona se casa con un [blanco] europeo o criollo, su hijo lleva el nombre de quinterón. Una nueva alianza con otro blanco desvanece todo rastro de color, a un nivel tal que los hijos de una blanca y un quinterón son también blancos.¹³³

Dada la dificultad de determinar la *calidad* de algunas personas, se acudió a otro ingenioso mecanismo legal conocido bajo el nombre de *Limpieza de Sangre*, el cual era usado en España desde mediados del siglo XVI para determinar quién era puro de sangre (*Viejo Cristiano*) y quien no (los judíos

¹³¹ MARTÍNEZ-ALIER, Verena. *Marriage, Class and Colour in Nineteenth-Century Cuba* (A study of Racial Attitudes and Sexual Values in a Slave Society). Ann Arbor: The University of Michigan Press 1989(1974), p.11.

¹³² PELLICER, L. F. *Op.cit.*, pp.116.

¹³³ HUMBOLDT, Alexander von. *Political Essay on the Kingdom of New Spain*, 1804, p.59, [En línea: <http://web.grinnell.edu/courses/HIS/f01/HIS20201/Documents/HumbSoc.html>].

conversos o *Nuevos Cristianos*). Ello se lograba mediante una exhaustiva revisión genealógica o “*prueba de sangre*”, con el fin de determinar los ancestros de una persona.¹³⁴ En muchas partes del Nuevo Mundo, este mecanismo fue utilizado pero dándole prioridad a determinar si se tenía o no ascendencia africana, pues este era el factor determinante para establecer la *calidad* de una persona en las Sociedades de Castas hispano-americanas.¹³⁵ Por lo tanto, si tras un proceso de este tipo alguien pasaba a ser “*estimado*” como blanco, no importaba que tan oscuro fuera el color de su piel ni que tan negroides fueran sus facciones, el *color legal* de esa persona era, para todos los fines, blanco.

Un interesante ejemplo sobre de la preponderancia que tenía el color legal sobre el real, lo encontramos en el criterio de selección de profesores que tenía el Colegio de Abogados de Caracas a fines del siglo XVIII:

Si saben que el pretendiente don N. sus padres y abuelos *han sido tenidos y reputados por personas blancas, y luego aunque en realidad sean pardos o mulatos: si son tenidos y reputados por blancos deben ser incorporados...*¹³⁶

Es por ello que los pardos hacían lo posible -y hasta lo imposible- por blanquear sus linajes o esconder las pruebas que delatasen su ascendencia africana. Esto lo lograban favoreciendo uniones conyugales con personas de mejor *calidad*, o valiéndose de los favores de algún cura complaciente o corruptible, que consintiese en mudar alguna partida de bautismo, convenientemente escogida, del libro de los pardos al de los blancos. En esa misma época, los

¹³⁴ TORRES, Max Sebastián Hering. “Limpieza de Sangre. ¿Racismo en la Edad Moderna?”, *Tiempos Modernos*, No.9 (2004), pp.6-8.

¹³⁵ El naturalista alemán, Alejandro de Humboldt (quien estuvo en Venezuela, Nueva Granada y Nueva España a principios del siglo XIX), se dio cuenta de que en la América Hispana la “estimación” de un individuo dependía de la lejanía del “negro” y la vecindad del “blanco”, en el mismo sentido que en España lo hacía la lejanía de moros y judíos, y la vecindad con cristianos. A. v. Humboldt, *op.cit.*, en línea.

¹³⁶ “Representación de Juan Germán Roscio a los señores decano y oficiales del ilustre Colegio de Abogados de Caracas.” [Caracas, 11 de septiembre de 1798] Cf. CORTÉS, Santos Rodulfo. *El Régimen de Gracias al Sacar en Venezuela durante el Período Hispánico*, tomo II. Caracas: Academia Nacional de la Historia (Col. Fuentes para la Historia Colonial de Venezuela, No.136), 1978, p.146.

pardos también podían solicitar una “*dispensa de calidad*”, acudiendo a una novedosa figura jurídica introducida por las Reformas Borbónicas, a través de la llamada *Real Cédula de Gracias al Sacar* (1795). La misma permitía que una persona libre de color, con los méritos suficientes y tras el pago de una prima, pudiese aplicar a una dispensa que les liberara de sus “defectos” y así poder aspirar a algunos de los beneficios que estaban negados a los individuos de su *calidad*.

Esta medida fue muy mal vista por los blancos criollos, a quienes no importaba en realidad qué tanto hicieran los pardos por mejorar su *calidad*, pues ellos siempre les apreciarían -coincidiendo con el padre Navarrete- como la peor de las mezclas posibles. Un buen ejemplo de esta actitud lo constituye la postura que asumió la aristocracia colonial caraqueña (*mantuanos*), ante la llegada del decreto que declaraba el ejecútase de dicha Real Cédula en la Capitanía General de Venezuela. Al saberse la noticia, se reunió el Cabildo de Caracas, tras lo cual se aprobó una misiva de protesta que se elevó ante el Rey en 1796:

Los pardos o mulatos son vistos aquí con sumo desprecio, y son tenidos y reputados en la clase de gente vil, ya por su origen, ya por los pechos que vuestras reales leyes les imponen, y ya por los honores de que ellas mismas los privan. Ellos han de *descender precisamente de esclavos, [y] de hijos ilegítimos*, porque los que se llaman mulatos, o pardos son los que traen su origen de la unión de blancos con negras.¹³⁷

Como vemos, los argumentos que los cabildantes caraqueños esgrimían para mantener la discriminación se basaban fundamentalmente en dos razones, ambas asociadas con los linajes de los pardos: por un lado, se tenía la certeza de que eran descendientes de esclavos, ya que todos los individuos de esa condición que habían sido traídos al Nuevo Mundo eran negros africanos; y, por el otro, que tenían un origen envilecido, ya que en algún momento pretérito sus linajes se habían originado de una relación no sacralizada, entre un español y su esclava negra.

¹³⁷ *Ibidem*, p.33 [Las itálicas son mías]

VIII

Esta apreciación peyorativa sobre los negros y sus descendientes, fue transmitida a los indios por las autoridades civiles y eclesiásticas en forma de consejos, como lo hiciera en 1769 el arzobispo Lorenzana en Nueva España.¹³⁸ En tal sentido, podría pensarse que esta actitud formaba parte de una estrategia de los españoles para mantener el orden social e impedir que los esclavos se emancipasen casándose con indias, como indicaba la legislación castellana, pero situaciones como la acontecida en el poblado venezolano de Capatárida en 1794 indican que algunos indígenas americanos compartían con los blancos los prejuicios hacia la gente de color. Aquel año, el alcalde indio de dicha población denunció que el cura del pueblo había casado a muchos indígenas con gente de “inferior calidad”, desatendiendo la Real Pragmática de Matrimonios, lo que -según aludió- podría llevar “...a ver reducida nuestra limpia nación a la repugnante mezcla de zambos y negros”.¹³⁹

Esta posición era emulada por los mestizos, cuyos argumentos pretendieron desde un primer momento ennoblecer el linaje de los indios de quienes en parte descendían. Para ello intentaron vincularlos genealógicamente con otro de los hijos de Noé y hasta con el mismo Adán, como hace Guamán Poma de Ayala a mediados del siglo XVII en la obra que ya hemos referido.¹⁴⁰ En la misma, procura además deslindar su linaje indígena del de los negros, introduciendo una nueva hipótesis bíblica para explicar el origen vil de los africanos. Según él, el color y condición de los negros no recaía en Cam, hijo de Noé, sino en Caín, hijo de Adán, de quien habría salido “...la casta de los negros por [la] envidia” que sintió hacia su hermano Abel, a quien asesinó.¹⁴¹ Casi dos siglos más tarde, en 1796, Juan Germán Roscio (un mestizo, vecino de la

¹³⁸ Cf. MÖRNER, Magnus. *Race Mixture in the History of Latin America*. Boston: Little Brown & Company 1969, p.39n.

¹³⁹ Cf. PELLICER, Luís Felipe. *Entre el honor y la pasión*. Caracas: Universidad Central de Venezuela [Trabajo de ascenso inédito, 2003].

¹⁴⁰ “De los hijos de Noé (...) uno de ellos trajo Dios a las Indias; otros dicen que salió del mismo Adán. Multiplicaron los dicho[s] yndios, que todo lo sabe Dios y, como poderoso, lo puede tener aparte esta gente de indios.”. AYALA, Guamán Poma de. *El primer nueva corónica y buen gobierno* (1615/1616), p.25 [En línea: <http://www.kb.dk/elib/mss/poma/>]

¹⁴¹ *Ibidem*.

ciudad de Caracas) defendió su *calidad* en términos similares, sosteniendo que él “...*nada tenía de esta raza [mulato], ni de negro*”; y que su ascendencia era americana (indígena); una raza que, según su criterio, al igual que la blanca, era superior por haber venido de Oriente, región que de acuerdo a las Sagradas Escrituras había sido poblada por los descendientes del “*mejor de los hijos de Noé, Sem.*”¹⁴²

Para aquella época (fines del siglo XVIII), los mestizos habían logrado acercarse al estatus que tenían los blancos en las sociedades coloniales americanas, como quedó en evidencia en la referida legislación sobre matrimonios. Ello había sido posible gracias a los buenos oficios de sus élites (sobre todo novohispanas, chilenas y peruanas) ante las cortes españolas, aunque también por el aumento de uniones conyugales sacralizadas durante el siglo XVIII, lo que paulatinamente permitió a éstos ir dejando atrás el estigma del origen envilecido que compartían con los pardos. Es por ello, como advirtiera en 1805 el Obispo de Caracas, que los descendientes de los nativos de América “...*nunca han sido considerados mestizos ni confundidos con ellos.*”¹⁴³

Como los pardos no lograban deslastrarse de su “deshonroso” origen, una vez que uno de ellos lograba ascender en la escala socioeconómica de su propio sector etno-social, éste defendía con furor el terreno ganado en términos que podríamos tildar de endo-racialistas. Esto lo podemos apreciar en una misiva enviada al Capitán General de Venezuela en 1774 por los oficiales del Batallón de Pardos de Caracas, en la que solicitaron que se excluyese de dicho cuerpo a uno de sus miembros, arguyendo que no tenía la misma calidad que los demás, ya que “...*cuando no sea zambo, es tente en el aire, y por consiguiente enteramente excluido de la legitimidad de pardos.*” En ese mismo documento, los milicianos pardos dejaban claro que no era correcto que ellos se mezclasen con el individuo en cuestión, pues, además de que tenían serias sospechas de que era zambo, sabían que era un “*salto atrás*”; lo que violaba por completo la lógica reproductiva del grupo etno-social del que

¹⁴² “Representación de Don Juan Germán Roscio...” [Caracas, 11 de septiembre de 1798] Cf. CORTÉS, S. R. *Op.cit.*, pp.129, 132.

¹⁴³ Cf. MÖRNER, Magnus. “Estratificación Social en Hispanoamérica durante el Período Colonial”, MORÓN, G. (coord.). *Historia General de América*, tomo IV. Caracas: Academia Nacional de la Historia 1989, p.99.

formaban parte: “...porque [sus padres] en lugar de adelantarse a ser blancos, han retrocedido, y se han acercado a la casta de los negros”.¹⁴⁴

Este comportamiento nos habla de una convicción por parte de los miembros de la élite parda, de que sí era posible deslastrarse, al menos parcialmente, del *estigma africano*. Un buen ejemplo de esa actitud, la tenemos en la solicitud que enviara al Rey un pardo caraqueño en 1793, pidiendo que su hijo pudiese vestir hábitos clericales. Allí el padre reconoce que es de “calidad inferior”, pues “...tiene la desgracia de ser pardo”. A pesar de ello, también se cree con derechos para solicitar lo que pide, ya que los papeles que presenta certifican que está “...dotado, y toda su ascendencia, y descendencia de las mejores, y más devotas, y católicas propiedades...”¹⁴⁵ Estas iniciativas por parte de los pardos eran alentadas por las autoridades coloniales que para finales del siglo XVIII -por convicción o conveniencia- tenían la intención de engrosar las arcas reales y de flexibilizar las rígidas normativas de movilidad social, mediante la venta de los referidos títulos de “*dispensa de calidad*” (*Gracias al Sacar*). Esta medida fue la que eventualmente permitió que al hijo de dicho solicitante pardo se le permitiese ascender “...al Sagrado Orden de Presbítero.” Esta autorización provocó la ira de los cabildantes caraqueños, quienes se opusieron a este fallo alegando lo siguiente:

...sus padres, ni sus abuelos son neófitos, sino aquellos primeros ascendientes suyos de condición negros y esclavos, sacados de la barbarie del país de su nacimiento y convertidos a nuestra santa fe, los cuales acaso estarán ya fuera de la cuarta generación...¹⁴⁶

Por su parte, los aristócratas blancos criollos caraqueños alardeaban de su blancura, la cual no solamente asociaban con su ascendencia peninsular sino con el honor que brindaba a sus linajes el ser descendientes de los primeros conquistadores españoles. No obstante, esos primeros ancestros de origen peninsular habían venido sin sus mujeres por lo que su descendencia era forzosamente de “color quebrado”, por haberse emparejado éstos con indias y negras. Por esta razón,

¹⁴⁴ “Los diputados del Batallón de Pardos pidiendo se excluya de él a Juan Bautista Arias. 1774”. Cf. CORTÉS, S. R. *Op.cit.*, p.20.

¹⁴⁵ “Certificación de Don Josef Antonio Cornejo...” [Madrid, 26 de agosto de 1793] Cf. *Ibidem*, pp.40-41.

¹⁴⁶ Cf. *Ibidem*.

era imposible que los miembros dicha élite etno-social pudiesen alegar una “pureza” absoluta de sangre, así se hubiesen emparentado con blancos posteriormente y por varias generaciones. A pesar de ello, tres siglos más tarde nadie podía cuestionar su calidad, ya que su color legal y estimación pública era incontestable. Además, gracias a su riqueza habían adquirido títulos de nobleza, por lo que se pensaban de mejor calidad que los mismos agentes peninsulares o gachupines.¹⁴⁷

Conclusión

Los datos presentados en el presente trabajo denotan la existencia de un fenómeno racialista y endo-racialista de *larga duración*, el cual hemos denominado como el *estigma africano*. El mismo se manifestó con variada intensidad a ambos lados del Atlántico (es decir, tanto en España como en la América hispana) desde tiempos bajo medievales; época en que la imagen que tenían de los negros los cristianos europeos se vio afectado por la percepción antropocéntrica del mundo que éstos tenían. En tal sentido, los negros africanos, como habitantes de la Periferia Distante, fueron apreciados en forma variable, la cual fue desde la idealización de sus monarcas hasta la comparación o asociación de sus habitantes de color con demonios, bestias y figuras monstruosas. A comienzos de la Modernidad, cuando se intensifican los contactos entre la Península Ibérica y la costa Occidental de África, se impuso una versión más realista de los pueblos de color africanos.

La desmitificación del África sub-sahariana y de sus pobladores, permitió que éstos fuesen ubicados en otra categoría: la de los pueblos extranjeros, que por ser paganos o infieles, eran esclavizables. El hecho de la vecindad geográfica de la costa occidental de África con los mercados peninsulares y americanos, así como las dificultades que enfrentaron los colonos españoles en el Nuevo Mundo para esclavizar indígenas, hizo que al poco tiempo (desde principios del siglo XVI) los negros se convirtieran en los *esclavos ideales*. Este hecho, unido a la tradición de intolerancia etno-religiosa hispano-católica, a la visión mítica peyorativa que

¹⁴⁷ En 1789 se dio un altercado entre mantuanos y las autoridades coloniales, cuando se pretendió aplicar el llamado *Código Negro* español en Venezuela. Ante los alegatos de nobleza de los blancos criollos, lo agentes peninsulares respondieron criticándoles aludiendo que aquéllos tenían “...una maligna envidia al nombre español tal cual querían cubrir con el ridículo pretexto de la nobleza, como si cualquier español que va a la provincia no le sería fácil probar ocho abuelos conocidos por una y otra línea...” Cf. LEAL, Ildefonso. “La aristocracia criolla venezolana y el Código Negro de 1789”, *Revista de Historia*, Vol.II, No.6 (1961), p.62-63

se tenía del origen de la gente de piel oscura (negra o quemada), a la percepción geocéntrica del mundo que tenían los cristianos europeos, y a sus criterios de valoración cromática y fenotípica, se conjugaron para conformar las bases de un *estigma* que habría de afectar a los negros y sus descendientes por los siglos subsiguientes. Este fenómeno se materializó en forma de diversas formas de segregación y discriminación, tales como: restricciones formales e informales para la efectiva asimilación de los negros y sus descendientes en las comunidades hispano-católicas (en particular las americanas); elaboración de argumentos que justificaban la esclavización y control de los negros y sus descendientes; y complejas clasificaciones endo-racialistas relativas a los afro-mestizos.

Estos últimos no pudieron evitar verse afectados por el *estigma africano*, sólo que el mismo se agravaba aún más en sus personas, por la creencia generalizada de todos ellos provenían originalmente de uniones ilegítimas. De esta forma, los linajes de los afro-mestizos quedaban tachados para siempre, corrompidos por no venir originalmente de una unión conyugal consagrada por el ritual cristiano del matrimonio. Esta situación se presentó sobre todo en las sociedades de plantación hispano-caribeñas y circun-caribeñas, donde la gente de color libre era más numerosa. Por esta razón, la estabilidad de los regímenes coloniales hispanos en esas regiones, pasaba por mantener el orden social *pigmentocrático* basado en el *color legal* con la aplicación de medidas como las referidas, y el cual sólo podía ser transgredido formalmente por decisión de la metrópoli como sucediera con las *Gracias al Sacar*. El mantenimiento de dicho orden se logró perpetuando en el tiempo las normativas de exclusión bajo medievales, basadas en la creencia de una “*pureza de sangre*” que, en su acepción en muchas partes de Hispanoamérica, consistía en restringir el ascenso social a quienes no tuvieran una ascendencia peninsular reconocida o corroborable.

De esta forma (como advirtiera Humboldt a principios del siglo XIX¹⁴⁸), el español-católico era sustituido como la variable más conveniente para determinar la honorabilidad de un linaje por el español-blanco, mientras que se hacía lo propio en términos negativos con el negro-esclavo en lugar del moro/judío-infiel. En cuanto a los pardos, no importaba que tanto hubiesen hispanizado sus costumbres o “blanqueado” sus linajes, pues jamás fueron vistos por los blancos criollos como verdaderos españoles-blancos. Esta situación se repetía de manera escalonada en la medida que se descendía en la escala etno-social, ya que las élites pardas y mestizas

¹⁴⁸ HUMBOLDT, A. v. *Op.cit.*, p.60, en línea.

hacían lo propio con los sectores más bajos de ascendencia africana. Por lo tanto, el discurso usado por todos los grupos libres de esas sociedades (blancos, mestizos y gente de color) coincidía en la forma y en los objetivos, pues todos pretendían lo mismo: preservar sus cuotas de *bio-poder*.¹⁴⁹

La llegada del siglo XIX, trajo consigo la independencia de muchas colonias hispano-americanas, cuyos líderes blancos criollos, atemorizados por el ejemplo haitiano e influenciados por la ideología liberal, permitieron finalmente a los pardos obtener su ansiada igualdad y, posteriormente, a los negros su libertad, todos ellos abrigados ahora bajo el concepto de ciudadanía. Con esto se dislocaba el *sistema histórico* del cual el estigma en cuestión había formado parte por los tres siglos precedentes, lo cual no significó su desaparición sino su adaptación a un nuevo marco socio-político distinto -a excepción de Cuba y Puerto Rico que se mantuvieron hasta 1898 bajo la égida española. De esta forma, siguiendo a Magnus Mörner, el mismo pasó a transformarse en un “mero” prejuicio racial que pretendía cumplir la misma función¹⁵⁰, pero desde una perspectiva fundamentalmente clasista y de nuevo asociada al *color real* de las personas y en el que se escondía la “tacha” africana, haciéndola desaparecer de la memoria colectiva o enaltecendo el carácter étnicamente mezclado de los ciudadanos en algunas repúblicas latinoamericanas.¹⁵¹

Recebido em 26/09/2005 e aprovado em 20/10/2005.

¹⁴⁹ Con este término Foucault se refiere a la forma en que el racismo fue usado por quienes ejercían el poder durante el siglo XIX, para desequilibrar los sectores que conforman una población para su mejor gestión. A nuestro entender, estas estrategias no diferían demasiado con los argumentos basados en el concepto de “calidad” empleados por las élites hispano-atlánticas de principios de la Modernidad. FOUCAULT. *Genealogía del Racismo* (De la guerra de las razas al racismo de Estado). Madrid: Las Ediciones de La Piqueta (Col. Genealogía del Poder, No.21), 1992, p.264.

¹⁵⁰ Según M. Mörner, al abolirse la esclavitud se puso término al pretexto legal que había sido usado hasta entonces para mantener subyugados a los negros y a la gente de color, en lo sucesivo se acudiría a argumentos racialistas para discriminar a un determinado grupo humano. MÖRNER, M. *Race Mixture in the History of Latin America*, p.277.

¹⁵¹ En países como Brasil, Cuba y Venezuela desde el siglo XIX se intentó asociar a sus ciudadanos en forma homogenizadora bajo términos como “piel canela”, “café con leche”, la “raza cósmica”, la “nueva americanidad”, etc. Según Martínez-Echazabal, ello formó parte de un nuevo discurso racialista que sustituyó el binarismo blanco/negro colonial. LANGUAGE, Frédérique. “La pardocratie ou l’itinéraire d’une ‘classe dangereuse’ dans le Venezuela des XVIIIe et XIXe siècles”, *Caravelle*, No. 67 (1997), pp. 57-72; MARTINEZ-ECHAZABAL, Lourde. “Mestizaje and the Discourse of National/Cultural Identity in Latin America, 1845-1959”, *Latin American Perspectives*, Vol. XXV, No. 3 (1998), pp.24ss.

UN GOBIERNO BASILANTE ARRUINA PARA SIEMPRE*

LA CRISIS DE LEGITIMIDAD QUE ACOMPAÑA LA EMERGENCIA DEL PODER DE LA OPINIÓN EN COLOMBIA, 1826-1831

María Teresa Calderón

Directora do Centro de Estudios en
Historia Universidad Externado de Colombia

Resumo

Este artigo analisa a crise de legitimidade que abala a Colômbia entre 1826 e 1831. As ditaduras de Simón Bolívar (1828) e Rafael Urdaneta (1830), a incapacidade das duas assembléias constituintes em estabelecer uma Constituição e, finalmente, a dissolução da República dando origem a Venezuela, Nova Granada e Equador mostram a dificuldade de se encontrar soluções adequadas para os desafios que definem a política moderna no contexto da cultura política dominante.

Palavras-Chave

Colômbia • Simón Bolívar • Rafael Urdaneta • Cultura Política • América Hispânica

Abstract

This article explores the crisis of legitimacy that strikes Colombia between 1826 and 1831. The dictatorship of Simón Bolívar (1828) and Rafael Urdaneta (1830), the incapacity of the two constituent assemblies to give way to a Constitution and the ultimate dissolution of the Republic giving birth to Venezuela, Nueva Granada and Ecuador express the difficulty to provide adequate solutions to the challenges that define modern politics in the context of the dominant political culture.

Keywords

Colombia • Simón Bolívar • Rafael Urdaneta • Political Culture • Hispanic-America

* AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 5., fol. 306 r. “Representación de los Havitantes de la provincia del Chimborazo”.

La batalla de Ayacucho señala el fin del momento militar de la independencia. Sin embargo, contrariamente a las expectativas de los actores que creían que con ella se abría un periodo de consolidación del orden y la libertad, tanto tiempo anhelado, sobre el territorio colombiano ella inaugura un periodo de enorme inestabilidad. Desde 1826, al tiempo que se revelan las grietas del proyecto centralizador de Bolívar sobre los territorios del Virreinato de la Nueva Granada, la Capitanía General de Venezuela y la Audiencia de Quito, crecen los reclamos de reforma. Bajo el ímpetu de estas reivindicaciones se socava la constitucionalidad, abriéndose paso la convocatoria a una convención constituyente en Ocaña en 1828 en contravía con los preceptos de la Carta de 1821. Su fracaso inaugura una espiral de tentativas constitucionalistas y de deslizamientos autoritarios que profundizan la desmembración colombiana.

Para los protagonistas, el descalabro es el resultado del enfrentamiento ideológico entre militares venezolanos, partidarios del proyecto autoritario bolivariano y abogados neogranadinos, defensores del estado de derecho. Esta confrontación inaugural se habría prolongado en la Nueva Granada en un choque entre fuerzas partidarias cuyo origen estaría en las desavenencias entre Bolívar y Santander. Este relato, amplificado por la historiografía,¹ ha servi-

¹ La historiografía tradicional, haciendo eco de la decepción inaugural de los protagonistas, leyó el enfrentamiento como un choque inefable entre grandes hombres. Bolívar y Santander, sustancializan el enfrentamiento entre las ideas. Sus desavenencias prefiguran la confrontación partidaria subsiguiente que emerge como un legado extraordinariamente duradero de este momento fundacional de la república. Para un acercamiento al relato de los contemporáneos, ver los epistolarios y las memorias, en particular RESTREPO, José Manuel. *Historia de la revolución de la república de Colombia*, Medellín: Bedout, 1966, vols. 6. y POSADA GUTIERREZ, Joaquín. *Memorias historico-políticas*. Medellín: Bedout, 1971, vols. 3. Una expresión seminal de esta perspectiva puede verse en Academia Colombiana de la Historia, *La Historia Extensa de Colombia*, Bogotá, Lerner-Plaza & Janés, 1965-1986., vols. 40. La historiografía del siglo XX propone una modificación de los actores y las fuerzas en contienda pero se afirma en la misma dinámica que erige en necesidad. El enfrentamiento ideológico se presenta entonces como reflejo del choque de fondo entre clases sociales. Esta perspectiva la comparten los trabajos clásicos como el de LIEVANO AGUIRRE, Indalecio. *Los Grandes conflictos sociales y económicos de nuestra historia*. Bogotá: Tercer Mundo, 1966, y la Nueva Historia que dominó la reflexión historiográfica hasta finales de los años ochenta. Para una aproximación a esta corriente historiográfica, ver, entre otros: OCAMPO LOPEZ, Javier. "El proceso político, militar y social de la Independencia" en *Nueva historia de Colombia*, Bogotá, Planeta, 1989 y la obra de COLMENARES, Germán *Partidos políticos y clases sociales*. Bogotá: Andes, 1968.

do de hilo conductor de una narrativa identitaria. Colombia aparece en ella como una república escindida entre dos partidos que organizan la política enmarcándola en una contraposición que tiene como horizonte inmediato la violencia.² Debajo de la fisura se afirma sin embargo de manera muy sugestiva el respeto a la legalidad como rasgo de cultura política. De esta manera la dupla violencia-civilidad se ofrece como la singular paradoja de la experiencia histórica nacional.³

En esta narrativa, la Convención de Ocaña, el decreto dictatorial de 1828, la conspiración septembrina y el golpe del general Rafael Urdaneta en septiembre de 1830 aparecen como momentos de un único movimiento que se resuelve felizmente en la restauración de la república en abril de 1831. Su legado: la naturalización del respeto a la Constitución y la ley, constituido en rasgo cultural distintivo.

La afirmación republicana encuentra correspondencia en este discurso en la temprana emergencia del bipartidismo que algunos autores remiten precisamente a este periodo. Otros retrotraen el origen de los partidos a la Guerra de los Supremos o incluso a la aparición de una institucionalidad partidista moderna a finales del siglo, pero reconocen en las alinderaciones que se manifestaban en estos años, colectividades que prefiguran los partidos tradicionales.⁴

² El estudio de la violencia ha constituido un objeto privilegiado de las ciencias sociales en Colombia. Como consecuencia de necesidad de proponer explicaciones y de proveer soluciones que ofrecieran salidas a los desafíos que enfrentó la sociedad colombiana en la segunda mitad del siglo XX, y en particular durante las décadas que discurren desde mediados de los ochenta hasta hoy, se han adelantado esfuerzos muy importantes por contribuir a la comprensión de este fenómeno. Este empeño ha tendido sin embargo a hipostasiar su centralidad en la historia del país, estableciendo filiaciones entre estas expresiones recientes del fenómeno y sus manifestaciones a lo largo del siglo XIX. Sin desconocer la inestabilidad política de Colombia, parece necesario abordar esta temática desde una perspectiva comparativa y sobre todo desde una mirada crítica, capaz de precisar la naturaleza y el alcance de fenómenos que hoy agrupamos con frecuencia de manera precipitada bajo la denominación de violencia.

³Una expresión particularmente acaba de este tipo de aproximaciones puede verse en PALACIOS, Marco. *Entre la legitimidad y la violencia: Colombia 1875-1994*. Barcelona: Norma, 1995.

⁴ La discusión en torno al origen de los partidos políticos en Colombia tuvo un momento estelar a principios de la década de los ochenta. Ver COLMENARES, Germán. *Partidos políticos y...*, op. cit.; SAFFORD, Frank. *Aspectos del siglo XIX en Colombia*. Medellín: Hombre Nuevo, 1977; DELPAR, Helen. *Red Against Blue: The Liberal Party in Colombian Politics 1863-1899*. Alabama: University of Alabama, 1981; GONZÁLEZ, Fernán. *Para leer la política: ensayos de historia política colombiana*. Bogotá: Cinep, 1997, entre otros. Hoy el debate en torno a la crisis del bipartidismo alimenta una reflexión muy sugestiva en los trabajos de PIZARRO LEONGOMEZ, Eduardo y GUTIÉRREZ SANIN, Francisco.

Desde esta perspectiva la contraposición entre serviles y liberales que se expresa entre 1826 y 1831 anuncia el enfrentamiento entre conservadores y liberales que describe gran parte de la historia nacional. El cimiento republicano borra de esta manera todo rasgo que lo comprometa. Los serviles aparecen asociados a un proyecto gradualista pero al igual que los liberales más progresistas, habrían denunciado todo autoritarismo como una desviación indeseable y exógena. Los momentos dictatoriales aparecen así como acontecimientos borrosos e indefinidos, equívocos pasajeros, en el mejor de los casos, que revisten poco o ningún interés.⁵

Este trabajo propone un acercamiento al periodo que discurre entre 1826 y 1831, cuando las exigencias de la política moderna se manifiestan de manera particularmente acuciante sobre el territorio colombiano.

El momento militar de la independencia había permitido encarnar a la nación en el ejército.⁶ Mediante la identificación de Bolívar con sus hombres, el pueblo figurado se había dotado de palabra, refundiendo su heterogeneidad constitutiva en una sola voz. La legitimidad carismática del Libertador, alimentada por los rigores de la guerra y el avance irrefrenable de su ejército, había rodeado su autoridad de un aura que le aseguraba un alejamiento, un distanciamiento frente al mundo de los mortales. Constituido en referente incuestionable, su autoridad se elevaba por encima de los hombres. De esta manera, el orden inmanente había encontrado un punto fijo sin renunciar al fundamento popular de la soberanía. El poder civil, encarnado en la figura del vice-presidente Santander, aseguraba en este montaje el carácter liberal y representativo del gobierno. La dupla se ofrecía así como una prodigiosa solución de transición.

Sin embargo, con el fin de la gesta heroica la legitimidad carismática del caudillo decae y su autoridad queda puesta al descubierto, sujeta al juicio implacable de los hombres. La heterogeneidad se instala de esta manera en el centro de las representaciones. Facciones que denuncian el giro absolutista y autoritario del proyecto bolivariano pugnan con quienes reclaman la necesidad de un poder fuerte. Esta experiencia se vive de manera muy angustiosa en un mundo

⁵ Es muy significativa a este respecto la virtual ausencia de trabajos sobre esta temática con la excepción de PARRA PÉREZ, Caracciolo. *La Monarquía en la Gran Colombia*. Madrid: Cultura Hispánica, 1957.

⁶ Ver THIBAUD, Clément. *Repúblicas en Armas. Los ejércitos bolivarianos en la guerra de Independencia en Colombia y Venezuela*. Bogotá: Planeta- IFEA, 2003.

fuertemente imbuido de valores religiosos, aferrado aún a los imperativos de unanimidad, inmutabilidad y trascendencia. La emergencia del poder de la opinión pone de esta manera al descubierto la inestabilidad de la política moderna.

Ella revive la amenaza de desintegración de la comunidad política. Los pueblos reasumen entonces su soberanía. Movimiento en dos tiempos por el que los pueblos se pronuncian para re-instituirse y refundar el contrato social, que guarda indudables analogías con la primera independencia. De manera muy sugestiva, este acercamiento a la variabilidad de la política moderna se constituye así en una suerte de segunda acefalía. De la misma manera que la primera había dado lugar al desmoronamiento del Imperio español y a la emergencia de las naciones americanas, la erosión del referente de legitimidad sobre el que se levantaba el orden se acompaña ahora de la disolución de la unión colombiana y del surgimiento de Nueva Granada, Venezuela y Ecuador como repúblicas independientes.

La reconstitución de la unidad se plantea entonces una vez más como problema fundamental. Ella encuentra una expresión clave al nivel territorial -los pueblos refrendan su unidad constitutiva y manifiestan su disposición a integrarse o amenazados por la discordia se disocian y anexionan libremente dándole forma a las naciones en proceso de constitución- pero también al nivel de la opinión -la república virtuosa, única capaz de asegurar la felicidad de sus miembros, solo admite una voz: la opinión unánime de un pueblo que vive unido en amistad.

Al primer nivel es posible leer el avance de la modernidad. Bajo el impulso del principio igualador, refrendado sin duda por la guerra, las viejas jerarquías corporativas se han debilitado. A este nivel la tensión entre majestad y soberanía que comprometió la primera independencia se manifiesta de nuevo.⁷ En esta ocasión asume la forma de una reivindicación federalista en el

⁷ La analítica de las nociones de majestad y soberanía constituyó el eje de la reflexión que adelantamos Clément Thibaud y yo desde el Instituto Francés de Estudios Andinos en Bogotá entre 2001 y 2003. Las reflexiones sobre esta temática que aparece aquí están en consecuencia inspiradas en ese trabajo y en la estimulante comunicación que hemos mantenido desde entonces. Un resultado parcial de ese trabajo conjunto puede verse en THIBAUD, Clément y CALDERÓN, María Teresa. "De la Majestad a la Soberanía en la Nueva Granada en tiempos de la Patria Boba" en *Las Revoluciones en el mundo Atlántico: una perspectiva comparada*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia-Taurus, 2006, en prensa.

marco de la unión colombiana. La creación de estados independientes para Venezuela y las provincias del Sur toma forma durante el primer semestre de 1830 pero para entonces la integridad de la nación no aparece cuestionada. La dictadura de Urdaneta marca un punto de inflexión en este proceso. Después de la muerte de Bolívar, con el restablecimiento del gobierno legítimo se produce un desplazamiento del eje de la política, un repliegue al interior de las fronteras de la Nueva Granada. Los federalismos regionales neogranadinos se vislumbran entonces como una novedad de la década que se inaugura.

Al nivel de la opinión se trata de regenerar el cuerpo político asegurando el unanimismo al modo de la vieja política trascendente. A pesar de la lenta progresión de la secularización, para los contemporáneos la comunidad monista expresa la virtud, garantía de salvación.⁸ Movidos por esa convicción, las corporaciones se pronuncian con cada cambio de poder en un afán por recomponer la unidad. Esa dinámica incorpora separaciones, escisiones de comunidades disidentes que buscan re-articularse dónde ésta sea posible.

Ahora bien, la re-emergencia de las corporaciones territoriales de base y la consecuente redefinición de las relaciones entre el poder militar y el poder civil que acompaña este proceso desde 1826 no copa totalmente el espacio público. La modernidad política con su énfasis en el individuo⁹ supone un obstáculo adicional en la afirmación del unanimismo, como principio rector del buen orden. Los derechos de conciencia y la legitimidad de la que goza ahora la opinión crean condiciones para que afloren viejas tensiones que permanecían silenciadas bajo el imperativo monista en las corporaciones del antiguo Régimen, al tiempo que las potencian y las multiplican. Junto a la extraordinaria profusión de pronunciamientos que se manifiestan libre pero monolíticamente se vislumbran facciones y partidos que atraviesan las corporaciones y las instituciones estatales en proceso de construcción. Para 1827 su pugnacidad compromete la suerte de la constituyente reunida en Ocaña.

⁸ Este imperativo profundamente arraigado en el pensamiento medieval resultó de la aplicación al orden social de las tesis agustinianas de la precedencia de la unidad sobre la pluralidad del mundo. Para este temática ver VON GIERKE, Otto. *Teorías Políticas de la Edad Media*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1995.

⁹ DUMONT, Louis. *Essais sur l'individualisme*. Paris: Seuil, 1983 constituye una referencia obligada así como el trabajo programático de ELIAS, Norbert. *La sociedad de los individuos*. Barcelona: Península, 1990.

La reconstitución de la unidad demanda en consecuencia procedimientos de reconversión o en su defecto de extirpación de la heterogeneidad. La amistad refrendada mediante la reciprocidad de favores y servicios aparece como un dispositivo clave en este proceso. Ella permite asegurar la comunión de las opiniones. Los intercambios que la refrendan constituyen un mecanismo eficaz para zanjar las diferencias. Ahora bien, allí donde ella no es funcional, la persecución, la expatriación y el exilio se afirman como mecanismos regularizados.

La imposibilidad de aplanar totalmente las diferencias, de silenciarlas le abre camino al recurso a la excepcionalidad política¹⁰ que cobra relevancia en dos momentos: el decreto dictatorial de Bolívar en el 28 y la dictadura de Urdaneta en el 30. Ellos describen un movimiento orientado a recomponer el orden desde arriba, a partir de la figura del caudillo constituido en Salvador. Estas tentativas le dan forma a la soberanía moderna escapando transitoriamente a la exigencia de abstracción que la acompaña.¹¹ La potencia pública personificada en los caudillos refuerza al mismo tiempo sus atributos, su unicidad y su voluntarismo. Por este camino se suspenden la leyes, se silencia el disenso y se recompone la totalidad.

Después de la conspiración septembrina, la dictadura se invocará como una medida transitoria necesaria para hacer frente a la anarquía y al caos hasta la reunión de un poder constituyente que refunde nuevamente la república. El Congreso Admirable, al igual que su antecesora –la Convención de Ocaña– constituyen tentativas de reconfigurar el orden a partir del reconocimiento de la soberanía del pueblo. Pero expuestos a los problemas de la representación de la política moderna, estos cuerpos constituyentes necesitaban transformar la pluralidad concreta – los pueblos, las villas y ciudades– en un conjunto abstracto e indiferenciado de individuos despojados de sus atributos singulares.¹²

¹⁰ Sobre esta temática, el texto clásico de Carl Schmitt y la discusión que propone Giorgio Agamben revisten enorme interés. Ver: SCHMITT, Carl. *La Dictadura: desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*. Madrid: Alianza, 1985 y AGAMBEN, Giorgio. *Etat d'exception. Homo Sacer*. Paris: Seul, 2003.

¹¹ Para esta temática constituye una referencia obligada el trabajo de ROSANVALLON, Pierre. *Le Peuple introuvable*. Paris: Gallimard, 1998, Capt I, "L'Age de L' Abstraction", pp. 35-83.

¹² Además del trabajo *op. cit.*, es necesario hacer referencia a otros trabajos de este mismo autor, en particular; *Le sacre du citoyen: histoire du suffrage universel en France*. Paris: Gallimard, 1992 ; *Id.*, *La démocratie inachevée: histoire de la souveraineté du peuple en France*. Paris: Gallimard, 2000.

Incapaces de instaurar la unidad del Pueblo mediante la homogenización de los ciudadanos y de responder a la vez a la exigencia de uniformar las opiniones dándole paso a una forma de unidad sustantiva, fracasan en su empeño. La dificultad de articular estos registros alienta en ambas oportunidades cuestionamientos en torno a su autoridad. De esta manera, la política parece sumirse en un déficit persistente de legitimidad. Solamente tras la muerte de Bolívar, con el regreso de Santander se abre paso una nueva modalidad de compromiso¹³ que ofrece condiciones de “estabilidad”. Estas son algunas de las ideas que intentaré plantear en lo que sigue.

La República de Vuelta al Estado de Creación

Desde el primer semestre de 1826, a medida que cede el movimiento militar de fondo, viejos y nuevos actores se incorporan a la escena pública. Desde los cabildos, pero también desde las filas del ejército, surgen cuestionamientos a la legitimidad del gobierno y del orden constitucional vigente.

En su proclama desde el cuartel general de Valencia el 3 de mayo de 1826¹⁴ en respuesta al acta de la municipalidad que tres días antes lo había encargado de la comandancia general de Venezuela, de la dirección de la guerra y de todas las demás atribuciones necesarias para asegurar la tranquilidad interior del país y su defensa exterior,¹⁵ Páez denuncia el carácter faccionario del gobierno de Bogotá. Las disposiciones gubernamentales son motivadas por quienes “nada han sacrificado en las aras de la patria”. Apátridas orientan en consecuencia los mandatos de un gobierno que ha renunciado a velar por el interés general. Impelido por las amenazas y los desordenes que a su parecer se ciernen sobre la república, asume entonces la autoridad que le impone “la Opinión”¹⁶,

¹³ El trabajo seminal que planteó esta problemática del compromiso es el de DEMÉLAS, Marie-Danielle. *L'invention politique: Bolivie, Equateur, Pérou au XIXe siècle*. París: Editions Recherche sur les Civilisations, 1992. Trad. esp. Del Instituto Francés de Estudios Andinos, 2003.

¹⁴ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 338 r.

¹⁵ *Santander y los sucesos políticos de Venezuela*, Bogotá, Fundación Francisco de Paula Santander-Presidencia de la República, 1988, Acta de la municipalidad de Valencia, 30 de abril de 1826, pp. 41-43.

¹⁶ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 338 r, La mayúscula es del original.

comprometiéndose a asegurar, con la fuerza de las armas, el ejercicio de la soberanía de los pueblos. En los días subsiguientes, las municipalidades de Caracas y Valencia lo proclaman jefe civil y militar de Venezuela con independencia del gobierno de Bogotá.¹⁷ Esta apuesta federalista no compromete la integridad de la nación colombiana que afirman respetar y el reconocimiento de la autoridad del Libertador que invocan como árbitro.

En septiembre, en el Callao y pocos días después en Quito, adónde había sido enviado, el batallón Buenos Aires se subleva. En el transcurso de la revuelta el grito de los insurrectos que vitorean al Emperador Simón 1º se transforma en vivas a Fernando 7º.¹⁸ ¿Cómo dar cuenta de este movimiento? ¿Evidencia de una modernidad precariamente asentada o quizás, como lo denunciarán republicanos exaltados, prueba irrefutable del giro del Libertador, embriagado por la ambición personal, empeñado en su proyecto monárquico y en la aprobación de la Constitución Boliviana?¹⁹

La figura del caudillo suplanta a la del monarca pero no subvierte sus atributos sino que se calca sobre ellos. La afirmación luminaria de Georges Lomné²⁰ propone una clave explicativa. Al igual que el soberano desaparecido, un aura trascendente lo envuelve. La autoridad del Libertador no es pues totalmente de este mundo. A mitad de camino entre la certidumbre e inmutabilidad de las verdades perennes que solo remiten a Dios y la variabilidad de los juicios de los hombres, su presencia le confiere un punto de anclaje al orden mundano, sustrayéndolo del cuestionamiento que embarga a los mortales, de sus juicios, siempre precarios y cambiantes. Elevar al Libertador al lugar del monarca, consagrarlo emperador, en un movimiento que recuerda a Bonaparte, no constituye pues un deslizamiento que subvierte el proyecto republicano atribuible simplemente a la veleidad y la ambición personal sino que evidencia esta

¹⁷ Memoria del Secretario del Interior José Manuel Restrepo, año de 1827. En LOPEZ DOMINGUEZ, Luis Horacio (Comp.). *Administraciones de Santander. 1826-1827*. Bogotá: Fundación Francisco de Paula Santander, 1990, T. 2, p. 234.

¹⁸ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 504r.

¹⁹ Esta mirada aparece lindamente expresada en la carta de José María Córdoba a Libertador del 22 de septiembre de 1829. AGN., Sección República, Fondo Historia, T.1, C.1, fls. 133 r. 140 r.

²⁰ LOMNÉ, Georges. *Le Lis et la grenade. Mise en scène et mutation de la souveraineté à Quito et Santafé de Bogotá (1789-1830)*. Thèse de doctorat en histoire, mimeo.

dimensión de su autoridad que irá aflorando a lo largo de la crisis que acompaña la emergencia del poder de la opinión sobre el territorio colombiano.

Los sucesos subsiguientes en Venezuela, el Sur de Colombia y el Perú atestiguan la erosión del halo carismático que hasta entonces había envuelto la autoridad del Libertador y que apuntalado en la eficacia administrativa de Santander y en su terco apego a la legalidad, había mantenido la autoridad del gobierno al margen de todo cuestionamiento. En este proceso, la extraordinaria fusión que se había operado en la dupla Bolívar/Santander entre trascendencia e inmanencia, entre el decisionismo voluntarista del caudillo y los derechos fundamentales, la ley y la constitucionalidad custodiadas por Santander, esa prodigiosa síntesis de carisma y racionalidad sobre la que se fundaba la legitimidad del gobierno se irá agrietando. En el proceso las tensiones que encubría irán aflorando. La crisis estará en consecuencia marcada por el desdoblamiento de este montaje. El registro de la soberanía, de la potencia pública entendida como dominación, como derecho de mando sin replica, encontrará una expresión liminal en las coyunturas dictatoriales mientras que las libertades individuales y el constitucionalismo buscarán abrirse paso en el 27 y el 30.

Desde julio brotan expresiones de los cabildos en apoyo al movimiento monárquico y la Constitución Boliviana que reclaman la anticipación de la Gran Convención encargada de la reforma de la constitución prevista para 1831²¹. Hasta entonces, la Constitución del 21 preservaba plena vigencia en los departamentos del sur. Sin embargo, a finales de agosto, Guayaquil “con todas sus autoridades y corporaciones al frente”²², resuelve “por un acto primitivo”²³ de su soberanía, concederle facultades extraordinarias al Libertador, encargándolo de la salvación de la patria y acuerda invitar a los demás departamentos de la república a abrazar su partido. El pueblo soberano acuerda en consecuencia facultar a Bolívar para convocar a la Gran Convención, al tiempo que decide no alterar el orden y la vigencia de las leyes hasta su regreso a

²¹ En los departamentos del Sur de Colombia, los pronunciamientos ocurrieron en las capitales departamentales: Guayaquil (6 de julio y luego el 28 de agosto de 1826), Quito (14 de julio) y Cuenca (31 de julio). Ver RESTREPO, José Manuel. *Historia de la Revolución...*, Op. cit., T. V, pp. 283-285 y 288.

²² PINEDA, Vicky; EPPS, Alicia; CAICEDO, Javier. *La Convención de Ocaña 1828*. Bogotá: Fundación Francisco de Paula Santander, 1993, T. 1, N° 4, pp. 119-121.

²³ *Ibidem*.

Colombia a encargarse de la dictadura.²⁴ Movimiento que será secundado por Quito, Panamá, Cartagena y Maracaibo en las semanas subsiguientes.²⁵

En todos ellos el temor a la desintegración se inscribe ahora en el marco de la experiencia reciente de los actores. La memoria de la guerra fratricida con su carga de sacrificios y de frustraciones constituye el resorte inmediato del pronunciamiento que se vislumbra de esta manera como una obligación que no admite vacilación y a la vez como un mecanismo orientado a exorcizar el peligro, una forma de recomposición de la unidad al nivel simbólico. A través suyo se reafirma la unidad de la comunidad de base, reiterando la confianza en sus autoridades, capaces de salvar al pueblo de los riesgos que lo amenazan, al tiempo que se refrenda el orden. En su Informe al Secretario del Interior sobre los sucesos en Venezuela y en el Sur, el intendente del Magdalena, Juan de Dios Amador, afirma por ejemplo:

“Yo tengo el placer de hacerlo de un modo satisfactorio para mi por q. si en medio de mil males yo tomé las riendas del Gobierno contaba con la docilidad de este Pueblo: en el momento calmó la agitación: consignó su confianza en sus Magistrados: creyó que ellos eran suficientes á tomar el partido que despejase el horizonte obscuro q. estaba ante sus ojos y lo salvase de los riesgos que lo amenazaban, sin tener

²⁴ PINEDA, Vicky; EPPS, Alicia; CAICEDO, Javier. La Convención de Ocaña..., *op. cit.*, T. 1, N° 6, pp. 129-133. Acta de Guayaquil: “.... Resoluciones: 1° consignar, como consigna desde este momento, el ejercicio de su soberanía por un acto primitivo de ella misma, en el padre de la patria, en Bolívar, que es el centro de sus corazones. 2° El Libertador, por estas facultades dictatoriales, y por las reglas de su sabiduría se encargará de los destinos de la patria, hasta haberla salvado del naufragio que la amenaza. 3° Libre ya de sus peligros, el Libertador podrá convocar la gran convención colombiana, que fijará definitivamente el sistema de la República, y de ahora para entonces Guayaquil se pronuncia por el código boliviano (...) 6° Entretanto que su excelencia llega a este departamento y se encarga de la dictadura, las autoridades actuales continuarán en el mismo orden y estado en que se hallan, conservando a toda costa la tranquilidad pública por el sistema actual, hasta que su excelencia dicte lo que convenga. El departamento de Guayaquil, resuelto a sostener este acuerdo, cree cumplir con los deberes sagrados de la naturaleza y de la política; y se entrega en las manos de su redentor...”

²⁵ Referencias a las actas subsiguientes de Quito (6 de septiembre de 1826), Panamá (13 del mismo mes), Cartagena y Maracaibo (celebradas en octubre del mismo año) se pueden encontrar en RESTREPO, José Manuel. *Historia de la Revolución...*, *Op. cit.*, T. V, pp. 288-290.

que presentar un acto que pudiese originar un desorden. En la convocatoria, en la reunión y en la conferencia, no se vio más que disputarse la moderación y el deseo de presentar un arbitrio en circunstancia amenazadora, y cuando todo fue concluido el placer, la paz y la armonía se vio marcada en los concurrentes”²⁶

Esta dinámica señala el movimiento a partir del cual se irá profundizando la crisis. El cuestionamiento al gobierno y a la Constitución de 1821 pone en evidencia la inestabilidad del orden político, la ausencia de un absoluto que lo apunte. La noticia aviva la amenaza de anarquía y disolución entre los pueblos ahora referida a la guerra fratricida. Estos reclaman entonces su derecho a instituirse. Una cadena de pronunciamientos que recuerda la secuencia juntista de la primera independencia se precipita. Ella evidencia la imposibilidad de los actores de asir la mutabilidad y el cambio propios de la política moderna, su apego a una visión monista del orden de matriz religiosa y su consecuente incapacidad de incorporar la heterogeneidad. Aterrados por la precariedad de un orden que se deja cuestionar, sujeto a la variabilidad de los juicios siempre aproximados, nunca bien completos, enfrentados a la debilidad simbólica de la política moderna²⁷, los pueblos buscan reconstituir su unidad primigenia. Movimiento en dos tiempos que incorpora la afirmación de su unidad interior y la determinación de su forma de articulación a la totalidad. A este último nivel, el proceso se acompaña de la redefinición de esta última que acompasa los procesos de creación de las naciones que irán surgiendo de la disolución de Colombia.

En noviembre una asamblea popular reunida en Caracas para tomar en consideración la crisis del gobierno general de la república señala su profundo alcance. La negativa de los departamentos a reconocer las disposiciones del gobierno de Colombia señala para los asistentes su disolución inminente:

²⁶ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, C. 2, fls. 504 - 508.

²⁷ Hannah Arendt propone una reflexión muy sugestiva sobre esta problemática del orden apuntalado en un absoluto. Ver ARENDT, Hannah. *Sobre la revolución*. Madrid: Alianza, 1988.

“El pacto social de Colombia se hallaba disuelto por la separacion de nueve departamentos (...) necesario atarlo con una nueva forma, invitando por conclusión al pueblo a constituirse...”²⁸

Se trata claro está de una invitación a constituirse en sentido absoluto.²⁹ Implica refundar la unidad política y la ordenación social, es decir definir un principio institutivo, acordar una forma de gobierno, y de manera más radical darle vida a un nuevo Estado, fundar una unidad política original. En la era liberal, este acto fundacional se identifica asimismo con la promulgación de una constitución escrita, una normatividad legal positiva surgida del poder constituyente de los pueblos cuyo sentido y finalidad debía orientarse hacia la consagración y preservación de las libertades individuales.

Entre los asistentes al convento de San Francisco se entrecruzan de manera muy interesante estas distintas acepciones. Siguiendo el artículo 16 de la *Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano*, Mariano Echezuría afirma por ejemplo que un gobierno sin división de poderes carece de constitución. Sin ese principio organizativo del poder, Colombia se halla desprovista de constitución:

“... no habiendo actualmente en la República un gobierno colectivo, ó compuesto de los poderes legislativo, ejecutivo y judicial, puesto que las cámaras estaban en receso, y probablemente no se reunirían en el período constitucional... debían constituirse estos pueblos...”³⁰

Al hacerlo propone crear uno o dos Estados.

“... añadió que en caso que así lo declarase esta asamblea, adoptando el sistema federal, por el que se ha decidido la opinion pública, creía inconveniente que los departamentos en que está dividida hoy la antigua Venezuela, formasen un solo estado, ó dos cuando mas.”³¹

²⁸ AGN., Sección República, Historia, T. 5, fls. 781r-785r. “Acta celebrada por la Asamblea Popular de Caracas presidida por el Excmo. Sr. general en jefe JOSE ANTONIO PAEZ, jefe civil y militar” (Caracas: en la imprenta de Valentin Espinal, año de 1826), precedida por una carta de José Sardá al Secretario del Interior.

²⁹ SCHMITT, Carl. *Teoría de la Constitución*. Madrid: Alianza, 1996.

³⁰ AGN., Sección República, Historia, T. 5, fls. 781r-785r.

³¹ *Ibidem*.

Constituirse no tiene pues la dimensión ideal del constitucionalismo moderno, no supone dotar al estado de una modalidad de organización del poder sino que reviste un sentido concreto, remite a la creación de entidades políticas. La constitución desde esta perspectiva es el Estado. Al cesar la constitución Colombia ha dejado de existir. Fundar una constitución nueva implica el surgimiento, tal como él lo propone, de uno o varios Estados nuevos.

Por lo demás la adopción del sistema federal exige repensar la relación de Caracas con los demás pueblos de la antigua Venezuela y con la gran Convención. La junta acuerda convocar asambleas primarias para la elección de diputados a un congreso constituyente de Venezuela.

La noticia del movimiento de Caracas desata una nueva ola de pronunciamientos locales. Los mecanismos de escenificación y refrendación de la unidad al nivel local se ponen en marcha: los cabildos asumen naturalmente la representación de los pueblos y refrendan su confianza en sus autoridades al tiempo que adhieren al acta del 7 de noviembre.³² Sin embargo el mecanismo pronto revela sus insuficiencias. En Puerto Cabello, el 21 de ese mismo mes, un pronunciamiento militar, seguido de un acta de la municipalidad inicia la contrarrevolución, proclamando obediencia a la Constitución del 21 y a las leyes.³³ Angostura lo sigue. En los primeros días de diciembre, mediante pronunciamientos militares y civiles, proclama fidelidad a la Constitución, bajo la protección del Libertador.³⁴ Mantecal, Guadualito y Achaguas adhieren, así como las parroquias de Bancolargo y Apurito.³⁵

En enero del 27 la presencia de Bolívar en Venezuela asegura temporalmente la unidad de la República y la vigencia de la Constitución. Entre tanto, la 3º división auxiliar del Ejército Libertador apostada en el Perú, donde había sido proclamada la Constitución Boliviana a principios de diciembre, se subleva, deponiendo a sus jefes. En Guayaquil, donde desembarca en abril, reitera su disposición a defender la libertad -una libertad que remite a la conciencia, articulada prodigiosamente a la opinión moderna-³⁶. Contra el pro-

³² En Valencia se celebró el 7 de noviembre de 1826 y en Cumaná el 26 del mismo mes. Ver RESTREPO, José Manuel. *Historia de la Revolución...*, Op. cit., T. V, pp. 329-333.

³³ *Ibidem*.

³⁴ *Ibidem*., 4 de diciembre de 1826.

³⁵ *Ibidem*., Mantecal, Guadualito y Achaguas en el Apure (18 de diciembre de 1826)

³⁶ Sobre esta temática ver: JAUME, Lucien. *La Liberté et la loi. Les origines philosophiques du libéralisme*. Paris: Fayard, 2000.

yecto dictatorial bolivariano y la fascinación en que las autoridades nombradas por el ejecutivo y gobernando en ejercicio de facultades extraordinarias tenían a los pueblos, el batallón reivindica su soberanía representada en los cabildos. Esta es en consecuencia la única autoridad que reconoce.

“Guayaquil por su propia conciencia y la opinion general, estaba oprimida en su opinion, cuando necesitaba pronunciarla en todo el lleno de los deberes. La 3a. division aucsiliar del Perú ha tocado sus playas, para romperle las cadenas; pero las autoridades que ejercian el mando facinaban al pueblo con ideas absolutamente contrarias á la libertad del proyecto (...) la división no conoce otra autoridad en estos departamentos que sus cabildos ...”³⁷

El pronunciamiento es seguido a los pocos días por un acta de la municipalidad que reproduce el viejo argumento de la inadecuación de la constitución³⁸ manifiesto en los pronunciamientos de Valencia y Guayaquil el año anterior. En esta ocasión se aduce un argumento de corte liberal: el ilustre cabildo, “representante natural del pueblo”, afirma haberse visto obligado a reunirse por que: “Autoridades nombradas por el ejecutivo de Colombia ejercían facultades inconstitucionales... vejaban y oprimían las libertades públicas”.³⁹ Las libertades como expresión de derechos naturales inalienables señalan el límite infranqueable al ejercicio del poder legítimo. Junto a esta variación en el argumento aparece otro muy revelador. En esta ocasión los cabildantes afirman que las autoridades han desamparado a la capital y el pueblo ha quedado acéfalo. En consecuencia, “convencida de que la salvacion de la pátria es la primera de las leyes”⁴⁰ la corporación afirma su derecho a completarse, dándose una cabeza.

Este cruce de argumentos, esta yuxtaposición de motivos propone una clave explicativa de la dinámica política en curso. La legitimidad del poder solamente se plantea como problema radical cuando la política se despoja de toda referencia divina y se insinúa como un dominio inmanente, una esfera

³⁷ AGN., Sección República, Historia, T. 5, fls. 14v y 15r.

³⁸ AGN., Sección República, Historia, T. 1, fls. 154 y sgtes.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*.

en la que los hombres se hallan librados a sí mismos.⁴¹ Solamente entonces, cuando el orden jurídico-político se concibe como obra humana disociada del orden trascendente, emergen interrogantes en torno a la fundamentación del poder, de la ley y la obediencia. En la era liberal, en contravía con la soberanía que afirma la verdad que detenta la potencia que comanda, atributo por el que una vez pronunciada la autoridad, fuente de la ley y de la justicia, ella se imponía por su propia luz, la libertad de juzgar, el prodigioso poder de la opinión comprende los mandatos públicos, alcanzando el poder al que cuestiona en su legitimidad.⁴² Esta experiencia de la libertad aboca a la pluralidad, a la contingencia y al cambio. Para los contemporáneos, fuertemente imbuidos de un imaginario monista de raigambre religiosa, que reconocía detrás de la aparente diversidad del mundo un único principio rector, reflejo del principio constitutivo del universo, testimonio de la anterioridad y supremacía de Dios sobre todas las cosas que encontraban en él su fuente y finalidad, esta vivencia aparece asociada a una pérdida de la referencia integradora representada en la cabeza y provoca una reversión de la soberanía. Al igual que los pronunciamientos anteriores, las noticias del levantamiento de la 3era división desatan una avalancha de pronunciamientos. Los cantones de la provincia amenazados por la anarquía reasumen su soberanía, derecho derivado de la facultad inalienable que los asiste para proveer a su seguridad y tranquilidad, y en una dinámica orientada a reconstruir la unidad desde abajo, se unen al acta de Guayaquil.⁴³

Este movimiento no es desde luego nuevo. Estas soberanías yuxtapuestas que se manifiestan ahora plantean sin embargo interrogantes. La noción de un poder fragmentario del que participan las comunidades territoriales que deja traslucir se inscribe efecto en un registro ajeno a la noción moderna de la soberanía. Bodino⁴⁴ describió por primera vez esta fuerza que no admitía ren-

⁴¹ Sobre la política moderna como política immanente, ver Norbert LECHNER, *Los patios interiores de la democracia, Subjetividad y política*, México, FCE, 1995.

⁴² La verdad soberana, en palabras de Lucien Jaume, es irrecusable. Para esta temática, ver: *La Liberté et la loi. Les origines philosophiques ...*, Op. Cit., p. 74 y *L'Individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français*. Paris: Fayard, 1997, Cap. III, pp. 170 y sgtes.

⁴³ RESTREPO, José Manuel. *Historia de la Revolución...*, Op. cit., T. VI, pp. 33-37.

⁴⁴ BODIN, Jean. *Les Six livres de la république*. Lyon, 1576.

dición de cuentas ante ningún poder humano, pero quizás en Hobbes⁴⁵ encuentra su expresión más acabada como potestad unitaria, perpetua, indivisible y absoluta. Rousseau⁴⁶ después de él, la refiere a una persona colectiva y abstracta: el pueblo de ciudadanos. La soberanía remite la potencia pública a un único centro de poder. Se trata de una fuerza anónima e indivisible, un dato fijo inscrito en un ámbito territorial que no conoce gradaciones ni desarrollos.⁴⁷ Estos fragmentos de soberanía naturalizada que buscan su agregación a una totalidad mayor se inscriben en cambio en el marco de una ordenación jerárquica. En ellos se adivinan los atributos de un orden de precedencia con su pluralidad de cuerpos diferenciados, de dignidades y preeminencias. Pero el carácter cuantitativo y comparativo de la majestad no se deja traslucir como si hubiera obrado un deslizamiento hacia una noción de potestad abstracta e indiferenciada. Las soberanías de los pueblos aparecen en efecto homogeneizadas pero la idea de una agregación, de una unidad federativa se mantiene viva y orienta el proceso que se pone en marcha con cada pronunciamiento.

Ante la vacancia del poder, la municipalidad al tiempo que afirma la soberanía del pueblo y se reconoce como su representante natural se repliega de manera muy interesante, renunciando a tomar su voz. Convocado a asamblea parroquial el pueblo emerge entonces como público reunido en ejercicio de su función soberana:

“En seguida la corporacion, deseando seguir la marcha de los gobiernos libres, consultó al mismo pueblo, qué persona consideraba idónea para ejercer las funciones de la administracion departamental, en los ramos político, y militar y por un acto aclamatorio, repetido y uniforme se pronunció el pueblo por el ilustrisimo Sr. gran mariscal D. José de Lamar, fundando la eleccion en las virtudes, crédito, y origen del espresado señor.

⁴⁵ HOBBS, Thomas. *Leviatan: la materia, forma y poder de una república, eclesiástica y civil*. Madrid: Alianza, 2002.

⁴⁶ ROUSSEAU, Jean Jacques. *El contrato social: discurso sobre las ciencias y sobre las artes. Discurso sobre el origen y los fundamentos de la desigualdad entre los hombres*. Buenos Aires: Losada, 2003.

⁴⁷ THOMAS, Yan. “L’Institution de la majesté”. *Revue de synthese*, N° 3-4, jul-dic.1991, pp. 331-386.

En su consecuencia, el cuerpo municipal, lo eligió por tal gefe de la administracion política y militar de todo el departamento...”⁴⁸

La función electiva despliega entonces su aptitud para borrar toda expresión de heterogeneidad. La pluralidad social se transmuta en efecto mediante la elección en unidad perfecta. El presupuesto encubierto de esta alquimia es la unanimidad de la voz pública. Este precepto no es desde luego nuevo. El imperativo ético de la política, su obligación de realizar principios que se tenían por verdades inspiradas por Dios constituía una exigencia de la que la política no había conseguido sustraerse. Ahora aparece reforzado por el imperio de lo público y la realización de la virtud que lo acompaña. El pueblo reunido al manifestarse se inclina en efecto natural y unánimemente por ésta. La elección toma así la forma de un acto que puede ser sino “aclamatorio, repetido y uniforme”⁴⁹ por el que la autoridad recae necesaria y naturalmente sobre la virtud manifiesta. Mediante su elección/aclamación el pueblo se da una cabeza virtuosa que lo completa y lo redime del peligro de desintegración. El texto del acta de Guayaquil concluye de manera muy ilustrativa afirmando:

“1°. Que una sociedad no puede ecsistir acéfala, sin que el órden público peligre inmediatamente.

2°. Que en las críticas circunstancias actuales es indispensable la respetabilidad y crédito de las autoridades, reuniendo el amor y confianza de los pueblos.

3°. Que el de Guayaquil unánime, y aclamatoriamente la ha propuesto la ilustre municipalidad para el ejercicio de las funciones administrativas, políticas y militares al Sr. gran mariscal D. José de Lamar.”⁵⁰

El movimiento de Guayaquil se define como afirmación de la libertad. El origen militar del pronunciamiento amenaza en consecuencia su legitimidad. Es pues preciso reafirmar que el poder de la fuerza se supedita y pliega en todo momento a la autoridad de los cabildos, circunscribiéndose a la tutela de las libertades públicas consagradas por aquéllos. Este orden que no persigue

⁴⁸ AGN., Sección República, Historia, T. 1, fls. 154 y sgtes.

⁴⁹ *Ibidem.*

⁵⁰ *Ibidem.*

la potencia y brillo del estado, su gloria, sino la libertad⁵¹ asociada a la protección de los ciudadanos contra los abusos del poder público, parece describir el *thelos* de la constitución liberal. El acta militar del 16 de abril que inaugura el movimiento, suscrita por el comandante general, Juan de Elizalde arranca de manera muy ilustrativa así:

“Hé considerado que jamás ejercería la influencia del empleo de que estoy encargado, de un modo mejor, ni mas digno de un pueblo libre, que cuando hiciese conocer á la fuerza armada, que su formidable poder lo ha recibido para indemnizar las libertades públicas”⁵²

Y agrega:

“En este conflicto ha sido preciso hacer un esfuerzo en auxilio de su opinion oprimida, y la fuerza armada de la guarnicion se ha prestado gustosa á este saludable objeto. Guayaquil es libre. El Ilustre Cuerpo Municipal, que tiene una parte de su representacion, deve inmediatamente escuchar sus votos, para que en ningun tiempo, se diga que la transformacion se ha hecho por solo el impulso de la fuerza. Desde este momento la fuerza publica solo se reconoce con actividad para cumplir las ordenes que reciva de las autoridades que se constituyan popularmente”.⁵³

Esta correspondencia entre poder civil y militar marca la estructura general de éste y de todos los pronunciamientos. En cada lugar, cabildo y milicia se pronuncian a una sola voz. El primero dándole expresión a la voluntad del pueblo, el segundo refrendando mediante la fuerza la expresión de las libertades de los pueblos. Desde el cuartel general de Montecristi el 6 de abril de 1827 en comunicación al jefe superior general de brigada José Gabriel Pérez, el jefe de la división insurrecta afirma:

“... la division no conoce otra autoridad en estos departamentos que sus cabildos: como colombianos han elegido estos departamentos para

⁵¹ MONTESQUIEU. *L'Esprit des lois*. lib. XI, caps 5 y 7.

⁵² AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 158r.

⁵³ AGN., Sección República, Historia, T. 5, fls. 14v y 15r.

ecistir, y como soldados de la libertad han logrado sostenerlos en aptitud que puedan manifestar francamente su opinion á la faz del mundo entero”.⁵⁴

El movimiento se proclama como un momento de la lucha de la libertad contra la tiranía, ahora encarnada en Bolívar. Esta referencia a la independencia, refuerza su sentido y lo reviste de un potencial extraordinario. Elizalde no duda en advertirlo:

“En esta provincia ha tenido la Division la acogida que debe suponer V. S. la misma que tendrá en esa capital, y en todos los pueblos de Colombia: recuerdo â V. S. la suerte de Iturbide, é igualmente por los colombianos que componen esta division hace mucho tiempo que han jurado ser libres ó no ecsistir: recuerde V. S. tambien cuan descabellado era para los mandatarios españoles nuestra pretencion de ser libres; mas ella se ha realizado. Quiera Dios que jamas se diga que un colombiano ha traicionado su patria; y así es que, espera esta division ver llegar muy pronto el dia, no solamente en que nos consolidemos, sino en el que S. E. el Libertador, apareciendo el modelo de los mejores ciudadanos, mediante el paso indicado, sea la gloria eterna de Colombia”⁵⁵

La libertad, eje de la reivindicación que organiza el levantamiento y le confiere su legitimidad, aparece como un anhelo colectivo, una fuerza irrefrenable, un propósito impostergable, sellado por los sacrificios pasados y por venir.

“Conosemos la uniformidad de vuestros sentimientos con los nuestros. Sostengamos pues á una la causa mas justa, noble, y gloriosa que puede jamas interesar á un ciudadano, la de la Libertad. No se manche de ningun modo la dignidad, y decoro de la Republica con el borron feisimo de la Dictadura, que si abominable, é ignominiosa en si, es enteramente opuesta á la sabia, y liberal Constitucion que nos rige. Colombianos ! Unamos estrechamente en intenciones y esfuerzos, por la Salud de la Patria, fuera de nosotros el interes particular, y todo espiritu de partido. Nuestro mote sea siempre

⁵⁴ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 158r

⁵⁵ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 158v.

Congreso, Constitucion. Asi se perpetuará nuestra gloria, y habremos desempeñado cumplidamente nuestros mas sagrados derechos...”⁵⁶

Sin embargo, detrás de estas afirmaciones de adhesión a un liberalismo que no parece admitir duda -la aserción de un estado de derecho en contraposición a un estado de fuerza, la referencia al Congreso y a través suyo a la doctrina de la división de poderes y la insistencia sobre la Constitución que alberga el ideal de un sistema de garantías de la libertad individual- aparecen indicios que señalan la persistencia de otra idea de libertad acorde con la concepción holista de la comunidad.

“... Comprometido en el plan de formar el grande Imperio de las Republicas Colombia, Perú y Bolivia, y la que ultimamente observa en Colombia, nos ha hecho convencer que S. E. el General Bolivar en el dia, no piensa en la felicidad de los Pueblos que tantos sacrificios han hecho por la libertad vajo su direccion: de estos pueblos en que su nombre hera tan respetado como adorado, y solo piensa en el horrible plan de esclavizarlos...”⁵⁷

En su comunicación al secretario del Interior remitiéndole copia del acta del 16 de abril de 1827, la municipalidad insiste sobre la misma idea:

“De éste modo Sr. Ministro, los mismos ajentes del gobierno no contentos con alarmar las costumbres publicas, ejercen vejaciones sobre estos pueblos, los han degradado, hasta hacerlos el blanco dela ira entre los propios, y del desprecio, y abyeccion entre los estraños. Esta cadena de males cada dia robustecia sus eslabones, y el pueblo de Guayaquil se creyó eternamente reducido ala condicion de las antiguas provincias romanas. La Municipalidad, Sr. Ministro, nada pondera, nada dise respecto delos insultos efectivos que aquejan á este pueblo. La miseria á que sele ha constituido, es uno de sus menores males; sino lo huviesen hecho insoportable otros actos repetidos, que le afrentaban con la esclavitud a que sele habia degradado.”⁵⁸

⁵⁶ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 5, C 1, fo. 4.

⁵⁷ AGN., Sección República, Fondo Historia. T. 5, C 1, fo. 15r.

⁵⁸ AGN., Sección República, Fondo Historia. T 5, fls 18-22. Comunicación de la Municipalidad de Guayaquil al Secretario del Interior donde se envía copia del acta del 16 de abril de 1827 y se justifica dicha acción.

Pocos días después al elevar su acta al secretario del Interior, Guayaquil señala nuevamente que su pronunciamiento había sido motivado por la desidia y el descuido de las autoridades que la mantenía degradada al estado de esclavitud y que ante el levantamiento de la tercera división en el Perú el 26 de enero anterior éstas se habían rehusado a protegerla política y militarmente. Ante la inminencia de la invasión, denuncia las execraciones y persecuciones de las autoridades que finalmente abandonaron la capital.⁵⁹

Esclavitud y degradación. La contraposición sirve para apuntalar una idea de libertad próxima a la libertad civil del ideal clásico de *civitas libera*.⁶⁰ Aquí aparece además apoyando el proyecto independentista, dándole sentido, de la misma manera que éste ideal había servido a la independencia de las colonias de América del norte.⁶¹ La libertad del cuerpo político se vislumbra en efecto por analogía con el cuerpo natural como manifestación de la autonomía, de la capacidad de obrar sin sujeción a la voluntad de otro.⁶² Cuando las autoridades se separan de la voluntad de los pueblos, cuando éstos no prestan su consentimiento a la elaboración de las leyes que rigen sus movimientos, caen indefectiblemente en la esclavitud. En esta construcción, tan ajena al liberalismo decimonónico, libertad civil y obligación política no son antitéticas sino coincidentes.

Los justos deseos de los pueblos

El 25 de julio del 27, Guayaquil siguiendo el camino que unos meses antes había trazado Valencia, se proclama partidaria de un gobierno federal, sin re-

⁵⁹ AGN., Sección República, Fondo Historia. T 5, fls 18-22. Comunicación de la Municipalidad de Guayaquil al Secretario del Interior donde se envía copia del acta del 16 de abril de 1827 y se justifica dicha acción. Ver en particular fo. 19 v “Un pueblo esclavo solo cree ganar para sus amos”

⁶⁰ Tesis que tiene su origen en el derecho y la moral romanas, que fue readoptada por el republicanismo durante el Renacimiento particularmente por Maquiavelo y por los partidarios de Cromwell en Inglaterra y más tarde sirvió para justificar la independencia de las colonias inglesas. Ver, SKINNER, Quentin. *La liberté avant le libéralisme*. Paris: Seuil, 2000.

⁶¹ *Ibidem*.

⁶² *Ibidem*., pp. 33 y sgtes. Toda persona que depende de la voluntad o “buena voluntad” de otro se encuentra en un estado de *obnoxius*, expuesto perpetuamente al sufrimiento y al castigo, viviendo como subordinados. Salustio señala que vivir en esa condición es vivir privado de libertad civil. Seneca define la esclavitud en términos semejantes: estado en el que los cuerpos de personas son *obnoxia*, se encuentran a merced de sus maestros, a quienes están atribuidos. Tácito emplea el mismo concepto para referirse a quienes viven a merced de otros, dependientes, habiendo renunciado a su libertad.

nunciar a su pertenencia a la nación colombiana.⁶³ Para entonces se vislumbra ya la unidad de los departamentos del sur. Dos argumentos se esgrimen para apuntalar estas determinaciones: la negativa del gobierno a responder a sus demandas, en particular la persistente reivindicación de una reforma de la constitución y la escasa legitimidad del congreso nacional donde los departamentos de la antigua Venezuela y los distritos del sur estaban sub-representados.

El constituyente de 1821 había diferido expresamente toda disposición de reforma de la carta fundamental hasta 1831. La anticipación de la convención nacional animó en consecuencia un profundo debate en torno a la aptitud del constituyente para autolimitarse y consecuentemente sobre la legitimidad de una constitución resultante de un poder convocado en contravía con las disposiciones constitucionales vigentes. Algunas provincias denunciaron la ilegitimidad de la que participaría un texto cuyo trámite estaría viciado en su origen. Incapaces de redimirla de esta falla refirieron la fuente de su legitimidad a la Constitución vigente:

“Sean cuales fueren las miras de los que anhelan reformas prematuras de la Constitucion, Boyacá jamas secundará un procedimiento que daría un golpe funesto á la estabilidad de la Republica, que quitaría el caracter de sagrado é inviolable á cualquier codigo constitucional, y que haría créer que los Colombianos tenian una versatilidad pueril que los pondría en la incapacidad de constituirse con solidez. Si algunas municipalidades y autoridades en otros departamentos han creído tener facultades para proclamar la dictadura y provocar la reunion de una asamblea general que reforme desde luego la constitucion, apesar de no haber llegado el periodo que ella señala, las del departamento de mi mando al paso que ven en la constitucion los medios de ensanchar en casos urgentes los li-

⁶³ AGN., Sección República, Fondo Historia. T 5, fls. 193r. “9º Que el Departamento no solo se halla actualmente en aptitud de elegir la forma de Govno. que mas le convenga a su felicidad, y seguridad, si nó que havdo. congedo. en el memorable nueve de (roto) tubre de mil ochocientos veinte, su independa. y libertad porsus propios esfuerzos, se cree con mas derecho que el imprescriptible que tienen los pueblos de formar una Familia y de constituirse, remobiendo los obstaculos que se le presenten aun que sea resistiendo a la fuerza que los oprima. 10º. Quehavdo. sido siempre nuestra voluntad el constituirnos por nosotros mismos, y unirmos á los demas Departamentos qe. tambien lo desean ardientemente, hemos tenido á bien y necesario declararnos, como desde luego nos declaramos por la forma de Gobierno Federal...”, Acta de la Municipalidad de Guayaquil de 25 de julio de 1827.

mites de poder, sin debilitar la sancion popular, sin hacer dormir las leyes, y sin recurrir á un remedio que sepulto la libertad de Roma, conocen que no teniendo otras atribuciones que las que les dan las leyes, no han recibido para esto mision alguna del pueblo, que un tal acto sería atentatorio contra el fundamento mismo de su autoridad y de su representacion, y que jamas podria ser el orijen de un poder lejítimo...”⁶⁴

El debate no tuvo solamente como eje el reconocimiento del principio democrático que hacía del pueblo el sujeto del poder constituyente sino que le dio una expresión particular a la tensión entre lo que Pierre Rosanvallon ha llamado el pueblo principio y el pueblo real.⁶⁵ No se trataba en efecto únicamente de preguntarse por el alcance del principio que refería la soberanía al pueblo, por su aptitud para colocarse antes y por encima de cualquier disposición legal o constitucional que supusiera una limitación a su potencia sino que planteaba un interrogante radical por el pueblo en tanto sujeto político y por su representación. La soberanía popular describe en efecto una potencia vacía. Su densidad política se afirma sobre su indeterminación sociológica. El pueblo soberano presupone la igualdad radical de sus componentes. Esta encuentra plena realización por la vía de la abstracción que los despojaba de sus atributos singulares para reintegrarlos a la política a partir de la ciudadanía. Esta alquimia exige borrar todo rastro de sus formas concretas de organización. Desde esta perspectiva, los pronunciamientos fueron denunciados. Se afirmaba que discurrían al margen de la legalidad y que adolecían de una incapacidad para representar la verdadera opinión del pueblo. En sus consideraciones al Congreso para objetar el proyecto de ley que convocaba a la convención constituyente en agosto del 27, Santander afirmaba:

“Allí se asegura que *la opinión pública se ha dividido sobre la conveniencia de las actuales instituciones, y se han emitido votos por su reforma*. ¿En dónde se ha pulsado la opinión pública? Esas actas ilegales y tumultuarias cuyo origen nadie desconoce, esos periódicos

⁶⁴ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 5, fo. 852.

⁶⁵ ROSANVALLON, Pierre. *Le Peuple introuvable...*, Op. cit, pp. 35 y sgtes.

que han dictado el odio y las personalidades, esas asonadas de que la milicia ha dado repetidos ejemplos, permítame el congreso decir que son fuentes turbias en las cuales no se puede tomar la verdadera opinión nacional de un pueblo...”⁶⁶

El Congreso vio en la voluntad de los pueblos la expresión la voluntad popular y proclamó la doctrina que hizo del Pueblo el sujeto del poder constituyente, reconociendo su potestad constitutiva como un derecho inalienable. De esta manera lo colocó antes y por encima de todo precepto constitucional abriéndole paso a la Constituyente. Por este camino todas las atribuciones y poderes quedaron sujetos a él. Pero al tiempo que reconoció este precepto fundamental de la doctrina democrática, reafirmó la tesis de la representación de su soberanía que había consagrado en la Carta del 21 y refirió una vez más la formulación de la constitución por venir a un cuerpo constituyente. De esta manera, la tensión entre pueblos y pueblo se trasladó a las elecciones de los diputados que debían concurrir a Ocaña y a la naturaleza misma de la representación que ella debía instaurar.

Enfrentada a la exigencia de realizar la unidad, la Convención dejó ver los límites del dispositivo que buscaba figurar al Pueblo como Uno mediante la abstracción ciudadana. Para los contemporáneos la igualdad de los hombres no está referida únicamente a sus derechos sino también a sus opiniones. El orden demandaba en consecuencia una homogeneidad sustantiva que ella no consiguió realizar. Escindida entre facciones, atrapada entre denuncias de elecciones fraudulentas, suspende sus sesiones sin realizar el objeto de conferirle a la república un nuevo marco constitucional⁶⁷.

De esta manera, la secuencia de pronunciamientos que proponía re-instituir a las comunidades de base y refundar la unidad política, esta dinámica

⁶⁶ PINEDA, Vicky; EPPS, Alicia; CAICEDO, Javier. *La Convención de Ocaña ...*, Op. cit, T. 1, N° 22, p. 198 (las itálicas son del original).

⁶⁷ La Convención se instaló en Ocaña, provincia de Santa Marta, el 9 de abril de 1828 y se levantó el 11 de junio de ese mismo año.

que se ofreció como una federación de pactos entre comunidades territoriales al modo del viejo pactismo⁶⁸ fue gradualmente suspendiendo la vigencia de la constitución sobre el territorio nacional.⁶⁹

“Dura cosa es decirlo; pero nos hallamos en la necesidad de manifestar que la constitucion de 1821 es abiertamente desobedecida en muchas partes del país, irrespetada en otras, y mirada con indiferencia y atacada descaradamente casi en todas... No es probable que un gobierno, como sucede desgraciadamente con el nuestro, cuyos actos no tienen fuerza en una muy considerable y la mas importante seccion de la República, cuya autoridad es desconocida en otras, y cuya ecsistencia depende acaso, mas de la debilidad y division de los que se le oponen, que de su propia fuerza, continúe por mas tiempo, bajo cualquiera respecto: ni es del interes de aquellos para cuya seguridad personal se estableció, que esto suceda cuando ya ha dejado de ser adecuada al fin para que se instituyen todos los gobiernos. En cualquier sistema es necesario, al menos, que los poderes del gobierno delegados por el pueblo, tengan una fuerza moral que hagan respetar sus ordenes, y una fuerza fisica que las haga obedecer. Si asi no fuere, falta el fin para que se establecieron, y el depósito que el pueblo hace de sus naturales derechos para obtener ciertos goces, es innecesario y mas que inútil.”⁷⁰

⁶⁸ DEMELAS-BOHY, Marie-Danielle. “Pactismo y Constitucionalismo en los Andes” en ANINNO, Antonio; CASTRO LEYVA, Luis y GUERRA, Francois-Xavier. *De los Imperios a las naciones: Iberoamérica*. Madrid: Ibercaja, 1992.

⁶⁹ “Fieles al juramento que han prestado, prometen de nuevo sostener la constitucion y las Leyes, y obedecer al Gobierno constituido, sin separarse un solo punto del sendero que señala el Codigo fundamental, obra de sus votos y bace de su felicidad. Sean cuales fueren las miras de los que anhelan reformas prematuras de la Constitucion, Boyacá jamas secundará un procedimiento que daría un golpe funesto á la estabilidad de la Republica, que quitaría el caracter de sagrado é inviolable á cualquier codigo constitucional, y que haría créer que los Colombianos tenian una versatilidad pueril que los pondría en la incapacidad de constituirse con solidez. Si algunas municipalidades y autoridades en otros departamentos han creído tener facultades para proclamar la dictadura y provocar la reunion de una asamblea general que reforme desde luego la constitucion, apesar de no haber llegado el periodo que ella señala, las del departamento de mi mando al paso que ven en la constitucion los medios de ensanchar en casos urgentes los limites de poder, sin debilitar la sancion popular, sin hacer dormir las leyes, y sin recurrir á un remedio que sepulto la libertad de Roma, conocen que no teniendo otras atribuciones que las que les dan las leyes, no han recibido para esto mision alguna del pueblo, que un tal acto sería atentatorio contra el fundamento mismo de su autoridad y de su representacion, y que jamas podría ser el origen de un poder lejítimo. El Departamento de Boyacá está convencido de que aunque nuestro codigo tubiese los defectos contra que se

Finalmente sobre el vacío constitucional que se crea con el fracaso de la Convención de Ocaña, se abre paso la dictadura.

Un gobierno basilante arruina para siempre⁷¹

El 13 de junio de 1828, Bogotá se pronuncia desconociendo los actos de la Convención⁷² de la que dos días antes se había levantado un conjunto de diputados alegando que su permanencia en ella se ofrecía como un medio para el triunfo de las intrigas y maquinaciones de las facciones que habitaban en su seno. Apelando al Libertador como único medio capaz de evitar la guerra civil y los horrores de la anarquía, toma “sobre sí la salvación de la patria, la custodia de su gloria y de su unión, creando una autoridad que aniquile la anarquía y le asegure la dicha, independencia y libertad”.⁷³

Al igual que en ocasiones anteriores, éste movimiento desata una avalancha de pronunciamientos orientados a reconstituir la unidad desde arriba, mediante el reconocimiento unánime del Libertador, padre y salvador de la patria. El ritmo de esta secuencia está marcado por la estructura territorial de la repú-

declama, ellos podrian rmediarse en los terminos que prescribe el art. 190 y que asi en el caso de que no se remediase seria menos mal sufrir sus consecuencias por cinco años que dar un ejemplo fatal de nuestra inconstancia y de nuestro ningun respeto á nuestros juramentos. El departamento de Boyacá que teme igualmente la anarquia y el despotismo, ve que sola la Constitution es la que puede librarnos de uno y otro escollo recordando con gozo los servicios importantes que ha prestado á la causa de la libertad, y los sacrificios costosos que ha hecho porque se consolide el orden, y se funde indestructiblemente el reino de las leyes, jamas aprobará los deseos de los que quieran destruirlo, no manchará su conducta patriótica coadyudando las ideas que no sean conformes con las reglas establecidas por la nacion. En todo caso los havitantes del departamento que tengo el honor de mandar renovarán gustosos sus sacrificios, inmolarán sus fortunas, y derramarán su sangre por sostener el código de su livertad, y no permitir se holle el libro santo que ha dado el ser á la Republica, y que la ha presentado ante las naciones majestuosa y triunfante”.

⁷⁰ AGN., Sección República, Fondo Historia, T.5, fls. 116r. El Constitucional N° 143.

⁷¹ “Representación de los Havitantes de la provincia del Chimborazo”, AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 5, fol. 306r.

⁷² PINEDA, Vicky; EPPS, Alicia; CAICEDO, Javier. *La Convención de Ocaña...*, Op. cit., T. 2, pp. 283-286.

⁷³ *Ibidem.*, T. 3, pp. 5-6. “El Libertador aprueba el acta de Bogotá” en Gaceta de Colombia, N° 353, Bogotá, 1828 (22/6).

blica. El acta de Bogotá resuena en las capitales de departamento, desde dónde se invoca a cantones y parroquias a manifestar su adhesión al caudillo.⁷⁴

En ocasiones los pronunciamientos tienen origen en la milicia, pero pronto se extienden para abarcar a las autoridades civiles y desde allí se proyectan sobre su jurisdicción:

“Habiendo recibido el pronunciamiento solemne hecho en la Capital de Bogotá á trece de Junio del presente año la mandó publicar en diez del corriente con el aparato necesario concurriendo a dicha publicacion el Escuadron de Caballeria de Milicias de esta Villa, el Piquete de Ynfanteria ausiliar que recide en ella, y la mayor parte o casi toda de los Vecinos de ambos secsos en donde manifestaron todos á una voz con repetidos vivas y aclamaciones adherirse en todas sus partes al espresado pronunciamiento de la Capital. No obstante esta publica y jeneral demostracion del Vecindario ; y considerando el mismo Jefe que para resolver debidamente sobre el pronunciamiento de esta Villa, era precisa y necesaria la concurrencia de los SS. Curas, Alcaldes, y demas personas visibles de las siete Parroquias comprensivas á ella : mando convocarlas publicando y circulando la Proclama, y auto que copiados á la letra, son del tenor siguiente ... Atended pues á la Crisis presente, y depositad vuestra confianza en el Anjel tutelar SIMON BOLIVAR.”⁷⁵

Como en un juego de dominó los pronunciamientos de los pueblos responden al acta originaria, e incluso con frecuencia guardan su estructura.⁷⁶ Conformándose a la declaratoria de la cabecera inmediatamente superior, reflejo a su vez de la de la capital, desconocen las resoluciones de Ocaña, viciadas por “las sugerencias del espíritu de partido”⁷⁷, revocan en consecuen-

⁷⁴ *Ibidem.*, El Socorro se pronuncia el 17 de junio de 1828, Chiquiquirá el 18, Tocaima ese mismo día, seguida por las parroquias del cantón. Viotá el 20 de junio, Piedecuesta el 21, Guateque y San José de Nilo el 22, Cartagena el 23, Bucaramanga el 24, Mariquita el 25, Guaduas el 26, Riohacha el 30; Marinilla y Mérida el 1 de julio, Medellín el 3 y así sucesivamente.

⁷⁵ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 5, fo.348. Acta de Otavalo, 13 de julio de 1828.

⁷⁶ Ver por ejemplo las actas de Bogotá, Tunja, Mariquita y El Socorro entre otras en PINE-DA, Vicky; EPPS, Alicia; CAICEDO, Javier. *La Convención de Ocaña...*, op. cit., T. 3.

⁷⁷ *Ibidem.*, T. 3, pp. 3-4. Noticia sobre el acta del 13 de junio de 1828, Gaceta de Colombia, N° 352, Bogotá, 1828 (19/6).

cia los poderes a sus representantes en la Convención, denunciando en ocasiones el origen fraudulento de su elección⁷⁸ y revisten al Libertador de todas las facultades por un tiempo indefinido:

“... impuestos en el pronunciamiento solemne hecho en la Ciudad de Bogotá Capital de la República, en 13 de Junio, y allandose este acto por el mas asertado, y capas para la Felicidad de Colombia, una aclamacion que tanto decia este pueblo por la Justicia á nuestro Libertador Precidente, á quien le deve toda la Republica su existencia politica, en alta voz dijimos 1º Que aprovamos la acta echa en Bogotá, y que protestamos no obedeser, y que de ningun modo obedeseremos qualesquiera Autos, y reformas que emanen de la Convencion reunida en Ocaña, como que no son ni pueden ser le exprecion de la voluntad general. 2ª Que por ello rebocamos los poderes á los Diputados por la provincia de Tunja en la Convencion reunida en Ocaña que jugsamos ilegítima, y cuyos diputados deben retirarse inmediatamente de aquel cuerpo. 3ª Que el Libertador Presidente se encargue exclusivamente del mando Supremo de la Republica con plenitud de facultades que por nuestra parte le consedemos en todos los ramos, los que organisara del modo que jugsé mas combeniente para curar los males que interiormente aquejan la Republica Conservar la union, asegurar la independencia, y restablecer el credito exterior, cuya Autoridad exersera hasta que estime oportuno convocar la Nacion en su representacion”⁷⁹

Bolívar revestido de un carácter excepcional propone una forma de realización del imperativo unanimista. El Libertador es uno y único. Entre él y su pueblo obra un misterio semejante al que media entre Dios y los cristianos.

⁷⁸ *Ibidem.*, T. 3, pp. 283-286. El “Acta de Pronunciamiento de Bogotá que desconoce la Convención de Ocaña” afirma: “cuarto, que las elecciones de los diputados por la provincia de Bogotá para la convención se hicieron con vicio y nulidad, y de ningun modo fueron obra de la mayoría de la capital y su provincia, la que las juzga ilegítimas”. El argumento tiene un giro muy interesante cuando la ilegitimidad de la elección se asocia a la parcialidad de los elegidos. Ver, por ejemplo, “Acta de la Municipalidad de Piedecuesta”, pp. 17-18. “Primero, que la gran convención, convocada y reunida en el ardor y agitación de los partidos, no podrá hacer la felicidad de la República, que esto se previó desde que fueron electas para ella las personas menos imparciales...”.

⁷⁹ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fls. 770 y sgtes. Las parroquias de Macanal, San Fernando y Chinavita acogen la decisión de la cabecera de cantón.

Los pueblos se declaran dispuestos a sacrificar sus intereses y a verter su sangre por él, porque la sangre y la vida del Libertador son las suyas⁸⁰. De esta manera, ellos viven en él y en su inmortalidad se realiza la perennidad y trascendencia de Colombia.

“Habitantes de Boyaca: el silencio que hasta ahora habeis guardado sin pronunciaros en el actual conflicto en favor del jenio a quien debeis vuestra independencia, os expone sin duda á merecer algun dia el feo titulo d ingratos: Vosotros no ignorais el inicuo pago con que algunos colombianos desnaturalizados han pretendido recompensar los heroycos servicios del INMORTAL BOLIVAR. Y es posible que los hijos predilectos de la patria toleren con indiferencia las injurias que se hacen á su querido Padre? No, no: esto no es propio de vuestra lealtad, y solo debe esperarse que os resolvais á defender á todo transe su inmarcesible fama. Hijos de Boyaca: vosotros fuisteis los primeros en alistaros á las vanderas libertadoras de la opresion, y habiendo tenido una parte tan preferente en la rejeneracion del mundo colombiano, os está cometida la sagrada obligacion de sostener con entusiasmo las saludables empresas de su Libertador que hasta ahora no os ha dado muestras sino d un benefico Padre. Hijos ilustres de Boyaca: el heroe que ha convertido millones de esclavos en hombres es el mas digno de ser colocado al frente de los que ha redimido: resolveos pues sino quereis que queden eclipsadas todas vuestras glorias á proclamar cuanto antes al venerado Padre de la Patria por arbitro de vuestras facultades y de vuestra suerte, como ya lo ha sido otras veces; y el entonces os encaminara á disfrutar de verdadera libertad, y leyes que harán la felicidad comun”⁸¹

La fuerza de la identificación que media entre los pueblos y el Libertador refunde la pluralidad social transformándola en una unidad sustantiva manifiesta en él. Así la ecuación pueblos/Pueblo se realiza en el caudillo y la soberanía de

⁸⁰ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 956. “Ofrecemos pues, a V. E. nuestros corazones, y nuestras vidas, para que si fuesen necesarias al sostén de los derechos del pueblo, y de la importante persona de V. E. disponga de ellas pues serán sacrificadas sin dolor en las aras de la sacro santa justicia que defendemos. Reciba V. E. los sinceros votos de los que tiene el honor de llamarse sus hijos”, El Rejenerados de Boyacá, N° 7, Tunja 17/10/1830.

⁸¹ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 670.

aquéllos se manifiesta en la voluntad de éste. Este carácter antropomórfico de la soberanía y la dimensión trascendente de la que participa acercan su autoridad al registro de la majestad. El caudillo es un hombre superior a los hombres, un ser más que humano, fruto de una misterio divino. Su autoridad emerge como un reflejo de la potencia de Dios, infinita, perfecta, todo-poderosa.

“...El genio inmortal á quien hemos proclamado por DICTADOR tiene en si un valor inmenso que VS. conoce, y que yo no puedo osadamte. describir sin quedar deslumbrado, y absorto conciderandolo. El Sol en el centro del uniberso, el Chimborazo alla en elevacion celeste, y el firmamto. bordando las obras de la Naturaleza, son menos ficicamente que SIMON BOLIVAR en las Sociedades de los mortales”⁸²

En esta simbiosis entre pueblos y caudillo, el estado de excepción política asume rasgos singulares. Los pueblos, fundamento de legitimidad del poder, prestan su consentimiento unánime a la suspensión de las leyes y a la instauración de facultades extraordinarias. Este estado de excepción negociado, transigido, se presenta como una medida transitoria encaminada a crear las condiciones necesarias para la reunión de un poder constituyente que decida el futuro de la república, pero sus límites quedan supeditados a la decisión del caudillo. El decide su extensión y le da su contenido. Pacto por el que los pueblos renuncian a su soberanía en favor de una autoridad absoluta encargada de asegurar su salvación por el tiempo que demande la realización de este propósito fundante.

“... siendo el Exmo Señor Libertador Presidente Simón Bolívar la única autoridad suprema legal que ha quedado aunque como tal puede declararse con facultades extraordinarias, y suspender el Espiritu de las Leyes, sin embargo conociendo que S.E. quiere obrar por el unanime Consentimiento de los Pueblos es la absoluta (ilegible) de las subscritas autorizalo plenamente en todos los ramos de Administracion con todas las facultades que le competen para que pueda salbar la Republica de

⁸² AGN., Sección República, Fondo Secretaría de Guerra y Marina, t. 92., fl. 140r. Comunicación del intendente de Guayaquil, Tomás Cipriano de Mosquera, a José Hilario López en septiembre de 1826.

los peligros que la amenazan, y tranquilizada combocar el cuerpo soberano de la nacion para que decida de su futuro sistema de gobierno”⁸³

Desde octubre se manifiestan sin embargo las primeras resistencias. La división constitucional del Cauca al mando del general José María Obando se levanta en defensa de la libertad, reclamando la restauración del régimen constitucional y de las leyes.⁸⁴ La reacción guarda profundas coincidencias con el movimiento de Guayaquil del año anterior. Desde el campo de Antomoreno, el 28 de octubre de 1828 en su proclama a los habitantes del valle del Cauca Obando afirma:

“Compatriotas: una division compuesta de hombres libres, y enemigos de los tiranos, ha formado conmigo la heróyca resolucion de sacudir el pesado é ignominioso yugo que bajo la autoridad dictatorial del jeneral Bolivar nos oprimia...”⁸⁵

El triunfo de la división en el contexto de la profunda desigualdad de las fuerzas en contienda le confiere un aura providencial al movimiento:

“Proclama. El Jefe a la Divicion Constitucional del Cauca. Compañeros. La mas noble resolucion os hizo tomar las armas, y ponerlos en campaña. La santidad de vuestra causa os hizo triunfar. Inferiores en numero; pero mayores en opinion justicia y audacia; muy mal armados pero resueltos á morir; he aqui los elementos con que vencieron trescientos libres, á ochocientos miserables esclavos.”⁸⁶

Reunida la municipalidad y convocado el pleno del pueblo, éste readopta la Constitución de Cúcuta y afirma su derecho a armarse contra la autoridad ilegítima:

“Los pueblos que pierden las garantias por medios violentos, tienen el incuestionable derecho de recobrarlas por los mismos medios: tal es

⁸³ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 2, C. 3, fls. 720 y sgtes. Acta de la Ciudad de San Gerónimo de Nóvita, Agosto 17 de 1828.

⁸⁴ Obando se levanta el 12 de octubre de 1828.

⁸⁵ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 2, C. 2, fo. 360 y sgtes. “El Ciudadano José María Obando comandante jeneral de la Division constitucional de operaciones &c. a los habitantes del Valle del Cauca. PROCLAMA” – Campo de Antomoreno, 28 oct. 1828, impreso.

⁸⁶ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 2, C. 2, fo. 359. Popayán, 17 nov de 1828.

el estado en que se hallan los del Cauca. La insurreccion es Santa cuando tiene por objeto volver al goce de los principios sociales que algun despota ha querido desconocer por sus propios fines ; y esta es la revolucion firme y simultanea que han tomado los hombres de todo este distrito que tengo el honor de mandar. La guerra es el mal mas grande, es verdad; pero ella es el arca en que se salvan los Estados oprimidos: un grito la ha proclamado antes que vivir los que lo han dado agoviados bajo de un yugo mas insoportable que el que sacudió la america del Sur. VS. conoce sobradamente el fondo de las cosas. VS. conoce la verdadera opinion de los pueblos. VS. conoce los medios que se adoptaron para usurparles su soberania. VS. conoce en fin, todo como yo y escusado sería entenderme en una materia tan tragueada que ocupa á las naciones todas”⁸⁷

Este movimiento señala los límites del carisma del héroe para borrar la mancha de ilegitimidad que pesa sobre su gobierno. En septiembre de 1829⁸⁸ el general José María Córdoba encabeza el levantamiento en Antioquia. La defensa de la libertad, propósito que sella el largo y penoso proceso independentista, alimenta la revuelta en el curso de la cual Córdoba muere.⁸⁹ Desde Venezuela los generales Páez y Mariño dirigen a su vez levantamientos contra el gobierno. Denuncian también los conatos monarquistas bolivarianos y reivindican una vez más la creación de un Estado que reúna las provincias de la antigua Capitanía General de Venezuela.

En enero de 1830 se instala el Congreso Admirable⁹⁰ en un esfuerzo por refundar a la república y darle un marco constitucional que concite apoyo. Apenas 18 días después, Bolívar renuncia irrevocablemente a la Presidencia ante él. Desde octubre del año anterior Quibdó había ya prefigurado su suerte:

“ ... que el poder absoluto del general Bolívar era el oprobio de los pueblos, y el origen de sus desgracias, y miserias, que este hombre ingrato á la confianza jenerosa de sus conciudadanos, los tiraniza con el

⁸⁷ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 2, C. 3, fls. 725-726. Campo de la Libertad, 14 octubre 1828. (Carta de Obando a Bolívar).

⁸⁸ Levantamiento del 8 de septiembre de 1829.

⁸⁹ Córdoba muere en el Santuario el 27 de septiembre de 1829.

⁹⁰ 2 de enero de 1830.

poder despotico que usurpó, estableciendo sobre vaces durables la acsecrable monarquía cubierta con el velo de gobierno republicano, y ultimamente que ningun bien debe esperarse de las deliberaciones del proximo congreso, por que este cuerpo formado en la mayor parte á voluntad del tirano y abrazando la mayoría con arreglos á sus instituciones, no puede producir otra cosa que tirania y degradacion para los pueblos.”⁹¹

Nacido de una autoridad viciada participará irremediamente de su precariedad y resultará incapaz de servir de punto fijo del orden. De esta manera al resquebrajarse la referencia simbólica del orden, la comunidad quedará desprovista de un referente capaz de acotar la conflictividad social.⁹² El debilitamiento del registro simbólico se acompañará de esta manera de una hipertrofia del imaginario. Las relaciones duales –la fascinación y el odio, la amistad y la enemistad – irán copando poco a poco las representaciones de lo social. El gobierno Mosquera quedará atrapado en esta lógica de contraposición. Para finales del año el tono del debate político parece irremisiblemente permeado por ella:

“Colombia ha sido atacada de una fiebre putrida, del liberal mortifero veneno, se trabaja con calmantes, y aguas de viejas, se mudan sabanas con frecuencia, pero estos humores corrompidos quedan, ellos labran la ruina á este gran cuerpo in vanum laboraverunt. [...] Podrá haber tranquilidad, sin uniformarse la opinion sana de los pueblos habitados por los perturbadores Marquez, Soto, Azueros, Gomez Plata, Arrublas, Montoyas, Barrigas, Gaitanes, i su perversa madre, i mil mas que han llevado al presipicio la nacion ? [...]

Sesarán los males del Sur teniendo en su centro los aléves Lopes, i Obando el Patiano ? Gozarán de tranquilidad Tunja, i Vélez, teniendo los Banegas i Flores individuos bien conocidos de los pueblos como perturbadores del orden social ? [...] No está humeando la sangre de los infelices labradores, artesanos, i hombres pacificos que han sido inmolidos sobre las aras de la ambicion, por sostener la faccion liberticida contra sus sencillos sentimientos? Como responderán á Dios, i á la Nacion de estos tan enormes crímenes consumados, por adquirir

⁹¹ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 3, fo. 23. Acta de Quibdó, Octubre 2 de 1829.

⁹² BECKOUCHE, Pierre. “Le symbolique. Une approche lacanienne pour les sciences sociales” en *Le Débat*, N° 126, sept-oct 2003, Paris: Gallimard.

empleos, por sostener los que ya poseían, y por hacer fortuna particular sobre las ruines de la nacion ?”⁹³

Entre tanto la inestabilidad activa los pronunciamientos de los pueblos. Desde enero Maracaibo⁹⁴ y otros pueblos del Zulia se pronuncian a favor de la unión con Venezuela. El 4 de abril de 1830 el Casanare los sigue, afirmando su separación del gobierno de Bogotá y colocándose bajo la protección del general José Antonio Páez. La independencia, sostiene, fue una lucha por la libertad y por el establecimiento de un gobierno liberal. La amenaza de ruina en que la tiranía del gobierno de Bogotá la tiene, la impulsa a obrar en consecuencia. El Acta de Pore denuncia de esta manera la ilegitimidad del gobierno, marca no ya de su origen sino de su incapacidad para realizar las funciones para las cuales habría sido instituido.

“Que el gobierno de Bogotá, de quien ha dependido, no la ha reputado sino como una colonia y peor que lo hacia la España á las que tenia en America, pues aquella por interes de sacar mas jugo cultivaba la viña, recomendando a sus madatar. el mayor esmero en este trabajo, en tanto que el Gobierno de Bogotá despues de que para su creacion importó el sacrificio de millares de victimas casanareñas, vea esta con el mayor desprecio enviandole Gobernadores que no vajan de la Serrania, que no vicitan los Pueblos ó Cantones, y que por el mismo hecho ignoran las necesidades de ellas...”⁹⁵

En mayo, al tiempo que se instala el Congreso de Valencia, Quito se pronuncia a favor de la constitución del sur en un nuevo Estado, colocando como jefe supremo del mismo al general Juan José Flores e invitando a los pueblos del departamento a “uniformar sus sentimientos” con el suyo.⁹⁶ Para entonces, estos movimientos federalistas no cuestionan la integridad de Colombia como república.

⁹³ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, C. 3, fo. 946. El Rejenerador de Boyacá. Tunja, 3 de octubre de 1830.

⁹⁴ Pronunciamiento del 16 de enero de 1830.

⁹⁵ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, C. 3, fo 906-907.

⁹⁶ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 5, fo. 548. Acta de Otavalo, 23 de mayo de 1830.

Apenas dos meses después, en el contexto de una estabilidad endeble manifiesta en las dificultades que experimenta el gobierno para hacer jurar la constitución, el batallón Callao se declara en rebelión contra el gobierno y le abre paso nuevamente a la excepcionalidad política. El 2 de septiembre Bogotá se pronuncia a favor de Bolívar declarando al general Rafael Urdaneta encargado del poder ejecutivo hasta el regreso del Libertador. Los pueblos se levantan entonces, pronunciándose en favor suyo.⁹⁷ Los argumentos se repiten: las autoridades nombradas por el Congreso han desaparecido, la nación ha quedado acéfala, la heterogeneidad amenaza con sumirla en una guerra intestina.⁹⁸ Los pueblos reasumen en consecuencia el pleno de su “soberanía, espontánea y libremente”. La prudencia recomienda adherir al pronunciamiento originario, sin que ello suponga un reconocimiento a la aptitud de Bogotá de darle un gobierno a la república. Los pueblos acogen pues el gobierno provisorio del General Urdaneta hasta el regreso del Libertador

“Primero que el gobierno constituido ha desaparecido de hecho por la separacion que hicieron de él los sujetos nombrados por el Congreso Constituyente, por la denegacion á las suplicas de los pueblos pronunciados, y quedando la Nacion por este acontecimiento en esta de acefalia, sin un centro de autoridad, y por lo mismo espuesta á los horrores de la anarquia ; Segundo, que aunque la Capital de Bogota por si sola no ha podido crear gobierno para toda la Republica, la prudencia, la razon, y la situacion en que se halla la Ciudad de Tunja, aconsejan la union, y concordia en semejante procedimiento para uniformar en lo posible la opinion, y libertad á este pueblo de los males de la guerra civil, en la

⁹⁷ Cronológicamente, los pronunciamientos a favor de Bolívar y Urdaneta en el interior de la Nueva Granada en septiembre de 1830 se pueden seguir de la siguiente manera: Bogotá el 2; Cartagena el 3; Mompós y Cali el 9; Honda el 10; Mariquita el 19. En Santa Marta y Ciénaga los pronunciamientos en la misma tendencia fueron del 10 y 11 de octubre. Ver ARBOLEDA, Gustavo. *Historia Contemporánea de Colombia. Desde la disolución de la antigua república de ese nombre hasta la época presente*. 2ª. Ed. Bogotá: Banco Central Hipotecario, 1990. T. I, pp. 64-69 y 75-76.

⁹⁸ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, C. 3, fo. 947. El Rejenerador de Boyacá, Tunja, septiembre 19 de 1830: “por todas partes nos amenaza la desolacion, encendida una guerra fratricida, dimanada de la diverjencia de opiniones, por cuyo motivo se halla disociada toda la república, pues si se mira tanto al Sur como al Norte, estas dos interesantes partes no reconocen la constitucion, y aun las provincias del interior reducidas á un fermento horroroso” Sogamoso, 7 septiembre 1830.

firme esperanza de que con la venida del Esmo Señor Libertador se han de arreglar los negocios publicos de un modo benefico al pueblo, y evitarse a costa de cualquiera sacrificios la guerra entre pueblos hermanos, que no producirá otra cosa que la común desolacion”.⁹⁹

La espera del caudillo recuerda la del Mesías. Su sacrificio corona los esfuerzos y desvelos de los patriotas, redimiendo del duelo y de la muerte.

“...su predilecto Livertador el Gran Bolivar, que haviendose sacrificado, como lo há hecho [hasta ?] ahora, a beneficio de la Nacion: es el que hade dar la ultima mano, que corone la obra, que tantos sacrificios há costado, como victimas inmoladas. Ya será razon que el pueblo colombiano sea dirigido por aquella mano capaz de haser su felicidad! Ya será razon que los pueblos disfruten del inestimable don de la paz, vajo la dirección del Héroe que há sавido darles su livertad! Ya será razon que se economize la sangre americana. Y quien deverá ser este economisante ? Sin el generoso Corazon de un Bolivar. Ya será razon que gosemos todos de la inmunidad de nuestros Personas y haveres, vajo la administracion de Justicia de aquel que hasta ahora, apenas ha podido manifestarnos su accion. En fin, Bolivar es el que deseamos: este por el que suspiramos, y a quien suplicamos que arrojando en el mar del Olvido todo lo pasado se ponga cuanto antes en medio de nosotros, cual arco iris de paz. Y por tanto somos gustosissimos del Gobierno que Provisionalmente se halla depositado en el Exmo. S. J. en Jefe Rafael urdaneta”¹⁰⁰

A este registro religioso se articulan las virtudes cívicas del ideal republicano, personificadas en Bolívar:

“... se halla la república acia su capital en un estado que previdentemente hace creer que sus resultados serán los mas funestos hallandonos intimamente persuadidos de que como verdaderos republicanos debemos tratar por todos los medios que estan á nuestro alcance, sobre el

⁹⁹ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 2, fo. 25. Acta de Tunja, 11 de septiembre de 1830.

¹⁰⁰ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 4, fo. 30. Acta de la Parroquia de Machetá, 17 de noviembre de 1830.

sostenimiento de nuestra libertad é independencia... » « 2º Que hallandose este pueblo científicamente convencido de las luces, tino, y asierto que ha manifestado tan repetidas veces por el Ecsmo sor Libertador Simon Bolivar, es nuestra voluntad que el espresado sor usando de su jenerosidad y asendrado amor á nuestra causa, tome el mando de Jeneralisimo del ejercito de la república para que este obre bajo su direccion y acierto, prometiendonos se prestará á franquearnos un socorro de tanta consideracion en circunstancias tan lamentables»¹⁰¹

En los límites de la república la refrendación del pacto se acompaña como en otros momentos de movimientos oscilantes: Riohacha¹⁰² reclama su adhesión a Venezuela mientras que Pasto, Chocó y Popayán lo hacen al Ecuador.¹⁰³ Panamá en cambio declara su reintegración a la república, al igual que Paya, Pamplona y Pisba, disociándose con ello del Casanare. El movimiento no es desde luego unívoco. Desde los estados de Venezuela y Ecuador se manifiestan dinámicas afines¹⁰⁴ reivindicando en uno y otro lugar su adhesión al gobierno de la Nueva Granada.

La Vacatio Definitiva

El 17 de diciembre Bolívar muere en Santa Marta. Al tiempo que la noticia se difunde se irán resquebrajando las bases de apoyo al general Urdaneta. Desde el Cauca, los generales José Hilario López y José María Obando enca-

¹⁰¹ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 2, fo. 72. El Rejenerador de Boyacá, Tunja, Septiembre 12 de 1830.

¹⁰² Ver información del pronunciamiento de Riohacha del 3 de octubre de 1830 y la reacción enviada a esta por el gobierno de Cartagena en RESTREPO, José Manuel. *Historia de la Revolución...*, *Op. cit.*, T. VI, p. 409.

¹⁰³ AGN, Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 85 r. "... la naturaleza y la política señalan como úniado medio de salida la agregación del Cauca al Estado del Ecuador constituido, tranquilo, y que evita la guerra civil, cuando el centro arde de disensiones y partidos. La acta fundada que se ha impreso, celebrada con uniformidad inaudita, demuestra esta verdad, no hay que repetir, abundemos en las pruebas de nuestra causa antes la RAZON PUBLICA, UNICO JUEZ COMPETENTE" (las mayúsculas son del original) en la Causa del Cauca.

¹⁰⁴ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, C. 3, fo. 885-888. Actas de las municipalidad de la provincia de Barcelona (Asunción, Maturín, Cumaná, Aragua y Barcelona) desconociendo el gobierno de Venezuela, su constitución y sus leyes y proclamando su integridad de Colombia.

bezan la reacción legitimista que se extiende rápidamente. A lo largo de los primeros meses del 31, Luque y Carmona la llevan al Magdalena, Salvador Córdoba a Antioquia, el general Antonio Obando a Ibagué y Ambalema, el coronel José María Barriga a Honda, el coronel Juan José Neira a Ubaté y el general Juan Nepomuceno Moreno a Boyacá.

A su paso, los pueblos denuncian la ilegitimidad del gobierno, conquistado por la fuerza, sin su consentimiento.¹⁰⁵ La desintegración de la república y el desmembramiento del Estado de Nueva Granada, establecido por el Congreso de 1830, constituyen el resorte que pone en marcha el dispositivo.¹⁰⁶ Una vez más, provincias, cantones y parroquias afirman su soberanía en la perspectiva de re-instituir a la república como totalidad. Ese constituye su sentido profundo.¹⁰⁷ La idea apa-

¹⁰⁵ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, fo. 15 v. Acta de la capital del Departamento del 26 de abril de 1831. "1º Qué es ilegítimo, arbitrario é intruso el gobierno que existe en Bogotá, á cuya cabeza se encuentran el general Rafael Urdaneta, como que fue conquistado por la fuerza de las armas, y contra la voluntad de los pueblos..."

¹⁰⁶ "1º Que la Republica de Colombia se ha dividido de hecho por su libre y espontanea voluntad en tres estados independientes: que el de Venezuela, y el del Ecuador se han constituido legalmente por medio de su Representacion Nacional, y disfruten con plenitud de las ventajas, y garantías que les ofrecen su Constitucion y sus leyes.

2º Que el gobierno de la Nueva Granada establecido por el Congreso jeneral del año de 1830 fué atacado y destruido por una faccion á mano armada apostada en el ominoso Batallon Callao.

3º que desde aquella infausta epoca empezó á despedazarse el Estado Granadino, separandose en primer lugar todo el Departamento del Cauca que no quiso sujetarse al gobierno intruso, sosteniendo la segregacion de dicho Departamento las tropas regladas de él, al mando de los Señores Generales José María Obando, é Ilario Lopes; que igual suerte han seguido las Provincias de Neiva y Mariquita del Departamento de Cundinamarca; las de Cartagena y Santamarta del Departamento del Magdalena, la de Casanare del de Boyacá, y aun los Pueblos mas inmediatos á la capital, como los del Canton de Ubaté, y el de Fusagasuga, y Caqueza, que iguales aunque desgraciados esfuerzos ha hecho la [Ilisible].

4º Que los Estados de Venezuela y el Ecuador aprueban, protejen y auxilian la empreza de dichos Pueblos para restablecer su gobierno lejítimo.

5º Que ya se hace indispensable acabar de uniformar los movimientos para hacer conocer al gobierno ecsistente, su obstinada temeridad en quererse sostener contra la voluntad bien pronunciada de toda la Nacion, y cortar por este medio el progreso de la guerra civil, y la efucion de la preciosa sangre Granadina." AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 3, fo. 481. Acta de la Villa de Zipaquirá de 14 de abril de 1831.

¹⁰⁷ Acta de Marinilla de abril de 1831 "... en estos críticos momentos, y residiendo la soberanía en el mismo pueblo, que espontaneamente la habia puesto en manos de aquel caudillo de los caudillos, y siendo de derecho patrio retraerla cuando le convenga, y de su propio interes constituirse por sí en armonía con la gran familia colombiana para evitar los desastrosos males de la anarquia, que tanto nos han aflijido, y aflije, persuadidos á la vez de que la salud pública es la suprema ley, los presentes al emitir sus sentimientos declaran..."

rece de manera reiterativa en los pronunciamientos. Se trata de “uniformar de manera franca y amistosa” las opiniones entre los cantones de las provincias y de éstas entre sí, buscando su consonancia, “sin perjuicio de los intereses locales”.¹⁰⁸

De esta manera se revela la naturaleza del pacto constitutivo del Estado como un pacto agregativo entre comunidades territoriales, sujeto a la uniformidad de la opinión. Las provincias, los cantones y parroquias se agregan para realizar la unidad y el unanimismo. Ellas se segregan cuando se instala entre ellas la heterogeneidad y el disenso. La apariencia de fragmentación política¹⁰⁹ se revela así como una ilusión que encubre la plasticidad y extraordinaria versatilidad de este proceso de re-articulación del poder que acompaña el empeño por recomponer la unidad y regenerar a la república. La amistad y la “buena inteligencia” entre las provincias constituye por lo demás el fundamento de un gobierno nacional legítimo.¹¹⁰ Entre los hombres ella funda la seguridad que garantiza el disfrute de sus derechos fundamentales.¹¹¹

¹⁰⁸ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, C. 1, fo. 247.

¹⁰⁹ Esta temática reviste enorme interés. La tesis de la fragmentación del poder político se ha constituido en efecto en una de las explicaciones de la violencia política más ampliamente aceptadas en Colombia. Sin embargo, para el periodo que comprende esta investigación parece necesario matizarla a la luz de las dinámicas de rearticulación del territorio en curso. Sobre esta aproximación ver: PALACIOS, Marco y SAFFORD, Frank. Colombia: *Fragmented Land, Divided Society*. New York: Oxford University Press, 2002.

¹¹⁰ AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 1, C. 1, fo. 118 r. El acta del cantón de Rionegro de abril de 1831 afirma de manera muy elocuente: “... entonces el Sor Comandante en jefe de la columna libertadora convoque diputados de los cantones para que reunidos en asamblea departamental resuelvan el modo con que el departamento ha de gobernarse por sí, mientras se establece un gobierno nacional por medios legítimos de amistad, y buena inteligencia entre las provincias; y no por coaccion y violencias militares.”

¹¹¹ “Seguridad pues; seguridad, seguridad, seguridad en nuestra libertad; seguridad en nuestros individuos; seguridad en nuestras propiedades, las cuales, en servir de los mejores Publicistas deben estar aseguradas hasta contra la misma Constitucion del Estado.

Mas no una seguridad como quiera, sino une Seguridad que por sí sea capaz de hacer renacer en los Pueblos la confianza reciproca entre ellos y el gobierno, y la confianza entre simples paisanos y los militares. No se puede referir sin dolor! El Ciudadano que no viste la insignia de Marte, cuando sabe que un cuerpo de tropas tiene que atravesar por sus hogares, ya comienza á estremecerse, y a buscar con tiempo asilo entre las fieras del bosque, y de este modo se paralizan sus negocios, y el soldado halla pocos recursos y de donde viene esto? De donde? Es preciso decirlo: de que no hay esa dulce confianza que debia tener encadenados los corazones de los Colombianos: de que no se aman unos á otros con ese amor puro hijo de la confianza. De aqui los males individuales del Ciudadano, y de aqui tambien el fatal contraste de la sociedad. Y en efecto, ‘De todas las sociedades, decia Ciceron en su Libro primero de los oficios, ninguna mas exelente, ninguna mas firme que aquella en que los buenos Ciudadanos semejantes en costumbres estan unidos

Para finales del 31 una profundización muy importante de la identidad referida a la Nueva Granada aparece asociada a las experiencias dictatoriales, prefigurando la disolución definitiva de la unión colombiana que se irá abriendo paso en el marco de la convención convocada tras el restablecimiento del gobierno legítimo en abril, en un esfuerzo por refundar el gobierno sobre un origen legítimo. De manera muy reveladora, en mayo de 31, el diccionario político de los urdanetistas aparecido en la prensa, expresa la idea de que los granadinos se pueden –quizás deben- gobernarse a sí mismos.

“LIBERAL. *Sustantivo masculino*. Lo mismo que asesino, y que demagogo sin diferencia ninguna.

ASESINO. *S. m.* Sinónimo de demagogo en todas sus acepciones.

DEMAGOGO. El que quiere que el magistrado supremo de su patria, sea, el que elijieron sus legítimos representantes, y no el que puso un batallón sublevado, después de haber destruido á balazos el gobierno nacional.

DEMAGOGO. El joven atolondrado que desea que el gobierno de Colombia sea republicano, sin atender á las *meditaciones* de hombres sapientísimos que tienen determinado lo contrario; y que se halla, además, tan inficionado del veneno del error que se atreve á sostener que la democracia moderna es practicable y útil, llevando sus ilusiones hasta el extremo de ser un *ideologista*.

DEMAGOGO. El hombre vano, insolente y atrevido que cree que los granadinos se pueden gobernar a sí mismos sin que sea necesario que vengan de mas allá del Tachira, de Irlanda, o de Italia, á labrar su felicidad y á enseñarlos á ser dichosos.

DEMAGOGO. El que lleva desconfianza hasta el grado de no estar satisfecho de cer los negocios de su país en manos de los que *meditaron* en monarquía, que tenían ‘las relaciones estrangeras comprometidas’,

por la familiaridad; luego para que nuestra sociedad sea la mas firme, es preciso buscar el modo de unir á sus individuos por la amistad.’

Ahora bien: siendo cierto en principio que no puede haber amistad sino entre los buenos, se halla el Congreso constituyente en la necesidad de restablecer y fijar por medio de leyes equitativas la moralidad de los Colombianos; y sobre todo la de los militares. (...) No lo dudemos, SS., sin virtudes seremos siempre los Colombianos el juguete de las Naciones: por el contrario, seamos virtuosos, y los Atenienses y Espartanos tendran que envidiar de nosotros (...)” AGN., Sección República, Fondo Historia, T. 2, fls. 736-737. Acta de Pasto, 9 de marzo de 1830.

para el coronamiento de cierto personaje, y que escribían cartas á generales republicanos seduciéndlos para el plan consabido.”¹¹²

La Convención Granadina nombra a Santander presidente de la República en marzo del 32. Su regreso a la Nueva Granada es vivido como una suerte de resurrección.¹¹³ La injusticia y el sufrimiento del que había sido objeto guardan resonancias para los contemporáneos con el calvario de Jesús. Purificado por el dolor, lo elevan entonces a la condición de Dios tutelar de los granadinos¹¹⁴ sin despojarlo de su imagen de garante de la Constitución y la ley, de esta manera consigue refundir las dos dimensiones del viejo montaje de legitimidad. Esta construcción que articula trascendencia e inmanencia, soberanía y consentimiento, carisma y racionalidad no se afianza sin embargo en la gloria militar como lo hacía en Bolívar sino en la defensa de las libertades y la ley, en la fidelidad a los Principios. Como una extensión de su carácter superlativo, su nombre asegura al nivel simbólico la homogeneización del cuerpo social y el unanimismo sobre el cual se levanta el orden. A lo largo del 31 y del 32, hombres y corporaciones al unísono se reclaman amigos y partidarios suyos. Quienes antes fueron sus opositores y enemigos se convierten, realinderándose junto a aquéllos. Sin embargo, esta construcción no tardará en revelar las fisuras que encubre, dándole expresión a la contraposición que aparece manifiesta en el diccionario.

Ella resulta de una modalidad particular de articulación entre registros del orden, difícilmente reconciliables. La matriz religiosa de la soberanía moderna, su carácter supra-humano, ofreció en efecto condiciones para transitar del orden de majestad al orden de soberanía. La cabeza del cuerpo político en el registro mayestático describía una referencia que participaba del fulgor de Dios, ella le imprimía un único movimiento a la diversidad del mundo a la que le daba vida y que se resolvía en ella. El impulso homogenizador de la

¹¹² AGN., Sección República, Fondo Historia, T.1,C.1, fo. 18r.El Constitucional antioqueño, N° 5, 15 de mayo de 1831. Rionegro, imprenta de Manuel Antonio Balcazar.

¹¹³ CORTÁZAR, Roberto. *Correspondencia dirigida al general Santander*. Bogotá: Academia Colombia de la Historia, 1968, vol. XII, pp. 180-183, C. 4249.

¹¹⁴ *Ibidem.*, vol. VII, pp. 297-298, C. 2427.

soberanía y la naturaleza de la potencia pública que la definen como un poder centralizado, indiviso e ilimitado propuso sin embargo una tensión profunda con el organicismo y la noción de majestad como una potencia que regaba el cuerpo político bajo la forma de preeminencias, fueros y privilegios. La soberanía del Pueblo, manifiesta en el Estado, solo se podía afirmar sobre las soberanías de los pueblos. Esta profunda tensión encuentra una solución en la figura del caudillo, pero antropomorfizada, la soberanía hipostasia sus atributos manifestándose como puro voluntarismo. La excepcionalidad política se instaura por ese camino. A pesar del carácter fugaz de los momentos dictatoriales, esta experiencia deja una profunda huella en la memoria de los contemporáneos que la asocian al despotismo y a la tiranía.

La pluralidad social y la noción de una unidad agregativa propias del orden de majestad encuentran por su parte correspondencia en los presupuestos del liberalismo que los refiere a los individuos. La concepción del poder por consentimiento y la fuerza de la opinión que definen a éste último instauran sin embargo una tensión con el presupuesto de infalibilidad, de lugar y referencia de la verdad que ésta compartía con la soberanía.¹¹⁵ Como resultado de ella, se instaura una dinámica perversa por la que el poder de la opinión despoja a la política de todo punto fijo, condenando al gobierno a la vacilación que arruina, como lo denuncia la provincia del Chimborazo en el pronunciamiento que sirve de título a este trabajo.

Recebido em 05/10/2005 e aprovado em 25/10/2005.

¹¹⁵ JAUME, Lucien. *L'individu effacé...*, Op. cit., capt. III, pp. 171 y sgtes.

FOTOGRAFIA E NACIONALISMO:

A Revista *The National Geographic Magazine* e a Construção da Identidade Nacional Norte-Americana (1895-1914)*

Rafael Baitz

Doutor em História Social-FFLCH/USP

Resumo

As imagens fotografias da revista *The National Geographic Magazine*, na virada do século XIX para o século XX, retrataram os Estados Unidos como o país da imensidão dos espaços geográficos e do contínuo progresso econômico. A representação da grandiosidade do país se fez tanto por meio da escolha dos temas como em decisões estéticas envolvendo técnicas fotográficas e métodos editoriais. Porém, por trás dessas imagens aparentemente neutras e objetivas, havia um antigo imaginário social e um projeto para o país.

Palavras-Chave

Fotografia • Estados Unidos • The National Geographic Magazine

Abstract

The images photographs of the magazine *The National Geographic Magazine* in the turn of century XIX for century XX had portrayed the United States as a country of the immensity of the geographic space and of it an continue economic progress. The representation of the largeness of the country is made with choices of the subjects as in aesthetic decisions involving photographic techniques and publishing methods. However, for backwards of these neutral and apparently objective images it had one old imaginary social and project for the country

Keywords

Photograph • United States • The National Geographic Magazine

* O presente artigo foi elaborado a partir da minha pesquisa de doutorado, especialmente os dois primeiros capítulos da tese que defendi no departamento de História da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em março de 2004, com o título: *Imagens da América Latina na Revista The National Geographic Magazine (1895-1914)*. Assim como no mestrado, contei com generosa orientação da professora Dra. Maria Ligia Coelho Prado, a quem reitero meus sinceros agradecimentos. Estendo meus agradecimentos à Capes, órgão que me brindou com uma bolsa para desenvolver a referida pesquisa.

Benedict Anderson conceitua nação da seguinte maneira:

“Nação é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana¹”.

A imaginação de que nos fala o autor está ancorada em uma série de símbolos/signos que formam uma imagem conceitual de nação, uma referência segura aos pertencentes daquela sociedade limitada (a comunidade nacional), que irá identificá-la e distingui-la das demais nações. Evidentemente, as fontes produtoras ou gestoras de tais repertórios simbólicos variam historicamente, mudando-se os suportes e mesmo os veículos transmissores, à medida que se transformam os padrões estéticos e comportamentos da própria sociedade. Na passagem do século XIX para o século XX, as imagens impressas em revistas de grande circulação se mostraram importantes fontes de divulgação de idéias, valores e conceitos que integram esse imaginário nacional.

O presente artigo se propõe a discutir um período específico da história norte-americana a partir de uma fonte produtora desse repertório simbólico, que por sua vez privilegiou um suporte para descrever aquele país. A fonte em questão é a revista *The National Geographic Magazine*, e o suporte são as fotorreportagens sobre os Estados Unidos daquele periódico. Procuraremos compreender, a partir de um ponto dessa história do imaginário nacional norte-americano, a forma como um importante meio de comunicação se apropriou e retransmitiu o repertório simbólico do “nacional” daquele país, trazendo para seu público leitor uma imagem-conceito do mesmo.

O caso norte-americano nos parece especialmente interessante, pois desde os primeiros anos de independência política tem se esmerado na construção e manutenção do repertório simbólico sobre o seu nacional. Evidentemente, tal produção simbólica – e principalmente sua materialização – não se fez pela “comunidade” nacional como um todo – apesar dos valores e símbolos nacionais serem de domínio público e difuso –, mas sim por grupos dentro da comunidade que conseguiram traduzir e materializar seu olhar.

Para compreendermos o percurso desse processo se faz necessário entender como se combinaram essas questões-chaves na história da revista.

¹ ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1991, p.14.

A história da revista

A revista *The National Geographic Magazine*² foi lançada em novembro de 1888 pela *National Geographic Society*, exatamente dez meses após a fundação da Associação. O nascimento da revista está intimamente relacionado com a Instituição que a concebeu. Assim, para melhor compreensão do periódico, faz-se necessário a caracterização, ainda que sumária, desta *Sociedade*.

A *National Geographic Society* era uma entidade privada, sem fins lucrativos, com sede em Washington (Estados Unidos), fundada, segundo palavras de seu próprio presidente, por homens “cultos”; sendo a maioria ocupante de cargos públicos ou com notória influência em assuntos do Estado. Os primeiros membros da Associação, em um total de duzentos, eram engenheiros de repartições públicas, deputados, senadores, embaixadores, assessores das mais variadas esferas de governo, militares tanto do exército como da marinha, altos funcionários de museus ou arquivos públicos, e também, ricos comerciantes, industriais ou profissionais liberais³.

A criação da entidade teve como propósito a pesquisa e divulgação da geografia para o público norte-americano, um assunto considerado, por seus fundadores, importante, porém ausente do debate nacional⁴. Assim, a *Society*, mesmo sendo juridicamente privada, tinha um caráter público claro. O próprio nome “*National*” era muito mais uma referência a sua conformação pública, pró-oficial, do que a uma eventual limitação regional do espaço geográfico de suas pesquisas.

A maioria absoluta dos artigos ou reportagens publicadas na revista vinha de colaboradores associados ou de articulistas pertencentes ao círculo restrito dos sócios-membros, que, por sua vez, eram, ao que tudo indica, os próprios leitores. Assim, nos primeiros anos, a revista, na prática, era um boletim da *National Society*.

Do seu surgimento até 1896, as edições tinham periodicidade irregular, sendo publicados no máximo cinco números por ano, em meses alternados, contínuos ou não. A numeração das páginas era sequenciada durante o ano,

² Será usado, no decorrer do texto, para designar a *The National Geographic Magazine* parte de seu nome: *National*, ou simplesmente “a revista”. Da mesma forma, a associação *National Geographic Society* será designada por *Society*, *Sociedade*, *Entidade* ou, ainda, *Associação*. Para evitar confusões, portanto, quando for usada a expressão *National*, esta estará se referindo apenas a revista.

de modo que o novo número da revista dava continuidade ao número anterior, compondo-se no final do ano um imenso volume. Tal fato sinalizava o intencional desejo de monumentalidade à publicação, ou, no mínimo, de um saber enciclopédico e não descartável após a leitura mensal. A quantidade de páginas alternava, entre cinquenta e oitenta, a depender do número de artigos, que por sua vez oscilavam entre dois e oito. As primeiras edições traziam matérias fundamentalmente regionais sobre os Estados Unidos, e outras poucas sobre países do Oriente (China, Índia e Egito) e o Canadá. Os artigos, de caráter analítico e conceitual, existiam em maior quantidade do que as reportagens de campo. As ilustrações não eram componentes freqüentes ou obrigatórios das reportagens. As imagens – sobretudo de mapas da região reportada – quando surgiram, eram constituídas por desenhos ou reproduções pintadas, com função meramente ilustrativa da matéria, não sendo objeto de comentário pelo texto escrito.

Apesar de ser porta-voz da Sociedade, a revista tinha autonomia editorial, mas não financeira. Após oito anos de constantes subsídios, que mostraram sua inviabilidade comercial, a direção da Entidade cogitou o encerramento da publicação. O auge da crise foi 1895, ano em que se editaram apenas dois exemplares, em abril e outubro. O encerramento definitivo das atividades não ocorreu graças ao novo presidente da Sociedade, Alexander Graham Bell. O novo presidente, inventor do telefone e próspero empresário (de seu próprio invento), era genro do fundador da Sociedade e foi conduzido ao cargo a pedido do próprio sogro, que via em sua figura uma pessoa dinâmica e criativa, capaz de alavancar tanto a Associação, como a revista.

Ao assumir o cargo de editor-chefe da *National*, Bell trouxe consigo um notável redator da cidade, Gilbert Hovey Grosvenor, e lhe incumbiu de redirecionar a publicação, transformando-a em um produto melhor aceito pelo mercado. O projeto sugerido pelo novo redator passava, no entanto, por uma reformulação da revista de tal ordem que implicaria mudar seu propósito inicial. A idéia central era trazer para as páginas reportagens mais curiosas e menos impregnadas de pesados conceitos *puramente científicos*⁵. Sem perder o compromisso com a pesquisa e a seriedade na informação, a revista, segun-

³ LUTZ, Catherine A. e COLLINS, Jane L. *Reading National Geographic*. Chicago, The University of Chicago Press, 1993, pp. 19-22.

do Grosvenor, deveria ser mais leve, mais informativa, mais curiosa e menos sisuda. O objetivo era alcançar um público maior, exatamente uma classe média urbana de profissionais liberais e homens de negócios, que estariam solícitos e abertos a receber informação séria, porém menos rebuscada. O *slogan* do novo conceito era: “*What they want to Know*”.

O novo projeto editorial causou inicialmente polêmica no seio da Sociedade, exatamente pelo risco de perder a qualidade inicial e a densidade das discussões em nome da difusão. Os resistentes, no entanto, foram voz vencida e o novo projeto da revista veio ao mercado em janeiro de 1896.⁶

As mudanças a partir daquele ano foram de tal ordem que implicaram, inclusive, a alteração gráfica completa do periódico, da capa às páginas internas. A capa deixou o vermelho fosco e tomou cores mais brandas, tendo ao fundo o desenho de um enorme mapa *mundi*. As edições tornam-se regulares, sendo publicadas mensalmente. Internamente também houve mudanças significativas. Os mapas passaram a ser coloridos e os gráficos mais esquemáticos e de melhor compreensão para um público leigo. Também aumentou a quantidade de reportagens/artigos, reduzindo-se o número total de páginas de cada matéria. Os títulos, mais atraentes, passaram a ser entrecortados por subtítulos, com textos “menos cansativos”. Os textos, de fato, tornaram-se mais didáticos e com abordagens mais “digestivas”. Mas a maior mudança editorial foi a inserção da fotografia.

Até janeiro de 1896, a revista não utilizava o recurso fotográfico. A partir dessa data não só passou a usá-la com frequência, como a fotografia foi alçada à principal atração da revista. Tanto assim que na própria capa do periódico vinha a informação de que se tratava de uma revista mensal e ilustrada. As reportagens com fotos foram tomando rapidamente cada vez mais espaço, chegando a ser a marca do periódico, ainda nos últimos anos do século XIX. A

⁴ O primeiro grupo de especialistas em geografia, com graduação acadêmica, se formou apenas em 1903, LUTZ e COLLINS, *op. cit.*, p.20

⁵ SCHULTEN, Susan. *The Geographical Imagination in America, 1888-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002, p.48.

⁶ LUTZ, *Op cit.*, p. 22. “Como resultado das inovações de Grosvenor, o estilo Geográfico se tornou mais similar comparado com outras publicações mensais populares, marcadas por ‘um realismo cheio de energia e informação’, e uma forma de endereçar diretamente ao leitor que era ‘coloquial, forte, direta e aparentemente pessoal’.

partir de 1899, um artigo-padrão (de quinze páginas), carregava, em média, uma dúzia de fotografias – a maioria cobrindo páginas inteiras – sobre o tema. Segundo números da própria revista, em 1912, a *National* publicou nada menos do que 1.452 fotos em suas páginas. O discurso da direção do magazine sobre a fotografia era claro. A entrada da fotografia em grande escala estava em sintonia com a pretensa imparcialidade científica das matérias e um maior profissionalismo do periódico. O propósito da foto na revista era mais do que mera ilustração, era trazer informação mais *precisa* ao público leitor⁷.

Os números da revista, em 1912, já eram grandiosos. Só naquele ano as vendas chegaram, somados todos os exemplares das doze edições mensais, a significativa marca de um milhão e setecentas mil cópias⁸. Na verdade, a *National*, já em 1905, tornara-se referência de publicação ilustrada entre os periódicos norte-americanos, e a fotografia era reconhecida pela direção da revista como seu principal trunfo na tarefa de prestar informação e conhecimento. Para a editoria da revista, a boa reportagem era aquela que trazia documentação fotográfica de qualidade, dando credibilidade à informação.

O sucesso da nova editoração foi de tal ordem que desde o primeiro número da nova série a revista não deixou nem um único mês de ser publicada⁹. A tiragem também aumentou significativamente, um crescimento que se fazia sentir ano após ano. Se em 1895 discutiu-se o encerramento da revista, na década de 1910, a situação era oposta. A revista – graças ao incremento de vendas proporcionado pelas fotografias – tornou-se a principal fonte de recursos da sociedade.

⁷ O. P. Austin, "Progress of the *National Geographic Society*", fevereiro/1913, pp. 251-256. Para evitar repetição excessiva nas notas, trechos da revista *The National Geographic Magazine* serão citados da seguinte forma: nome do articulista, título da reportagem, data e páginas. Nos casos de artigo não assinado, citar-se-ão apenas os demais dados. "Cada número da revista conterà artigos esplendidos de autoridades famosas e uma média de 125 a 150 das ilustrações maravilhosas que deram a revista sua reputação única por interesse e instrução. A revista comprou material em quase toda parte do mundo e tem hoje uma das coleções mais valiosas de fotografias nos Estados Unidos."

⁸ *Idem*; "Havia 1,705,000 cópias da revista publicadas durante 1912, a média de edição mensal do ano foi de 142.083, com um ganho de 48,666 por mês. A média de edição em 1911 foi de 93,417; em 1910, 68,833; em 1909, 52,833; em 1908, 41,000".

⁹ Este é um fato notável se for lembrado que, nos anos 1930, os Estados Unidos sofreram a maior recessão de sua história e a maioria das revistas fechou nessa época. Nesse sentido, ver MORIN, Edgar. *Cultura de Massa no Século XX. O Espírito do Tempo*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

O papel que a fotografia desempenhou na revista

A razão da credibilidade que o público depositava na fotografia reside na crença de que a mesma se trata de um registro isento da participação humana, que traz uma apresentação imparcial e implacável do real. Porém, ainda que tal percepção seja assumida pelo leitor – induzida certamente pelos próprios meios de comunicação –, é preciso observar que a foto é, antes de tudo, um suporte para veicular uma informação, com características próprias que desvinculam a imagem transportada da pretensa naturalidade. A leitura da foto pelo olho humano pressupõe convenções obrigatórias: abolição da terceira dimensão, que transforma o espaço real, percebido pela objetiva, em espaço virtual da fotografia; limitação do mesmo espaço pela própria dimensão da objetiva; eliminação do efeito de movimento – sugerido porém na fotografia e aceito pelo olhar do receptor; alteração das cores (sobretudo nas fotos em preto e branco) ou possibilidade de intervenção nestas; alteração de escala, que, por sua vez, aumenta ou diminui a percepção da granulosidade, bem como eliminação de outros estímulos sensoriais – diferenças que a afastam, fisicamente, do objeto representado¹⁰.

Se os atributos físicos do suporte fotografia e as convenções a que submete o olho humano já desautorizam seu entendimento como transmissor exato do real reportado, ao se verificar o processo de elaboração da fotografia, desde a escolha do fotógrafo ao produto final publicado na revista, tal distanciamento se torna enorme. A começar pelo campo visual da lente do fotógrafo, que, ao escolher o espaço do recorte fotografado, determinará previamente o que irá e o que não irá compor a cena. Além disso, o ângulo escolhido (de cima para baixo, de lado, com determinada distância da câmara fotográfica etc) fornecerá apenas uma possibilidade de ver o objeto, dentre tantas outras possíveis. Ainda, as duas variáveis anteriores multiplicam-se quando se leva em consideração o fator tempo/movimento – também escolhido pelo fotógrafo –, pois interferirá de maneira definitiva no produto final, na medida em que redefine a abordagem do objeto alvo.

¹⁰ Sobre as características físicas da foto ver DUBOIS, Philippe. *O Ato fotográfico e Outros ensaios*. Campinas: Papirus, 1994, e AUMONT, Jacques. *A Imagem*. Campinas: Papirus, 1995.

Além disso, como se trata de um conjunto de imagens preordenadas, a editoração é de cabal importância. Dentre os elementos que interferem no resultado final da mensagem fotográfica está a escolha da “melhor” foto que irá ilustrar a matéria. Indispensável se levar em conta as razões culturais, políticas, comerciais e tantas outras que envolvem, consciente ou inconscientemente, a escolha feita pela editoria da revista, de uma foto em face de outra. Por fim, o tamanho da foto, sua alocação espacial nas páginas, bem como sua relação com as demais imagens da mesma reportagem e desta com a sequência e lógica das outras reportagens e artigos que formam o conjunto do exemplar, são também outros fatores que definem a própria informação transmitida. Assim, muito menos do que a pretensa “realidade objetiva” do que é fotografado, a fotografia contém a própria realidade sócio-cultural do fotógrafo – ou, como é o caso de imagens fotográficas de imprensa, do redator da publicação –, pois revela suas escolhas e posicionamentos políticos/culturais/ideológicos. Como lembra Kossoy:

“A eleição de um aspecto determinado - isto é, selecionado do real, com seu respectivo tratamento estético -, a preocupação na organização visual dos detalhes que compõem o assunto, bem como a exploração dos recursos oferecidos pela tecnologia: todos são fatores que influirão decisivamente no resultado final e configuram a atuação do fotógrafo enquanto filtro cultural. O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal.”¹¹

Mas se a fotografia mostrou ser o suporte ideal da revista para transmitir credibilidade a suas informações, falta compreender o objeto dessa informação e o porquê de seu interesse para o público norte-americano.

A geografia da *The National Geographic Magazine*

A fundação da *Society*, assim como o lançamento da revista, foram sintomas do ressurgimento do debate em torno da geografia ocorrido no final do

¹¹ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*, São Paulo: Ática, 1989, p.27.

século XIX¹². Um momento de “definição” do *status* científico desse ramo do conhecimento. O revigoramento da Geografia – no plano internacional – estava diretamente associado ao novo quadro da política internacional, mais particularmente com as disputas de territórios pelos países industrializados¹³.

E fazia sentido ser assim. O desenvolvimento da Geografia naquele momento foi um imperativo para as novas relações internacionais. A industrialização do sistema capitalista de produção no século XIX culminou na expansão territorial dos estados centrais para uma nova colonização do planeta em busca de mercados. Conseqüência e ao mesmo tempo combustível para a indústria, o imperialismo se apresentava como um encaminhamento natural da política dos países centrais do capitalismo. Cumprindo a dupla função de servir-se dos recursos naturais e de criar compulsoriamente mercados externos, os países periféricos do sistema estavam sendo anexados diretamente pela invasão militar ou, indiretamente, pelo constrangimento econômico. O diferencial do novo processo imperialista consistia na desproporção tecnológico-industrial entre dominante e dominado, dividindo o mundo, aos olhos do colonizador, claramente entre civilizações atrasadas e modernas¹⁴.

O novo quadro mundial exigia, portanto, o conhecimento dos espaços e de seus habitantes, para melhor estabelecer a natureza da relação entre os povos (a saber, o domínio). Mais do que a simples catalogação das diferenças territoriais e suas articulações, era premente estabelecer conhecimento seguro que facilitasse o controle¹⁵. A concepção que talvez sintetize melhor a relação entre geo-

¹² Nesse sentido ver CAPEL, Horácio. “Institucionalización de la geografía y estrategias de la comunidad científica de los geógrafos”. In *Revista de la Universidad de Barcelona*, año I, número: 8, marzo de 1977.

¹³ *Idem*.

¹⁴ HOBBSBAWN, Eric. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 33.

¹⁵ Nas palavras de Yves Lacoste: “A geografia é, de início, um saber estratégico estreitamente ligado a um conjunto de práticas políticas e militares e são tais práticas que exigem o conjunto articulado de informações extremamente variadas, heteróclitas à primeira vista, das quais não se pode compreender a razão de ser e a importância, se não se enquadra no bem fundamentado das abordagens do Saber pelo Saber. São tais práticas estratégicas que fazem com que a geografia se torne necessária, ao Chefe Supremo, àqueles que são os donos dos aparelhos do Estado. Trata-se de fato de uma ciência? Pouco importa, em última análise: a questão não é essencial, desde que se tome consciência de que a articulação dos conhecimentos relativos ao espaço, que é a geografia, é um saber estratégico, um poder”. LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. 6ª edição. Campinas: Papirus, 2002, p. 23.

grafia e poder estava na capa de uma revista francesa, congênere e contemporânea da *National*, que dizia: “*La Tierra pertenecerá a quien la conozca mejor*”¹⁶.

O conhecer tinha uma entonação técnica/prática, bem ao gosto do positivismo da época. Não é por outro motivo que a geografia se definiu como uma ciência de síntese, agregando saberes técnicos sobre a natureza, tais como cartografia, geologia, climatologia, hidrologia e mineralogia. Todas, no entanto, dirigidas para preocupações Estatais. À nova ciência geográfica foi dado um papel prático e que definiu seu objeto mais pelas necessidades do Estado (Imperialista) e menos por uma concepção teórica ou acadêmica. A própria percepção do conhecimento geográfico tinha, portanto, um aspecto de maior praticidade, forjado a partir das preocupações concernentes a estratégias estatais, como foi claramente exposto pelo general A. W. Greely, na edição de janeiro de 1906 da revista:

“O crescimento, desenvolvimento e limitação das nações são amplamente influenciadas pelo ambiente geográfico, quando não o são totalmente. A localização dos grandes centros de agricultura e comércio, de indústrias especiais, e extração de minérios, é um resultado das cuidadosas explorações dos recursos econômicos.”¹⁷

Mais a diante, o articulista completa o raciocínio, explicitando, inclusive, a ordem de interesse do geógrafo:

“O trabalho de explorações geográficas passou por três fases distintas: primeiro, interesses comerciais; segundo, avanço do conhecimento; terceiro, explorações científicas.”¹⁸

¹⁶ Citado por CAPEL, *op. cit.*, p. 46.

¹⁷ A. W. Greely, “Geographical exploration: its moral and material results”, janeiro/1906, p.2. “The growth, development, and ultimate limitation of nations are largely influenced if not entirely due to geographical environment. The location of great centers of agriculture and commerce, of special industries, mining and stockraising, is the outcome of careful explorations of the special economic resources on which their success depends”.

¹⁸ *Idem*. “The work of geographical explorations has usually passed through three distinctive phases: first, commercial purposes; second, advancement of knowledge, third, scientific explorations.”

As observações do general americano não eram declarações isoladas ou peculiares de um militar prático, pelo contrário, parecem seguir a regra do próprio discurso geográfico da época. Como relata Freeman, as sociedades geográficas européias tinham o mesmo enfoque descrito acima:

“Las sociedades geográficas no sólo satisfacían una curiosidad natural sobre los aspectos más salvajes de la naturaleza y la sociedad, sino que también consideraban astutamente las eventuales posibilidades de comercio y expansión colonial”¹⁹.

E a sociedade norte-americana – ao menos sua elite – tinha razões de sobra para se interessar por esse tipo de saber geográfico. O final do século XIX e a primeira década do século XX nos Estados Unidos é um período crucial no processo de definição de suas fronteiras internas e debate sobre a expansão territorial ou não daquele país. Por exemplo, o ano 1890 foi marcado como o ano da “solução” da questão indígena²⁰, com o confinamento do último grupo indígena em uma reserva, e, portanto, com a definição mais exata das terras à disposição para as ditas atividades produtivas. Nesse período também estiveram no debate público: o ingresso ou não dos Estados Unidos em uma Guerra contra a Espanha – algo que de fato ocorreu em 1898; a ingerência estadunidense no novo governo cubano; o controle político-administrativo das Filipinas e de Porto Rico; a proclamação do corolário Roosevelt à doutrina Moore e o acalorado debate sobre a construção do canal que ligaria o oceano Atlântico ao Pacífico (que culminou – com clara ajuda do governo de Washington – no “nascimento” de um novo país – Panamá – para a sede dessa monumental obra norte-americana).

Mas apesar das controvérsias e polêmicas sobre tais assuntos que moviam tórridos debates na imprensa, a revista permanecia em uma postura aparentemente discreta, não se envolvendo diretamente nas questões políticas ou tomando partido abertamente de um lado ou de outro. Os artigos da revista tinham como proposta situar os leitores municiando-os de elementos e dados sobre o debate que se desenrolava. Assim, as páginas da revista ocupavam-se das regiões onde estava

¹⁹ FREEMAN, T. W. *A Hundred Years of Geography*. London: Gerald Duckworth, 1961, p. 51.

²⁰ JUQUEIRA, Mary Anne, *Estados Unidos. A Consolidação da Nação*, São Paulo: Contexto, 2001, p115.

voltada a atenção do público; os artigos eram técnicos e descritivos, abordavam: ocupação de territórios, distribuição das bacias hidrográficas, fluxo migratório, composição étnica da população e sua força de trabalho, desenvolvimento tecnológico, capacidade produtiva da indústria, estratégia, reservas minerais, sistemas de defesa naturais a ataques estrangeiros, co-relações entre condições geográficas e históricas no desenvolvimento de regiões do país, etc.

O interesse sobre a Geografia não era exclusividade norte-americana, porém este país tinha particular preocupação com essa área do conhecimento. Era ao mesmo tempo um saber necessário a qualquer nação candidata a exploração ou exercício de poder no novo quadro geopolítico internacional, e indispensável para o conhecimento dos próprios leitores da revista sobre seu país, que aquela altura estava redefinindo internamente seu território. Há, porém, uma peculiaridade no caso norte-americano que entendemos ser igualmente importante para explicar o sucesso da revista. O meio natural dos Estados Unidos integrou, desde muito cedo, um forte elemento simbólico do nacional. A natureza norte-americana sempre foi, para os artífices do nacional naquele país, um símbolo de forte apelo. E a revista analisada soube, exatamente em um momento de forte ascensão nacionalista, canalizar muito bem esse discurso pré-existente na sociedade.

O teor das imagens fotográficas sobre os Estados Unidos

Quando a *The National Geographic Magazine* começou a circular, os Estados Unidos estavam passando por grandes transformações econômicas e sociais. Os anos de 1890 são identificados pela historiografia norte-americana como o início da “*Era Progressista*”, que se estendeu até a década de 1920²¹. A marca do período foi o espetacular desenvolvimento econômico do país, colocando-o definitivamente em posição de destaque no quadro dos países industrializados. A vitória dos Estados do norte na Guerra de Secessão, trinta anos antes, acelerou o processo de industrialização que tomou força na última década do século XIX. Foi nos anos noventa daquele século que o país completou uma unificação interna, multiplicando sua malha ferroviária, ampliando e estendendo leitos navegáveis de rios e implantando um monumental sistema de comunicações para a integração de todo o país.

²¹ Nesse sentido, ver LINK, Arthur. *História Moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965, e LEUCHTENBURG, William (org.). *O Século Inacabado. A América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

Entre 1895 e 1914, o governo norte-americano investiu milhões de dólares na construção de estradas de ferro, usinas elétricas, portos, túneis, barragens, sistemas de irrigação para a agricultura, pavimentação de estradas e ruas urbanas, construção de dutos e tubulações para cabos de transmissão de telégrafos, postes para implementar a instalação de rede elétrica e cabos de telefone. A política de realização de obras públicas atendia à exigência do novo modelo industrial, constituído, cada vez mais, por grandes empresas. Os novos gigantes da economia industrial concentravam dinheiro e poder, que, combinados com o avanço tecnológico da época, promoviam uma produção ao mesmo tempo diversificada e em escala até então nunca imaginada. O poder político estava, mais do que nunca, a serviço desses grandes conglomerados e praticamente se fundira em uma plutocracia empenhada num mesmo objetivo: aliciar insumos para alavancar o desenvolvimento industrial do país. O modelo de desenvolvimento estava calcado na produção em grande escala, para o consumo em massa, de um diversificado número de produtos criados ou inventados como necessários para a vida civilizada, o que exigia maior volume de mão-de-obra, atraindo correntes migratórias de praticamente toda parte do mundo.

A revista estava em perfeita sintonia com os novos ares de modernidade da economia do país. Um bom exemplo foi um artigo publicado em abril de 1907, da lavra de um funcionário do Estado norte-americano, discorrendo sobre os milhões de dólares que o governo de seu país iria investir naquele ano em obras de irrigação. O título da reportagem foi “*Millions for moisture - An account of the work of the U. S. Reclamation Service*”. Em tom nacionalista e claramente otimista em relação a seu país, o articulista inicia o texto com a seguinte frase:

“Estamos vivendo a Era das grandes coisas. É uma época criativa. Nossa perspectiva tem se ampliado a uma extensão tal que já não mais podemos deixá-la fixada a linhas geográficas. Ela abraça o mundo todo, os Pólos desconhecidos não são exceção. É o momento do engenheiro e em nenhum outro período de nossa história ele ocupou um lugar tão preeminente nos negócios nacionais como hoje.”²²

²² C. J. Blanchard, “Millions for moisture”, abril/1907, pp. 217-243. “Milhões para irrigação Uma Prestação de Contas do Trabalho do Serviço de Reivindicação dos EUA. “We are living in an age of big things. It is a creative epoch. Our perspective has broadened to such an extent that it is no longer confined by geographical lines. It embraces the whole world, the undiscovered Poles not excepted. It is the day of the engineer, and in no previous period of our history has he occupied so prominent a place in national affairs as he does today”.

No decorrer do longo artigo o autor descreve os milhões de dólares que o governo de seu país estava investindo na recuperação de terras até então inóspitas e improdutivas, transformando-as em oásis para a agricultura. De fato, foi um período das grandes obras de engenharia, das grandes máquinas, da grande produção, da imigração em massa, do transporte e comunicação mais rápidos, do consumo privado mais fácil (em quantidade, variedade e com preços melhores); em suma, foi o momento da afluência econômica que o país vivia. Mas foi também um período de grandes crises sociais, de revolta dos pequenos fazendeiros, de miséria urbana, de ódio racial, do alcoolismo epidêmico, da prostituição e de abalo das instituições política do país.

Colado ao avanço econômico estava, como dissemos de início, um vigoroso nacionalismo, e com ele, a retomada, a consolidação ou a reformulação de mitos e idéias sobre o próprio país. A *National* se insere nesse contexto e, como agente do processo, fez um recorte bem preciso desse período e forneceu uma versão sobre ele, transposta em reportagens acompanhadas por farto material fotográfico. Durante o período de 1895 a 1914, os Estados Unidos estiveram presentes em todos os números da revista, o que representa um universo superior a duzentos artigos e/ou reportagens. Os temas eram bem variados: sistemas de transporte, recursos naturais ou minerais de determinada região, desenvolvimento econômico de determinado setor, belas regiões do país, produtividade agrícola, migrações e tantos outros; mantendo-se um discurso coerente e um enfoque positivo dos feitos e resultados obtidos pelo desenvolvimento econômico, ou, simplesmente, enaltecendo-se as belezas naturais do país.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que as reportagens sobre os Estados Unidos estavam divididas em dois grandes blocos. Um primeiro grupo, certamente em escala menor, tinha como objeto a beleza natural do país. Neste, a reportagem ressalta a imponência do meio natural do país e convida seus leitores a conhecê-lo, repleto de belas montanhas, animais selvagens ou florestas majestosas.

O segundo bloco, constituído por reportagens sobre a transformação do território nacional, descreve o meio natural como uma grande reserva com destinação econômica. Antes de serem belas, intocadas ou mesmo sagradas, as florestas, montanhas, lagos, rios e planícies eram bens na expressão jurídica do termo: representavam riquezas para serem exploradas. Na ordem do discurso, o espaço era primeiramente apresentado pela revista de maneira quantitativa (extensão do território, volume de matérias-primas existentes, métodos de extração e transporte, tudo traduzido em números e gráficos estatísticos). Em seguida, o texto apresentava a importância estratégica da região e de sua

reserva, justificando a pertinência do tema da reportagem/artigo. Por último, a revista mostrava as transformações operadas pela ação direta do homem, o domínio do espaço e, em linguagem econômica, sua realização financeira.

Assim, o repertório temático da revista no período oscila entre a grandiosidade da natureza (rios, colinas, cânions, florestas, grandes animais), os grandes recursos naturais (quantidade do rebanho bovino, quantidade e qualidade dos rios navegáveis ou a extração de minérios) e a transformação que o país estava sofrendo graças ao processo de modernização capitalista. Nesse caso o que as imagens e os artigos dão conta é das mudanças da paisagem com os novos equipamentos removendo e redesenhando o país. São tratores, colheitadoras, dragas, trens, barragens, usinas e guindastes em ação transformadora.

Tal repertório temático é apresentado por meio de novos métodos tecnológicos (a fotografia de imprensa) cujos recursos estéticos influenciam decisivamente na mensagem final.

O meio natural foi representado como imponente, majestoso e sublime. O modo como cachoeiras, vales, cânions, florestas e animais de grande porte foram fotografados compõem tal mensagem. Uma série de recursos técnicos é empregada para transmitir tais sensações. Invariavelmente as imagens sobre quedas d'água, por exemplo, são colhidas em ângulo vertical, de baixo para cima, impondo ao olhar do observador da foto a sensação de altura daquela cachoeira. O mesmo acontece quando as imagens da revista convidam o leitor a ver a imensidão de um cânion. Nesse caso, a foto, também na vertical, de baixo para cima, aumenta a impressão do tamanho do meio natural. Uma posição diferente da lente fotográfica ocorre quando a revista informa sobre os rebanhos norte-americanos. Nesse caso, a quantidade de animais é bem mais visível quando a imagem é colhida de cima para baixo. O mesmo posicionamento da câmera é eleito quando a revista se dedica a falar de uma floresta do país. Nesse caso, em hipótese alguma imagens de floresta são colhidas na horizontal, o que reduziria a sensação de grandiosidade e vastidão. Fotos na horizontal somente ocorrem quando o tema é uma única árvore, mas o “truque” fotográfico passa pela colocação de um elemento em paralelo ao objeto fotografado, para dar a dimensão de escala do tamanho do tema central da foto. Esse procedimento também foi exaustivamente usado para fotografar “coisas” gigantes. Por exemplo, em junho de 1903, com o sugestivo título da reportagem de *“Big Thing of West”*, a revista, para descrever o tamanho das melancias colhidas naquela região, apresentou uma foto com uma criança colocada dentro da fruta, ficando apenas com a cabeça para fora. Na mesma re-



**Foto extraída da reportagem:
"Our National Parks", junho de
1912, p. 535**

**Pintura de Albert Bierstadt.
"Mariposa Grove". 1876.**





Foto extraída da reportagem: "Our National Parks", junho de 1912, p. 534.

portagem, para mostrar a fertilidade do solo, a foto apresenta um homem em posição ereta ao lado de um pé de tomate que lhe supera em tamanho várias vezes. Os animais de grande porte por sua vez têm fotos frontais, na horizontal, e com a câmera muito próxima, sem foco no segundo plano, o que aumenta a impressão de tamanho da fera.

Tal forma de representar o meio natural norte-americano - ressaltando sua grandiosidade e excepcionalidade - havia sido feita por outro suporte de imagem, também do conhecimento do público leitor da revista.

Durante toda a primeira metade do século XIX, um movimento artístico intitulado de *Escola do Rio Hudson*, composto por uma geração de artistas nativos ou radicados na América do Norte, elegeu como tema central de seus quadros a natureza do país (especialmente a região que deu nome ao grupo, que se localiza ao Nordeste dos Estados Unidos) e a relação desta com o homem norte-americano.

Pintores como Cole, Bierstadt, Durand e Bingham, transpuseram para a tela o universo simbólico do discurso sobre a natureza norte-americana. Pintada pela Escola, o meio natural mantém os traços do desafiador, do incontornável, porém é esteticamente bela. Os cânones da representação mostram a filiação do movimento com o Romantismo inglês (mais exatamente com as escolas do Sublime e do Pitoresco), cuja sensibilidade se voltava para o resgate da natureza como valor positivo. Os quadros dos representantes dessa escola retrataram uma América mágica, exuberante e arrebatadora. De dimensões enormes, o meio selvagem norte-americano, ao mesmo tempo em que acenava para a grandiosidade do país, colocava o homem em posição desafiadora.

Como lembra Maria Lígia Coelho Prado:

“As paisagens na pintura dessa escola tinham algumas características peculiares. Os homens possuíam uma pequena dimensão diante da natureza não-domesticada. As paisagens eram grandiosas, inatingíveis, intocadas, cheias de mistérios, de grande beleza e originalidade. A natureza apresentava-se como refúgio, tanto espiritual como físico. A análise dessas pinturas mostra que contribuíram para a elaboração de imagens constitutivas de uma identidade nacional, era uma arte nacionalista que pretendia afirmar que a natureza atingira sua forma mais pura e elevada nos Estados Unidos”²³.

²³ PRADO, Maria Lígia. *América Latina no Século XIX. Tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 191.



Foto extraída da reportagem: "Our National Parks", junho de 1912, p. 533.

Segundo a historiadora, as pinturas nacionalistas norte-americanas, muito além de representarem a própria natureza tema dos quadros,

“(...) acabaram sendo uma contribuição efetiva para o imaginário nacional. Os Estados Unidos eram esse grandioso país no qual a natureza selvagem era a prova de que a Divina Providência havia tocado essa terra com um olhar especial, de terra eleita. Ao mesmo tempo, a wilderness indicava a originalidade norte-americana diante da Europa. Essa natureza forte, intocada, grandiosa, enigmática, era o sinal positivo que previa a grande nação que os Estados Unidos seriam algum dia”²⁴.

Avançando ainda mais na análise e repercussão do significado dessas pinturas, arremata a autora:

“A natureza não é, portanto, um objeto neutro, perscrutado pelo olhar supostamente imparcial do cientista ou pelo do artista em busca da “beleza

²⁴ *Idem.*

pura”. Suas representações são carregadas de idéias que produzem imagens e símbolos, contribuindo para compor o imaginário de uma sociedade”.²⁵

A contribuição de que fala Prado (especialmente a da Escola do Rio Hudson) parece ter sido extremamente consistente, quando comparados os acervos imagéticos produzidos pelos pintores e as fotografias da *The National Geographic Magazine*. Mesmo se tratando de suportes distintos, pode-se ver, com relativa clareza, a proximidade entre as pinturas da *Hudson River School* e as fotografias da *The National Geographic Magazine*. A comparação entre os acervos parece inevitável, não só quanto ao repertório temático, mas também quanto ao tratamento e aos recursos técnicos utilizados. Em praticamente todas as imagens da revista se perceber a escolha do ângulo privilegiando que melhor proporciona uma impressão de amplidão do espaço, seja utilizando ângulos aéreos, visões panorâmicas ou, ainda, o uso de recursos como a existência de figuras humanas para estabelecer a escala da grandiosidade.

Tais escolhas – muito bem sucedidas e de amplo conhecimento do público norte-americano – também foram empregadas quando as imagens da revista eram sobre as transformações tecnológicas que estavam em curso no país. Nesse caso, o mesmo método de fotografar a natureza migra para as maravilhas do mundo industrial. A cachoeira, fotografada de baixo para cima, dá lugar à pilha de sacos de cereais colhidas na última safra²⁶. A figura humana usada para dar noção de escala e trazer a idéia de grandiosidade da árvore passa a ser usada para mostrar o gigantismo da máquina agrícola empregada na lavoura²⁷. A fotografia frontal do urso da reserva florestal também é usada para registrar a draga que está limpando os rios do país²⁸.

Mas a preocupação com a imagem do país não se encerra nas grandes obras naturais ou humanas, ela desce a pormenores não menos importantes e significativos da mensagem proposta. O mundo norte-americano do trabalho é composto, segundo a revista, por ferramentas sofisticadas: serras elétricas, britadeiras, lupas, luz elétrica e uma infinidade de equipamentos motorizados. O

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ Foto publicada na edição de julho de 1903, na reportagem intitulada “The United States; Its soils their Product”.

²⁷ *Idem*.

²⁸ Foto publicada na edição de junho de 1902, na reportagem intitulada “Our National Park”.

cenário do trabalho é repleto de fios e cabos de aço operados por homens brancos e uniformizados. As elaborações de manufaturados ocorrem sempre em fábricas modernas. A agricultura é realizada não por processos rudimentares, mas sim por equipamentos sofisticados. O transporte, nunca por meios e equipamentos obsoletos, mas sim por modernos trens ou veículos motorizados. E o resultado nunca é relativo a singularidades, mas sim a enormes quantidades, dando conta da fartura advinda do trabalho disciplinado, disposto, realizado pelos mais sofisticados métodos modernos.

As escolhas temáticas e os recursos estéticos são apenas partes da estratégia de informação e criação dessas imagens-conceito sobre os Estados Unidos. Muito além daquilo que se mostra e do modo como é apresentado, indispensável, para compreensão da informação final que se pretendia transmitir, também assinalar o que se ocultava. Apesar do grande número de negros, mulheres e mesmo crianças que trabalhavam na linha de montagem das fábricas e demais frentes de trabalho, em nenhum momento eles aparecem nas imagens fotográficas da revista. Não há imagem alguma de devastação das florestas ou mesmo das catástrofes naturais que assolaram o país naqueles anos (bom lembrar que a cidade de São Francisco foi completamente arrasada por um incêndio decorrente de um tremor de terra ocorrido em 1906).

Importante destacar que tais imagens foram apresentadas em contraste com outros países, especialmente dos vizinhos latino-americanos. Comparado com as imagens sobre os países latino-americanos é saliente a diferença entre as imagens fornecidas sobre os Estados Unidos e as imagens sobre a América Latina, cujos recursos estéticos, os temas escolhidos e a forma de apresentá-los, dão conta de um local inóspito, desprovido de ordem institucional e mergulhado no mais profundo atraso econômico.

O produto final da mensagem proposta pela revista é de uma imagem-conceito extremamente positiva dos Estados Unidos, obtida principalmente pela exposição, à exaustão, de uma infinidade de escolhas temáticas e estéticas apresentadas de maneira coerente durante longos anos.

Considerações finais

Quando a revista reportou os Estados Unidos, ressaltou a imagem positiva de um país em franca expansão. Porém, é importante lembrar a parcialidade da abordagem sobre aquele país feita pela revista. A primeira se refere ao caráter embrionário das mudanças que estavam ocorrendo. Sem que figurasse



Fotos extraídas da reportagem "The United States: Its soils and Their Product", publicado em julho de 1903.



em nenhum registro fotográfico da *National*, a esmagadora maioria dos norte-americanos, longe dos grandes centros, tinha vida material ainda moldada nos padrões da primeira metade do século XIX. No início dos anos 1890, cidades inteiras do meio oeste dos Estados Unidos haviam sido “levantadas” da noite para o dia com madeira extraída de florestas vizinhas²⁹. Por exemplo, em 1907, foi preciso um decreto obrigando o setor comercial da cidade de San Francisco a substituir as construções de madeira por tijolos, principal motivo da devastação da cidade pelo incêndio ocorrido no ano anterior.³⁰ No campo, onde morava a maioria da população, os raios da declarada modernidade pareciam ainda mais raros. Arado, cavalos, cercas de madeira eram os instrumentos do processo produtivo da grande maioria dos pequenos fazendeiros, e não as modernas máquinas exibidas pela revista.

O fato era que os ritmos e padrões da chamada modernidade estavam apenas em seus estágios iniciais, mesmo nos Estados Unidos, considerado um dos epicentros das transformações.

Mas a editoria da revista não apresentou qualquer contradição da realidade de seu país. Pelo contrário, foi ufanista e defensora da política governamental. As imagens escolhidas pelo periódico para reportar os Estados Unidos eram nitidamente parciais e estavam muito distantes de uma pretensa “verdade objetiva”. Resgatando as imagens de pinturas conhecidas do público norte-americano, principalmente da famosa *Escola do Rio Hudson*, a *The National Geographic Magazine* apresentou um cenário majestoso, imenso, do tamanho do orgulho nacional. E as mesmas técnicas de apresentação da grandeza do meio selvagem norte-americano foram utilizadas para mostrar o desenvolvimento econômico do país. Tratava-se de um suporte novo em um ideário bem conhecido do público.

Tal engajamento da editoria da revista está diretamente associado ao meio social que a produziu, uma elite econômica e política. A esmagadora maioria

²⁹ FOHLEN, Claude. *O Faroeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 174. Nas palavras do autor “Existiam certamente casas; mas mereciam o nome de “casa” essas cabanas ou tendas que formavam a grande maioria das habitações? Todas as cidades eram construídas às pressas, mais preocupadas com a funcionalidade do que com a estética. As primeiras moradias eram de lona, seguidas por construções de madeira, quando estas se encontravam à disposição nas proximidades. Na falta desse material, utilizava-se argila seca ao sol ou adobe, segundo uma técnica que os espanhóis haviam outrora empregado no Novo México. Para todos os efeitos, a palavra casa é uma força de expressão”

³⁰ *Idem*, p. 182.

dos artigos foi assinada por altos funcionários públicos – os associados da *National Society* –, comprometidos com o discurso do nacionalismo oficial. A revista foi escrita pela seleta elite e provavelmente lida também por ela e por uma classe média em expansão. A imagem-conceito elaborada pela revista sobre os Estados Unidos, ao mesmo tempo que dava ao público leitor a certeza do bom caminho que a nação estava trilhando, ainda legitimava os métodos e propósitos do grupo dirigente daquele país.

O percurso imagético do periódico, ao retratar o país como centro irradiador do progresso material e da tecnologia, estava em perfeita sintonia com a tradição do imaginário nacional norte-americano, que via o país como a grande nação habitada por um *povo eleito* de Deus. Um público acostumado com as idéias e imagens de grandiosidade, que as fotografias de imprensa ajudaram a consolidar.

Referências Bibliográficas

Fonte:

The National Geographic Magazine – CD Room 1888-1999.

Bibliografia

ANDERSON, Benedt. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática Editores, 1991.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. São Paulo: Papirus, 1995.

BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaire sociaux : memore et espoirs colectis*. Paris: Payot, 1984.

_____. *Imaginação social*. In Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985.

BARRACLOUGH, Geoffrey. Introdução à História Contemporânea. São Paulo: Circulo do Livro, 1964.

CAPEL, Horácio. “Institucionalizacion de la geografia y estrategias de la comunidad cientifica de los geografos”. In *Revista de la Universidad de Barcelona*, año I, número: 8, marzo de 1977.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

- DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico*. Campinas: Papirus, 1994.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/Editora, 1988.
- ECO, Umberto. *A estrutura do ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- FOHLEN, Claude. *O faroeste*. São Paulo: Cia das Letras/Circulo do Livro, 1989.
- FRANCASTEL, Pierre. *Pintura y sociedad*. Buenos Aires: Emecé, 1960.
- _____. *A realidade figurativa*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. *Imagem, visão e imaginação*. São Paulo: Martins Fontes, São Paulo: 1983.
- FREUND, Gisèle. *Fotografia e sociedade*. Lisboa: Verga, 1982.
- GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.
- GOMBRICH, Ernest H. *Arte e ilusão (um estudo da psicologia da representação pictórica)*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos (o breve século XX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- _____. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Nação e nacionalismo desde 1780; Programa Mito e Realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. *Ao sul do rio grande. Imaginando a américa latina em Seleções: oeste, wilderness e fronteira (1942-1970)*. Bragança Paulista/SP, 2000.
- _____. *Estados Unidos. A consolidação da Nação*. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOSSOY, Boris. *Fotografia e história*. São Paulo: Ed Ática, 1989.
- LACOSTE, Ives. *A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*. 6ª edição. Campinas: Papirus, 2002, p.23.
- LEUCHTENBURG, William E. (Org.). *O Século Inacabado. A América desde 1900*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LINK, Arthur (org.). *História Moderna dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1965.
- LUTZ, Catherine A. & JANE L. COLLINS. *Reading National Geographic*. London: The University of Chicago Press, 1993.
- MACHADO, Arlindo. *A ilusão especular, introdução à fotografia*. São Paulo: Brasiliense/ Funarte, 1984.

- MENESES, Ulpiano Bezerra. “Fontes Visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares”, in *Revista Brasileira de História*, n. 45, São Paulo: Humanitas, 2003.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *A Gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Annablume, 2002.
- _____. *Geografia. Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. 3ª edição. São Paulo: ed. Perspectiva, 1991.
- PAZ, Alfredo de. *L’occhio della modernità. (Pintura e fotografia dalle origini alle avanguardie storiche)*. Bologna: CEUB, 1987.
- PRADO, Maria Lígia Coelho. *A américa latina no século XIX, tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____. “Davi Golias: as relações entre Brasil e USA no século XX”, in Motta, C. Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000). A grande transação*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- PERROT, Michelle. *História da Vida Privada. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra (vol. 4)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- SANTAELLA, Lucia e Noth, Winfried. *Imagem. Cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão. Uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: Edusc, 2000.
- SCHOULTEN, Susan. *The Geographic Imagination in America, 1880-1950*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
- SONTAG, Susan. *Sulla fotografia*. Torino: Ed. It., 1978.

MODERNISMO LATINO-AMERICANO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ATRAVÉS DA PINTURA

Maria Helena Rolim Capelato

Depto. de História – FFLCH/USP

Resumo

O texto tem como objetivo refletir sobre as representações visuais expressas em algumas obras de artistas plásticos latino-americanos, vinculados aos movimentos modernistas dos anos 1920 que, através da pintura, procuraram traduzir suas preocupações com a busca de identidades nacionais ou regionais.

Palavras-Chave

Modernismo Latino-americano • Identidade Nacional • Pintura

Abstract

The text has as its goal to reflect about express visual representations in some of the Latin American plastic artists arts, linked to the modern movements from 1920, which through painting, looked into translating its concerns by the search of national on regional identity.

Keywords

Modernism • National Identity • Painting

A maioria dos intelectuais e artistas, representantes do modernismo latino-americano dos anos 1920, viveu na Europa num momento de efervescência cultural que se intensificou no pós Primeira Guerra. Eles incorporaram novas idéias e técnicas a partir do contato com representantes das vanguardas européias de diferentes tendências.

O tema da identidade nacional ou regional está implícito nas obras de grande parte dos pintores modernistas da América Latina desse período. Pretendo analisar algumas de suas obras que expressam a preocupação com a busca de raízes.

A historiografia contemporânea tem registrado um forte interesse no que se refere à compreensão de construções de identidades em diferentes épocas. Os autores que se debruçam sobre o assunto reconhecem a dificuldade de apreender o que seja identidade, traçar suas fronteiras, determinando os mecanismos de sua criação e contínua elaboração, partindo do pressuposto de que, assim como as culturas não são estanques, nem homogêneas, as representações identitárias são, na sua essência, híbridas, heterogêneas e mutáveis.

Meu interesse neste estudo não se restringe à caracterização de identidades nacionais. Se por um lado me refiro a situações específicas no âmbito das nações de origem dos pintores que explicam as suas preocupações identitárias, por outro, me interesso, especialmente, pela atuação desses intermediários culturais nos processos dinâmicos de circulação internacional que lhes permitiu apropriar-se de idéias e imagens produzidas em outros espaços, reelaborando-as de forma particular. Esse produto novo, por sua vez, se integra ao circuito internacional onde é reproduzido de diferentes maneiras por diferentes agentes. A recepção de um imaginário que representa uma identidade específica extrapola, portanto, os quadros nacionais.

A escolha da pintura como objeto desta análise se deveu à percepção da importância que certas obras tiveram no que se refere à representação de identidades nacionais ou regionais nessa época. Dawn Ades, autora de *Arte na América Latina*, dedica um capítulo do livro ao “Modernismo e a busca de raízes”, no qual expõe e comenta a pintura de diversos artistas da região. A autora afirma que as transformações radicais por que passaram as artes visuais na Europa durante as primeiras décadas do século XX entraram na América Latina como parte de uma vigorosa corrente de renovação, começada nos anos 1920. Esses movimentos europeus, no entanto, não entraram como estilos já prontos e individualizados, mas foram, em geral, adaptados segundo as idiossincrasias, o espírito inovador de cada artista. Quase todos os que abraçaram o modernismo o

fizeram no estrangeiro. O fato de ser americano, porém, marcou a obra até mesmo daqueles que eram internacionalistas dos mais convictos¹.

A reflexão em torno de certas obras pictóricas me obrigou a pensar na relação do historiador com esse tipo de documento. Alguns autores me ajudaram nesse percurso: Manuel Antonio Castiñeras González no seu livro, *Introducción al método iconográfico*, afirma que a análise das imagens não é mais patrimônio da História da arte e que os intercâmbios interdisciplinares têm se mostrado muito positivos porque permitem um diálogo produtivo entre a palavra e a imagem².

A imagem representa personagens, natureza, objetos e também mitos, acontecimentos históricos, além de representações da sociedade, da política e da cultura em diferentes contextos.

A iconografia refere-se ao conhecimento e à descrição das imagens. A relação entre o texto/imagem e o contexto permite captar a variação dos significados das imagens.

O método de análise desses documentos reporta-se à perspectiva intrínseca da obra, o que pressupõe análise do conteúdo, e à perspectiva extrínseca, que leva em conta as circunstâncias de tempo, lugar, biografia do artista, determinações sociais, culturais, intelectuais da época.

A obra deste autor se revelou especialmente importante para a reflexão a ser apresentada neste texto porque, além apresentar instrumentos necessários para a compreensão de termos e conceitos próprios da linguagem iconográfica, Castiñera González se preocupa em refletir sobre o papel da arte como meio de transmissão de formas e idéias.

Mas há diferentes maneiras de se olhar um quadro, como mostra Susan Woodford. Alguns ilustram uma história com clareza, outros representam uma alegoria e há também os que expressam algo que não é reconhecível, apresentando uma estrutura abstrata³. O leitor poderá notar que, nas pinturas a serem apresentadas mais à frente, nos deparamos com imagens bem distintas: algumas retratam claramente uma cena, enquanto outras apresentam estruturas

¹ ADES, Dawn. *Arte na América Latina*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1997, p. 135.

² CASTIÑERAS GONZÁLEZ, Manuel Antonio. *Introducción al método iconográfico*. Barcelona: Ariel, 1998, pp.9-10.

³ WOODFORD, Susan. *Como mirar um quadro*. Barcelona: Gustavo Gilli, 1983.

mais complexas, o que não significa a impossibilidade de compreensão do relato contido na obra.

Alberto Manguel comenta que as imagens encerram um texto a ser lido de muitas maneiras. Para o autor, as imagens, tanto quanto os relatos escritos, nos brindam com informações necessárias a qualquer processo de pensamento. Ao citar Aristóteles afirmando que a “alma nunca pensa sem uma imagem”, conclui que as imagens captadas pela vista tem significados variados: tanto se constrói uma linguagem feita de imagens traduzidas em palavras, como de palavras traduzidas em imagens, através das quais procuramos captar e compreender nossa própria existência. As imagens que compõem nosso mundo são símbolos, signos, mensagens e alegorias.

A imagem de uma obra de arte existe entre percepções: entre o que o pintor imaginou e o que pôs na tela; entre o que podemos nomear e o que os contemporâneos do pintor podiam nomear; entre o que recordamos e o que aprendemos, ou seja, as interpretações são múltiplas. Cada obra de arte se desenvolve atravessando incontáveis camadas de leituras e cada leitor tem que retirar essas camadas para chegar à obra a partir de suas próprias condições⁴.

A partir desta constatação de que uma obra de arte comporta múltiplas leituras, pretendo analisar o conteúdo das obras pictóricas escolhidas, entendendo-as como documentos de cultura, produzidos nesse contexto histórico que se caracterizou por uma renovação artística muito significativa.

O movimento denominado genericamente de “modernismo” foi liderado por um conjunto de artistas intelectuais que se dispuseram a propor inovações em relação à arte em vários países da América Latina.

Modernismo na Europa e na América Latina

Cabe inicialmente caracterizar os significados mais genéricos dos movimentos de vanguarda europeus relacionados ao modernismo latino-americano.

O modernismo europeu data de uma época anterior – últimas décadas do século XIX. Segundo alguns autores que se propuseram a definir o termo modernismo, ele se refere à arte da modernização que está relacionada ao progresso material, econômico, tecnológico dessa época.

⁴ MANGUEL, Alberto. *Leyendo imágenes. Uma história privada del arte*. Bogotá: Editorial Norma, 2002, pp. 17-31.

O artista do final do século expressava uma tensão e uma incerteza frente a mudanças que redefiniram as relações sociais e produziram novas concepções de mundo. O período se caracterizou por uma mescla de euforia e desespero, esperança no futuro e niilismo, revolucionarismo e conservadorismo, louvor e desprezo à tecnologia. Ou seja, as reações frente às mudanças não eram as mesmas e variavam do extremo otimismo ao extremo pessimismo nostálgico⁵.

Tal processo deu ensejo a transformações importantes no campo das artes e a circulação de imagens produzidas pelo espetáculo do progresso aproximou artistas num plano internacional.

Na literatura, o primeiro modernismo correspondeu ao momento em que os artistas procuraram superar o realismo/naturalismo, o romantismo e as representações humanistas, incorporando um estilo, uma técnica e uma forma capaz de expressar uma busca interior profunda.

O primeiro movimento modernista latino-americano, ou mais especificamente hispano-americano, acompanhou as mudanças artísticas européias, fazendo delas uma leitura particular. Como os europeus, os literatos desta região, se posicionaram de forma crítica em relação aos valores e códigos do mundo burguês, mas propuseram renovações literárias específicas: eles defenderam a criação de uma linguagem diferenciada da ex-Metrópole. A busca de uma identidade própria assumiu a língua como traço fundamental de ruptura com os padrões culturais da Espanha, que permaneceram mesmo após a independência das colônias.

O movimento data da década de 1880, mas antes já existia uma procura de formas para expressar a experiência americana. Essa busca, no entanto, ficou restrita a algumas experiências isoladas, segundo Jean Franco⁶. A partir dessa época, houve um renascimento literário hispano-americano que resultou em transformações na forma e no conteúdo, tanto da poesia como da prosa. A recusa da cultura espanhola aproximou os modernistas da França, ou melhor, de Paris, centro cultural do mundo ocidental.

O segundo movimento modernista da América Latina (a presença dos brasileiros, neste caso, foi significativa), diferentemente do anterior, contou com a participação de artistas plásticos que mantiveram contato com artistas euro-

⁵ BRADBURY, Malcolm e MCFARLANE, James. *Modernismo. Guia geral*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁶ FRANCO, Jean. *Cultura moderna en América Latina*. México/Barcelona/Buenos Aires: Editorial Grijalbo, 1985.

peus de diferentes nacionalidades: a pintura, sobretudo, assumiu importância tão relevante quanto a literatura. Caracterizou-se por uma busca de construção da identidade nacional que levou os artistas intelectuais ao encontro das tradições e raízes nacionais.

Refiro-me aos “artistas intelectuais” porque os modernistas dos anos 1920 abriram um amplo debate de idéias sobre a natureza da arte e sua relação com a nacionalidade. Além da produção artística, escreveram manifestos, criaram revistas, tiveram ampla participação na grande imprensa e se preocuparam em refletir sobre a sua sociedade, os impasses e possibilidades de mudança com ênfase no campo cultural.

Os movimentos modernistas latino-americanos dessa época foram tributários das experiências artísticas européias que, a partir da Primeira Guerra, introduziram elementos novos no campo das artes. O conflito mundial provocou uma crise de consciência entre intelectuais e artistas europeus que sentiram necessidade de expressar suas idéias e sentimentos. Os movimentos denominados vanguarda se ampliaram e se fizeram acompanhar de uma profusão de escritos sobre a natureza da arte, sua finalidade e função social do artista.

Esse debate também ocorreu na América Latina. Segundo Jorge Schwartz, a crescente politização da cultura latino-americana no final dos anos 1920, reintroduziu a discussão sobre o uso da palavra “vanguarda”, através da clássica oposição entre “arte pela arte” e “arte engajada”, relacionada a uma controvérsia em torno do próprio estatuto da arte. Como mostra o autor, inicialmente restrito ao vocabulário militar do século XIX, o termo “vanguarda” acabou adquirindo na França um sentido figurado na área política.

Mas ao mesmo tempo em que as facções anarquistas e comunistas se apropriaram do termo como sinônimo de atitude partidária capaz de transformar a sociedade, o surgimento dos *ismos* europeus deu grande margem à experimentação artística desvinculada, em maior ou menor grau, de pragmatismos sociais. E embora as vanguardas artísticas tivessem por denominador comum a oposição aos valores do passado e aos cânones artísticos estabelecidos pela burguesia do século XIX e início do XX, elas se distinguiam entre si, não apenas pelas diferenças formais e pelas regras de composição, mas por seu posicionamento frente às questões sociais⁷. Esta observação geral do autor é inteiri-

⁷ SCHWARTZ, Jorge. *Vanguardas latino-americanas. Polêmicas, manifestos e textos críticos*. São Paulo: Iluminuras/EDUSP/FAPESP, 1995, pp.34-5.

ramente válida para caracterizar os pintores que se preocuparam com a busca de raízes: eles tinham essa preocupação comum, mas diferiam entre si, tanto nas posições assumidas frente ao tema da função social da arte, como no sentido estético. Além disso, alguns deles reviram suas idéias políticas ou artísticas ao longo de suas trajetórias.

Os grupos tornavam-se conhecidos a partir de revistas, exposições, conferências e manifestos. O debate acalorado que surgiu em torno do significado da arte pode ser recuperado nesses documentos que, em muitos casos, traduziam a natureza militante e polêmica desses movimentos.

Paulo Menezes se refere à “Era dos Manifestos” ao analisar a profusão de movimentos, tendências artísticas e disseminação de escritos sobre a arte na Europa.⁸ Os artistas plásticos integrantes das “vanguardas” tinham uma característica comum: a crítica à pintura naturalista e realista e a recusa à imitação das fórmulas herdadas do passado, sobretudo da herança grega e seu conceito de beleza que toma o homem como modelo de perfeição. Alguns se insurgiram contra os velhos temas, contra os métodos de expressão pictórica (inclusive a noção de perspectiva) e os materiais utilizados pelos artistas. Franz Marc afirmou: “As tradições são coisas belas, mas é preciso apenas criar tradições, não viver delas”. Kandisky era contra a existência de regras para a criação e Malevich defendeu a idéia de que “a arte não deveria servir ao Estado, nem à religião, nem à história dos costumes, nem à representação dos objetos. Deveria viver por si e para si”. Naum Gabo, pai do construtivismo, também se opôs a esses usos da arte e ao seu caráter descritivo. Mas nem todos os vanguardistas se preocuparam apenas com o aspecto formal da arte. O expressionismo alemão, o surrealismo francês, embora diferentes em vários aspectos, tinham como denominador comum a preocupação social. Os expressionistas reagiram contra os horrores da Primeira Guerra e o mesmo fizeram os dadaístas, ainda que de forma diversa; os surrealistas pregaram a transformação do homem através da libertação das formas do inconsciente e o futurismo reagiu fortemente contra a burguesia da época e contra a arte passadista; o cubismo o acompanhou em vários aspectos.⁹

Os artistas latino-americanos se inspiraram em várias dessas correntes, mas pretendo mostrar que mesmo os discípulos dos defensores da arte pela

⁸ MENEZES, Paulo. *A trama das imagens*. São Paulo: EDUSP, 1997.

⁹ SCHWARTZ, Jorge. *Op. cit.*, p. 35.

arte, não se identificaram com essa perspectiva. A maioria deles revelou preocupação com os problemas da sociedade a que pertenciam. Procuraram romper com o passado, mas a produção nova, geralmente, representou respostas a suas inquietações sociais e/ou políticas.

As propostas inovadoras se expressavam, particularmente, nos Manifestos que tinham um sentido panfletário e apresentavam uma estrutura literária telegráfica, contundente e sonora. Tendia mais a sacudir, provocar do que a suscitar reflexão. Como observa Jorge Schwartz, a retórica contida nesses documentos é agressiva e se volta para a promoção de uma nova estética. Vários foram produzidos por ocasião do lançamento de revistas e explicitavam o projeto cultural ou político-cultural que orientaria a trajetória dessas publicações¹⁰.

O auge da produção de Manifestos, tanto na Europa como na América Latina, se deu a partir dos anos 1920. Nesse período, houve uma efervescência política e social que se fez acompanhar de intensa produção artística. Não só a Primeira Guerra e suas conseqüências devastadoras, mas também a Revolução Russa e o início dos movimentos de esquerda e de extrema direita provocaram uma reavaliação dos valores estabelecidos a partir de novos parâmetros: a guerra revelou o absurdo da condição humana e a Europa passou a ser vista como o “velho mundo” em decadência enquanto a imagem do “novo mundo”, lugar do futuro se fortaleceu. Houve febril intercâmbio de idéias e imagens entre esses dois continentes.

Na América Latina, alguns movimentos tiveram maior repercussão do que outros. Antes mesmo da eclosão da Primeira Guerra, o *Manifesto Futurista* de Marinetti (1909) tivera grande impacto na região. Ali se encontrava a negação mais radical ao passado, antigo e recente, e a apologia do futuro, da tecnologia e do movimento. A exaltação do novo por parte dos futuristas correspondia à imagem, que seria reforçada posteriormente, da América como lugar do futuro.

Alguns autores consideram que a repercussão desse *Manifesto* na América Latina pode ser tomada como o marco inicial do *Movimento Modernista*. Jorge Schwartz se refere a várias interpretações em torno dessa periodização e menciona o fato de que outros autores entendem a *Semana de Arte Moderna de 1922* (São Paulo) como um divisor de águas na cultura e nas artes do continente latino-americano. O crítico uruguaio Angel Rama o definiu como um evento histórico que marca o ingresso oficial das vanguardas na América Latina.

¹⁰ SCHWARTZ, Jorge. *Op. cit.*

É importante lembrar como aconteceu esse evento, no qual ocorreram exposições, recitais de poesia, concertos musicais e conferências, que foram alvo de críticas acerbadadas na ocasião.

O escritor e diplomata Graça Aranha, que morou na Europa entre 1900 e 1921, foi o seu promotor. Ele convivera com a agitação intelectual e artística do período e incorporara concepções estéticas do “espírito moderno”.

Quando voltou ao Brasil em 1921, trouxe a notícia do “*Congrès de l’Esprit moderne*” que seria realizado, na Europa, por iniciativa dos dadaístas e puristas em 1922. O evento não aconteceu, mas inspirou a organização da Semana de Arte Moderna paulista programada para comemorar o centenário da independência.

Considerada marco do modernismo latino-americano, ela contribuiu para o desenvolvimento de pesquisas formais e de uma nova linguagem artística em relação a várias artes. A partir dessa experiência, surgiram, em todos os cantos do Brasil, revistas culturais; algumas delas lançaram manifestos que exaltaram a integração do país no mundo da técnica e da mecânica.

Quanto ao final do *Movimento*, há um certo consenso em admitir que, no início dos anos 1930, já se vislumbrava o ocaso das experiências inovadoras e experimentais¹¹.

Modernismo latino-americano e a busca de raízes

Levando em conta a diversidade da produção cultural dessa época, considero mais apropriada a referência a *movimentos modernistas* latino-americanos, diversidade essa que se explica pelas diferenças conjunturais e históricas.

Nos anos 1920, a América Latina foi palco de conflitos sociais e políticos relevantes, alguns de caráter mais geral e outros mais específicos, como a Revolução Mexicana que teve grande impacto na América. Nesse período deu-se, em vários países, a criação de partidos comunistas, ocorreram movimentos operários e estudantis de grande porte, além de movimentos nacionalistas de esquerda e de extrema direita. No plano intelectual, foram formuladas propostas de unidade latino-americana e houve significativo debate em torno da questão indigenista. Todos esses acontecimentos tiveram, cada um à sua maneira, repercussão importante. Foi nesse contexto que ocorreram redefinições no

¹¹ SCHWARTZ, Jorge. *Op. cit.*, p.31-2.

campo cultural com propostas de novos códigos artísticos para interpretar o mundo em mudança.

É importante lembrar, também, que nas primeiras décadas do século XX, foram organizadas comemorações relacionadas aos centenários de independência em muitos países. Tais comemorações deram ensejo a reflexões em torno dos problemas nacionais e busca de soluções para eles, o que explica, em parte, as tentativas de revisão das identidades nacionais.

A busca de uma identidade nacional fundamentada em novas bases coincidiu com o surgimento dos movimentos modernistas dos anos 1920. Literatos e artistas plásticos se inspiraram nas vanguardas européias da época, mas a busca de raízes nacionais implicou num processo de releitura da produção externa a partir das questões que estavam postas nos diferentes países da América Latina.

A tentativa de recuperação das origens foi, geralmente, orientada por uma valorização da cultura popular e das tradições. Com base nesses elementos, os modernistas pretendiam criar um produto novo a partir de novas linguagens artísticas aprendidas na Europa. A circulação de idéias e formas visuais entre os artistas latino-americanos e europeus possibilitou a existência de “diálogos através de imaginários”¹².

A maioria dos modernistas dos anos 1920 criticava a cópia ou a imitação de padrões estrangeiros, comprometendo-se a produzir uma obra totalmente autêntica e original. No entanto, como observam alguns autores como Angel Rama, o “novo” significava, acima de tudo, uma vontade de ser diferente dos antecessores e nada dever ao passado.

O decantado produto novo era, na verdade, fruto de releituras do passado e a originalidade nacional resultava, muitas vezes, de uma inspiração européia. O contato dos modernistas latino-americanos com os europeus era intenso e ambos demonstraram interesse pelos mitos indígenas ou pelos ritos afro-antilhanos. Cabe lembrar que, desde o final do século XIX, artistas eu-

¹² A expressão foi usada recentemente por Jorge Schwartz, que realizou um trabalho de exposição pictórica acompanhada de um texto explicativo, através do qual estabelece relações entre o pintor modernista argentino Xul Solar - um dos que escolhi para análise - e pintores brasileiros (Ismael Néri, particularmente, Vicente do Rego Monteiro, Emiliano Di Cavalcanti, Antonio Gomide, Lasar Segall). O trabalho resultou no Catálogo *Xul Solar. Imaginários em diálogo*, que acompanha o Módulo integrante da exposição *Xul Solar. Visões e revelações*, apresentada na Pinacoteca do Estado de São Paulo - 24 de setembro a 30 de dezembro de 2005.

ropeus lançaram os olhos para fora da “velha Europa” com o intuito de encontrar novos estímulos para a criatividade.

O processo de circulação entre o nacional e o internacional que caracterizou os movimentos modernistas latino-americanos foi permeado por uma tensão existente entre o prestígio dos modelos externos e a procura de uma identidade nacional. O cubano Alejo Carpentier, autor de *O século das luzes* e *O recurso do método*, dentre outros, afirmou: “Temos que tomar nossas coisas, nossos homens e projetá-los nos acontecimentos universais para que o cenário americano deixe de ser uma coisa exótica”. O modernismo tentou por em prática essa idéia e por isto se pode dizer que, muitos deles foram, ao mesmo tempo, nacionalistas e cosmopolitas.

Foi com os representantes das vanguardas do “velho mundo” que artistas do “novo mundo” discutiram e compartilharam idéias, aperfeiçoaram suas técnicas e inventaram novas formas de expressão.

O novo foi um vocábulo muito utilizado na época. Appolinaire em *L'Esprit nouveau e lês poètes*, consagrou a ideologia do novo na esfera das artes, no que foi seguido por modernistas latino-americanos. Mas, como veremos mais à frente, a nostalgia da sociedade que não existia mais era visível em alguns escritores e artistas da América Latina. Na região, o culto ao novo e ao presente, traduzidos na exaltação da máquina, da tecnologia e do progresso, conviviam, no mesmo espaço, com o culto nostálgico da sociedade que a modernização destruía.

A pintura como expressão de identidade nacional/regional

Dentre os pintores latino-americanos que participaram de movimentos modernistas nos anos 1920, alguns revelaram nítida preocupação com a busca de raízes nacionais ou regionais (sul-americana ou latino-americana). A escolha dos artistas plásticos referidos nesta análise se orientou por esta característica¹³.

Os uruguaios Joaquim Torres-Garcia e Pedro Figari, o argentino Xul Solar, a brasileira Tarsila do Amaral e o mexicano Diego Rivera são, a meu ver, os mais representativos dessa tendência. Todos eles tiveram importância sin-

¹³ Para a construção deste tópico consultei ADES, Dawn. “O modernismo e a busca de raízes”. In *Arte na América Latina*. São Paulo: Cosac & Naify, 1997.

gular no desenvolvimento das artes plásticas, não só em seus países de origem; além disso, suas obras foram reconhecidas externamente. Participaram de exposições internacionais nos principais centros de cultura da época, representando a arte latino-americana.

A atuação desses pintores junto aos movimentos modernistas se deu de diversas formas: algumas obras tinham como finalidade primeira ilustrar capas ou páginas de livros de literatos de destaque; outras integravam, juntamente com palavras, a composição de cartazes de exposições ou de *Manifestos* que definiam a trajetória de certos grupos. Dentre as inúmeras revistas editadas nesse período, várias delas foram ilustradas com reproduções de pinturas de artistas modernistas. Jorge Luis Borges, por exemplo, teve vários de seus textos ilustrados pelo pintor Xul Solar.

Início a apresentação das pinturas com uma obra que considero extremamente significativa no que se refere à busca de uma identidade regional.

O pintor uruguaio Joaquim Torres-Garcia, em uma de suas obras intitulada “O norte é o sul”, virou o mapa da América do Sul de ponta cabeça e com relação a essa imagem, afirmou: “Nós temos idéia da nossa verdadeira posição, nos vemos, não como o resto do mundo gostaria de nos ver” (Fig.1).

A obra expressa, não apenas o desejo de definir uma identidade própria, rompendo com a tradicional dependência do sul em relação ao norte, mas também o dilema de muitos artistas latino-americanos relacionados à seguinte questão: como produzir uma arte não colonizada.



Figura 1

Joaquín Torres García. *O Norte é o Sul*, espólio do artista, Nova Iorque.

É importante levar em conta que o artista mudou-se para a Espanha com a família quando tinha 17 anos, circulou pela Europa e Estados Unidos, e só voltou para o Uruguai em 1934, quando tinha 60 anos. Pertenceu ao movimento construtivista, cujo fundador foi o russo Naum Gabo que se opunha a qualquer aspecto descritivo da pintura e sua relação com outros aspectos da vida além da arte.

Em 1935, Torres-Garcia afirmou que o tempo do colonialismo e das importações terminara no que dizia respeito à cultura. Tinha fé no internacionalismo, mas sua obra revela um forte sentido do nacional e suas relações com a América Latina. Fez trabalhos inspirados nas civilizações pré-colombianas.

Construiu um “monumento cósmico”, provavelmente inspirado na teoria da “raça cósmica” formulada pelo intelectual mexicano José Vasconcelos que pregava a integração das raças numa escala planetária, movimento esse já iniciado na América pré-colombiana, segundo o autor. A obra de Torres-Garcia se localiza num parque de Montevideo, denominado Rodó.

Assim como o pintor uruguaio, artistas ligados ao movimento modernista brasileiro tiveram grande contato com representantes das vanguardas européias. Este foi o caso, por exemplo, de Tarsila do Amaral, uma das mais expressivas representantes do modernismo no Brasil dos anos 1920. A artista não participou da “Semana de Arte Moderna” de 1922 porque estava na Europa, mas quando voltou ao Brasil, junto com o literato Oswald de Andrade, integrou-se no movimento modernista. O casal teve uma participação decisiva na renovação cultural brasileira.

O grande evento, já mencionado anteriormente, ocorreu em São Paulo e significou a primeira manifestação pública das pretensões vanguardistas. Mas cabe aqui abrir um breve parêntese para explicar porque ele aconteceu na cidade paulistana.

O significativo desenvolvimento cafeeiro ocorrido em São Paulo, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX incentivou o progresso material do estado que, indiretamente favoreceu o desenvolvimento industrial e urbanização acelerada. Nesse contexto, a cidade de São Paulo se projetou como grande centro urbano, no qual conviviam ex-escravos e imigrantes estrangeiros mal assimilados às novas condições da vida urbana e fabril. O conflito urbano não tardou a se manifestar nesse espaço de identidades mutantes. Os políticos responsáveis pela chamada “velha República”, segundo seus críticos, não conseguiam solucionar os problemas políticos e sociais,

e eram impermeáveis aos sinais dos novos tempos, estando mal integrados no cenário da modernização contemporânea.

Não só São Paulo, mas o país se modernizava nessa época. As mudanças provocaram novas análises sobre o país. Os “intérpretes do Brasil” passaram a fazer uma revisão em relação aos diagnósticos sobre a realidade, até então, muito marcada pelas teses raciais.

Cabe lembrar que, a partir do final do século XIX e início do século XX, inúmeros autores, literatos inclusive, haviam construído análises sobre os males do Brasil, imputando o “atraso” do país à presença de raças inferiores (índios, negros e mestiços) e, por esse motivo, defendiam a vinda de imigrantes europeus para “branquear” a sociedade. Mas as mudanças sociais ocorridas no país e a contestação das teses racistas e sua desmistificação como ciência, produzida pela Antropologia e outras áreas do conhecimento, no plano internacional, contribuíram para que houvesse reinterpretações sobre os problemas brasileiros a partir dos anos 1920.

A preocupação predominante dos que se propuseram, a partir de diferentes óticas, a repensar a realidade brasileira, passou a ser a falta de integração nacional (territorial, racial, social e cultural). Foi nesse contexto que a mestiçagem e seus componentes – índios e negros – começaram a ser valorizados; o “tipo nacional” até então depreciado frente ao estrangeiro, tornou-se alvo de interesse e sua incorporação à sociedade, vinculada à proposta de construção de uma nova forma de identidade nacional, se insere nos debates sobre a nacionalidade. Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral participaram deles.

Ambos aderiram ao movimento modernista, mas estavam menos preocupados com a renovação da arte brasileira e sua inserção no contexto internacional, embora fossem a favor dela, e mais voltados para a tentativa de mudança de consciência por parte dos intelectuais e artistas, no sentido de produzir uma nova cultura, expressão de uma nova forma de identidade nacional. Os dois manifestos - *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924) e *Manifesto Antropófago* (1928) - de autoria de Oswald de Andrade revelam a grande preocupação com a releitura do passado e com a revisão da cultura brasileira.

O primeiro foi publicado no jornal *Correio da Manhã*. Oswald exaltava a formação étnica do país composta por índios, negros e brancos. Segundo Jorge Schwartz, ele percebera, em Paris, que aquilo que os cubistas europeus procuravam na África e na Polinésia como suporte estético-exótico da arte moderna, sempre fez parte de seu cotidiano nos trópicos: o índio e o negro. Assim, descobriu o primitivo em sua própria terra, mas, além disso, valorizou a natureza, a história e elementos da cultura popular como o carnaval, a cozinha,

mesclando referências a símbolos da modernização como a fotografia, a técnica, a máquina. Condenou a cópia, a imitação, privilegiando a criatividade.

No segundo, afirma Jorge Schwartz, a linguagem metafórica, humorística e o uso de aforismos caracterizam o estilo do documento. Propõe a descida antropofágica como um ato de consciência, sendo que o dilema entre o nacional e o cosmopolitismo se resolveria pelo contato com as revolucionárias técnicas da vanguarda européia e a percepção da necessidade de reafirmar valores nacionais em linguagem moderna. Oswald transforma o “bom selvagem” de Rousseau no “mau selvagem” devorador do europeu e capaz de assimilar o “outro” para inverter a tradicional relação colonizador/colonizado. A antropofagia é considerada um ato religioso através do qual o índio incorpora atributos do inimigo, eliminando as diferenças. O *Manifesto* contém uma releitura da História do Brasil que começa com a deglutição do bispo Pero Fernandes Sardinha pelos índios Caetés de Alagoas. A descoberta do Brasil, segundo o texto, pôs fim a uma “sociedade comunista” onde prevalecia o direito natural. O autor propôs a “Revolução Caraíba”, após a francesa, a russa e a surrealista, como a última das utopias. Esta seria a resposta ao colonizador europeu; o aforismo “*tupi or not tupi*” criado por ele como paródia da célebre dúvida hamletiana, expressa a ênfase na criação de uma nova forma de identidade nacional.¹⁴

O *Manifesto Antropófago*, que resume as contradições brasileiras entre o

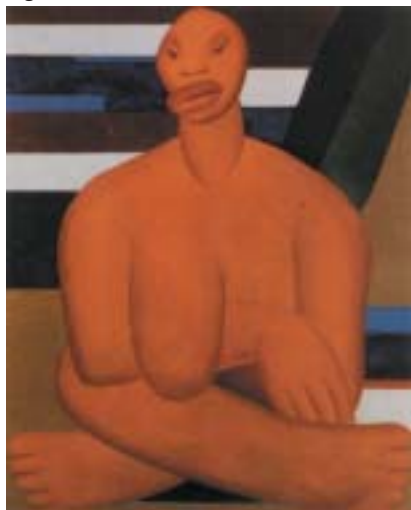
moderno e o primitivo, a indústria e a natureza, a Europa e a América, foi publicado no primeiro número da *Revista de Antropofagia*, e ilustrado com um desenho de Tarsila do Amaral, onde se via uma figura nua de pés incrivelmente largos, alguns cactos e o Sol – idêntico motivo dessa pintura, intitulada *Abapuru* (que em tupi-guarani significa homem ‘aba’, que come ‘puru’), seria reproduzida no ano seguinte, no quadro *Antropofagia* (Fig.2).

figura 2



Tarsila do Amaral. *Antropofagia* (1929), óleo sobre tela, 1,26x1,42m. Fundação José e Paulina Nemirovsky.

¹⁴ SCHWARTZ, Jorge. *Op. cit.* pp. 135-147.

figura 3

Tarsila do Amaral. *A negra* (1923), óleo sobre tela, 1,00x0,80m. Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo.

Há uma outra obra da artista, *A negra* (Fig.3), realizada em 1923, que prenuncia o estilo de *Abapuru*. Tarsila realizou este trabalho quando ainda estava vivendo na Europa e a pintura surgiu como ilustração da capa de um livro de poemas de Blaise Cendrars; o poeta foi apresentado a ela por Léger, pintor que a inspirou em sua produção artística, bem distinta da que desenvolveu nestes dois trabalhos mencionados.¹⁵

Oswald e Tarsila voltaram ao Brasil em 1924 e nessa ocasião Blaise Cendrars visitou o país. Juntos fizeram uma excursão pelas cidades históricas mineiras e partes do nordeste. Nessa viagem, Tarsila redescobriu o passa-

do colonial brasileiro e a cultura popular cultivada em pequenas cidades e vilarejos. Tal experiência deixou marcas em algumas de suas pinturas.

Posteriormente Tarsila e Oswald de Andrade se tornaram simpatizantes da esquerda e suas concepções sobre a sociedade e o papel da arte se modificaram significativamente; em 1931, ela visitou Moscou e desde então suas pinturas incorporaram elementos do realismo socialista.

Mas na época anterior, ambos fizeram parte dos modernistas brasileiros, um grupo de elite que circulava pela Europa. Um crítico se referiu à volta de Tarsila ao Brasil, com seus vestidos do estilista Poiret e disposta a ensinar o povo a ser brasileiro.¹⁶

É importante assinalar que estes modernistas brasileiros buscaram construir a identidade nacional em novas bases, mas sua dívida em relação às vanguardas européias é inegável. A circulação deles entre os dois mundos contribuiu para uma produção cultural inovadora que não pode ser considerada, nem

¹⁵ As duas obras foram comentadas no texto de ADES, Dawn. *Op.cit.*, pp.133-4.

¹⁶ ADES, Dawn. *Op.cit.*, p. 134.

genuinamente nacional, nem imitação do estrangeiro. O produto novo é fruto de um contexto específico que permitiu esse intercâmbio entre produtores culturais brasileiros e europeus.

Na Argentina dos anos 1920, os modernistas também tiveram papel renovador. Circularam também pela Europa, mas quando retornaram ao país, se depararam com outras questões.

Os argentinos viviam, nesse período, uma crise de identidade produzida pela presença massiva de imigrantes europeus que, desde o final do século XIX, mudou a fisionomia da sociedade Argentina e transformou a capital na cidade mais importante da América do Sul.

Buenos Aires, segundo Beatriz Sarlo era uma cidade cosmopolita do ponto de vista de sua população. O que scandalizava ou aterrorizava muitos dos nacionalistas do centenário (da independência), influía na visão dos intelectuais dos anos 1920. Na verdade, o processo havia começado muito antes, mas sua magnitude e profundidade continuavam impressionando os portenhos nesse período. A produção cultural traduzia, em termos ideológicos e morais, as reações frente a uma população diferenciada segundo línguas e origens, unida à experiência de um crescimento material rápido. Já em 1890 havia se quebrado a imagem homogênea da cidade, mas, como afirma a autora, trinta anos são poucos para assimilar, na dimensão da subjetividade, as radicais diferenças introduzidas pelo crescimento urbano, a imigração e inserção dos filhos de imigrantes na sociedade. Uma cidade que duplicou, em pouco menos de um quarto de século, a sua população sofreu mudanças que seu habitantes, antigos e novos, tiveram que processar.¹⁷

Nos anos 1920, graças a um crescimento educacional considerável, a cultura se democratizou em termos de distribuição e consumo. Nesse contexto de modernização urbana houve grande ampliação do público consumidor de cultura. A agitação cultural foi impressionante: ao longo da década foram criadas 80 revistas de cultura.

Os movimentos de vanguarda se impuseram e se manifestaram através de jornais e revistas e dentre outras se destacou a *Martín Fierro*. A vanguarda que circulou em torno dela tinha experiência européia, que seus representan-

¹⁷ SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica. Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988, pp. 17-9.

tes procuraram adaptar à realidade do país. O *Manifesto*, publicado para apresentação da revista, expressou o desejo de criar um ambiente artístico a partir de uma ação depuradora em relação ao passado (parnasianismo, simbolismo, etc.) e traduzir uma nova sensibilidade relacionada a uma nova compreensão da arte. O uso de vocábulos referentes a avanços tecnológicos era expressivo.

Os *martinfierristas*, apesar da exaltação do mundo moderno, admitiam o gaúcho como expressão da nacionalidade e valorizavam a cultura popular. Não por acaso, o título da revista se remete diretamente à obra *Martín Fierro* de José Hernandez, primeiro autor a traduzir, através da literatura, esse universo.

Segundo Jean Franco, a única obra latino-americana que chegou a cumprir esse papel renovador, antes do movimento modernista dos anos 1920, foi *Martín Fierro*, publicada em 1872. Seu autor criticou os governos europeizantes de Buenos Aires que tentaram destruir o modo tradicional de vida do gaúcho, cerne da nacionalidade e encarnação das qualidades da vida nos pampas. Conseguiu unir temas nacionais e universais e, valendo-se de imagens populares, canções, provérbios, poemas, procurou trabalhar com elementos da tradição argentina sem se basear em modelos europeus. Os escritores e o público culto da época desdenharam esse produto nativo que, posteriormente, foi valorizado pelos modernistas. Jorge Luis Borges considerou que este livro talvez tenha sido o mais importante da literatura Argentina em cento e cinquenta anos¹⁸.

Participaram da revista *Martín Fierro* intelectuais e artistas com preocupações muito díspares como Jorge Luis Borges, Manuel Lugones, Leopoldo Marechal. Os pintores Pedro Figari e Xul Solar se integraram nesse grupo de modernistas argentinos.

Pedro Figari era Uruguaio. Exerceu, nesse país, a carreira de advogado e defensor público, foi eleito deputado em 1896 e indicado para vice-presidente. Fundou o jornal *El Diálogo* e publicou artigos sobre educação, direito e estética. Foi diretor da Escola de Belas Artes e Ofícios onde realizou profunda reforma sobre o ensino das artes, mas só começou a pintar com idade já avançada. Sua pintura foi rejeitada em seu país, fato que explica sua mudança para Buenos Aires em 1921. Foi na Argentina que abraçou definitivamente a carreira de pintor; aí se integrou às vanguardas artísticas.

¹⁸ FRANCO, Jean Franco. *Cultura moderna en América Latina*. México/Barcelona/Buenos Aires: Editorial Grijalbo, 1985, pp. 22-3.

Xul Solar (Oscar Agustín Alejandro Schulz Solari) era filho de imigrantes ítalo-germânicos; aos dezesseis anos partiu a bordo de um navio cargueiro rumo à Europa onde conheceu a Itália, Alemanha, Inglaterra e França. Regressou à Argentina em 1924, quando se associou ao grupo *martinfierista*.

O fato de pertencerem ao grupo *martinfierista* é o elo de ligação entre eles; no mais, eram muito diferentes, apesar de demonstrarem preocupação com a busca de raízes nacionais ou regionais. Suas obras, como veremos a seguir, não revelam, do ponto de vista da forma ou do conteúdo, qualquer traço comum e, além disso, suas trajetórias de vida foram bastante distintas.

Quando Figari se radicou em Buenos Aires e Xul Solar voltou para o país, estava se firmando o movimento vanguardista argentino que tinha suas origens nas correntes literárias e plásticas européias, mas expressava uma vontade clara de independência intelectual e artística em relação ao estrangeiro. Figari tinha afinidade com os modernistas no que se referia à preocupação identitária: em sua busca de raízes, representou o gaúcho, concebido como essência da identidade rioplatense.

Embora ligado às vanguardas, idealizou o gaúcho procurando imortalizá-lo como um herói que merecia um monumento. Considerava esse nativo da América como um filtro de resistência à incorporação ao mundo moderno e reação à europeização desenfreada.

Sua pintura apresentava um tom nostálgico que contradizia a proposta dos modernistas de ruptura com o passado. Sua produção artística o aproximava do escritor Ricardo Güiraldes, com quem estabeleceu contato ao chegar a Buenos Aires. O autor do romance e *best-seller*, *Don Segundo Sombra* (1926), mitificava, às últimas conseqüências, a figura do gaúcho e a vida no campo; alguns autores consideram a obra de Figari como o melhor exemplo pictórico desse texto literário.

Jorge Luis Borges afirmou que as figuras de Figari estavam fora do espaço e do tempo. As lembranças de sua juventude retratadas em seus quadros reafirmavam a história do homem rioplatense anterior à avalanche migratória.

As imagens dos cavalos nos pampas em torno do Umbu, árvore enorme e inútil, mas que oferece sombra fresca ao cavalo e ao gaúcho cavaleiro, denotam a resistência às mudanças sociais na obra de Figari (Fig.4). A nostalgia do passado também se faz representar nas pinturas que retratam os costumes rurais e rastros da cultura africana trazidas pelos escravos; nelas aparecem casas antigas com pátios coloniais, festas de negros onde aparecem blocos de carnaval e rituais religiosos como o candomblé, danças populares acompanhadas por

figura 4



Pedro Figari. *Cavalos nos pampas*, (s/d), óleo sobre madeira, 62x82cm. Coleção particular, Buenos Aires.

figura 5



Pedro Figari. *Dulce de membrillo*, (s/d), óleo sobre papelão, 60x81cm. Museu Nacional de Artes Plásticas, Montevideu.

guitarras, tambores, reuniões sociais, funerais marcados por um ritual tradicional, cenas que contrastam com as reuniões frias e pomposas do “criollo” branco, com candelabros e retratos pendurados nas paredes (Figs. 5,6,7).

figura 6



Pedro Figari. *Dança de crioulo*, (c.1925), óleo sobre papelão, 52,1x81,3cm. The Museum of Modern Art, Nova York. Doado pelo sr. e sra. Robert Woods Bliss.

figura 7



Pedro Figari. *Nostalgias africanas*, (s/d), óleo sobre papelão, 80x60cm. Museu Municipal Juan Manuel Blanes, Montevideu.

As suas pinturas expressam o sentido de um mundo desaparecido ou em vias de desaparecimento. O pintor preferia a natureza à civilização e não mostrava interesse pelas formas mais radicais da arte. Usava figuras decorativas, execradas pelos modernistas, colocando-as onde de fato existiam. Em 1930, publicou em Paris, *História Kiria*, onde apresentava um mundo utópico como crítica e sátira da sociedade contemporânea. O povo *kiria* desconhecia distinções de raça, não tinha superstições, não fazia a guerra, não tinha o sentido trágico da vida e ria da idéia de uma arte pela arte.¹⁹

Figari, como disse, fazia parte do movimento *martinfierrista* e colaborava na sua revista que, em 1925, promoveu uma exposição de arte moderna da qual ele participou junto com outros artistas argentinos como Petorutti, Curattella, Oliverio Gironde, Noah Borges, Xul Solar.

Entre 1925 e 1934 viveu na Europa e fez grande sucesso em Paris. Sua obra foi reconhecida por Paul Valéry, Jules Roman, Jean Cassou, James Joyce, Corbousier, Edouard Vuillard, Pierre Bonnard, Picasso, Léger, dentre outros.

Nessa ocasião (1926), o pintor uruguaio Rafael Barradas enviou uma carta a seu conterrâneo, Joaquim Torres-Garcia, onde anunciava a presença de Figari no continente, com o seguinte comentário: “Segue um caminho diferente do nosso, mas está indo muito bem (...). Já somos três pintores uruguaios na Europa”.

O autor Jorge Castillo comenta que o relacionamento de Torres-Garcia com Figari era conturbado, mas juntos fizeram, em 1930, uma exposição em Paris, da qual participaram outros artistas latino-americanos como José Clemente Orozco, Diego Rivera, Rego Monteiro.

Figari tinha uma visão pessimista da Europa, tida como decadente, e defendia a América, considerada, utopicamente, como reduto de tudo a ser preservado. Era admirador da modernidade, mas nunca pintou uma locomotiva, nem um carro, nem uma fábrica.²⁰

Sua obra pictórica consolidou uma iconografia regional americana que expressa, de forma específica, um desejo de preservação das raízes, ao invés da construção de uma nova identidade a ser elaborada a partir dos valores do presente como pretendiam os modernistas em geral.

O pintor argentino, Xul Solar, também ligado ao modernismo e integrante do movimento *martinfierrista*, caracterizou-se por uma atitude frente ao

¹⁹ ADES, Dawn. *Op. cit.*, pp.137-41.

²⁰ CASTILLO, Jorge. *A formação de um estilo*. In: www.mnav.gub.uy/figari.htm.

mundo e a arte muito particular. Era essencialmente místico e acreditava no horóscopo. Incorporou ao seu universo interior a meditação, a cabala, o budismo, o I Ching, além de mitos pré-colombianos e latino-americanos.

Em sua arte explorou, acima de tudo, temas místicos. Usava símbolos religiosos de diferentes culturas como a judaico-cristã, a chinesa, a hindu. A serpente, figura representativa em quase todas as religiões e filosofias, se impõe de forma obsessiva na sua obra. Nos seus quadros figuram, também, a estrela de Davi, cruz cristã, mandalas, cruz gamada, cabala, alquimia, arcanos do tarô, além de signos do zodíaco. Figuras humanas, misturadas com letras ou palavras de origem pré-colombianas ou criadas por ele, aparecem junto com símbolos laicos e místicos, misturados com representações do universo e serpentes (Figs. 8 e 9).

Não pertenceu a nenhuma vanguarda específica, mas incorporou aspecto de várias delas ao produzir uma obra considerada original. Os comentadores

figura 8



Xul Solar, *Tlaloc* (1923), aquarela sobre papel, 26x32cm. Coleção particular.

figura 9



Xul Solar, *Dança de Santos* (1925), aquarela sobre papelão, 25x31cm. Coleção Marion e Jorge Helft, Buenos Aires.

da sua produção apontam a relação delas com as pinturas de Klee e Kandinsky que também eram místicos.

Regressou à Argentina em 1924 e se associou ao grupo *martinfierista*; na revista do grupo, sua obra aparecia com destaque. Esse artista, que ilustrou livros de Borges, era considerado pelo literato como expressão do homem cosmopolita, criador inigualável, que inventava sem cessar e não imitava jamais. Criou duas línguas: a *panlúngua*, e o *neocriollo* e inventou 12 religiões correspondentes aos 12 signos do zodíaco.

Sua obra não permite uma identificação clara com as questões referentes à “argentinidade”. No entanto, Beatriz Sarlo afirma que sempre viu seus quadros como um quebra-cabeça de Buenos Aires, pois, mais do que sua intenção esotérica ou sua liberdade estética, a impressionaram sua obsessividade semiótica, sua paixão hierárquica e geometrizarante, a exterioridade de seu simbolismo. Buenos Aires, completa a autora, nos anos 1920-30 era o enclave urbano dessas fantasias astrais e em suas ruas também se falava, desde o último terço do século XIX, uma *panlúngua* do porto imigratório. O que Xul mescla em seus quadros também se mescla na cultura dos intelectuais: modernidade européia e rioplatense, aceleração e angústia, tradicionalismo e espírito renovador, *criolismo* e vanguarda. Buenos Aires era o grande cenário latino-americano de uma cultura de mescla, afirma a autora.²¹

Alguns comentaristas enfatizam o espírito cosmopolita do autor expresso, por exemplo, em uma de suas pinturas onde se destacam bandeiras de diferentes nacionalidades, incluindo as da Argentina, Brasil, Colômbia, México, Paraguai junto com as do Reino Unido, França, Estados Unidos e outras mais. Estes símbolos nacionais se mesclam com outros símbolos da cultura universal: serpente, sol, estrelas, cometa, seta, cruz e até esboços de figuras humanas (Fig. 10). Mas a preocupação com a identidade regional – sul-americana – foi identificada em outros campos de sua atuação.



figura 10

²¹ SARLO, Beatriz Sarlo. *Op. cit.*, pp. 14-5.

Xul Solar. *Drago*. Aquarela sobre papel, 25,5x32cm. Museu Xul Solar.

Jorge Schwartz, no texto *Xul Brasil. Imaginários em Diálogo*, já mencionado anteriormente, afirma que “Da assombrosa geração latino-americana das vanguardas históricas dos anos 1920, Xul Solar foi o único que incorporou o Brasil em seu imaginário de forma sistemática. Suas pinturas, suas linguagens e sua biblioteca constituíram janelas abertas para a *terra brasilis*. Cinco décadas de intensa produção revelam um olhar, uma reflexão intelectual e mística voltada para o Brasil, assim como para o continente sul-americano”.

O autor se refere a sua criação do *neocriollo* como uma língua artificial, composta basicamente do espanhol e do português que deveria servir ao diálogo entre as nações latino-americanas. Refere-se, também, ao fato de que em uma de suas viagens à Alemanha, trouxe consigo o livro *Brasilien*, escrito pelo alemão Adolf Bieler. Na sua biblioteca, composta por 3.500 obras, há registros de 58 títulos brasileiros, referentes a temas diversos como religiões afro-brasileiras, política e História brasileiras, Antropologia, Geografia, Lingüística, além de revistas de época como *O Cruzeiro*, narrativas de viagem e inúmeros recortes de jornal referentes ao Brasil. Consta ainda de sua biblioteca o livro de poesia dos membros do grupo da revista *Verde* de Cataguases (1928), com dedicatória de Rosário Fusco, o romance *A estrela do absinto* (1927) de Oswald de Andrade, dois exemplares do primeiro número da *Revista de Antropofagia* (maio de 1928) e uma carta assinada pelo diretor da revista – Antonio de Alcântara Machado – convidando-o a se integrar ao grupo. Curiosamente, encontra-se, também, no acervo dessa Biblioteca, uma carta da Secretaria Geral da Educação e Cultura do Distrito Federal, informando a data e o horário de nascimento de Heitor Villa-Lobos. Jorge Schwartz comenta que a carta poderia ser uma resposta a um pedido de Xul para fazer o horóscopo do renomado músico brasileiro. O pintor revelou interesse, também, pelos integralistas Plínio Salgado e Gustavo Barroso; essa atenção talvez se explique pelo fato de que Plínio Salgado publicara, no primeiro número da *Revista de Antropofagia*, um extenso ensaio sobre *A língua tupi*, advogando o retorno à língua indígena como idioma nacional. A peça mais importante de sua biblioteca, certamente é *Macunaíma*, com dedicatória de Mário de Andrade, afirma Schwartz²². Como se pode notar, Xul Solar tinha grande interesse pelo movimento modernista brasileiro.

Os dois pintores da região platina, ligados ao movimento modernista argentino, apresentam características muito diferenciadas. Ambos circularam

²² *Idem*, pp.4-5.

pela Europa, tiveram influências externas e suas obras foram reconhecidas pelas vanguardas internacionais. A busca de raízes caracterizou a produção artística de Pedro Figari e Xul Solar, no entanto, as preocupações desses pintores com a identidade regional – rioplatense ou sul-americana – partem de visões de mundo muito díspares.

O caso do modernismo mexicano, que passarei a tratar, apresenta características diferentes em relação aos exemplos anteriormente mencionadas. As particularidades mexicanas estão relacionadas, de maneira muito direta, com a conjuntura histórica da Revolução Mexicana, um dos acontecimentos mais importantes do país, que teve grande repercussão na América Latina.

A pintura muralista é a que melhor representa o modernismo mexicano nas artes plásticas. Ela constitui um exemplo a mais da diversidade que essa tendência artística latino-americana encerra, e sua característica peculiar no forte sentido social dessa arte.

Segundo Octávio Paz, a pintura mural foi fruto da Revolução mexicana, mas também da grande revolução estética européia²³.

A Revolução teve início em 1910 e conquistou sua primeira vitória com a derrubada do regime de Porfírio Díaz, que permanecera no poder por várias décadas. No entanto, a consolidação do movimento foi difícil e lenta, passando por várias fases onde se degladiaram grupos de diferentes tendências; a sua periodização final é controversa, dependendo do tipo de interpretação que se dá ao movimento. Em 1917, representantes do grupo denominado constitucionalista assumiram o poder, após derrotar os exércitos camponeses comandados por Emiliano Zapata e Pancho Vila; nesse ano foi elaborada uma nova Constituição, mas os conflitos entre as lideranças políticas tiveram continuidade.

Quando Álvaro Obregón assumiu o cargo de Presidente em 1920, nomeou o intelectual José Vasconcelos como Secretário da Educação. O Secretário elaborou um programa de construção de murais e para a realização dessa grande obra, convidou os pintores Diego Rivera e David Alfaro Siqueiros, que estavam na Europa atuando junto com as vanguardas artísticas. O convite foi extensivo a José Clemente Orozco que vivia no México, mas em contato intenso com a produção artística das vanguardas internacionais.

²³ PAZ, Octávio. "Pintura Mural e Revolução Mexicana". In *México en la obra de Octávio Paz. III Los principios de la vista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

O objetivo principal dessa produção artística era a representação de uma nova forma de identidade nacional voltada para as raízes do povo mexicano e para a cultura popular. Esses elementos culturais passaram a ser privilegiados após o final da Revolução. A proposta de José Vasconcelos era causar impacto visual através de representações que retratassem a cultura autóctone a partir de suas tradições, símbolos, mitos, ritos e expressões da vida cotidiana. O Secretário entregou a eles as paredes da recém-construída *Escuela Nacional Preparatoria* (ENP).

Diego Rivera era um artista eclético que combinou vários estilos. Teve influência do cubismo, mas afastou-se dessa corrente, passando a estudar a obra de Cézanne, voltando à pintura figurativa; tinha afinidades com Gauguin e Rousseau em relação às cores e à representação das culturas “exóticas” (asiáticas, africanas, da Oceania e pré-colombianas). Quando foi convidado por Vasconcelos para produzir murais, viajou para a Itália com o objetivo de estudar as obras do Renascimento italiano, sobretudo a arte mural. Esta experiência aparece numa de suas primeiras pinturas murais – “A criação” – produzida entre 1922-1923 e localizada no auditório da ENP (Fig.11). Ela corresponde ao gosto de Vasconcelos que apreciava alegorias: apresenta dois planos distintos – no centro se destacam tipos humanos e outros caracteres da cultura mexicana – nas laterais e no alto, foram pintadas alegorias cívicas

figura 11



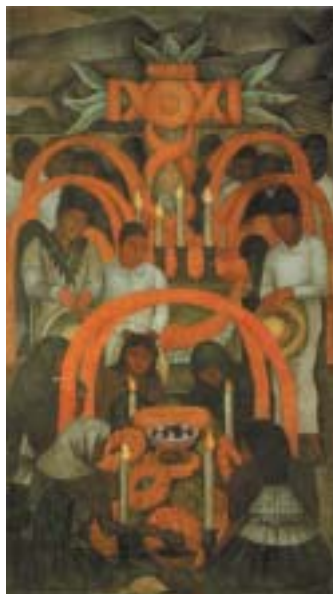
Diego Rivera. *A criação* (1922-1923), encáustica e folha de ouro. Anfiteatro Bolívar, Escuela Preparatoria Nacional, Cidade do México.

(representações da justiça, esperança) e cristãs, claramente inspirados nas obras do renascimento italiano.

Durante o período em que os pintores estiveram ligados ao projeto cultural de José Vasconcelos (1920-1924), a volta às origens e o culto ao nacional deviam ser privilegiados, mas esses temas só aparecem na obra de Diego Rivera.

Na pintura dos murais que decoraram o edifício da Secretaria de Educação Pública, recém construído, predominam as imagens do povo indígena, representado através de cenas da vida cotidiana, incluindo festas e rituais, representações do mundo do trabalho (Figs. 12 e 13). Há, também, uma série de pinturas encomendadas pelo Secretário, na qual aparecem mulheres vestidas com trajes típicos de cada uma das regiões do país. Todas elas são de autoria de Rivera.

figura 12



Diego Rivera. Del ciclo "Visión política del pueblo mexicano" (Patio de las fiestas). *La ofrenda - Día de muertos* (1923-1924), 4,15x2,37m. Planta baja, pared sur. Foto: Rafael Doniz.

figura 13



Diego Rivera. *La molendera* (1924), encaústica sobre lienzo, 106,7x121,9cm. Museo de Arte Moderno, MAM-INBA, Ciudad de México. Foto: Rafael Doniz.

No final do mandato de Obregón surgiram problemas políticos: em 1924, Vasconcelos renunciou ao seu cargo e os artistas, sem sua proteção, tiveram as encomendas dos murais suprimidas. Mas Rivera conquistou as simpatias do novo Secretário da Educação e pôde continuar o trabalho nesse edifício; nessa época, tanto ele quanto Siqueros, já eram militantes de esquerda.

Siqueros tornou-se o mais radical, do ponto de vista ideológico, no entanto, em termos artísticos, era o mais comprometido com o modernismo no que se refere ao emprego das técnicas. Suas pinturas tinham forte conteúdo social, mas as obras relacionadas aos temas da Revolução são posteriores, ou seja, datam da década de 1950. Orozco produziu obras referentes a ela nos anos 1920, mas o pintor não se identificava com as causas políticas, nem se preocupou em retratar as origens da nacionalidade. Negava-se a pintar índios com sandálias e calças de algodão sujas e não aceitava fazer obra de propaganda.²⁴

Rivera, quando se tornou militante de esquerda, passou a se orientar pela ideologia marxista. Em 1927 foi para Moscou e, influenciado pela iconografia da Revolução Russa, incorporou os símbolos da cultura comunista à sua pintura. Eles aparecem em vários murais, inclusive na parte final de sua obra que retrata a “Epopéia do povo mexicano” (iniciada em 1929), onde narra a história do México, desde o pré-hispânico até sua atualidade (Figs. 14, 15 e 16).

Octávio Paz, crítico impiedoso de Rivera, definiu sua pintura como ideológica, didática, doutrinária e salientou que sua visão da história do México expressa nestes últimos murais, era dualista e maniqueísta.

Seus comentários a respeito da pintura de Siqueros são, ao contrário, bastante elogiosos apesar de desqualificar a ideologia política que norteia suas ações. Conclui que ele foi um artista importante, criativo e com capacidade de usar as técnicas novas de maneira original, diferentemente de Rivera. Enalteceu, também, a obra de Orozco e comentou que ele não tentara penetrar na realidade mexicana com as armas das ideologias.

Ao comparar a ideologia dos três pintores, referiu-se a Orozco como anárquico, a Siqueros como ortodoxo/dogmático e a Rivera como marxista oportunista.²⁵

A apreciação de Octávio Paz sobre os pintores muralistas está comprometida com a posição que ele ocupava no cenário cultural mexicano da época. O literato pertencia ao grupo de vanguarda que girava em torno da revista *Contemporâneos*; eles defendiam a arte pura e o não compromisso do artista com interesses de qualquer natureza. Esse grupo foi combatido pelos artistas que se organizaram em torno do *Sindicato Revolucionário de Obreros Técni-*

²⁴ A propósito dos muralistas mexicanos, consultei ADES, Dawn. Capítulo 7, “O movimento muralista mexicano”, *op.cit.*, pp.151-77.

²⁵ PAZ, Octávio. *Op. cit.*

Epopeya del pueblo mexicano, 1929-1935. Ciclo de frescos. Escalinata con 3 monumentales murales, superficie pintada: 410,47m². Palacio Nacional, Ciudad de México.

figura 14

Diego Rivera. *México prehispánico - El antiguo mundo indígena* (1929), 7,49x8,85m. Vista total de la pared norte. Foto: Rafael Doniz.



figura 15

Diego Rivera. *Historia de México: de la Conquista a 1930* (1929-1931), 8,59x12,87m. Pared Central oeste. Mitad derecha e izquierda. Foto: Rafael Doniz.

figura 16

Diego Rivera. *México de hoy y de mañana* (1934-1935), 7,49x8,85m. Vista general de la pared sur. Foto: Rafael Doniz.



cos y Plásticos, devido à postura descompromissada que assumiam, considerada expressão do decadentismo burguês.

A experiência dos muralistas, apesar de orientada pelo tema da Revolução Mexicana, apresenta, não apenas formas, mas temáticas diversas.

Como procurei mostrar, os movimentos modernistas latino-americanos, embora orientados por perspectivas comuns apresentam características bem diversas. Mesmo os intelectuais e os artistas que se orientaram pela busca de raízes, expressa nas pinturas que aqui foram expostas e comentadas, apresentam diferenças significativas. Esta constatação permite concluir que o movimento foi plural e heterogêneo, tanto na sua forma como na visão de mundo e ideais que inspiraram os artistas que fizeram leituras particulares da conjuntura histórica na qual atuaram.

Essa diversidade, ao invés de diminuir a sua contribuição em termos sociais e culturais, atesta a importância desses movimentos. O intenso intercâmbio cultural que permitiu a interlocução entre latino-americanos e europeus, enriqueceu a produção artística da América Latina nesse período; ela foi produto de releituras originais das propostas européias realizadas a partir de filtros nacionais ou regionais.

As obras dos artistas mencionados conquistaram reconhecimento no exterior e exerceram influência recíproca entre os países da região. O movimento, no seu conjunto, permitiu a renovação do campo cultural.

A busca de raízes que significou tentativas de criação de novas formas identitárias, que são datadas, revela, no entanto, a preocupação dos artistas com os problemas enfrentados pelas respectivas sociedades onde atuaram.

Jean Franco, ao analisar a cultura moderna na América Latina, afirma que a arte latino-americana do final do século XIX a meados do século XX, se caracteriza por uma intensa preocupação social: o produtor de cultura, nesse contexto, se colocava na posição de consciência de seu país. A idéia da neutralidade do artista ou da pureza da arte, segundo a autora, teve poucos adeptos na região porque, como a integração nacional estava ainda em processo de definição e os problemas sociais e políticos eram imensos, o sentimento de responsabilidade do artista em relação à sociedade impedia que movimentos artísticos novos surgissem como solução a problemas meramente formais, como acontecia na Europa²⁶. Os produtores culturais latino-americanos, ge-

²⁶ FRANCO, Jean. *Op. cit.*, p.15.

ralmente, criavam impulsionados por suas angústias face a mudanças significativas no quadro social ou face a problemas cruciais enfrentados pelas sociedades em que viviam. A busca de novas formas de identidade nacional/regional, na América Latina dos anos 1920, surgiu como tentativa de compreensão das transformações da época e dos desafios que elas colocavam para os que se sentiam responsáveis pelos destinos do mundo em que viviam.

Referências Bibliográficas das Ilustrações

- ADES, Dawn. *Arte na América Latina*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 1997. (figuras 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9).
- Catálogo da Exposição Xul Solar - Visiones y Revelaciones*. Museo de Arte Latinoamericano de Buenos Aires. (figura 8).
- GRADOWCZYK, Mario Horacio. *Alejandro Xul Solar*. Buenos Aires: Ediciones Alber, Fundación Bunge y Born, 1994. (figura 10).
- KETTENMANN, Andrea. *Diego Rivera 1886-1957: un espíritu revolucionario en el arte moderno*. Germany: Taschen, 1997. (figuras 11, 12, 13, 14, 15, 16)

AS REPRESENTAÇÕES DAS LUTAS DE INDEPENDÊNCIA NO MÉXICO NA ÓTICA DO MURALISMO: DIEGO RIVERA E JUAN O’GORMAN

Camilo de Mello Vasconcellos

Doutor em História Social-FFLCH/USP e

Educador do MAE/USP

Resumo

Este artigo trata das representações do movimento de independência mexicana por meio da obra muralista de dois importantes pintores deste país: Diego Rivera e Juan O’Gorman. Estas obras plásticas constituem-se em importantes documentos visuais que devem ser analisados à luz de seus contextos de produção aproximando, ainda mais, a relação entre arte e política na América Latina.

Palavras-Chave

México • Independência Mexicana • Muralismo Mexicano

Abstract

This article analysis the representation of the Mexican Independence, through the Mexican painters muralists: Diego Rivera and Juan O’Gorman. These paintings are important visual documents that should be viewed in the context of their production, bringing also together the relation between art and politics in Latin America.

Keywords

Mexico • Mexican Independence • Mexican Muralism

O tema da independência na América espanhola tem sido consagrado desde o alvorecer das historiografias nacionais do século XIX, como objeto de múltiplas interpretações. O consenso só existe na visão da independência como momento da quebra da dominação política exercida pela metrópole e do nascimento dos Estados Nacionais. De resto, o tema é atravessado por paixões político-ideológicas, tanto da parte daqueles que defendiam uma perspectiva oficialista e ufanista, que no século XIX elegeram os “heróis” que comporiam os panteões nacionais, como da parte de uma historiografia crítica, que em particular nos anos 1960 e 1970, entendeu a independência como um movimento destituído de significativa relevância, pois não teria propiciado a ruptura das grandes estruturas que continuariam a manter a dependência do continente.

Para Maria Ligia Prado¹ as principais abordagens desta incipiente historiografia do século XIX privilegiavam não só o tema da independência “considerada como o momento de fundação da pátria, mas também seus heróis pensados como artífices dessa hercúlea tarefa”² justificando, portanto, a quebra dos laços com as respectivas metrópoles e a conseqüente legitimação do poder recém constituído.

Neste sentido, em países como a Argentina, o México, o Chile e também o Brasil houve uma proliferação de obras que elegeram as biografias de seus líderes como o tema principal.

Obviamente esta abordagem insere-se na própria concepção de História deste período vista como uma realização de grandes homens. Daí a importância conferida aos líderes.

O que me chamou a atenção nesta obra foi a abordagem da autora no que diz respeito à consagração destes heróis nacionais da independência no campo do **simbólico** (grifo meu). Para isso, tomou o exemplo das disputas em torno da construção do “herói” Simón Bolívar na Venezuela, que o conduziu da posição de traidor da pátria ao altar de “herói” consolidador da unidade deste país na década de 1840. Ou ainda, no caso mexicano, como foram as controvérsias sobre quem seria o herói da emancipação, uma vez que não só os conservadores difundiam uma visão negativa dos padres Miguel Hidalgo e José

¹ PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: EDUSC/EDUSP, 1999.

² *Idem*, p. 29.

Maria Morelos mas também dos liberais como por exemplo José Maria Luis Mora. Ainda segundo a autora, levou muito tempo para que obtivessem a aceitação como os verdadeiros patronos do processo de libertação nacional mexicano. Somente após a vitória dos liberais com Benito Juárez em 1867 e a conseqüente derrota da Igreja, Hidalgo e Morelos passaram a ser considerados os “heróis” da independência mexicana.

Com certeza as figuras de Morelos e Hidalgo foram ainda mais destacadas no panteão nacional após o processo da Revolução Mexicana de 1910, que consagrou um espaço oficial a todos os seus “heróis” nacionais, que passaram a receber cultos específicos de veneração e admiração por amplas camadas da população desse país, inclusive aqueles que outrora foram considerados “perigosos líderes populares”.³

Minha abordagem, neste artigo, seguirá o caminho da representação simbólica dos “heróis” da independência mexicana especificamente no século XX por meio das imagens, mais especificamente da obra muralista de dois pintores mexicanos. Para tanto analisarei o mural intitulado *La Guerra de la Independencia de México* de Diego Rivera (1886-1957) localizado no *Palácio Nacional*, sede do poder executivo mexicano e também a obra *Retablo de la Independencia* de Juan O’Gorman (1904-1982) presente no Museu Nacional de História⁴ da Cidade do México.

Meu objetivo será o de apresentar estas obras como documentos visuais que remetem a um determinado contexto político em que foram realizadas, e que estão carregadas de uma simbologia que deve ser analisada cuidadosamente. Além disso, considero também a importância que tais obras assumem, até os dias atuais, na conformação de um imaginário⁵ a respeito não só das lutas de independência no México mas, fundamentalmente, das diferentes visões e projetos políticos dos quais estes pintores são porta-vozes.

³ *Op.cit.*, p.31.

⁴ Fundado em 1940 pelo então presidente Lázaro Cárdenas e instalado em um dos mais importantes sítios históricos do México: o *Castillo de Chapultepec*. Este local foi sede do antigo *Colégio Militar* no século XIX e a partir de 1864 foi transformado em residência oficial do Poder Executivo Mexicano até a data de sua transformação em instituição museológica.

⁵ Para Bronislaw Baczko (1985) “o imaginário social compõe-se de um sistema de representações que trazem junto de si ideologias, aspirações, valores, mitos, utopias e projetos que legitima a ordem estabelecida. Além disso é através dos seus imaginários sociais que uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código do bom comportamento, designadamente por meio da instalação de modelos formadores tais como o do chefe, o bom súdito, o guerreiro corajoso, etc”.

Para tanto, é necessário iniciar esta discussão com questões que considero fundamentais a respeito de um dos mais importantes movimentos artísticos, não apenas do México, mas também da América Latina e da História da Arte Mundial: o muralismo mexicano.

O Muralismo Mexicano e o seu Significado⁶

Não há como desvincular o movimento muralista da história da arte do México, assim como não é possível fazê-lo em relação à própria Revolução Mexicana de 1910. Arte engajada, *bíblia política dos pobres*, *panfleto em escala colossal*⁷, inovador ou pouco original, conservador ou moderno, quaisquer que tenham sido as críticas feitas a essa forma de arte, deve-se levar em consideração que arregimentou ao seu redor tanto ferrenhos defensores quanto contumazes opositores⁸.

Localizadas nos principais edifícios públicos da Cidade do México, as obras murais resistem aos críticos e continuam presentes e expostas aos olhares muito ou pouco atentos, desafiando a compreensão sobre as mensagens que pretendem transmitir em toda a sua monumentalidade.

Críticos e historiadores da arte estão de acordo em vincular aspectos da arte muralista não só ao momento da Revolução Mexicana, mas em apontar suas raízes remontando até mesmo ao período pré-hispânico como forma utilizada para expressar valores, crenças e experiências de vida através da arte, como também à forma artística preferida no período colonial na decoração de conventos e igrejas, com intenção evangelizadora. Segundo Julieta Ortiz Gaitán⁹, o século XIX, a independência e os governos liberais que se instauraram, orientaram a arte mexicana para sua secularização, abrangendo espaços civis (edifícios públicos, casas e fazendas) e separando-a dos temas religiosos, além de incorporar

⁶ Esta reflexão está baseada em minha tese de doutorado intitulada *Representações da Revolução Mexicana no Museu Nacional de História da Cidade do México (1940-1982)* defendida em setembro de 2003 junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH-USP, sob orientação da Profa. Dra. Maria Lígia Coelho Prado.

⁷ Essas duas expressões estão referidas na obra de BAYON, Damián. *Aventura plástica de hispanoamérica. Pintura, cinetismo, artes de la acción (1940-1972)*. México: Fondo de Cultura Económica, 1972, p. 24.

⁸ Raquel Tibol, historiadora e crítica de arte e ex-secretária de Rivera, é uma das mais entusiastas defensoras da obra muralista. Dentre os seus maiores críticos encontram-se Damián Bayon, Xavier Moyssén e Octavio Paz.

⁹ ORTIZ GAITÁN, Julieta. *El muralismo mexicano y otros maestros*. 1ª edición. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Estéticas, 1994.

uma rica corrente de arte popular arraigada em tradições e costumes, fonte para a pintura mural do século XX.

A incorporação das tradições populares na arte do século XIX, a laicização dos temas, a busca de um perfil cultural próprio e a revalorização da arte pré-hispânica prepararam o terreno ou deixaram a “mesa posta”, conforme Orozco, para que o movimento muralista eclodisse com todo o seu impacto no século XX.

A pintura mural mexicana teve início oficial nos anos 20 do século passado como “filha da Revolução de 1910”¹⁰, e foi a principal corrente estética da arte moderna no México, com grande repercussão por todo o continente americano e mesmo na Europa. Não que a Revolução por si só tenha gerado a arte mural, que já estava em estado embrionário, mas, com certeza, foi ela que permitiu sua emergência e esplendor em toda a sua magnitude.

Para Aracy Amaral¹¹, o movimento muralista mexicano é a primeira articulação continental dos artistas contemporâneos da América, tendo surgido a partir de sua própria realidade, ou, como disse Germán Rubiano Caballero, “pela primeira vez na história desses países houve uma escola que despertou mais entusiasmo que a academia européia ou qualquer outra manifestação artística do velho continente”¹². É nesse movimento que Amaral reconhece a primeira forma de expressão plástica que reflete a consciência da realidade mestiça do continente, característica exclusivamente americana, e a exaltação do indígena visto como o primeiro e original habitante dessas terras.

No contexto da história da arte contemporânea, o muralismo mexicano inseriu-se nos debates acerca do papel da arte, situando-se entre as críticas do academicismo do século XIX e o vanguardismo europeu do início do século XX. No entanto, o muralismo respondeu às especificidades do momento político mexicano, de acordo com as condições e objetivos próprios, ao retomar as preocupações do realismo de Coubert e Daumier¹³ voltado para a temática social e para a pintura de trabalhadores e camponeses em cenas cotidianas, sem se afastar dos debates da arte moderna. Ao criar soluções originais para

¹⁰ PAZ, Octavio. *Pintura Mural*. In: *México en la Obra de Octavio Paz* III- Los Privilegios de la Vista. Arte de México. México: Fondo de Cultura Económica, 1987, p.221.

¹¹ “O muralismo como marco de múltipla articulação.” Primeiro Encontro Ibero-Americano de Críticos de Arte e Artistas Plásticos. Caracas: 1978. (Mimeog.).

¹² *Idem*, p.4.

¹³ CIMET SHOIJET, Esther. *Movimiento muralista mexicano – ideología y producción*. 1ª edición. Universidad Autónoma de México, 1992, p.28.

o uso do espaço pictórico (obras monumentais), o muralismo rompeu com a arte de cavalete e incorporou novos materiais, ferramentas e técnicas ao processo de trabalho.

Mesmo sendo influenciada por movimentos e técnicas européias (especialmente cubismo, fauvismo e expressionismo), a arte na América Latina em geral, e o muralismo mexicano em particular tiveram uma recriação própria a partir da realidade que se vivia, num processo dinâmico de retroalimentação e originalidade¹⁴. Por conseguinte, não é um movimento unidirecional, em que o modelo vem importado de fora para dentro, e aqui se aceita tal como concebido na Europa; há todo um processo de recriação e construção desde os valores que são vivenciados nesse país e, portanto, nessa especificidade cultural.

Esther Cimet analisa:

O fato de haver tido também fontes européias não cancela o valor, a especificidade do movimento muralista. Não é a Europa que explica o movimento. (...) Não são as fontes que explicam um fenômeno artístico, mas o como e o porquê, em que direções se transformam as matérias-primas obtidas dessas fontes. O movimento muralista mexicano bebeu em diversas fontes da história da arte: nos afrescos do Renascimento italiano, nas vanguardas européias e na arte pré-hispânica, colonial e popular do México; mas todas elas juntas não o explicam. O importante é como e em que direção as sintetizou e transformou em outra coisa, e em que consiste esta diferença, em que e como construiu e determinou essa especificidade.¹⁵

Daí a singularidade desse movimento, que acabou por criar imagens a respeito da história mexicana em seus diversos momentos, ao mesmo tempo em que fundamentou a construção de uma memória plástica referente à Revolução Mexicana.

A Revolução Mexicana, em oposição ao velho regime e às “aristocracias” no poder, engendrou uma nova ordem política que se refletiu também na questão cultural. A cultura tinha que se reconstituir, se renovar, assumir uma nova orientação, mais condizente com os princípios e os objetivos revolucionários,

¹⁴ Em termos plásticos a obra de Rivera e Orozco influenciou alguns pintores europeus e norte-americanos, tais como Hastings e Wight Barnes.

¹⁵ CIMET SHOIJET, Esther. *Op.cit.*, p.132.

levando conseqüentemente a um processo de nacionalização da cultura na qual a pintura mural mexicana encontrou seu proeminente lugar.

Para alguns autores, a pintura mural, advinda do processo revolucionário de 1910, é uma arte intencional e plena de significado ideológico, visando a enaltecer e propagandar a obra da Revolução e atingir a maior quantidade possível de espectadores. Daí sua exibição em espaços públicos apresentando aos olhos populares imagens de sua história, permitindo uma leitura pública desses temas a partir de uma visão subjacente a esse movimento artístico e aos interesses específicos do Estado revolucionário.

Por isso, não há como desvincular esse movimento artístico do mecenato do Estado, que contratava os artistas e pagava-lhes salários, garantindo sua existência material unicamente através da atividade artística; oferecia-lhes os muros para o registro de sua arte e de suas idéias; tornava-os reconhecidos por meio do prestígio público nacional e mundial; sugeria-lhes os temas que deviam estar relacionados à história nacional; e, finalmente, deixava-os “livres” para pintar a imagem de um povo em luta pela liberdade, contra a opressão e a tirania.

Essa relação entre arte e Estado, no século XX, lança uma forma inovadora da prática artística, não apenas no que se refere aos temas e signos da arte, mas sobretudo em seus quatro momentos: produção, distribuição, circulação e consumo. Rompendo os canais privados do mercado da arte, amplia seus espaços e suas relações na medida em que ao se localizar em espaços públicos torna-se arte pública, de “consumo” amplo que ultrapassa os limites de um grupo seleto.

A maior parte dos autores pesquisados considera que a origem do movimento muralista ocorreu no ano de 1922¹⁶, podendo ser dividido em duas grandes etapas cronológicas ou gerações: a primeira, que abrange o período entre 1922 até 1942,¹⁷ e a segunda, que vai desde o início da década de 50 até os nossos dias.

A primeira geração está ligada aos nomes de Diego Rivera, David Alfaro Siqueiros e José Clemente Orozco que, reunidos no Sindicato de Operários,

¹⁶ Nesse ano Rivera terminou seu primeiro mural denominado *A Criação* no Anfiteatro Bolívar da Escola Preparatória.

¹⁷ De início, essa primeira geração, antes de abordar temas políticos, históricos e sociais, se ateve a um marco de ideais referentes aos grandes temas da arte ocidental, nos quais se filtravam alguns conceitos próprios da teosofia, do esoterismo, do espiritualismo, e que refletiam o marco ideológico e estético de Vasconcelos. Em seguida surgiram os temas e estilos abertamente políticos relacionados diretamente com temas da história nacional, com os quais se associou mais comumente o movimento muralista mexicano.

Técnicos, Pintores e Escultores, lançaram no ano de 1923 uma “Declaração Social, Política e Estética”, no dizer de Raquel Tibol, “de claro sentido populista e subversivo”, no qual propunham socializar a arte, produzir apenas obras monumentais para o domínio público, criar uma beleza que sugerisse a luta, repudiar as manifestações individuais e burguesas da pintura de cavalete¹⁸. O corpo teórico da arte mural nasceu no sindicato, o que marcaria sua vinculação como arte nacional e com uma situação ideológica definida¹⁹.

Esses ideais propostos pelos muralistas e expressos em suas obras iam ao encontro dos projetos educacionais de José Vasconcelos, Secretário de Educação Pública durante o governo de Álvaro Obregón (1920-1924), cuja proposta era a de vincular a arte mural a um eficaz trabalho semelhante ao dos missionários espanhóis do século XVI: educar pela imagem, procurando atingir, por meio delas, uma população de 85% de analfabetos.

O desafio era bastante difícil de ser realizado, devido entre outras causas à heterogênea conformação da população mexicana, o que levou Vasconcelos a uma defesa da idéia da mestiçagem na tentativa de tirar o elemento indígena de suas raízes e integrá-lo à sociedade nacional. Daí a idéia de federalizar o ensino e a conseqüente criação da Secretaria de Educação Pública por decreto presidencial de 5 de setembro de 1921.

Em 1922, Vasconcelos contratou os melhores pintores da época para que decorassem os muros dos edifícios da capela de San Pedro e San Pablo, da Escola Nacional Preparatória, e as paredes da Secretaria de Educação Pública, constituindo as primeiras obras murais desse movimento. Com a sua renúncia em julho de 1924,²⁰ boa parte dos contratos dos muralistas foi suspensa, tendo apenas Rivera continuado seu trabalho.

¹⁸ Manifiesto del Sindicato de Obreros, Técnicos, Pintores y Escultores, 1923. Esse manifesto foi assinado, dentre outros pintores, por Siqueiros, Rivera e Orozco. Nesse manifesto, inclusive, esses artistas defenderam explicitamente a candidatura de Plutarco Elías Calles à Presidência da República, contra uma possível candidatura de Adolfo de la Huerta, que havia tentado um golpe contra Obregón nesse mesmo ano.

¹⁹ O sindicato dos pintores possuía um órgão informativo de nome *El Machete*, que mais tarde em 1924 se tornaria o órgão informativo do Partido Comunista Mexicano, do qual fizeram parte ativa Siqueiros e Rivera.

²⁰ Vasconcelos passou a ser alvo de intensas críticas da imprensa, que o acusava de “absurdo messianismo” e também por apoiar “pintores comunistas”. Além disso, Vicente Lombardo Toledano, presidente do Comitê de Educação da CROM – Confederação Regional Operária Mexicana –, realizou uma campanha ostensiva contra Vasconcelos por este não apoiar a candidatura de Calles à sucessão de Obregón.

O muralismo mexicano da década de 20 caracterizou-se pelo esforço em criar uma imagem do povo mexicano que surgia das convulsões da Revolução. As origens metafísicas acabaram sendo substituídas pelas realidades derivadas de experiências e preocupações políticas, que constituíram as imagens dominantes nos murais de Rivera, Siqueiros e Orozco.

Rivera, Orozco e Siqueiros acabaram dominando a cena artística no país. Os locais de grande prestígio que eram concedidos a esses pintores marcaram o início da institucionalização do movimento muralista mexicano. Nesse período, os políticos populistas que dominavam o Estado mexicano começaram a perceber nos murais públicos de Rivera um meio para dar uma forma cultural concreta à sua própria participação no desenvolvimento do México pós-revolucionário. Vivia-se o contexto da institucionalização da Revolução da qual Álvaro Obregón (1920-1924) e Plutarco Elias Calles (1924-1928) foram os primeiros a levarem a cabo tal processo. Os murais promovidos pelo Estado refletiam uma interpretação da história mexicana na qual era possível enaltecer as suas realizações. Isto aparece, especialmente, nos murais realizados por Rivera junto às escadarias do Palácio Nacional, intitulados *História do México* (1929-1935), como veremos mais adiante.

Apesar de sua situação preponderante, o movimento muralista viu-se inserido em uma relação política contraditória com o Estado que o patrocinava: estava sujeito ao Estado, e esta sujeição se dava na forma necessária de uma negociação conflitiva com o Estado patrocinador, tanto nas questões da pintura a ser realizada como na que se referia à sua produção e apreciação.

Cimet Shoijet prossegue:

Há que se levar em conta a relação entre o muralista e seu patrocinador que foi quase sempre conflitiva: nessa relação cada parte trata de defender seus interesses e disso deriva a necessidade de uma negociação entre ambos. Dado que cada mural se realizou em condições conjunturais diversas, dentro de uma correlação variável de forças e a partir de distintas posições também por parte dos muralistas – poderemos considerá-lo como o resultado do confronto dessas forças e não como a expressão quimicamente pura da ideologia do Estado ou de outros patrocinadores, nem tampouco dos interesses que os muralistas representavam.²¹

²¹ CIMET SHOIJET, Esther. *Op.cit.*, p.123.

As visões do mundo moderno criadas por Rivera, Orozco e Siqueiros entre 1930 e 1940 situam-se no contexto de realidades contrastantes. No dizer de Rochfort:

Para Siqueiros constituíam as bases de uma leitura profundamente parcial do mundo moderno. No caso de Orozco, os contrastes com frequência formaram a premissa de uma interrogação valorativa do conflito entre o ideal e a realidade. Na obra de Rivera, as dualidades do mundo moderno se trataram numa combinação de posições contraditórias, seja numa visão acrítica e mitificada da modernidade norte-americana ou através da retórica de seu socialismo revolucionário.²²

Na década de 40 surgiram os primeiros sinais de desgaste do movimento muralista, que acabaram por acentuar-se na década seguinte. Esse desgaste pôde notar-se na adoção da linha oficialista, no esgotamento das propostas plásticas e no fato de que alguns postulados do muralismo não tinham correspondência com a nova organização econômica e cultural do país, resultante da Guerra Fria.

Na economia do país ocorreu um fortalecimento da participação ativa dos setores industriais e das classes médias; promoveu-se o desenvolvimento de um forte aparato institucional burocrático; introduziram-se novos modelos educativos e culturais e começou-se a sentir sua influência através dos meios de comunicação de massa.

Nesse ambiente, o patrocínio da arte também mudou. O Estado já não era o único promotor cultural ou o mais importante, e tomou força a mercantilização artística com a participação de galerias que promoveram tendências como a abstração ou o geometrismo.

Nesse contexto “desenvolvimentista”, que incentivava cada vez mais a industrialização do país, surgiu a produção de murais que introduziram novas propostas, tais como a incorporação do relevo ou o uso de pedras e mosaicos de cores. Passou-se a considerar também o planejamento arquitetônico, e a integração dos murais atingiu seu auge na indústria da construção, durante o qual realizaram-se obras públicas que contaram também com a participação

²² ROCHFORT, Desmond. *Pintura Mural Mexicana*. Orozco, Rivera, Siqueiros. México: Noriega Editores, 1997, pp. 122-123.

de Orozco, Rivera e outros muralistas. Foi o caso da Cidade Universitária, do Centro Médico, da Secretaria de Comunicações, da fábrica Automex e outros.

A história da pintura mural mexicana não terminou em 1974 com a morte de Siqueiros. Existia já desde o final da década de 50 uma nova geração - a segunda - de pintores muralistas, como Carlos Chávez Morado, Juan O'Gorman, Enrico Eppens, Jorge González Camarena e muitos mais. Essa geração se caracterizou pela pintura de murais que buscavam distanciar-se da temática da arte engajada tão empregada pela primeira geração, além de desenvolver estilos mais pessoais e pintar também muros pertencentes à iniciativa privada.

O processo de um mural não termina uma vez realizado. As imagens que a primeira e a segunda geração de pintores muralistas deixou, ainda produzem seus efeitos de grande importância nos dias atuais.

Essas imagens não estão apenas presentes nos espaços públicos do país, mas encontram-se reproduzidas em larga escala também nos livros didáticos distribuídos gratuitamente nas escolas de toda a República, nas propagandas do Partido Revolucionário Institucional (PRI), e nos museus visitados diariamente. Assim, tais imagens vêm sendo consumidas por uma legião de apreciadores cada vez maior, maior ainda que na época em que foram realizadas.

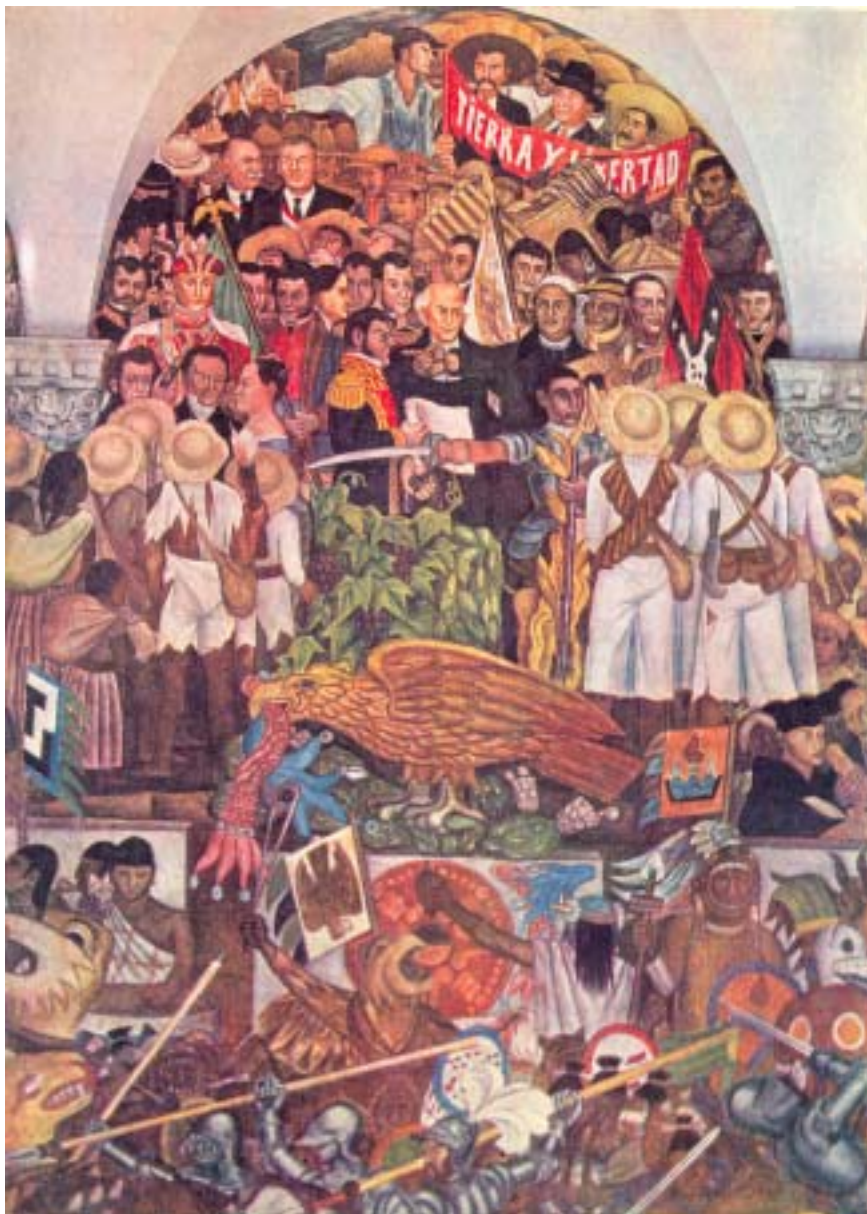
Mais do que nunca essas imagens estão presentes e necessitam serem pesquisadas pelo historiador, trazendo à tona não só as condições de sua produção, mas as suas contradições como produtoras de um poderoso imaginário de efeitos pedagógicos.

Como analisar, então, as obras murais presentes nestas instituições? É necessário deixar claro que as considero muito mais que obras pictóricas elaboradas com a finalidade de serem apreciadas ou experimentadas apenas no aspecto estético. Obviamente não estou desconsiderando que a obra muralista teve enorme importância do ponto de vista das soluções originais quanto ao problema do espaço pictórico (o seu aspecto monumental), à incorporação de novos materiais empregados, às inovações estéticas e, portanto, à linguagem artística como um todo.

Todavia, estas obras devem ser tratadas a partir de suas mensagens e conteúdos veiculados nos distintos momentos da história política mexicana.

É fundamental também ressaltar que essas imagens devem ser vistas como representações, ou melhor, ao serem compreendidas por outras pessoas além daquelas que as produziram, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural. Dessa maneira, elas devem boa parcela de sua significação a seu aspecto de símbolo e de seu poder de comunicação.

O Mural da Independência de Diego Rivera



“La Guerra de la Independencia de México (1810)”. Diego Rivera (1886-1957), Palácio Nacional, México, D.F, 1929-1935.

“Meu mural do Palácio Nacional é o único poema plástico que eu conheça que compreende em sua composição a história completa de um povo”.

Essa frase de Rivera demonstra, de maneira bastante evidente, que estas obras muralistas do autor, pintadas na sede dos poderes federais, constituíram-se em um de seus maiores orgulhos. Isto porque se configuraram como um dos trabalhos mais ambiciosos de sua carreira e que lhe tomaram maior tempo para realizar, além de ser também o mais polêmico de toda sua carreira de militante político. Quando iniciou estas obras já era um pintor famoso e teve todo o apoio dos governos pós-revolucionários, especialmente de Obregón, Calles e Cárdenas. O processo de criação foi iniciado a partir de 1929, modificou-se parcialmente em 1931, foi retomado em diversos momentos entre 1935 e 1945 e, no início da década de 1950, Rivera considerou o trabalho terminado mesmo que o projeto final tenha permanecido inconcluso.

Nestas representações pictóricas oficiais realizadas no Palácio Nacional, centro das decisões políticas do país e situado no centro histórico da capital federal, o artista propôs uma síntese da história mexicana a partir da época pré-hispânica até o seu momento presente, tendo incluído também uma visão do México futuro.

Vou me deter especialmente na análise da pintura mural dedicada à *Guerra de Independência* tendo em vista o recorte escolhido para o presente artigo.

Neste mural, Rivera retrata alguns personagens da Guerra de Independência iniciada em 1810 por meio da representação pictórica dos líderes de maior vulto desse fato histórico: Hidalgo e Morelos, de um lado ocupam o centro desta cena, enquanto no canto esquerdo, o Imperador Iturbide, aparece com um peso negativo, aliás o único a ser representado com esta conotação.

Deste grupo central, o padre Hidalgo é o personagem principal que carrega na sua mão direita uma corrente quebrada, simbolizando a liberdade, a ruptura, o fim do domínio colonial enquanto em sua mão esquerda sustenta um estandarte com a imagem da Virgem de Guadalupe.

Ao lado de Hidalgo está o padre José Maria Morelos, o principal general e ideólogo da Guerra. Morelos aponta seu braço para a direita, em direção ao futuro, gesto este acompanhado por um estranho personagem situado mais abaixo que se encontra vestido com uma armadura e uma planta de milho a seus pés como símbolo da terra e que está carregando uma espada em sua mão direita e uma espingarda na esquerda. Da mesma forma que Morelos, este personagem indica, com sua espada, a direção do futuro para um grupo de campo-

neses armados com rifles e sabres. Seus interlocutores são os camponeses mas também o espectador dos murais.

É importante notar neste detalhe as duas intenções de Rivera como artista engajado politicamente. O primeiro aspecto a ser destacado é a relação e o sentido eminentemente social que o autor empresta às lutas pela independência, expressa na questão da demanda por terras pelos camponeses. Esse aspecto, estabelece uma relação entre passado e presente, pois na guerra pela independência está em questão o “pensamento social mexicano”, ou uma “revolução agrária”, já anunciando as demandas sociais da Revolução de 1910 e toda a posterior retórica estatal. O segundo aspecto evidenciado por essa temática é a de que os personagens que convocam para a luta transcendem o momento histórico da cena retratada. É antes uma manifestação da própria arte muralista cujo princípio, especialmente o da primeira geração, baseia-se na proposta de que a arte revolucionária contribui para despertar a consciência política das massas e leva a uma ação de sentido social. Mais um grande exemplo da História como representação do presente e para atender aos reclamos de um pintor declarado e assumidamente marxista, tendo sido inclusive membro e um dos fundadores do Partido Comunista Mexicano.

Há que se destacar ainda duas cenas que estão localizadas abaixo e outra acima dos personagens centrais. Na parte inferior vemos a águia, símbolo da nação mexicana; na parte superior a faixa “Tierra y Libertad”, alusão à Revolução Mexicana de 1910.

A representação da águia ocupa uma posição central, um pouco mais abaixo da representação do padre Miguel Hidalgo. Esta imagem está baseada num monumento de pedra pertencente à cultura mexica, encontrado em 1926 na ala sul do Palácio Nacional, outrora o local onde se situava o Palácio de Moctezuma. O ponto principal do monumento, é a águia que sustenta em seu bico uma serpente apoiada sobre um pé de nopales, que simboliza a fundação de Tenochtitlán²³.

Desta maneira, Rivera se apóia na arqueologia para reforçar o mito que funda a identidade cultural mexicana e serve de vínculo tangível entre o México moderno e seu passado remoto. Deste modo, reforça-se sobre este achado um capital ideológico. É a imagem do centralismo político, como reflexo de um Estado forte, condição que, desde o século passado, se pensava como indispensável para integrar uma nação. O discurso que este símbolo traz refere-se ao mito de origem e a sede do poder político contemporâneo. Este signo

²³ Este inclusive é o símbolo da atual bandeira mexicana.

torna explícito o fato de que o Estado Nacional pós-revolucionário ocupa precisamente o mesmo sítio que ocupou o centro do poder mexicana, o centro do poder vice-reinal e os do século XIX. Visualmente se estabelece então, uma poderosa fonte de legitimidade política.

Já na parte superior, acima dos líderes da Independência, onde se encontra a faixa “Tierra y Libertad”, Rivera estabelece uma ruptura cronológica que bem representa a visão do artista acerca da história do México pós-revolucionário. Esse momento é retratado por meio das imagens mais importantes desse período histórico: dois ex-presidentes (Obregón e Calles) e três líderes agrários (Zapata, Carrillo Puerto e José Guadalupe Rodríguez) que sustentam a faixa referida acima. Além disso, surge também representada a efígie do operário internacionalista que assinala o futuro, aludindo à consciência social que este possui do seu próprio destino.

Embora breve, esta imagem é contundente pelo que simboliza e pela mensagem que pretende transmitir. De um lado, há que se considerar uma alusão à tese defendida pelo Partido Comunista do México, em 1929, que assume o deslocamento da solução social do agrarismo-zapatista (ao qual Rivera era simpatizante), para uma revolução soviética liderada por operários e camponeses. Esse deslocamento representa a própria posição do governo pós-revolucionário de apoiar a organização operária em detrimento do avanço da reforma agrária.

De outro lado, esse conjunto de personagens representa a expressão máxima desse momento histórico: a revolução que se fez governo. Daí a presença dos presidentes acima citados, dos líderes políticos que encarnam este fato, de um lado, e dos camponeses e operários, povo produtor e atores do progresso nacional, de outro. Essa composição nos remete evidentemente ao discurso oficial do governo revolucionário instaurado no poder. Há que se lembrar que esta parte do mural provocou uma forte polêmica em torno do pintor e de sua obra, inclusive com a acusação dos comunistas de que Rivera havia se vendido à esquerda contra-revolucionária o que teria levado, segundo o próprio pintor, à sua expulsão dos quadros do Partido Comunista do México.

A genealogia histórica de Rivera perpassa três momentos históricos: a conquista, a independência e a revolução, esta como culminância da disputa pelo poder e sua conquista legitimamente alcançada. Há um fio condutor entre esses fatos, interligados pelos personagens e pelo que eles representam.

Desta maneira, Cuauhtémoc que segura o coração de um soldado sacrificado, na parte inferior do mural, representa a resistência indígena à colonização; Hidalgo,

com o estandarte erguido da Virgem de Guadalupe representa o início da independência política e Zapata sustentando a faixa ao alto, sustenta a luta pela terra.

Junto a Cuauhtémoc, Hidalgo e Zapata, estão Cortés, Morelos, Allende, Iturbide, Guerrero, Obregón, Calles, operários, camponeses, incluindo a imagem da Virgem de Guadalupe, como se todos representassem uma mesma essência nacional, uma sequência de fatos históricos que começam no mito da fundação da nação e vai sequencialmente abarcando toda a história mexicana e que culmina no presente: no Palácio Nacional e na Cidade do México, sede do Estado Nacional Mexicano.

Finalmente, essa composição evidencia o momento histórico em que essa cena é produzida: o momento da consolidação da nação mexicana, ou melhor, da necessidade de sua apreensão, de sua representação e de sua sustentação como símbolo da comunidade dos mexicanos.

O Retábulo da Independência de Juan O’Gorman

Desde a gestão do historiador Silvio Zavala à frente da direção do Museu Nacional de História (1946-1954) já havia uma firme intenção de convidar os principais pintores muralistas mexicanos para realizarem obras que se relacionassem diretamente com aspectos da história mexicana. Assim, temos neste Museu obras de José Clemente Orozco (*La Reforma y la Caída del Império* de 1948), de David Alfaro Siqueiros (*Del Porfirismo a la Revolución* de 1966), de Juan O’Gorman (*Sufragio Efectivo*, *No Reección* de 1968 e *El Feudalismo Porfirista* de 1973) e Jorge González Camarena (*La Constitución de 1917*, de 1967). Esta tradição pode ser buscada já nas palavras do seu diretor quando da inauguração do Museu ao dizer que a tarefa do Museu Nacional de História deveria ser a de “ensinar o público a ver”²⁴.

Diego Rivera também havia sido contratado para pintar um dos principais murais da História Mexicana intitulado *Retablo de la Independência* a convite do então diretor do Museu Antonio Arriaga Ochoa (1956-1973), chegando a buscar alguns retratos que lhe permitisse desenhar os personagens que apareceriam no mural. Com sua morte, em 1957 Juan O’Gorman acabou sendo designado para o trabalho e empreendeu sua própria pesquisa.

²⁴ José de Jesus Nuñez y Domínguez, Discurso de Inauguración del Museo Nacional de Historia, 27/09/944.



Juan O'Gorman é arquiteto e recebeu influência em seu trabalho do arquiteto franco-suíço Le Corbusier. Realizou diversas obras murais não só pela Cidade do México como também pelo interior do país. É dele a decoração da famosa torre da biblioteca central da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) realizada nos anos de 1949-1951. Além disso, trabalhou como arquiteto na Secretaria da Educação durante a gestão dos presidentes Pascual Ortíz Rubio (1930-1932) e Abelardo Rodríguez (1932-1934), sob a orientação do então responsável pela pasta da Educação Narciso Bassols e aí se dedicou especialmente aos programas anuais de construção de escolas primárias no Distrito Federal.

Este mural mede 4,40 x 15,69 metros e oferece uma representação teatralizada da guerra de independência, desde seus antecedentes até sua culminância, abarcando o período histórico que abrange os anos de 1784 com as reformas borbônicas até 1814 com o Congresso de Apatzingán que acabou promulgando a primeira Constituição da República Mexicana.

“Retablo de la Independencia” Juan O'Gorman (1904-1982), Museu Nacional de História da Cidade do México, 1961.

Esta obra, inaugurada em 1961, está dividida em 4 seções que abarcam diferentes etapas da luta pela independência:

A primeira (localizada do lado esquerdo do observador) representa o período prévio ao movimento insurgente e as condições de vida tanto do povo como da aristocracia. Ao lado da bandeira espanhola estão Lucas Alamán, o general Félix Maria Calleja e o bispo Manuel Abad y Queipo, figuras que apoiaram o domínio hispânico; junto a eles vemos um grupo da aristocracia espanhola e abaixo um indígena vítima da exploração, da injustiça e da repressão. Acima dos personagens vê-se uma fazenda, base da economia do país.

A segunda seção representa uma visão geral sobre lugares, pessoas e idéias que antecederam e sustentaram a guerra de independência. Na parte superior, ao lado do edifício neo-clássico que simboliza a cultura e o avanço científico e a influência do enciclopedismo filosófico e da Revolução Francesa, estão pintadas a cidade de Guanajuato, a igreja de Dolores Hidalgo onde se iniciou o movimento independentista e o edifício onde foram guardadas as munições dos rebeldes (*Alhóndiga de Granaditas*). Na parte inferior se observam alguns precursores ideológicos da insurgência entre estes estão escritores, cientistas, um grupo de sacerdotes liberais, assim como Francisco Primo de Verdad, prefeito de Guanajuato e Miguel Ramos Arizpe, gráfico da propaganda revolucionária.

A terceira seção (localizada no centro do mural) mostra a luta armada com o padre Miguel Hidalgo como figura principal que aparece duas vezes: primeiro mais jovem em traje de campanha desfraldando o estandarte da Virgem de Guadalupe e logo depois (mais velho) carregando a tocha, símbolo da liberdade, com o decreto de Guadalajara documento importante no qual Hidalgo propunha a abolição da escravidão e a repartição justa da terra. Ao seu lado estão vários personagens de todos os estratos sociais que participaram da luta.

A última parte do mural (do centro para o lado direito do observador) faz alusão ao Congresso de Chilpancingo que ao trasladar-se a Apatzingán promulgou a primeira Constituição Mexicana; encontram-se personagens que se distinguiram nesta fase do movimento, como José Maria Morelos que aparece duas vezes e Vicente Guerrero que consumou a Guerra de Independência. Acima aparece uma paisagem que simboliza a extensão da luta em todo o país: a lua no extremo esquerdo do mural e o sol que nasce no lado direito dão a idéia de que toda a obra abarca um dia simbólico no qual o México passou da obscuridade da dominação espanhola à luz de sua autonomia, ou seja de um novo tempo que se inaugura com a independência do país.

Nesta sala se exhibe também o Estandarte da Virgem de Guadalupe que Hidalgo carregou ao iniciar-se a luta de independência, assim como alguns de seus objetos pessoais e outros de Morelos, atestando a existência material dos heróis da independência mexicana. Tal composição é essencial para conferir dupla legitimidade ao que se expõe, tanto aos objetos, que são “afirmados” nas pinturas históricas, quanto a estas últimas que têm, afinal, a verdade de seus discursos visuais “confirmada” pelos artefatos testemunhais do evento, retratado a posteriori. Reconheço também que reunir objetos históricos e pinturas constituem-se numa forte tendência museográfica existente nos museus históricos latino-americanos. Porém a presença do mural é de tal maneira marcante com todo o seu apelo visual de dimensões monumentais que acaba se impondo e tornando a presença destes objetos materiais secundários, especialmente se levarmos em conta o impacto desta obra mural do ponto de vista do público visitante do Museu.

Este mural constitui-se num dos mais importantes documentos visuais a respeito do tema da independência mexicana presentes na instituição mais visitada da República Mexicana. Pode-se dizer que é uma representação oficial do processo de independência e encontra-se amplamente reproduzido em outros suportes na sociedade mexicana: livros didáticos, campanhas políticas etc.

Sem dúvida este mural contribui na produção de um imaginário a respeito da independência mexicana, onde claramente o maior inimigo era o invasor espanhol apoiado pela Igreja Mexicana, numa leitura liberal da representação deste episódio da história deste país.

Além disso, O’Gorman apresenta também uma leitura maniqueísta do processo de Independência Mexicana trabalhando categorias que representam o bem (o sol, o novo dia que nasce, a independência com Morelos e Hidalgo), o mal (a noite, o obscurantismo do domínio espanhol, os rostos deformados do absolutismo espanhol monárquico), aliado ainda a um imaginário religioso (a representação de um camponês crucificado, o martírio do sofrimento da massa de camponeses sob o jugo espanhol), e outros elementos.²⁵

Estabelece-se portanto, as ligações entre imaginário, representação e poder político. E o poder para se impor e sobreviver necessita de legitimidade. O Mural

²⁵ É muito semelhante a abordagem deste mesmo pintor de outra obra muralista também presente no Museu Nacional de História denominada *Sufrágio Efetivo, Não Reeleição*, pintada em 1968 e analisada em minha tese de doutorado.

de Juan O’Gorman presente no Museu Nacional de História acaba integrando o universo simbólico que legitimou o poder político mexicano até os dias atuais.

Os murais aqui analisados mostram a vinculação existente entre o campo da arte e o da política, entre o objeto artístico e as idéias fundadas em uma necessidade política. Mas neste contexto, seria um erro pensar que aqueles artistas ou intelectuais ligados à promoção oficial tivessem sido meros transmissores da ideologia estatal. O alicerce da cultura é sumamente complexo e é muito difícil estabelecer a origem e a direção dos fios que o conformam. Entre outras razões porque, como em todas as épocas, existem preocupações que pertencem à sociedade e são alvo das mediações entre o artista, a sociedade e quem os contrata.

Nos anos em que Rivera pintou sua história do México, o enigma a ser resolvido era o da nação mexicana em um momento em que a Revolução, agora no poder, passava por sua institucionalização. Com O’Gorman, o contexto político era outro e o poder político oficial buscava sua legitimação ao apropriar-se da leitura da Independência como comparativo dos novos tempos vividos pela Revolução de 1910, numa espécie de legado ou herança a ser preservada até os dias atuais.

Estas imagens, que conjugaram força estética e didática, revelaram-se até os dias atuais, muito competentes na tarefa de despertar a sensibilidade dos corações e das mentes dos visitantes e observadores que cotidianamente comparecem como numa verdadeira peregrinação cívica, a revisitar os seus “heróis” mitificados.

Referências Bibliográficas

- AGUILAR CAMÍN, Héctor. Nociones presidenciales de “cultura nacional”. De Álvaro Obregón a Gustavo Díaz Ordaz. In: *En torno a la cultura nacional*. México: Instituto Nacional Indigenista y Secretaria de Educación Pública, 1976.
- _____. & MEYER, Lorenzo. *A la sombra de la Revolución Mexicana*. México: Cal y Arena, 23ª edición, 1998.
- AMARAL, Aracy A. O muralismo como marco de múltipla articulação. *Primer Encuentro Iberoamericano de Críticos de Arte y Artistas Plásticos*. Caracas, 18 al 27 de junio de 1978.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. V.5, Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

- BAYÓN, Damián. *Aventura plástica de hispanoamérica*. Pintura, cinetismo, artes de la acción (1940-1972). México: Fondo de Cultura Económica, 1972.
- BENJAMÍN, Thomas. *La Revolución: Mexico's great revolution as memory, myth and history*. University of Texas Press, USA: 2000.
- CIMET SHOJET, Esther. *Movimiento muralista mexicano*. Ideología y producción. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco, 1992.
- EDER, R. Muralismo Mexicano: modernidad e identidad cultural. In: BELLUZZO, A. M. M. (org.). *Modernidade: vanguardas artísticas na América Latina*. São Paulo: EDUNESP, Memorial, 1990.
- MATUTE, Álvaro. La Revolución Recordada, Inventada, Rescatada. *Memoria del Congreso Internacional sobre la Revolución Mexicana*. San Luis Potosí, Instituto Nacional de Estudios Históricos de la Revolución Mexicana, vol.2. México: Octubre, 1991.
- NÚÑEZ Y DOMÍNGUEZ, José de Jesús. Discurso de inauguración del Museo Nacional de Historia. In: *El Excelsior*, 27.9.1944.
- O'MALLEY, Ilen V. *The Myth of the Revolution*. Hero cults and the institutionalization of the Mexican State, 1920-1940. Greenwood Press. New York, Westport, Connecticut, London: 1993.
- ORTIZ GAITÁN, Julieta. *Imágenes de Arte Mexicano*. El muralismo mexicano – otros maestros. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Estéticas, 1994.
- PAZ, Octavio. *Los privilegios de la vista: Arte de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- PRADO, Maria Ligia Coelho. *América Latina no Século XIX: Tramas, Telas e Textos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- ROCHFORD, Desmond. *Pintura Mural Mexicana*. Orozco, Rivera y Siqueiros. México: Noriega Editores, 1997.
- RODRÍGUEZ MORTELLARO, Itzel. La Nación en los murales del Palacio Nacional (1929-1935). In: *Los murales del Palacio Nacional*. México: Américo Arte Editores, 1997.
- RODRÍGUEZ PRAMPOLINI, Ida. *Juan O' Gorman Arquitecto y Pintor*. México: UNAM, 1982.
- _____ y otros. *La palabra de Juan O' Gorman* (organiz.). México: UNAM, Instituto de Investigaciones Estéticas, 1983.

TIBOL, Raquel. Obras Monumentales en el Museo Nacional de Historia. In: *Tesoros del Museo Nacional de Historia en el Castillo de Chapultepec*. México: CNCA, INAH, 1994.

_____. *Documentación sobre el arte mexicano*. México, Fondo de Cultura Económica, 1974.

_____. Palacio Nacional en el tormento muralista mexicano. In: *Los murales del Palacio Nacional*. México: Américo Arte Editores, 1997.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Representações da Revolução Mexicana no Museu Nacional de História da Cidade do México (1940-1982)*. FFLCH-USP, 2003. Tese de Doutorado.

GUERRA À POBREZA: EUA, 1964*

Cecília Azevedo

Depto. de História - UFF/RJ

Resumo

Este artigo procura fazer um balanço historiográfico a respeito do programa Guerra à Pobreza lançado pelo Presidente Lyndon Johnson, focalizando em especial os programas de desenvolvimento comunitário. Recupera-se sua concepção e dinâmica de funcionamento, valorizando-se a participação de atores sociais que procuraram conceder ao programa um sentido político diverso do pretendido originalmente. Conclui-se que a Guerra à Pobreza foi atravessada pelo confronto entre culturas e projetos políticos que marcou a sociedade norte-americana nos anos 60.

Palavras-Chave

Estados Unidos • Grande Sociedade • Guerra à Pobreza • Movimentos sociais • Cultura política

Abstract

This article presents a historiographical review of War on Poverty, proposed by President Lyndon Johnson, focusing mainly on Community Development Programs. Their conception and dynamics are traced, stressing the role of social actors who tried to push the programs to political directions extremely diverse from what was originally planned. The conclusion was that War on Poverty was profoundly affected by the clash of different political cultures and projects that took place during the 60's.

Keywords

United States History • Great Society • War on Poverty • Social movements • Political culture

* Esta é uma versão modificada do trabalho apresentado sob o mesmo título no Simpósio Cultura e Política nas Américas que teve lugar no XXII Simpósio Nacional de História, em João Pessoa, em julho 2003.

Introdução

Depois de viver a experiência de ser um vice de certo modo rejeitado, Lyndon B. Johnson assumiu a presidência assombrado pelo mito criado em torno de Kennedy, depois de seu dramático assassinato. Johnson não dispunha do carisma transbordante de JFK, mas não lhe faltavam experiência e, especialmente, ambições políticas. LBJ pretendia nada menos do que firmar seu nome como um dos maiores presidentes da história dos Estados Unidos, nivelando-se a seu ídolo político maior, Franklin Roosevelt.

Como não se interessava tanto por política exterior, Johnson idealizou um ousado programa no âmbito doméstico, cujo nome é bastante revelador de suas pretensões: Grande Sociedade¹.

Num discurso proferido em maio de 1964, em Michigan, onde outrora Kennedy fizera seu famoso discurso lançando os Corpos da Paz² num apelo ao ativismo estudantil, Johnson apresentou o objetivo central de seu programa de governo como sendo nada menos do que estender a liberdade e a abundância, de modo a incluir todos os seus compatriotas no sonho americano. O argumento do presidente era o de que, diante da crescente prosperidade econômica que o país vivia, impunha-se à consciência nacional atacar a pobreza e a injustiça racial, obstáculos à igualdade de oportunidades e à melhoria das condições de vida de todos os cidadãos. As áreas da saúde e da educação, com ênfase na educação infantil e na qualificação para o trabalho, foram eleitas como primordiais, ao mesmo tempo em que se contemplava também a necessidade de aprimorar a qualidade de vida. Segundo o presidente, a Grande Sociedade que vislumbrava deveria promover “não só as necessidades do corpo e as demandas do comércio, mas o desejo por beleza e a fome por um sentido comunitário”³, aspirações que remetiam não só a uma tradição política de longa

¹ Faz parte da tradição política nos EUA, que, na ocasião da acitação da nomeação pelo partido, o candidato lance um slogan sintetizando as bandeiras da campanha.

² Agência governamental criada em 1961 com objetivo de enviar voluntários ao então chamado Terceiro Mundo para execução de projetos de assistência comunitária nos campos da educação, saúde e desenvolvimento agrícola. Os Corpos da Paz são uma das instituições mais consagradas pela opinião pública norte-americana, encarnando, numa versão liberal e secular, o fervor moral puritano. Ver. AZEVEDO, Cecília. *Em nome da América: os Corpos da Paz no Brasil*. São Paulo, Edusp (no prelo).

³ Discurso proferido na University of Michigan, 22/5/64.

data, mas às demandas de toda uma geração insatisfeita com o individualismo e o consumismo que se afiguravam como sinônimo de americanismo.

A Grande Sociedade trilhou, portanto, um duplo caminho: o dos direitos civis e o do combate à pobreza, consubstanciado no programa que foi significativamente batizado de “Guerra à Pobreza”, lançado com toda pompa em janeiro de 1964. Na ocasião o presidente afirmou que seu objetivo era quebrar o ciclo da pobreza que, segundo seus dados, atingia 35 milhões de americanos. Segundo suas palavras, lançava o programa

Porque é justo, porque é sábio, e porque, pela primeira vez em nossa história, é possível vencer a pobreza (...) Infelizmente, muitos Americanos vivem no limite da esperança – alguns por sua pobreza, e outros por sua cor, e muitos mais por causa de ambos. Nossa tarefa é ajudar a substituir o desespero por oportunidade. Essa administração, aqui e agora, declara incondicional guerra à pobreza na América. Eu conclamo este Congresso e todos os Americanos a se unirem a mim neste esforço... Nosso objetivo não é somente aliviar os sintomas da pobreza, mas curá-los e, acima de tudo, preveni-la.⁴

É sabido que no imaginário político norte-americano, guerra relaciona-se à regeneração e redenção, enfim, ao célebre sentido de missão, que acompanha a idéia dos Estados Unidos serem portadores de um destino especial no mundo. Tal visão remonta aos primórdios da colonização pelos peregrinos religiosos, mas o uso abundante da metáfora da guerra no discurso político em tempos recentes, aludindo a crises internas, tem reiterado a mitologia da guerra, ao mesmo tempo em que, em alguns casos, provocou o efeito, talvez imprevisito, de ampliar o repúdio à guerra em termos efetivos, como ocorreu no período da Depressão⁵. Roosevelt, que chegara a pedir ao Congresso “um poder tão gran-

⁴ JOHNSON, L. B. Annual Message to the Congress on the State of the Union, 1964.

⁵ Tratei mais particularmente deste assunto em “O sentido de missão no imaginário político norte-americano”. In: *Revista de História Regional*. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, vol. 3, n.2, 1998, p. 77-90 e “A santificação pelas obras: experiências do protestantismo nos EUA”. In: *Revista Tempo*. Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, vol. 6, n.11. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. Entre as principais referências norte-americanas estão BURNS, Edward McNall. *The American Idea of Mission: Concepts of National Purpose and Destiny*. New Jersey: Rutgers University Press, 1957; ROBERTSON, James Oliver. *American Myth, American Reality*. New York: Hill & Wang, 1994; BELLAH, Robert. *The Broken Covenant: American Civil Religion in time of Trial*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.

de quanto o que lhe seria dado se, de fato, os EUA fossem invadidos por inimigos”⁶, poderes excepcionais que permitissem ao Executivo promover uma guerra contra a Depressão, acabou por enfrentar, até o episódio de *Pearl Harbor*, forte resistência da opinião pública para entrar na guerra contra o Eixo.

No caso de Johnson, para seu desgosto, sua imagem acabou associada, não à NASA, de cuja criação foi mentor quando parlamentar, ou à Legislação dos Direitos Civis (*Civil Rights Act*, de 1964 e o *Voting Act*, de 1965) aprovada em seu governo e, muito menos, à Guerra à Pobreza, ao *Medicare* ou ao *Medicaid*, mas sim à malfadada Guerra do Vietnã. Em suas memórias, o ex-presidente faz um lamento, que pode nos parecer muito familiar:

Eu tentei fazer possível a toda criança, independente da cor, crescer numa boa casa, tomar um café da manhã consistente, frequentar uma escola decente e conseguir um emprego bom e estável. Eu pedi tão pouco em retorno, apenas um pequeno obrigado. Apenas um pequeno reconhecimento. Só isso. Mas veja o que consegui no lugar disso. Revoltas em 175 cidades. Saques. Incêndios. Tiros.... Jovens aos milhares saindo das universidades, marchando pelas ruas, cantando aquela terrível cantiga sobre quantas crianças eu tinha matado naquele dia... (Hey, hey, hey, LBJ, how many kids you killed today?)... Isso arruinou tudo.⁷

A limitada Guerra à Pobreza pretendida pelos liberais se viu confrontada nos anos 60 pelos movimentos levados a cabo e as utopias políticas nutridas por grupos muito diferenciados, raramente afinados na radicalização de suas críticas e demandas. Intelectuais de esquerda, hippies, nacionalistas negros, estudantes, pacifistas, feministas pretenderam liberar-se não só da opressão promovida pelo sistema econômico, como também da violência psíquica que lhe era associada. Declararam guerra ao racismo, mas também ao moralismo conservador, ao “complexo industrial militar”, enfim, ao que identificaram como as bases da própria América. Mas, se ao final o antagonismo com os programas da Guerra à Pobreza foi incontornável, a princípio, pelos menos

⁶ Franklin Delano Roosevelt, primeiro discurso de posse, Março de 1933.

⁷ *Apud* ANDREW III, John A. *Lyndon Johnson and Great Society*. Chicago: Ivan R. Dee, 1998 (The American Ways Series), p. 195.

alguns desses intelectuais e ativistas procuraram ocupar espaços e conceder aos programas da Guerra à Pobreza com que se envolveram um conteúdo político mais consistente.

As várias faces da Guerra

Apesar de sua preocupação em afirmar um caminho próprio, Johnson na verdade procurou levar adiante inúmeros programas concebidos, porém não efetivados por Kennedy, além de contar em sua Guerra à Pobreza com o apoio de vários “*Kennedy boys*”, entre eles Richard Goodwin e Sargent Shriver, o cunhado de Kennedy que depois de montar os Corpos da Paz, reduto do idealismo liberal, foi incumbido de conduzir a criação do *Office of Economic Opportunities*.

Embora o OEO tenha seja aqui particularizado pelo seu caráter experimental e impacto político, é preciso deixar claro que seu orçamento representou apenas entre 10% a 20% do conjunto de investimentos do governo Johnson no combate à pobreza. Mas o OEO se diferenciava pelo fato de focar nos jovens e no princípio de reabilitação e não meramente no alívio da pobreza, conforme anunciava Johnson no discurso citado.

Cinco meses depois do seu discurso em Michigan, Lyndon Johnson assinou o *Economic Opportunity Act*, aprovado pelo Congresso praticamente sem alterações em relação ao projeto enviado. A votação na Câmara, no entanto, revela que os programas não foram aprovados amplamente, muito pelo contrário. Foram 226 votos a favor e 185 contra. Apenas 22, dos 167 Republicanos deram voto favorável. Mesmo assim, ela demonstra a extrema habilidade política do Presidente. Johnson procurou alardear seus intentos o mais amplamente possível de modo a garantir apoio da opinião pública e de organizações voltadas para os direitos civis que pudessem pressionar os congressistas.

Na direção do OEO, Shriver procurou imprimir a mesma marca de ousadia que o distinguiu nos Corpos da Paz. Influenciado pela doutrina social católica e trazendo em sua bagagem projetos educacionais voltados para integração racial, perseguiu uma configuração ampla para a agência, enfatizando a criação de empregos e a ação de base nas comunidades pobres, sustentada nas teorias de desenvolvimento comunitário. O importante para Shriver era evitar ações pontuais e fragmentadas cujo efeito de longo prazo fosse pouco significativo. Conforme muitos críticos acabaram por apontar, Shriver fracassou nesse intento, e a Grande Sociedade, apesar de suas promessas grandiosas, não alcançou os propósitos anunciados em sua elevada retórica, no que também não se

diferenciou da Nova Fronteira⁸, programa de governo de Kennedy, cuja perspectiva voluntarista e cruzadista recuperava o já mencionado sentido de missão nacional.

Mas deve-se reconhecer em Johnson o esforço por cumprir parte da agenda doméstica que Kennedy esboçara, mas que deixara de implementar em parte por conta do bloqueio no Congresso. A ampla gama de programas aprovados no âmbito da Grande Sociedade impressiona. Dos direitos civis ao *Medicaid*, da assistência previdenciária ao treinamento profissional, do planejamento urbano ao controle da poluição, nada parecia escapar ao furor reformista e legislativo de Johnson, que nisso não poderia de fato ser herdeiro mais fiel de Roosevelt, tendo sido ele inclusive, nos anos 30, diretor da NYA, a *National Youth Administration*, agência dedicada a integrar jovens desempregados, ajudando-os a terminar estudos e adquirir treinamento profissional. A ofensiva legislativa de Johnson acabou por se mostrar bastante exitosa – de 200 projetos enviados ao Congresso até 1966, 181 foram aprovados.

Johnson permaneceu fiel ao *New Deal* em termos de sua visão do Estado como ator providencial, fiador de oportunidades econômicas, responsável por restringir excessos das grandes corporações e garantir condições dignas de sobrevivência para os trabalhadores, a partir do uso dos instrumentos jurídicos, fiscais e tributários para estimular a economia⁹. Johnson assumiu ardorosamente a aliança entre liberalismo e ativismo governamental que o *New Deal* cimentara. Mas após o final da segunda guerra, as contradições com o grande capital diminuíram. Como outros jovens liberais reformistas deste período, Johnson acabou por adotar uma versão do keynesianismo em que o consenso, e não o conflito, era enfatizado, tendo em vista um cenário econômico de crescimento constante. Essa perspectiva seria também uma das principais razões,

⁸ Empenhado em recuperar a ofensiva na luta contra o comunismo, Kennedy procurou envolvê-la na aura heróica da conquista do Oeste. Dessa forma, a ação dos EUA no mundo adquiria sustentação mítica ao ser configurada como um contínuo processo de desbravamento de fronteiras, no qual a auto-preservação e o avanço da civilização estavam em jogo. Tratava-se, pois, de um imperativo moral, de uma missão diante da qual os norte-americanos não deviam recuar.

⁹ Sobre a relação entre o governo Roosevelt e os sindicatos ver LIMONCIC, Flávio. Os inventores do New Deal: a construção do sistema norte-americano de relações de trabalho nos anos 1930. In: *Transit Circle – Revista Brasileira de Estudos Americanos*, vol 2, nova série. Rio de Janeiro: UFF, Contra Capa 2003, p. 44-69.

segundo seus críticos, para os resultados tão decepcionantes da Grande Sociedade, que trabalhava com a hipótese equivocada de que o direcionamento do Estado para a redenção dos pobres não seria sentida como sacrifício ou perda pelos demais segmentos da sociedade. Schulman¹⁰ chama atenção para o fato de que a percepção da classe média branca foi a de que a Grande Sociedade beneficiava basicamente os negros que, apesar disso, desenvolviam uma disposição crescentemente violenta expressa nos *riots* que se multiplicavam nas grandes cidades do norte na segunda metade da década de 60.

De fato, a Guerra à Pobreza e o movimento pelos direitos civis estiveram intimamente associados e, em grande parte, os negros foram especialmente beneficiados pelos programas governamentais mais importantes como o *Medicaid* e o *Medicare* que, ao lado de conceder cobertura médica a idosos e deficientes, estendia sua ação a famílias onde as mulheres eram as únicas provedoras; o *Head Start*, voltado para o atendimento pré-escolar de crianças carentes; o *Job Corps*, que dedicava-se ao treinamento de jovens das periferias urbanas com formação escolar incompleta; o programa de requalificação de desempregados; o *Legal Services*, destinado a ampliar o acesso ao sistema jurídico; o *Model Cities*, que concentrava esforços no desenvolvimento urbano de áreas empobrecidas; o *Food Stamps*, programa de distribuição de alimentos e, especialmente, os programas de ação comunitária (CAPs), que tanto desconforto causaram em inúmeras municipalidades, perseguindo seu objetivo de fomentar, no jargão do OEO, “*the maximum feasible participation*”, ou seja, o maior envolvimento, a maior participação possível dos integrantes das comunidades carentes na concepção e gestão dos programas financiados pelo governo federal.

Inspirados no bem-sucedido programa federal de combate à delinquência juvenil dirigido por David Hackett, os CAPs deveriam perseguir três objetivos: coordenar os programas federais, estaduais e locais de assistência; oferecer novos serviços aos pobres e, finalmente, promover mudanças institucionais em favor dos pobres. David Hackett e seus assessores, convidados por Shriver para integrar a força tarefa responsável pela proposição do *OEO Act*, concederam aos referidos programas um conteúdo mais idealista e radicalizado. Hackett e seu grupo identificavam nas instituições existentes – escolas, polí-

¹⁰ SCHULMAN, Buce J. *Lyndon B. Johnson and American Liberalism. A Brief Biography with Documents*. Boston/New York: Bedford Books of St. Martin Press, 1995.

cia, serviços de assistência, organizações de caridade – uma tendência ao paternalismo e mesmo à manipulação e controle inescrupulosos dos desfavorecidos. Na sua visão, tais instituições corresponderiam a burocracias opressoras, desinteressadas em qualquer mudança que pudesse afetar os poderes constituídos. Preocupados com a resistência dessas estruturas de poder local à promoção de reformas efetivas, habilidosamente esse grupo sugeriu a inclusão da recomendação da “*maximum feasible participation*” no artigo 202 do *OEO Act*, que pareceu inocente e não chamou qualquer atenção no Congresso ou em outros setores do Executivo¹¹.

Em muitas ocasiões, no entanto, essa disposição legal serviu para o OEO condicionar a concessão de recursos à existência de efetiva representação da comunidade alvo nos programas de municipalidades que tentavam apenas captar recursos federais em prol do engrandecimento político os respectivos prefeitos. Para sintetizar, segundo esses ideólogos mais radicais do OEO, a Guerra à Pobreza só poderia se viabilizar se os pobres efetivamente adquirissem poder. Motivar os pobres a “quebrar o ciclo da pobreza”, em sua concepção, equivalia a mobilizá-los, ativá-los politicamente.

Vejamos agora a visão da pobreza e as estratégias para seu combate que constituíram a perspectiva liberal dominante.

As várias faces da Pobreza

No início de 1963 um artigo intitulado *Our Invisible Poor*, assinado por Dwight MacDonald, foi publicado no jornal *The New Yorker*, trazendo um balanço da produção acadêmica recente sobre a pobreza. Desde a década anterior vários estudos vinham questionando o que se assumia ser um mito: a natural tendência à distribuição da renda nos EUA. John Kenneth Galbraith, Robert J. Lampman, Michael Harrington, entre outros, apontavam a existência de sérios desequilíbrios, responsáveis pela existência e crescimento de uma massa de miseráveis no país. Inequívocas também eram as estatísticas que demonstravam, ao contrário do que supunha o senso comum, que o gap que separava os negros

¹¹ Ver LEVITAN, Sar A. *The Great Society's Poor Law: a new approach to poverty*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969, p.312. Agradeço a André Luiz Campos Vieira a gentileza de me brindar com este livro, que resulta de substancial avaliação dos programas conduzidos pela OEO pelo Center Manpower Policy Studies da George Washington University após o final do governo Johnson, mas antes ainda da extinção do OEO em 1974.

dos brancos em termos de renda não vinha diminuindo desde o final da segunda guerra. Um número desproporcional de negros integrava o contingente de mão-de-obra desqualificada, de desempregados, de pobres. O artigo e os principais livros nele citados ganharam repercussão nos círculos oficiais do governo Kennedy, que começou a alimentar, a partir do seu reconhecimento, um programa federal destinado a combater o mal social da pobreza¹². Até a Depressão e as inéditas medidas do New Deal, especialmente o advento do *Social Security Act*, a assistência aos pobres esteve fundamentalmente a cargo dos governos locais e dos programas filantrópicos privados, mormente ligados a instituições religiosas. Mas pode-se dizer que os programas de assistência e os serviços públicos prestados pelo Estado a partir do New Deal em muitos casos não tinham como objetivo beneficiar particularmente os pobres. A educação pública e os auxílios concedidos a idosos e deficientes, independente da renda, podem servir como exemplo. Os programas iniciados pela Guerra à Pobreza estabelecem, neste sentido, um novo marco.

Emblemático também é o fato da pobreza passar a ser pensada em termos culturais. Discussões dos cientistas sociais sobre uma suposta “cultura da pobreza” invadiram os círculos governamentais, influenciando sobremaneira a ação de inúmeras agências. A concepção predominante era a de que pobres não seriam apenas os desprovidos de recursos, conhecimentos e oportunidades de trabalho, mas aqueles cujo perfil cultural, transmitido através das gerações, distinguia-se pela instabilidade familiar, traduzida nos altos índices de divórcio, gravidez na adolescência, filhos ilegítimos, experiências traumáticas na infância, baixa auto-estima, baixa escolaridade, baixo nível de participação eleitoral ou política, características percebidas como indesejáveis ou desviantes em relação a um padrão “estável”. Dessa forma, considerou-se que o objetivo da Guerra à Pobreza não era atingir apenas indivíduos, mas também as instituições, públicas e privadas, atacando o círculo vicioso da pobreza.

Mesmo admitindo a natureza social da pobreza, as políticas compensatórias então imaginadas pelo governo federal objetivavam tão somente dotar os indivíduos com recursos materiais e intelectuais que os capacitassem a se inserir ou reinserir no mercado. Portanto, não se cogitava em qualquer intervenção sistêmica ou macro-econômica voltada para corrigir processos de acumu-

¹² *Op. Cit.* p.13.

lação e distribuição de renda. O sistema enquanto tal não estava em causa. A pobreza corresponderia apenas a uma disfunção, passível de ser corrigida sem provocar qualquer desequilíbrio no sistema. Aliás seu combate serviria para reequilibrá-lo.

Mas é importante sublinhar que a associação da pobreza à falta de dedicação ao trabalho, a esforço individual insuficiente, nuclear no imaginário puritano, era deslocada, deixando-se de culpar o pobre, enquanto indivíduo, por sua pobreza. Para muitos americanos este novo paradigma causou grande impacto, como se pode depreender das palavras de um voluntário do VISTA – *Volunteers in Service To America* – versão doméstica dos Corpos da Paz, que arregimentou jovens de classe média para atuar em programas de ação comunitária. Assim recorda Karen Bolte:

“Ensinarão-me quando criança que se uma pessoa neste país trabalhasse arduamente, conseguiria ir adiante. E aqui estava uma família que tinha trabalhado arduamente durante toda vida e não tinha nada, e realmente não por culpa delas, mas porque este era o modo pelo qual o sistema funcionava.”¹³

Além disso, num contexto de extrema efervescência na luta pelos direitos civis, houve também a possibilidade de articular pobreza à discriminação racial e à falta de poder político dos desfavorecidos, especialmente os negros.

Dessa forma, seria possível pensar a associação da Guerra à Pobreza aos direitos civis, não como uma descaracterização ou um esvaziamento da luta de classes, como pensavam alguns intelectuais de esquerda. Nos anos 60, qualquer movimento ou política pública que desconsiderasse a questão racial deixaria de fazer sentido, da mesma forma que o movimento pelos direitos civis não pôde deixar de se encaminhar para a questão da pobreza, como pretendeu o próprio Martin Luther King nos seus últimos momentos. A articulação entre pobreza e discriminação racial representou uma exigência histórica inescapável que, antes de descaracterizar, foi o que concedeu alguma coerência à Guerra à Pobreza. Vejamos agora o que a historiografia nos diz a respeito desse tema.

¹³ “America’s War on Poverty”, documentário, 1995. Henry Hampton Collection, Washington University, Special Collections, <http://library.wustl.edu/units/spec/filmandmedia/hampton/awop.html>.

Dos juízos da historiografia ao julgamento político: visualizando uma cultura política ativista

Tal qual Johnson, a Grande Sociedade e a Guerra à Pobreza herdaram as críticas feitas ao New Deal, tanto pela historiografia de esquerda, que assinalou suas insuficiências ou mesmo o propósito conservador da pauta reformista Democrata, quanto de direita, que chegou a denunciar aspectos socializantes no programa.

No primeiro caso, enfatiza-se que a Guerra à Pobreza não pretendeu atacar a perversa distribuição de renda, nem efetivamente enfrentar as estruturas de poder local que impediam que os recursos chegassem efetivamente aos pobres. Portanto, as estruturas sociais e de poder ficaram, ao final, absolutamente intocadas. Partindo deste ponto, com o qual não deixo de concordar, alguns chegam a condenar o sistema de cobertura social como um todo, argumentando por exemplo, que quem se beneficia do *Medicaid* desde sua criação não são os pobres e sim a corporação médica e o cartel de hospitais¹⁴.

No que tange aos efeitos na sociedade, o caminho se bifurca. Por um lado, há quem defenda que Johnson teria na verdade tentado evitar o debate e a mobilização em torno de seus programas, uma vez que era guiado pelo que se chamou de liberalismo gerencial, que privilegiava a tecnocracia do aparelho de Estado em detrimento dos canais democráticos de participação. Por outro, afirma-se que os programas se anteciparam à ascensão das massas e seu efeito desestabilizador, incentivando, porém mantendo sob controle as manifestações populares. De todo modo, segundo tais críticos, os elevados objetivos da Guerra à Pobreza enunciados pelo governo não seriam factíveis, mesmo que tivessem sido efetivamente pretendidos.

Cabe, nesse panorama geral, singularizar duas análises que chamaram particularmente minha atenção.

A primeira é a de Ira Katznelson, cujo título é a pergunta “Foi a Grande Sociedade uma oportunidade perdida?”¹⁵ O título remete a uma avaliação feita por alguns contemporâneos que participaram da formulação do programa

¹⁴ MATUSOW, Allen J. In: JORDAN, Barbara C. and ROSTOW, Espeth D. (eds.). *The Great Society: A Twenty-Year Critique*. Austin: Lyndon Johnson Library, 1986.

¹⁵ In: FRASER, Steve e GERSTLE, Gary. *The rise and fall of the New Deal Order*. Princeton: Princeton Univ. Press, 1989.

e que no final da década de 60 acabaram decepcionados com seus resultados. Para esses liberais, a administração Johnson perdera uma imensa oportunidade de instituir mudanças sociais de caráter mais profundo, como um sólido programa de ampliação do emprego e medidas de recuperação da renda. Para aprofundar o programa, Johnson teria que aumentar investimento num ritmo muito maior, o que foi impossibilitado pela guerra do Vietnã¹⁶.

Katznelson acaba por glosar esse diagnóstico para adiantar sua tese de que a oportunidade de alcançar ou aprofundar reformas social-democratas havia sido perdida não nos anos 60, mas duas décadas antes, quando o movimento sindical reorganizou-se, deixou de lado sua combatividade, esterilizando seu potencial de questionamento do sistema. Para o autor, a Grande Sociedade teria tido um duplo efeito: ao mesmo tempo em que, do mesmo modo que o New Deal, alargou a base social do Partido Democrata, incorporando importante contingente de afro-americanos, antes fiéis ao Partido de Lincoln, contraiu a base trabalhista do partido, isolando os pobres sem emprego dos trabalhadores pobres. O resultado final teria sido a fragmentação do Partido Democrata e da própria coalizão política que viabilizara a espetacular vitória legislativa de Johnson. Sua conclusão, um tanto desconcertante e incompreensível, é a de que no momento mesmo em que reformas mostravam-se mais vigorosas, os limites para sua continuação no futuro se fechavam.

Outra obra muito conceituada sobre este processo é a de Allen Matusow¹⁷. Bastante minuciosa, a análise acaba por concluir que o epitáfio da Guerra à Pobreza deveria ser “Declarada, mas nunca efetivada”.

No entanto, é interessante que Matusow atribua o título “Guerra à Pobreza II: A Estranha História da Ação Comunitária” ao capítulo dedicado a analisar os CAPs e inicie afirmando que Johnson não soube avaliar sua potencial ameaça aos ideais

¹⁶ Certamente não se pode responsabilizar apenas o Vietnã pelas dificuldades da Grande Sociedade. Katznelson por exemplo menciona que houve uma considerável mudança em termos da composição do orçamento federal na era Johnson. Mesmo durante a guerra, o orçamento militar declinou em termos relativos, enquanto as despesas com seguro social e programas de assistência duplicaram, passando de US\$ 61 bilhões na segunda metade da década. Entre 65 e 67, descontando a inflação, o crescimento foi espetacular: 15%. A guerra não deixou de ter impacto, porém, este se limitou a reduzir o crescimento dos investimentos na área social para 10%.

¹⁷ MATUSOW, Allen J. *The Unravelling of America: A History of Liberalism in the 1960's*. New York: Harper & Row, 1984.

de harmonia social e consenso que perseguia. Segundo ele, o presidente não teria pressentido a possibilidade de infiltração dos programas por radicais desejosos por instrumentalizá-los para mudança social. Ao final, Matusow conclui que os programas de ação comunitária seriam a exceção que confirmaria a regra em relação ao caráter conservador da Grande Sociedade.

É importante recuperar alguns pontos de sua análise. Ao tratar dos princípios que nortearam os CAPs e os principais casos onde o conflito de perspectiva entre prefeitos e OEO se tornou mais flagrante, Matusow afirma que pelo menos até agosto de 1965 predominou na agência a perspectiva de Hackett, assumida formalmente nos Manuais e outros materiais produzidos e distribuídos pela agência. As diretrizes oficializadas nestes textos seriam: identificar as comunidades com maior concentração de pobres; autorizar os residentes a escolher, preferencialmente através do voto direto, representantes para compor conselhos que deveriam não apenas influenciar, mas participar da gestão dos CAPs. Os manuais chegavam a indicar formas para se alcançar a ativação e fortalecimento político dos pobres, recomendando, por exemplo, a utilização de assistentes sociais treinados no sentido de fomentar a criação de organizações locais autônomas. Matusow menciona que o OEO permitiu inclusive o uso de 15% do orçamento para realização de projetos piloto dessa natureza. Um deles, realizado na *Syracuse University* sob a direção de Saul Alinsky, celebrado por constituir associações de moradores em várias favelas negras, formou ativistas comunitários que passaram a fomentar na cidade o alistamento eleitoral e a constituição de associações de inquilinos, atemorizando o prefeito que pretendia reeleger-se.

Outros casos de enfrentamento entre ativistas e políticos locais em função da participação dos pobres e negros, mencionados por Matusow, podem ilustrar a tentativa de setores mais radicais de interpretar a seu modo e tomar para si as iniciativas na Guerra à Pobreza, num contexto de intenso conflito racial. Em São Francisco, depois da ocorrência de *riots* de grande repercussão nacional, o prefeito capitulou em sua intenção de instrumentalizar o CAP local, entregue aos representantes das áreas a serem beneficiadas. Em um dos distritos, Wilfred Ussery, diretor nacional do CORE – *Congress of Racial Equality* – uma das mais importantes e radicais organizações pelos direitos civis do país – utilizou as verbas recebidas do OEO para organizar associações de moradores independentes, cujo discurso racial causou alvoroço. Cartas denunciando que o OEO estava fomentando a ideologia *black power* com

verbas federais foram enviadas ao FBI e ao próprio Presidente Johnson. O programa foi investigado e dissolvido em 1967.

Em Nova York, o programa *Mobilization for Youth*, dirigido por cientistas e assistentes sociais, foi considerado modelar por Matusow quanto ao objetivo de pressionar por mudanças institucionais no interesse dos pobres. Greves de inquilinos e ocupações de prédios do *Welfare Department* foram algumas das ocorrências que levaram o prefeito e jornais da cidade a denunciar que “subversivos esquerdistas” controlavam o programa.

Por fim, mereceram destaque na avaliação de Matusow os êxitos do *Head Start* e do *Legal Services*. Os programas de educação infantil do *Head Start* que fomentaram a participação dos pais alcançaram conseguiram produzir maior sensibilidade no sentido das necessidades educacionais e médicas especiais das crianças pobres. No segundo caso, o OEO objetivava que os 2.000 advogados trabalhando nas comunidades pobres movessem causas clamando por tratamento igualitário para os pobres nas instituições públicas e privadas. Suas ações efetivamente pressionaram autoridades responsáveis pelas áreas de habitação, saúde, assistência social e segurança. O Estado da Califórnia, por exemplo, foi obrigado a restabelecer a assistência médica a cerca de 1,5 milhão de pessoas qualificadas como pobres ou idosas.

Mas, conforme já mencionado, o balanço de Matusow é negativo. Em sua avaliação, ainda que os programas de ação comunitária tivessem conseguido perdurar, só teriam gerado melhores serviços para os pobres, serviços esses que permitiriam que apenas poucos escapassem da pobreza. Soluções para a pobreza passariam não pela oferta de serviços ou pela ação local. Numa verdadeira guerra à pobreza as ações levadas a efeito nesse âmbito tão restrito seriam pouco significativas.

Em relação às análises de Matusow e Katznelson é importante considerar, em primeiro lugar, que são irrefutáveis seus argumentos de que, ao longo do processo, os conflitos de interesse no interior do Partido Democrata e do OEO, provocaram o recuo de Shriver, que inverteu a conduta da agência em atendimento às exigências que prefeitos e outros atores políticos dirigiram ao Presidente, fazendo com que os defensores da “*maximum feasible participation*” deixassem a agência.

Em relação a Katznelson, no entanto, é impossível concordar com sua sentença de que os movimentos sociais daqueles anos 60 já estavam fadados ao fracasso em função de fatores externos a sua própria dinâmica. Ao conceder ao movimento sindical tal grau de determinação sobre o restante da vida social, Katznelson parece trabalhar com um sentido de classe social já bas-

tante questionado por deixar de lado a luta social que se desenrola fora do mundo do trabalho. Se pensarmos que a classe e a consciência de classe se constituem na própria dinâmica da luta social, é possível entender a ação de negros, mulheres e outros ativistas nos EUA nos anos 60 não como um desvio da luta de classes, mas como uma configuração que a luta de classes assumiu naquele contexto. Diante disso, seria possível inverter a tese de que o radicalismo dos anos 60 teria contribuído para o derrocada definitiva da chamada ordem do *New Deal*. Mais adequado talvez seja perceber a continuidade entre os dois períodos em termos da afirmação e expressão de uma cultura política reformista e ativista.

No caso de Matusow, me parece que se deve dar maior valor às vivências dos atores concretos que se envolveram nos variados programas. Experiências tão marcantes quanto a participação na construção e na direção de programas que integrantes de inúmeras comunidades pobres viveram, recuperadas em seu próprio texto. Se esses programas de fato não propiciaram alterações na estrutura social, promoveram mudanças importantes em termos da autoestima e da afirmação de um novo sentido de cidadania para muitos integrantes de comunidades marginalizados do ponto de vista social, econômico e político. É o que se depreende de declarações como a de Unita Blackwell, que trabalhou num projeto de assistência a crianças pobres no Mississippi, cuja direção foi assumida pelos próprios pais. Suas palavras são significativas: “ (...) se você não tem um mínimo de saúde e educação e participa de algum modo, de forma a sentir que você governa a si mesmo, você continuará na pobreza para sempre”¹⁸.

No meu entendimento, os pobres e ativistas negros e brancos que ocuparam as trincheiras da Guerra à Pobreza sem dúvida lutaram para atingir seus objetivos, entre eles o de garantir e conquistar novos direitos políticos e sociais. Nesse sentido, a guerra não foi apenas declarada, mas efetivada. Um guerra que assumiu claramente a feição de luta de classes, mesmo que tenha se dado através e por dentro da própria institucionalidade existente, pretendendo uma mudança substancial em sua lógica de funcionamento. Buscava-se assim atribuir novos sentidos a elementos-chaves do sistema, no sentido de sua demo-

¹⁸ “America’s War on Poverty”, documentário, 1995, Henry Hampton Collection, Washington University, Special Collections, <http://library.wustl.edu/units/spec/filmandmedia/hampton/aworp.html>

cratização e universalização. A criação da *National Welfare Rights Organization* em 1965 pode servir como exemplo. Neste caso o que se pretendeu foi eliminar o estigma associado ao *welfare*, que gradativamente foi sendo assimilado pela sociedade como direito. Parece plausível considerar o sistema de proteção social como constituinte de movimentos coletivos que alguns autores qualificam como “Revolução de Direitos”¹⁹ que se traduziu na ampliação das oportunidades de vocalizar demandas questionadoras da ordem vigente.

No caso em questão, há que se valorizar a penetração no aparelho de Estado de uma cultura política republicana²⁰ vinculada à idéia de que era necessário transferir poder e não apenas recursos para que os segmentos desfavorecidos pudessem transformar suas comunidades. Abriu-se portanto uma brecha para proposições mais radicais no sentido de inclusão dos pobres pela política, uma brecha ativista que gerou intensos ataques aos Programas de Ação Comunitária no âmbito da Guerra à Pobreza.

Ilustrativo neste sentido foi o manifesto produzido pelo Encontro Nacional de Prefeitos, Republicanos e Democratas, realizado em 1965, que pedia ao presidente que controlasse “os agressivos e radicais agentes comunitários”²¹. Um desses prefeitos chegou a dizer que tais agentes estariam fomentando a luta de classes imaginada por Marx. A partir daí, muitos prefeitos se rebelaram, alterando ou restringindo os programas federais em suas jurisdições²². Estavam convenci-

¹⁹ VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. *A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: Estratégias de bem-estar e políticas públicas*. Rio de Janeiro, Revan: UCAM, IUPERJ, 1998.

²⁰ V. FLORENZANO, Modesto. República (na segunda metade do século XVIII – história) e Republicanismo (na segunda metade do século XX – historiografia). In: SOIHET, Rachel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs). *Culturas Políticas: Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 45-66. Florenzano recupera, na historiografia norte-americana, autores como Bernard Baylyn e John Pocock que ressaltavam a participação política como única maneira de garantir a manutenção da irtude e da liberdade dos cidadãos frente à corrupção política. O mesmo se poderia dizer de: ARENDT, Hannah. *Crises da República*: São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

²¹ É bom lembrar que o SDS - *Students for a Democratic Society* - importante organização da New Left, patrocinava naquele momento programas de desenvolvimento comunitário nos guetos dos grandes cidades do norte, além das famosas Brigadas de Verão, constituídas por estudantes brancos, que se dirigiam para o sul de modo a reforçar e dar mais visibilidade à luta pelos direitos civis.

²² O corte de benefícios a mães solteiras que tivessem novos filhos ou a indivíduos sem trabalho pode ser citado como um exemplo de critério restritivo.

dos de que as ações afirmativas - que focalizavam não a oportunidade, ou seja, o ponto de partida, mas os resultados – representavam uma radicalização inaceitável dos programas da Guerra à Pobreza

Na década de 80 os princípios fundantes do *New Deal* foram declarados esgotados pela *Reaganeconomics*, especialmente a idéia de que o Estado deveria ser o principal agente da prosperidade econômica e da distribuição de renda. Os partidos também aparentemente perderam o poder atrativo que antes exerciam²³. Os Republicanos, que desde então dedicam-se a atacar o *Welfare*²⁴, mencionam sempre a *Great Society* como marco, procurando demonstrar que os investimentos de Johnson para combater a pobreza só criaram mais pobreza, dependência e desesperança. A *Great Society*, associada aos valores da contracultura, teria produzido, segundo eles, um verdadeiro desastre, sendo responsável por virtualmente todos os problemas existentes 30 anos depois: pobreza, regulamentações excessivas, aumento da presença perniciosa do Estado, taxas elevadas. Insistem na necessidade de alterar esse curso, recuperando o que para eles seria o verdadeiro rumo, a tradição da civilização americana: criar alternativas baseadas em trabalho, responsabilidade individual e caridade privada²⁵.

Em termos de historiografia, Charles Murray pode ser considerado um expoente desta corrente²⁶. Murray usa dados estatísticos para demonstrar que mesmo os programas mais bem avaliados da Grande Sociedade como o *Head Start* e o *Job Corps* beneficiaram apenas os que, em última instância, já chegavam estimulados aos programas, não produzindo qualquer efeito significativo no sentido de reduzir os índices de criminalidade, de desemprego e gravidez na adolescência. Seu efeito teria sido apenas agigantar a burocracia.

²³ V. WATTENBERG, Martin P. *The Decline of American Political Parties, 1952-1996*. Cambridge: Massachusetts, Harvard University Press, 1998.

²⁴ Este foi mote da última campanha de vários candidatos Republicanos, como a do texano Clark Simmons, extremamente truculenta neste sentido.

²⁵ Ao assumir a presidência, George Bush apresentou um projeto com vistas a habilitar igrejas para receber créditos públicos para financiar seus projetos filantrópicos, o que, para muitos atenta contra o princípio da separação entre Igreja e Estado. Neste segundo mandato, a previdência é seu alvo principal.

²⁶ V. MURRAY, Charles. *Losing Ground: American Social Policy, 1950-1960*. Basic Books, 1984; MURRAY, Charles "The Legacy of the 60's". In: *Commentary*, July, 1992, republicado em: MADARAS, Larry & SORELLE, James M. (eds). *Taking Sides Clashing views on Controversial Issues in American History (Vol II)*. Guilford: Connecticut, The Dushkin Publishing Group, 1995, pp 306-315.

Murray chegou a referendar uma retumbante declaração de um membro do governo Bush responsabilizando as reformas dos anos 60 pelos distúrbios raciais ocorridos em Los Angeles em 1992. Para Murray a solução para os problemas dos segmentos mais empobrecidos, deveria ser fundamentalmente o fortalecimento do núcleo familiar.

Não há como não lembrar das denúncias de Michael Moore no seu fantástico *Tiros em Columbine* quando apresenta os resultados dessa mudança de rumos nos programas originalmente concebidos para ajudar combater a pobreza entre grupos especialmente vulneráveis como o de mulheres chefes de família. Seguindo a filosofia Republicana, o sistema, como bem ilustra o caso tratado no filme, acaba por impor subempregos aos pobres. De uma perspectiva compensatória de *Welfare*, voltado para a produção e distribuição de serviços extra-mercado, passou-se para um modelo claramente residual que aponta para a retomada dos canais “naturais” de satisfação de necessidades, quais sejam, o esforço individual e o mercado.

Contrariando os argumentos dos Republicanos, inúmeros estudos indicam uma clara correlação entre investimento governamental e declínio dos índices sociais como desemprego, delinquência, etc. Em 1960 – 22% dos americanos viviam abaixo da linha de pobreza oficial. No final do governo Johnson, em 1969, esse índice caiu para 13%. A mortalidade infantil caiu de 26 por 1000, em 1963, para 10 por 1000, em 1983. Mesmo que a melhoria desses índices possa ser atribuída a outros fatores, muitos autores admitem que a Grande Sociedade representou, apesar de tudo, talvez o último momento em que se realçou a utilização do poder do Estado para mitigar as perversidades criadas pelo mercado, abrindo brechas para o idealismo social em detrimento da auto-proteção, que hoje se traduz em isolamento social, falta de contato entre classes e grupos étnicos.

Quando menos, a Guerra à Pobreza nos deixou questões ainda relevantes, inclusive para a sociedade brasileira. O programa Fome Zero, no governo Lula, como o Comunidade Solidária no governo Fernando Henrique, não conseguiram equacionar os imensos desequilíbrios e a dívida social histórica com os milhões de brasileiros que vivem na pobreza. Questões de fundo técnico e político provavelmente continuarão a nos desafiar por muito tempo. O que seria mais eficaz, políticas compensatórias, ações afirmativas ou políticas universalizantes? Como mobilizar a sociedade, como produzir a energia social necessária para pressionar o governo a não abdicar do equacionamento das questões sociais? Como enfrentar conflitos de interesse e, acima de tudo, respaldar um programa que implica em redistribuição de recursos?

Mas do ponto de vista puramente teórico, que é o mais confortável, podemos concluir que aquilo que emerge do discurso político como ideologia dominante não equivale à expressão de um consenso, mas apenas a um resultado provisório do conflito entre diferentes posicionamentos. Dessa forma, culturas políticas minoritárias, as heterodoxias, os chamados “desvios”, uma vez vencidos, têm sempre a possibilidade de ressurgir. Por causa disso, devemos evitar sentenças simplificadoras e continuar acreditando que o futuro não está predeterminado.

Referências Bibliográficas

- ANDREW III, John A. *Lyndon Johnson and Great Society*, Ivan R. Dee, Chicago, 1998 (The American Ways Series).
- FRASER, Steve e GERSTLE, Gary. *The rise and fall of the New Deal Order*. Princeton, Princeton Univ. Press, 1989
- JORDAN, Barbara C. and ROSTOW, Espeth D. (eds.). *The Great Society: A Twenty-Year Critique*. Austin: Lyndon Johnson Library, 1986.
- LEVITAN, Sar A. *The Great Society's Poor Law: a new approach to poverty*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1969.
- MATUSOW, Allen J. *The Unravelling of América: A History of Liberalism in the 1960's*. New York, Harper & Row, 1984.
- ROBERTSON, James Oliver. *American Myth, American Reality*. Hill & Wang, New York, 1994.
- SCHULMAN, Buce J. *Lyndon B. Johnson and American Liberalism. A Brief Biography with Documents*. Boston/New York: Bedford Books of St. Martin Press, 1995.
- SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs). *Culturas Políticas: Ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.
- Taking Sides Clashing views on Controversial Issues in American History* (Vol II) Larry Madaras & James M. SoRelle (eds). Guilford, Connecticut, The Dushkin Publishing Group, 1995
- WATTENBERG, Martin P. *The Decline of American Political Parties, 1952-1996*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1998

Resenhas

SCHÁVELZON, Daniel. *Buenos Aires negra: arqueologia histórica de una ciudad silenciada*. Buenos Aires, Emecé Editores, 2003. (244p.)

Rosana Gonçalves

Mestranda em História Social-FFLCH/USP

Em abril de 2005, a Universidad Nacional de Tres de Febrero, com o apoio do INDEC (Instituto Nacional de Estadísticas y Censos), iniciou um censo no qual constará um levantamento quantitativo sobre a população afro-descendente na Argentina. Tal arrolamento não é feito oficialmente há mais de cem anos, uma vez que o último em que foi incluída a pergunta sobre ascendência racial data de 1887, quando 1,8% da população em Buenos Aires declarou ser de origem negra. Hoje estima-se que a população afro-descendente na capital argentina totaliza 4%, segundo a Universidade de Buenos Aires.

Entretanto, tais números nem sempre foram tão inexpressivos. Em 1810, um em cada três portenhos era afro-descendente. Daí a importância da obra *Buenos Aires negra*, de autoria do arqueólogo Daniel Schávelzon da Universidade de Buenos Aires, que diante do silêncio das fontes documentais convencionais, buscou a presença dessa população pela via de seus resquícios materiais.

Muitos dos viajantes que passaram por Buenos Aires no início do século XIX apontaram apenas 50% da população como branca. Há que se levar em conta a subjetividade dos números disponíveis, seja pela dificuldade de se definir quem era ou não branco, seja pela entrada de escravos contrabandeados. Segundo Schávelzon, entre 1606 e 1625, menos de 5% dos escravos que desembarcaram em Buenos Aires foram legalmente contabilizados.

O fato é que milhares de africanos foram levados para a Argentina como mão-de-obra escrava a partir do século XVI e no entanto, hoje o país apresenta cifras tão reduzidas de populações afro-descentes. O que teria acontecido? Daniel Schávelzon aponta vários possíveis fatores que já foram amplamente debatidos por estudiosos do tema: a epidemia de cólera em 1861 ou a

de febre amarela dez anos mais tarde, fazendo muitas vítimas entre os escravos por sua alimentação deficiente e sua árdua rotina de trabalho; a dizimação pelo combate na Guerra do Paraguai; o branqueamento consciente por meio de matrimônios com brancos; a entrada em massa de mão-de-obra livre europeia. Todos estes motivos somam-se ao fenômeno que o autor considera determinante: alta mortalidade infantil e baixa natalidade entre os negros. Além disso, os censos realizados pelo governo em fins do século XIX objetivaram maquiar qualquer estatística na intenção de caracterizar a nascente nação como europeia e branca.

Apesar de apontar os motivos pelos quais vários estudiosos tentam justificar o desaparecimento dos afro-descendentes, este não é o foco principal de Schávelzon em seu livro, mas ressaltar a importância da população africana ou afro-americana na composição do quadro social na Argentina, e principalmente na história de Buenos Aires.

Schávelzon empenha-se em reconstruir esse passado recente, cujas características há muito se apagaram. Chama atenção para o descaso da produção artística e literária do século XIX que quase não citava estes 35% de afro-descendentes entre os habitantes de Buenos Aires ou quando resolvia inseri-los, no mais das vezes era de forma pejorativa, como imorais, incapazes ou infantis. Somente no século XX haveria uma retomada da construção da imagem do negro, sendo em alguns momentos destacado como herói ou personalidade em meio à população branca.

Nesse momento, quando entram em voga os estudos raciais, os especialistas passam a enxergar uma complexidade cultural que não poderia ser resumida como uma cultura africana na América, mas uma cultura afro-americana ou, melhor dizendo, da diáspora africana. Como defende o autor, não era possível ao africano atravessar o Atlântico e continuar vivendo exatamente da mesma forma que vivia em seu continente, não só pela condição de escravo, mas pelo convívio com outros africanos de regiões distantes da de sua origem, ou ainda pelo contato com a cultura americana, seja ela de procedência indígena ou europeia. Mas ele traria consigo sua memória, seu aprendizado e seus valores culturais e religiosos.

Neste sentido, afirma Schávelzon, o estudo comparativo da cultura material presente no continente americano apresentou diversas semelhanças em regiões geograficamente distantes. Fumava-se em cachimbos parecidos em São Domingos (atual Haiti), em Cuba, no Brasil ou na Argentina; as cerâmicas que

se supõem produzidas por escravos apresentavam similaridades em contextos muito diferentes.

Antes de chegar aos objetos, o autor fará um longo caminho analítico para caracterizar como viviam e se organizavam os escravos, a partir de documentos históricos e estudos etnográficos. Os registros de propriedade, por exemplo, são utilizados para ter-se uma idéia de onde a população afro-descendente podia estabelecer moradia. Assim, esforça-se em traçar um panorama do contexto social e entender como viviam estas pessoas, como travavam sua luta silenciosa pela sobrevivência de sua religiosidade e manifestações culturais, apesar de sua condição de cativos.

Um dos marcos de organização da população escrava foi, a partir de 1770, a fundação de “associações”, importantes espaços de sociabilidade, sobre as quais Schávelzon afirma não ter muitos dados além de listas de membros e autorizações para criação. Embora não tenha detalhes das características dos espaços físicos, a documentação disponível sugere que havia locais ao ar livre para danças e *candombe* e recintos fechados para cerimônias de nascimento, casamento, morte, medicina e justiça, onde uma autoridade, na figura de um “rei” ou “rainha”, encarregava-se de celebrar estes ritos.

Outra forma de sociabilidade eram os *barrios del tambor*, locais assim chamados pelos viajantes, onde havia registro de ao menos um terreno ou casa em nome de um escravo ou liberto, que poderia ser sede para as celebrações das “associações”. Na verdade, não eram exatamente bairros, mas propriedades dispersas pela cidade. A idéia de bairro é muito mais uma denominação dada pelos viajantes decorrente da sensação negativa que lhes causava o agrupamento de afro-descendentes e suas manifestações religiosas e culturais. Um dado interessante é que tais propriedades, comumente localizadas nos bairros mais afastados, de tamanho reduzido para a época, valiam o dobro do que em média seria o preço de uma alforria, indicando que para o negro muitas vezes seria mais conveniente garantir um espaço de sociabilidade que a própria liberdade.

O autor cita documentos, principalmente do século XVIII, em que autoridades católicas queixavam-se de uma certa falta de ortodoxia por parte de alguns negros quando, apesar de freqüentarem a Igreja, eram flagrados em suas danças e cantos em “seu idioma”. Nesse período, os escravos freqüentemente tinham que debater com a igreja permissões para seus festejos. Em fins do XVIII e início do século XIX, este quadro será facilitado com a conquista dos espaços das “associações”. Ali os perseguia o racismo de outra maneira,

afirma o autor, pois carregavam a alcunha de selvagens, primitivos e suas danças, indecentes.

Outra possibilidade de contato menos vigiado dava-se graças ao trabalho das lavadeiras que, ao se reunirem na região da costa do Rio da Prata para o cumprimento de suas tarefas, vivenciavam momentos de sociabilidade. Há um uso curioso da costa do rio, segundo o autor, porque enquanto durante o dia o local era restrito à frequência das lavadeiras, sendo os brancos indesejados, ao cair da tarde no verão, elas se retiravam, e os brancos iam banhar-se. A onda higienista de fins do século XIX tentava proibir o trabalho das lavadeiras negras, com o fito de evitar o incômodo da desagradável imagem que o viajante tinha ao chegar no porto. A partir de 1880, com o incremento da política imigrantista, o trabalhador branco europeu assumiu rapidamente os espaços anteriormente ocupados pela mão-de-obra escrava negra.

Imbricado à análise dos documentos históricos e etnográficos, o foco de Schávelzon é decifrar a cultura material e olhar atentamente ao que foi produzido pelo afro-argentino, uma vez que estes objetos podem dar detalhes a respeito do cotidiano desta população, no geral, ignorados pelos relatos escritos. Para o autor, o estudo das fontes materiais é uma forma de dar voz ao afro-portenho, pois as fontes escritas são bastante parciais, tendo sido produzidas em sua maior parte por europeus ou americanos brancos. Entretanto, fazer arqueologia urbana em uma cidade cujo subsolo é destruído constantemente, como é o caso de Buenos Aires, é um árduo desafio.

Foram feitas escavações em diversos locais da cidade e estabelecidos cruzamentos com os registros das propriedades e suas funções, ou seja, se eram moradias, conventos, ou locais destinados ao comércio de mercadorias e escravos, muitos destes sob gerenciamento de religiosos, principalmente jesuítas. Além da reconstrução do cenário externo, para classificar os fragmentos materiais encontrados, o autor caracteriza a distribuição dos espaços no interior das casas, área de trabalho dos escravos, lugar onde dormiam, as “habitações do fundo” – onde normalmente eram instalados os escravos, junto ao galinheiro, ao depósito de lenha e à latrina. Lembra que algumas pessoas possuíam muitos cativos, chegando a 10 em uma só casa, o que os viajantes consideravam uma quantidade exorbitante para o nível social de seus proprietários.

Finalmente, classifica os materiais encontrados em três grupos: os objetos que ele conclui terem sido trazidos da África, os que foram manufaturados na América com características africanas e os apropriados por afro-portenhos

(provenientes dos índios ou europeus). Lembra que qualquer classificação é feita sob deduções e probabilidades, nem sempre certezas. Uma constatação possível é o fato de que o acabamento de uma peça de cerâmica confeccionada para o escravo é normalmente grosseiro, não só pelo baixo custo como pela necessidade de resistir ao uso em ambiente de trabalho. Um cachimbo feito para uso de um escravo deveria ser de cano curto para que ele pudesse segurá-lo com apenas uma mão, enquanto mantinha a outra ocupada com o trabalho, ou enquanto caminhava. Entre as peças encontradas nas escavações nos vários sítios de Buenos Aires, foram descobertos colares ou contas de colares, bastões cerimoniais importantes para a cultura africana, pedrinhas, enfim objetos que o autor supõe terem sido usados por africanos ou seus descendentes, não sabendo precisar quando ou como, mas que são evidências de uma religiosidade africana muito presente.

Daniel Schávelzon mostra-se mestre na arte de dar vida a um objeto do qual muitas vezes só sobrou um fragmento. Para isso, segundo ele, é preciso associá-lo o mais possível ao cotidiano dessas pessoas, o que podiam fazer com ou sem autorização e como davam voz aos seus valores ancestrais ainda que transformados. Entender que uma simples faca feita do vidro de uma garrafa ou do osso de um animal, só podia ter sido usada por quem não tinha acesso a facas de ferro: o escravo. Por muito tempo houve resistência ao estudo da arqueologia da cultura africana na Argentina, principalmente porque aceitar este campo de pesquisa era pressupor a existência da cultura diaspórica como dinâmica, capaz de produzir formas de resistência, ainda que silenciosa e por muito tempo, silenciada. Encontrar resquícios da cultura negra ou ainda pessoas negras que se destacaram entre os brancos não parece, para Schávelzon, o mais importante. O relevante é tentar localizar pontos de resistência, manifestações paralelas em um mundo de brancos, ainda que tais experiências não fossem puramente africanas, mas afro-americanas.

E finaliza: “Las diásporas, todas ellas, nunca tuvieron un final feliz. (...) En la Argentina ni siquiera tiene la opción de llegar a tenerlo: simplemente, ya no existe.”

GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Marcia R. C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.

Márcio Santos

Doutorando em História Social – FFLCH/USP

O tema da fronteira, que ocupou parte da historiografia norte-americana ao longo do século XX, não é freqüente entre os historiadores latino-americanos. A palavra *fronteira* ainda hoje parece ecoar o viés triunfalista, expansionista e hegemônico que lhe deu Frederick Jackson Turner¹ há mais de cem anos, ainda que, no seu próprio país, o historiador norte-americano tenha sido superado por sucessivas revisões, realizadas ao longo do último século. Sem dúvida terá contribuído para esse viés, entre nós, a gestação e difusão do mito do herói bandeirante, por meio do qual toda uma linhagem de estudiosos brasileiros buscou explicar a conquista luso-americana de terras e populações indígenas do interior do espaço colonial. A palavra *fronteira* aparece, assim, associada a um modelo analítico que via na dilatação do território ocupado por luso-americanos a vitória da civilização sobre a barbárie, da mentalidade européia ilustrada sobre o sertão inculdo, do Leste integrado ao circuito mercantil transatlântico sobre o Oeste isolado e hostil.

Sérgio Buarque de Holanda foi um dos primeiros a tentar se desvencilhar das amarras e dos equívocos impostos por essa abordagem. Caminhando em direção a uma abordagem cultural do fenômeno, o autor propôs que se pensasse a fronteira

¹ F. J. TURNER. *The Frontier In American History*. University of Virginia, Department of English. Charlottesville. Disponível em <http://www.xroads.virginia.edu/~HYPER/TURNER/tpic.html>. Acesso em: 18 dez 2004.

entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar à formação de produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados. Nessa acepção a palavra “fronteira” já surge nos textos contemporâneos da primeira fase da colonização do Brasil e bem poderia ser utilizada aqui independentemente de quaisquer relações com o significado que adquiriu na moderna historiografia, em particular na historiografia norte-americana desde os trabalhos já clássicos de Frederick Jackson Turner.²

Autores contemporâneos, como Janaína Amado, Lúcia Lippi Oliveira, Nísia Trindade Lima e Robert Wegner têm aprofundado as reflexões sobre o tema, quer seja abordando-o diretamente, quer seja tratando-o por via indireta, no bojo de estudos sobre a dicotomia entre litoral e interior – ou entre costa e sertão, para manter a expressiva nomenclatura utilizada no período colonial – no pensamento social brasileiro.

A coletânea de textos organizada por Horacio Gutiérrez, Márcia Naxara e Maria Aparecida Lopes vem, nesse sentido, trazer contribuição decisiva para o tratamento histórico, sociológico e antropológico do problema da fronteira. As onze análises publicadas possibilitam ao leitor trafegar entre distintos aspectos do tema, que vão da teoria e da história do próprio conceito de fronteira à sua aplicação, enquanto ferramenta analítica, ao tratamento de questões historiográficas latino-americanas e caribenhas. A reunião de especialistas de diferentes nacionalidades e origens acadêmicas permitiu apresentar, numa mesma obra, estudos de espaços sociais tão diferentes entre si quanto o Pampa e a fronteira entre México e Estados Unidos, o Chile e o Nordeste brasileiro, a região platina e o Mato Grosso.

Em que pese a divisão, realizada pelos organizadores, dos textos em dois grandes blocos – *Fronteiras e identidades* e *Personagens, paisagens e sentimentos em fronteiras* –, é possível se perceberem outras clivagens no conjunto dos estudos publicados. Cabe ressaltar, de início, o estudo que abre a coletânea, seguramente um dos seus pontos mais altos, no qual a autora retraça as

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras* (1957). São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 12-13.

transformações do conceito de fronteira na historiografia norte-americana, desde a abordagem inaugural de Turner, de 1892, até a última década. Pode-se dizer que se trata do único texto da obra no qual se ensaia uma perspectiva teórica do problema da fronteira, buscando-se aproveitar a experiência da historiografia norte-americana sobre o tema para se operar uma rápida reconstituição do conceito no espaço no qual ele surgiu e se desenvolveu.

A partir do texto de Maria Aparecida Lopes é possível acompanhar os embates teóricos e ideológicos que marcaram o problema da fronteira nos Estados Unidos, o que já se pode identificar na própria proposta turneriana, uma “resposta aos intelectuais do Leste, que enfatizavam a predominância das instituições políticas inglesas sobre as estadunidenses”.³ Lopes mostra como os estudos de Turner foram colocados em xeque por pelo menos duas vias de análise: (1) a dos chamados *new western historians* – Patricia N. Limerick, Brian W. Dippie e Richard White –, que questionaram o mito do oeste norte-americano como terra prometida e ressaltaram as experiências de indivíduos que não se beneficiaram do avanço da fronteira, rompendo com o “modelo idílico de expansão”⁴ e (2) a dos historiadores dedicados ao que se denominou *spanish borderlands*, que, a partir dos trabalhos de Herbert E. Bolton, já da década de 20 do século XX, recuperaram as formas de expansão espanhola na América, introduzindo o que Lopes qualifica de “uma visão mais inclusiva da fronteira”.⁵

Um segundo subconjunto de artigos seria composto por aqueles nos quais se analisam as chamadas regiões-fronteiras, espaços geográficos nos quais se expressam relações de contato material e simbólico entre populações ou grupos sociais diferentes e, por vezes, antagônicos. Nesse caso está o texto de Laura Muñoz, no qual a autora engenhosamente aborda as viagens entre a Europa e o Caribe para, a partir da percepção dos participantes dessas jornadas, analisar os sucessivos tipos de fronteira que se apresentavam aos sentidos europeus na chegada ao continente americano. No final da análise, Muñoz introduz a noção dos homens-fronteira, pessoas que se colocavam no limite

³ LOPES, Maria Aparecida de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Marcia R. C.; e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003. p. 14.

⁴ LOPES, Maria Aparecida de S. *op. cit.* p. 24.

⁵ LOPES, Maria Aparecida de S. *op. cit.* p. 24.

entre dois mundos culturais, para articular uma reflexão sobre a fronteira como área de contato “viva, mutable, porosa, una zona de interacción donde se vivió un proceso sostenido de transculturación, de intercambios”.⁶ Nesse sentido, o próprio espaço caribenho se colocaria também como fronteira, ou região-fronteira, um conjunto insular que permitiu o contato secular entre o continente americano e o oceano.

As sociedades indígenas da região-fronteira do Pampa são analisadas por Raúl Mandrini e Sara Ortellí do ponto de vista dos seus contatos materiais e culturais com a sociedade hispanocriolla. A abundância, intensidade e multiplicidade desses contatos, revelada pelos autores com base na documentação, permite-lhes negar o “prejuicio ideológico e historiográfico que insiste en ver a las sociedades indígena y colonial como aisladas y separadas”. Ao contrário, concluem, pode-se falar, no caso dos contatos entre os povos pampeano-patagônicos e os colonizadores, em uma *frontera permeável*, “un espacio social que se deja atravesar por hombres y mujeres, por bienes y productos, por influencias culturales e intercambios de información”.⁷

Casey Walsh examina a economia política do algodão como atividade que definiu o desenvolvimento da região-fronteira entre o México e os Estados Unidos e, nesse processo, formou as vidas das pessoas – sujeitos fronteiriços ou homens-fronteira – que a habitam. Heloísa Jochims Reichel estuda a fronteira da região platina, mostrando que, mesmo em situações-limite, como a guerra de 1811 a 1820, uma região-fronteira pode funcionar como zona de contato e de intercâmbio entre populações.

Quatro outros textos formariam o terceiro subconjunto de artigos. Eles se relacionam à experiência da fronteira e dos homens fronteiriços em situações de produção de imaginários formadores de identidades nacionais. Leandro Mendes Rocha investiga projetos indigenistas implantados na Amazônia brasileira como expressão de interesses geopolíticos patrocinados por militares, que se articularam em função do trinômio índio-Deus-pátria. Jacy Alves de

⁶ MUÑOZ, Laura. Bajo el cielo ardiente de los trópicos: las fronteras del Caribe en el siglo XIX. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Marcia R. C.; e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *op. cit.* p. 56.

⁷ MANDRINI, Raúl J. & ORTELLI, Sara. Una frontera permeable: los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense em el siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Marcia R. C.; e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *op. cit.* p. 88.

Souza aborda as figuras-limite do Jeca Tatu e de Macunaíma para explicá-los enquanto “faces de uma mesma figura nacional, de um só rosto identitário, de uma única estética nacional”.⁸ Durval Muniz de Albuquerque Júnior trata as imagens da cultura regional no discurso tropicalista.

Márcia Naxara parte, na sua análise do mito da “conquista do oeste brasileiro”, dos relatos de três viajantes, que percorreram a região dos rios Araguaia e Tocantins em diferentes períodos da segunda metade do século XIX e primeira do seguinte. A autora situa essas narrativas no contexto das representações de um Brasil desconhecido, que se quer desvendar, para se construir, a partir dos diferentes espaços regionais, a unidade nacional. O desbravamento das fronteiras ocidentais do país é, assim, um ato de construção de um lugar político, de afirmação da nacionalidade e de projeção de um futuro de coesão nacional e harmonia social.

Horacio Gutiérrez explora habilmente duas representações opostas dos mapuches, habitantes das regiões centrais do Chile: os mapuches como inventores da nação e os mapuches como emblema da barbárie. Situa, ao dividi-las, uma transição fundamental na história chilena, por meio da qual os fundadores da nação deixaram de ser representados como os índios “puros”, passando a ser os mestiços, resultantes da hibridização entre índios e espanhóis. Utilizando fontes literárias e jornalísticas dos séculos XVI e XIX, o autor mostra como seu deu o processo de desconstrução da imagem dos mapuches como referência heróica de formação do povo chileno, para dar lugar à sua desqualificação como bárbaros ferozes e incultos. Para Gutiérrez, esse processo está intimamente relacionado à construção de uma unidade simbólica chilena que excluiu os mapuches do panteão das referências identitárias nacionais.

O estudo de Maria de Fátima Costa poderia figurar à parte, na tentativa de estabelecer uma segunda tipologia dos textos da obra, pois situa-se numa posição intermediária entre, por um lado, os estudos de regiões-fronteira e de seus habitantes fronteiriços e, por outro, os estudos das representações de alteridades. Utilizando imagens dos guaikurús, que passaram a habitar o Pantanal a partir do século XVII, produzidas por artistas brasileiros e europeus no final do sécu-

⁸ SEIXAS, Jacy Alves de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIÉRREZ, Horacio; NAXARA, Marcia R. C.; e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). *op. cit.* p. 180.

lo XVIII e início do seguinte, a autora buscou tanto estudar as representações pictóricas calcadas num ideal civilizador dos povos “selvagens”, quanto pensar as relações concretamente estabelecidas entre exploradores brasileiros e povos de fronteira. O estudo de Costa constitui um exercício inteligente de desmontagem de imagens visuais, para revelar, por trás dos seus elementos estéticos, as razões político-ideológicas que informaram a sua produção.

Um esforço teórico de maior envergadura, que não esteve entre os objetivos dos organizadores da obra, teria, talvez, dado cabo de algumas das dificuldades que se põem para a análise do tema da fronteira. É nesse sentido que sugiro a seguir, tendo com base as reflexões trazidas pelos autores dos artigos, quatro eixos preliminares de articulação da problemática da fronteira:

- (1) a perda do conteúdo exclusivamente geográfico do conceito, típica da abordagem turneriana, e sua transição para uma categoria que mescla elementos da geografia e da cultura. A fronteira deixa, assim, de ser entendida simplesmente enquanto linha de avanço geográfico – ou geopolítico –, para ser compreendida como um complexo de relações culturais estabelecidas num espaço dinâmico;
- (2) a substituição da abordagem da fronteira enquanto conquista e controle hegemônico de territórios e populações, também marcante nos estudos de Turner, por um tratamento da fronteira como lugar de trocas materiais e simbólicas, de intercâmbios culturais. A fronteira perde a rigidez de um limite quase militar entre territórios e culturas e passa a ser compreendida como porosidade e permeabilidade cultural e simbólica;
- (3) a compreensão da fronteira enquanto experiência humana, com o que o conceito se despe de certa objetividade artificializada que tinha em Turner e seus seguidores. Nesse sentido, ganham relevo central na análise os homens fronteiriços, pois é a sua atividade que faz da fronteira um lugar rico de relações intensas entre populações humanas;
- (4) o destaque da fronteira – e esse é, mais uma vez, um aspecto que Turner não percebeu – como laboratório de experiências históricas. O discurso da supremacia colonizadora, saneadora da barbárie da *wilderness*, escondeu o fato de que, talvez mais instigante do que o estudo das regiões “do lado de cá” ou “do lado de lá” da fronteira, seja a análise da própria região fronteira. É nela, de fato, que se estabelecem as relações sociais dinâmicas e instáveis que tomam as regiões-fronteira e as populações que as habitam objetos singulares de pesquisa.

A coletânea organizada por Gutiérrez, Naxara e Lopes fornece elementos teóricos, historiográficos e sociológicos para o aprofundamento do debate acadêmico sobre a experiência histórica da fronteira, lançando luz sobre um tema tão importante quanto pouco freqüente na historiografia latino-americana.

Comentário bibliográfico sobre a republicação de escritos femininos no Brasil e na Argentina

Stella Maris Scatena Franco

Doutora em História Social - FFLCH/USP e

Professora das Faculdades Integradas de Guarulhos.

Nos últimos anos, uma série de publicações de obras de estudiosos das diferentes áreas das Ciências Humanas vem trazendo significativas contribuições aos estudos de gênero. Desde a década de 1970, esta vertente passou a ganhar maior espaço no âmbito acadêmico, e deste período até os dias de hoje, vários trabalhos vêm sendo desenvolvidos sob diversos enfoques e perspectivas analíticas. As mulheres, assim, têm se tornado objeto de estudo com uma frequência cada vez mais ampliada. Ao lado deste esforço, notamos, recentemente, algumas louváveis iniciativas que buscam dar nova luz a mulheres latino-americanas, por meio da reedição de seus escritos. A publicação de fontes femininas tem o mérito de divulgar textos que permaneceram por muito tempo esquecidos em razão da pouca visibilidade dada às escritoras - para não falar da exclusão das mesmas dos cânones literários dos diferentes países do continente.

Neste movimento de recuperação de fontes de autoria feminina, observamos o surgimento de publicações em formato de coletâneas, bem como de reedições de trabalhos em sua íntegra. Para o primeiro caso, vale mencionar as compilações presentes em *La pluma y la aguja: las escritoras de la Generación del '80*¹ e no volumoso *Escritoras brasileiras do século XIX*². Eles tra-

¹ BONNIE, Frederick (Comp.). *La pluma y la aguja: las escritoras de la Generación del '80*. Buenos Aires: Feminaria, 1993.

² MUZART, Zahidé L. (Org.) *Escritoras brasileiras do século XIX*. Santa Cruz do Sul: Edunisc; Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000.

zem, respectivamente, fragmentos de textos de autoras argentinas e brasileiras do século XIX, congregando um leque diversificado de formas narrativas, como crônicas, contos, poesias, artigos de jornais e, no caso da publicação argentina, até mesmo um trecho de um conto infantil. Cabe destacar que o livro brasileiro contém textos de apresentação de cada uma das autoras, com um resumo biográfico e breve comentário crítico, além de incluir uma listagem dos escritos existentes das autoras e uma bibliografia sobre as mesmas. Trata-se, portanto, de uma obra de referência que passou por um trabalho de investigação bastante acurado. A coletânea de autoras argentinas não é tão ampla quanto a de escritoras brasileiras, mas ainda assim, constitui-se como uma boa porta de entrada para o contato com personagens e textos pouco conhecidos ou divulgados.

Da mesma maneira que as coletâneas, as publicações de obras na íntegra também são de natureza diversificada: romances, cartas, autobiografias e memórias. Na Argentina, uma dentre as escritoras que vem sendo recuperada é Eduarda Mansilla de García, irmã do conhecido escritor Lucio V. Mansilla, autor de *Una excursión a los indios ranqueles*. Esta atenção dispensada à autora pode ser verificada pelas relativamente recentes republicações de alguns de seus trabalhos. O romance *Pablo o la vida en las pampas*, que retrata o caso amoroso entre um gaúcho e a filha de um estancieiro, e reflete sobre as disputas políticas entre unitários e federalistas, é exemplo disto.³ Antes desta republicação, o leitor/pesquisador poderia acessar a obra somente em sua edição original, em francês, de 1869, ou na versão em espanhol, em tradução do próprio irmão da escritora, publicada na Argentina, em forma folhetim, ainda no século XIX. Além deste, foi relançado, desta vez por editora espanhola, um livro de memórias de viagem aos Estados Unidos, veiculado, antes disso, somente em duas edições bastante antigas: em 1880, em folhetim, e em 1882, em forma de livro.⁴ Curioso notar que a autora foi ainda personagem inspiradora de um recente romance biográfico, o que atesta o interesse que vem despertando ultimamente.⁵

No Brasil, algo parecido se passa com a escritora Nísia Floresta, considerada por alguns autores como uma das pioneiras do feminismo brasileiro.

³ MANSILLA DE GARCÍA, Eduarda. *Pablo o la vida en las pampas*. Buenos Aires: Editorial Confluencia, 1999.

⁴ MANSILLA, Eduarda. *Recuerdos de viaje*. Madrid: Ediciones El Viso, 1996.

⁵ LOJO, Maria Rosa. *Uma mujer de fin de siglo*. Buenos Aires: Planeta, 1999.

Tendo vivido muitos anos na França e três na Itália, parte de suas obras tornou-se pública nestes países, sendo difícil o seu acesso pelos leitores brasileiros. Edições e traduções recentes estão mudando este quadro. *Fragmentos de uma obra inédita*⁶, seu último trabalho, dedicado a realizar uma biografia de seu irmão, e no qual apresenta ainda muitos traços de sua própria autobiografia, até pouco tempo encontrava-se indisponível em português, o mesmo acontecendo com *Cintilações de uma alma brasileira*⁷, originalmente publicado em Florença (1858), que reúne ensaios sobre diferentes temáticas, tais como suas concepções sobre a mulher e sua visão sobre o Brasil, num diálogo com o olhar dos viajantes europeus. O leitor interessado ainda pode, atualmente, acessar as missivas trocadas pela autora com o filósofo francês Auguste Comte.⁸ Além destes, Nísia Floresta teve também reeditados e traduzidos os seus relatos de viagem para a Alemanha e para a Itália e Grécia, ambos originalmente escritos em francês.⁹

Os relatos de viagem de mulheres latino-americanas - ou de européias que viajaram pela América Latina - vêm ganhando, ultimamente, novas edições.¹⁰ Eles representam uma fonte interessante de estudo, pois abordam, dentre outros aspectos, os papéis sociais femininos e as dimensões do privado e do íntimo, menos usuais na literatura de viagem produzida por escritores homens.

Detemo-nos, a partir daqui, mais profundamente, no livro *Mujeres en viaje*, uma antologia que reúne fragmentos de relatos de 11 mulheres viajantes, englobando tanto argentinas que relataram suas experiências de viagem para den-

⁶ FLORESTA, Nísia. *Fragmentos de uma obra inédita. Notas biográficas*. Brasília: UnB, 2001.

⁷ FLORESTA, Nísia. *Cintilações de uma alma brasileira*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC; Florianópolis: Editora Mulheres, 1997.

⁸ Nísia Floresta & Auguste Comte. *Cartas*. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC; Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

⁹ FLORESTA, Nísia. *Itinerário de uma viagem à Alemanha*. Santa Cruz do Sul: Edunisc;; Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998; FLORESTA, Nísia. *Três anos na Itália seguidos de uma viagem à Grécia*. Vol 1. Natal: Editora da UFRN, 1998. Quanto a este último livro, vale dizer que apenas o volume 1 foi traduzido. O segundo volume encontra-se ainda inédito no Brasil.

¹⁰ Além dos relatos de Nísia Floresta, já citados, constam do catálogo da Editora Mulheres, de Florianópolis, relatos de viagem de mulheres européias que percorreram o Brasil (*Uma colônia no Brasil*, da belga Mme. Van Langendonck, e o *Diário da Baronesa de Langsdorff*) e outras partes da América Latina, como o Peru (*Peregrinações de uma paria*, da francesa Flora Tristán).

tro e fora do país, como européias que visitaram a Argentina.¹¹ As argentinas são Mariquita Sánchez (1786-1868), Eduarda Mansilla (1838-1892), Cecília Grierson (1859-1934), Ada Maria Elflein (1880-1919) e Delfina Bunge (1881-1952). Dentre as européias estão a espanhola Isabel de Guevara (século XVI), a alsaciana Lina Beck-Bernard (1824-1888), as inglesas Florence Dixie (1855-1905) e Charlotte Cameron (?-1946), e as norte-americanas Jennie Howard (1845-1933) e Annie Peck (1850-1935). A maior parte dos textos reunidos foi escrita entre meados do século XIX e início do XX, à exceção da carta enviada à Rainha da Espanha por Isabel de Guevara, espanhola que integrou a expedição de Pedro de Mendoza ao Rio da Prata no século XVI.

O livro é organizado por Mônica Szurmuk, professora de Literatura Latino-Americana e Comparada da Universidade de Oregon, responsável pela seleção dos fragmentos, prólogo do livro e breve apresentação biográfica das autoras, além de ser tradutora dos textos originalmente escritos em francês e em inglês. No prólogo, ela afirma que a seleção destaca o que os textos guardam de mais feminino, como a maternidade e os afazeres domésticos, mas ressalta, com razão, que os mesmos não se limitam a este enfoque. De fato, as partes selecionadas dos relatos abordam temáticas variadas, como são também as motivações das viagens, as origens e destinos das viajantes.

As formas narrativas são também diversificadas. Mariquita Sánchez, por exemplo, escreve, de Montevidéu – onde se exilou durante o governo de Rosas –, cartas à sua filha que se encontrava em Buenos Aires. A médica argentina, Cecília Grierson, faz um relatório sobre a educação feminina na Europa, trabalho solicitado pelo governo na virada do século XIX para o XX. Lina Beck-Bernard, que se estabeleceu na província de Santa Fé no final da década de 1850, quando seu marido foi incumbido de organizar ali colônias de imigrantes suíços, compôs seu relato em forma de diário pessoal. Eduarda Mansilla escreveu, em 1880, as memórias da viagem realizada duas décadas antes aos Estados Unidos, acompanhando seu marido diplomata. Além destes, há também escritos sob encomenda, como os da argentina Ada María Elflein, que nas páginas de *La Prensa* estimulava, em 1918, as viagens para

¹¹ SZURMUK, Mónica (Ed.) *Mujeres en viaje. Escritos y testimonios*. Buenos Aires: Alfaguara, 2000. (315 p.)

pontos pouco explorados do país. Os textos de Annie Peck e Charlotte Cameron cumprem a função de guias de viagem.

A despeito desta diversidade, como bem lembra Szurmuk, um denominador comum dos relatos é o olhar curioso sobre o “outro”, que procura “comprender desde los paradigmas de su propia cultura y traducir a su lenguaje todo aquello que ve”.¹² Neste sentido, são abundantes, especialmente no caso de algumas viajantes européias, as apreciações marcadas por um viés etnocêntrico, identificando nos argentinos um “caráter indolente”. Em *Le Rio Paraná: cinq anées de séjour dans la République Argentine* (1864), Lina Beck-Bernard afirma que, à exceção da forma européia pela qual externamente os homens se expressavam, eram em geral “muy ignorantes” e “demasiado indolentes como para intentar remediarlo por sí mismos”.¹³ A mesma visão se reproduz nos trechos de *In distant climes and other years* (1931), de Jennie Howard, que na segunda metade do século XIX, mudou para a Argentina com um grupo de professoras norte-americanas incumbidas por Sarmiento da organização de Escolas Normais no país. Ao comentar sua passagem por Corrientes, Howard reclama da falta de vegetais na alimentação, o que, segundo a autora, “no se debía a que el suelo no fuese apto para producirlo sino a que las personas que podían cultivarlo eran demasiado perezosas como para echar semilla en la tierra”.¹⁴ No relato desta autora, são ainda abundantes as queixas ao clima, aos insetos, à falta de infra-estrutura em Buenos Aires como em Corrientes. Pulgas, hotéis malcheirosos e sem ventilação, inexistência de sabão para lavar as roupas, precárias instalações das escolas, superstição e ignorância da população local se fundem em seu relato sobre a Argentina, país que ao fim escolheu para viver e morrer.

Ambas as escritoras (Beck-Bernard e Howard) atentam para certos contrastes que evidenciam a convivência de formas arcaicas e modernas de vida: Lina Beck-Bernard aponta que as famílias ricas de Santa Fé dispunham de todo o luxo e o conforto, apesar de não saberem usufruir dos mesmos¹⁵; Jennie

¹² *Idem, ibidem*, p. 9.

¹³ *Idem, ibidem*, p. 68.

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 145.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p. 67.

Howard nota a existência de artigos de luxo nas lojas de Buenos Aires, que contrastam com as ruas não pavimentadas da cidade.¹⁶

Mas para outras autoras a “barbárie” tinha também seus encantos, como afirmaria a aristocrata inglesa Florence Dixie, que escolheu a região da Patagônia para uma viagem de lazer com o marido: “¿Cuál era el encanto de ir a un lugar tan extraño y tan lejano? La respuesta estaba contenida en la pregunta misma. Precisamente elegía la Patagonia porque era un lugar extraño y lejano. Estaba hastiada de la civilización y sus caprichos”.¹⁷ Em *Across Patagônia* (1881), a viajante pretende reviver o contato entre índios e europeus: narra como os primeiros olhavam, curiosos, suas botas de montar e o rifle de seu marido; observa, por sua vez, a “aparência diabólica” dos índios que pintavam o rosto com tintas vermelhas e pretas. Não consegue, neste contato, dispensar seus critérios ocidentais. Os homens da comunidade são, em sua avaliação, preguiçosos, e por isso passam dias sem comer para evitarem os sacrifícios da caça – o que, inclusive, irrita a viajante, pela falta de carne para alimentar seus cães. As mulheres, ao contrário, são trabalhadoras. Daí concluir que as mesmas “son tratadas injustamente en cuestiones de trabajo”.¹⁸

É preciso ressaltar que as viagens para lugares “exóticos” se tornaram mais acessíveis com os avanços dos meios de transporte a partir de meados do século XIX. As viagens a locais distantes, antes empreendidas em sua maior parte por intrépidos aventureiros, desbravadores ou viajantes naturalistas, se tornaram mais comuns, inclusive entre as mulheres. Nas duas primeiras décadas do século XX, a inglesa Charlotte Cameron viajou para diferentes lugares além da Argentina, conhecendo regiões da África, da Polinésia, do Alasca e da Nova Zelândia, muitas vezes contratada por empresas que realizavam cruzeiros, com o fito de terem suas companhias recomendadas pela autora. Seu público leitor é composto majoritariamente por mulheres ricas, desejosas de viajar nas férias para fora dos circuitos turísticos europeus. Assim, a autora recomenda que se vá à Argentina como substituição às já “desgastadas” viagens ao Ceilão ou ao Egito.¹⁹ Mas, como viajante de um setor de alta classe, não descarta o conforto, o luxo e as comodidades. Por isso se atém a Buenos Aires, descre-

¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 137.

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 115.

¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 119.

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 215.

vendo e recomendando seus hotéis, restaurantes e cafés, todos de luxo. De certa maneira, se entendermos a viagem como a vivência de experiências novas e diferentes, a experimentada pela autora era mais um deslocamento do que uma viagem, pois busca justamente os mesmos objetos com os quais está acostumada na Europa. Não é de estranhar, portanto, que diante da Buenos Aires moderna da época do Centenário, toda iluminada por luz elétrica, desfrutando da culinária argentina, mas podendo também saborear a francesa, se imagine em plena Europa. Ao descrever um dos hotéis onde se hospedara, com quartos guarnecidos com “baños lujosos”, salões decorados “con estupendo gusto” e boa música, afirma: “no tuve dificultad en imaginarme que estaba en el Carlton de Londres”.²⁰

As comodidades e o conforto, entretanto, são valores questionados por mulheres que empreendiam outros tipos de viagem e despontavam como pioneiras do nosso hoje tão comum ecoturismo. É o caso da norte-americana Annie Peck, que descobriu o montanhismo em Atenas, tornando-se posteriormente uma adepta fervorosa desta prática. Os fragmentos de *The South American Tour* (1913) presentes nesta antologia narram a viagem de Santiago do Chile a Buenos Aires, passando por Mendoza. O trem, afirma a autora, é um veículo cômodo e mais apropriado para os turistas convencionais, que preferem o conforto à aventura. Em sua opinião, entretanto, achava mais emocionante realizar a travessia dos Andes à moda antiga, por meio de mulas.²¹ Colocando-se em sua tarefa de realizar um verdadeiro guia de viagem, descreve, passo a passo, os lugares por onde passa e os detalhes a serem observados: rocas, abismos, escarpas, rios, cidades, vilarejos e pontos de importância histórica, sempre informando as altitudes de cada local. Também detalha os centros de hospedagem, alimentação e os valores a serem desembolsados pelos viajantes. Mas seu interesse é realmente pelas montanhas, em cuja exploração é versada. Assim, aponta os picos ainda inexplorados, os locais mais acessíveis aos viajantes, os que demandam guias e equipamentos adequados. Seu olhar sobre a Argentina contrasta com o das autoras citadas anteriormente. Ao invés das clássicas reclamações, destaca vários aspectos positivos dos lugares visitados, o que é particularmente notável em sua descrição de Mendoza, em que

²⁰ *Idem, ibidem*, p. 210.

²¹ *Idem, ibidem*, p. 183.

ressalta as ruas pavimentadas, as inúmeras árvores, um parque que julga ser incomparável a qualquer construção congênere nos Estados Unidos, bem como as rentáveis atividades econômicas da região, como a vinicultura.

Podemos enquadrar na mesma linha do turismo de aventura o relato da argentina Ada María Elflein (1918), no qual narra uma viagem de automóvel com duas amigas por diferentes lugarejos das províncias de San Luís e Córdoba. A autora tinha a intenção de estimular novas rotas de viagem no país, além de incentivar que as mulheres as realizassem sem necessariamente serem acompanhadas por homens. A viajante explora vilarejos de difícil acesso pela falta de meios de transporte. Por este relato, percebe-se como as ferrovias passavam a ser uma demanda cada vez mais indispensável nos rincões argentinos. Narra as dificuldades encontradas nos locais desprovidos de via férrea, que ficavam como mortos, sem vida social, abastecimento de gêneros básicos, possibilidades de crescimento do comércio, além de estancados economicamente. Por outro lado, surpreende o fato de observar, em incomunicáveis vilarejos, a constante presença de escolas, sobretudo de formação de professores, em torno das quais, inclusive, muitas vezes se organizavam as famílias. A viajante encontrou escolas mesmo nos lugares em que era penoso o abastecimento de um gênero alimentício tão básico como, por exemplo, o leite. Reflexos, talvez, da política educacional implementada por Sarmiento na segunda metade do século XIX, da qual, aliás, Jennie Howard, uma das professoras levadas dos Estados Unidos à Argentina, dá conta em seu relato.

O olhar etnocêntrico é especialmente marcante em *Tierras del mar azul*, relato da argentina Delfina Bunge publicado na década de 1920, em que narra a viagem a Jerusalém, cujo roteiro incluiu passagens pelo Rio de Janeiro, Tunis, Cairo e Roma. A autora advoga pela doutrina cristã e, a partir deste enfoque central submete os outros povos e culturas, particularmente os judeus, árabes e africanos a severas críticas e julgamentos, como pode se perceber em sua afirmação quando relata a passagem pela Tunísia: “Cuando sus inclinaciones múltiples [del alma humana] no están unificadas, equilibradas por el cristianismo, ella es así: o entregada del todo al movimiento desordenado y vano como en el caso de los negros...; o puesta por entero en el material interés de la ganancia como en el caso de los judíos; o sentada en la ociosidad y en la sombra de la muerte, como en el caso de esos graves y tristes hijos de Mahoma”.²²

²² *Idem, ibidem*, p. 291.

Os papéis e o comportamento femininos também são uma marca presente, particularmente nos fragmentos das memórias de Eduarda Mansilla sobre sua viagem aos Estados Unidos. A autora provinha de uma família com atuação importante na política argentina e era casada com um diplomata.²³ Como uma dama da elite portenha, mantinha vinculações culturais com a França, país ao qual se remete muitas vezes em seu relato sobre os Estados Unidos. Mansilla observa atentamente as mulheres dos extratos abastados da sociedade norte-americana, narrando os bailes que freqüentou, os modos de vestir e de comer das norte-americanas, o comportamento liberal das jovens solteiras, a reclusão das mulheres casadas e mães de família. Ainda que se opusesse às manifestações mais declaradas das feministas, reconhece que os papéis femininos tradicionais limitavam os âmbitos de atuação das mulheres. Assim, admirava, nos Estados Unidos, o trabalho das “repórteres femininas”, que considerava “un medio honrado e intelectual para ganar su vida” e uma forma de emancipação “de la cruel servidumbre de la aguja”.²⁴

Outros textos mostram também que, a despeito da propalada submissão e dependência das mulheres, elas atuaram, de diferentes formas, para buscar seu sustento. Exemplos deste comportamento se evidenciam, por exemplo, na carta de Isabel de Guevara à Rainha Juana, da Espanha, na qual conta as mazelas sofridas pelos conquistadores no Novo Mundo, em consequência das doenças, fome e guerra com os índios, o que fazia com que as mulheres da expedição ficassem sobrecarregadas de trabalhos. Por seus serviços prestados, reivindica a concessão do *repartimiento* e um cargo para seu marido.²⁵ Nas cartas que Mariquita Sánchez enviava à sua filha, percebe-se como tentava, de longe, administrar seus aluguéis em Buenos Aires e obter, com isso, recursos para sua sobrevivência. A médica Cecília Grierson, que escreve seu relatório sobre a educação feminina na Europa, afirma que privilegia a narração dos trabalhos desenvolvidos pelas escolas voltadas para o ensino das prendas domésticas, mais do que os dedicados ao conhecimento das técnicas industriais e agrícolas, dada a importância atribuída às funções femininas como a

²³ Era filha do general Lucio N. Mansilla, governador da província de Entre Ríos, na década de 1820, e sobrinha do líder federalista Juan Manuel de Rosas, que governou Buenos Aires por mais de 20 anos.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 101.

²⁵ *Idem, ibidem*, p. 18.

de dona de casa e mãe de família. Entretanto, também podemos observar que, em diferentes momentos de seu relatório, dá mostras de que os conhecimentos adquiridos pelas mulheres nas escolas européias acabavam sendo úteis para a garantia de seus sustentos, habilitando as jovens a exercer diferentes ofícios também fora dos lares.

O livro, de leitura agradável, é uma amostra significativa dos diferenciados perfis e âmbitos de atuação de mulheres do passado. Além disso, contribui para divulgar a existência de textos ricos e pouco conhecidos, dos quais se podem depreender diferentes olhares e concepções diante da experiência da alteridade. O leitor apenas se ressentirá da brevidade dos textos selecionados e sentirá aguçado o desejo de lê-los em sua íntegra. Dessa maneira, pensamos que cumpre perfeitamente bem o papel de uma boa antologia.

As obras postas em foco neste comentário compõem uma pequena parte dentro de um universo mais amplo de escritos de mulheres latino-americanas que vêm sendo disponibilizados ao público por meio de novas edições. Ver emergir um acervo de obras esquecidas ou inéditas é sempre instigante para o historiador, ainda mais quando se trata de um repertório textual capaz de lançar luzes sobre campos que permaneceram obscuros durante tanto tempo, tal como ocorre com a história das mulheres.

RIVERO, Raúl. *Provas de contato*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Barcarolla, 2005.

Sílvia Cezar Miskulin

Doutora em História Social-FFLCH/USP

Provas de contato é o primeiro livro traduzido e publicado no Brasil do jornalista e escritor cubano Raúl Rivero¹. Sua obra, entretanto, não começou a ser produzida recentemente Rivero publicou inúmeros livros de poesia e de relatos desde o final dos anos sessenta, dentro e fora da ilha. Trabalhou como jornalista em diversas publicações cubanas, além de ter sido correspondente em Moscou e durante a guerra em Angola nos anos setenta. Desde os anos noventa, rompeu com o governo cubano, tornou-se jornalista independente e militante pelos direitos humanos. Em 1995, fundou a agência de notícias *Cuba Press* e incentivou o jornalismo independente na ilha. Por meio da sua agência, enviava por fax colaborações para publicações estrangeiras como o jornal *El País*, a revista *Encuentro de la cultura cubana*, publicada em Madri, e a organização francesa *Repórteres sem fronteiras*.

As crônicas e matérias reunidas em *Provas de contato* são frutos do trabalho de Raúl Rivero como jornalista independente nos anos noventa em Cuba. Suas reportagens expressam o olhar de uma camada da população, os intelectuais críticos, e ainda que sejam visões parciais da realidade cubana, constituem-se em fontes de valor inestimável para o historiador que busca elementos para compreender a história do tempo presente. Essas crônicas podem também ser pensadas como fontes para trabalhos de investigação situados no cruzamento da história do cotidiano, da micro-história e da história política. Os depoimentos registrados por Rivero possuem claramente um tom biográ-

¹ RIVERO, Raúl. *Provas de contato*. Trad. de José Rubens Siqueira. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2005.

fico e são testemunhos de uma geração de intelectuais que participou ativamente na construção da Revolução Cubana, mas que se viram frustrados em seus ideais e projetos com a crise e as limitações que vivenciaram a partir dos anos noventa em seu país.

Por escrever esses e outros relatos e publicá-los fora da ilha, já que não tem mais permissão para fazê-lo nas publicações cubanas, Rivero foi preso em março de 2003, juntamente com outros setenta e quatro jornalistas, bibliotecários independentes e militantes de oposição. Condenado de forma sumária a vinte anos de prisão, foi transferido para uma prisão bem distante de Havana. Solto graças à pressão internacional em novembro de 2004, exilou-se na Espanha em 2005, onde vive em Madri.

Muitos dos presos junto com Rivero faziam parte de grupos de direitos humanos e de oposição, que pressionavam o governo a realizar eleições, e a permitir a participação de outros partidos políticos que não apenas o Partido Comunista Cubano. Alguns dos presos foram condenados a vinte sete anos de prisão, o que mostrou que o governo cubano não estava disposto a promover reformas políticas e buscou com estas medidas liquidar não só os dissidentes, mas abafar qualquer descontentamento de setores internos do próprio PCC. A estas prisões, somou-se poucos dias depois o fuzilamento de três cubanos que seqüestraram uma balsa em Havana para tentar fugir para a Flórida. Os seqüestradores foram sumariamente condenados e executados. Estes fatos levaram a que muitos intelectuais da Europa e da América Latina se manifestassem, contrários às medidas repressivas do governo cubano.

Como pano de fundo das histórias relatadas em *Provas de contato*, está a crise econômica, política e social que tomou conta de Cuba no final do século XX, após a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética. Com o fim da União Soviética em 1991, o governo cubano foi obrigado a promover mudanças para enfrentar os graves problemas que assolaram o país, decorrentes do fim do comércio privilegiado de petróleo e outros produtos industrializados que eram comercializados a preços subsidiados pela União Soviética e pelos países do Leste Europeu, em troca do açúcar cubano. O colapso do bloco soviético deixou a ilha numa situação deplorável no início dos anos 90, as dificuldades de abastecimento, inclusive de alimentação, provocaram uma forte carestia, e a falta de combustível, entre tantos outros produtos, quase paralisando a sociedade cubana; os apagões tornaram-se freqüentes deixando evidente a crise energética que afetou inclusive a produção do açúcar.

car, o principal produto de exportação. Cito as palavras de um homem anônimo, personagem de uma das matérias de Rivero, que estava prestes a sair de Cuba, pois havia conseguido visto para emigrar para os Estados Unidos: “Adeus ao *Período Especial*, adeus à fome física, a que dói e dá sono e insônia e, depois, vontade de vomitar”.²

Este período foi denominado de período “especial”, já que significou uma abertura para que o capital estrangeiro investisse na ilha, saída encontrada pelo governo diante de seu isolamento internacional³. Os primeiros investimentos feitos pelos capitais europeus e canadenses se direcionaram ao setor do turismo, com a construção de grandes hotéis baseados em empresas mistas, ou seja, o governo autorizou a abertura de cada investimento e tornou-se sócio destes empreendimentos. O governo também controlou a contratação e o pagamento da mão de obra, recebendo em dólar das empresas e pagando em pesos os trabalhadores cubanos. No decorrer dos anos noventa, uma série de leis foi promulgada para estimular e beneficiar os investimentos estrangeiros na ilha.

A abertura econômica na ilha também foi sentida por meio da legalização do dólar, com a criação dos pesos cubanos conversíveis em 1995, e com o fim do monopólio do comércio exterior, até então realizado somente pelo governo. Em relação aos trabalhadores cubanos, o governo autorizou-os a trabalharem como autônomos e abrirem pequenos negócios, como os restaurantes familiares (*paladares*) ou o aluguel de casa para estrangeiros a partir de 1996, sujeitos aos inúmeros impostos. O setor agrícola também foi afetado com a criação das Unidades Básicas de Produção Cooperativa, que permitem aos seus produtores obtenção de lucro com a venda dos excedentes nos mercados agropecuários, em que seus preços flutuam livremente, sem intervenção do Estado.

Estas e outras medidas introduziram elementos do sistema capitalista na ilha e trouxeram à tona a desigualdade social. A diferenciação social é visível entre os que têm acesso a moeda estrangeira, que são os trabalhadores relacionados ao turismo, por meio de gorjetas, aqueles que recebem dinheiro de familiares residentes no exterior ou os trabalhadores por conta própria. O surgimento da prostituição também foi fruto desta desigualdade, em que os setores

² RIVERO, Raúl. *Op. Cit.*, p. 90.

³ Para uma análise das transformações econômicas e sociais em Cuba nos anos noventa ver: MESA-LAGO, Carmelo. *Economía y bienestar social en Cuba a comienzos del siglo XXI*. Madri: Editorial Colibrí, 2003.

mais desfavorecidos da população, em muitos casos os negros, buscaram sua sobrevivência como *jineteros* ou *jineteras*, oferecendo esse serviço não só aos turistas estrangeiros, mas também aos trabalhadores urbanos e camponeses do interior, que se dirigiam a Havana para vender seus produtos excedentes nos mercados agrícolas da capital, como mostrou Rivero em suas crônicas. Além da diferença do modo de se vestir, já que as prostitutas que atendem os estrangeiros usam roupas de marca e têm geralmente boa aparência, as *jineteras* que trabalham para os cubanos são mais pobres, não possuem nenhuma familiaridade com a língua inglesa e são na maioria dos casos mais velhas, acima dos trinta ou dos cinquenta anos, ainda que Rivero tenha também constatado entre as nacionais meninas muito jovens, na casa dos doze anos⁴.

A crise também fez com que muitos cubanos passassem a realizar atividades consideradas ilegais para sobreviver, pois os baixos salários e a dificuldade de se obter os produtos de primeira necessidade em pesos cubanos e com o carnê de racionamento tornaram-se cada vez mais agudas. Em *Provas de contato*, Raúl Rivero mostrou algumas das atividades que os habitantes de Havana inventaram para garantir a sobrevivência: desde a cubana que organiza partidas de jogos clandestinos em sua casa, suborna o policial para não ter problemas com a repressão e ganha seu sustento dessa forma; passando pela história de um dos banqueiros que gerencia um jogo clandestino de loteria, a “bolinha”; até o relato de outro que ganha a vida criando um gavião de briga, que luta vitoriosamente contra gatos e faz com que seu dono fature muitas apostas.

Muitos foram os depoimentos de presos que Rivero colheu e reuniu neste livro: o relato de cubanos que tentavam sair do país pela base militar estadunidense de Guantánamo e fracassaram; histórias de muitos militantes em prol dos direitos humanos e de organizações de oposição que se tornaram presos políticos. Raúl Rivero denunciou as duras condições dos presídios nos quais são submetidos presos comuns e políticos, além das limitações de um sistema judicial que inclui a pena de morte.

A história do jovem Michel Charnícharo Pláceres foi significativa da insatisfação da população com as duras condições de vida durante o “período especial” e com o governo cubano. Esse jovem e muitos outros saíram às ruas para protestar em Havana, em 5 de agosto de 1994, numa revolta no centro da cidade, em que muitos manifestantes chegaram a gritar lemas contra Fidel

⁴ RIVERO, Raúl. *Op. Cit.*, p. 58-63.

Castro e a favor da liberdade. Os revoltosos tiveram fortes enfrentamentos com a polícia e com os agentes de segurança. Muitos foram presos, como foi o caso de Michel Charnícharo, acusado de “desordem pública”. Condenado a três anos, quando saiu da cadeia, o jovem de vinte anos não encontrou mais trabalho, pois estava marcado como “contra-revolucionário”.

Outra crônica de Raúl Rivero narra a história do escritor Reynaldo Hernández Soto, preso em 1989 e condenado a três anos por escrever uma carta aberta a Fidel Castro e enviá-la às publicações cubanas. Na carta, Hernández Soto manifestava suas opiniões sobre o processo realizado contra o general Arnaldo Ochoa, herói de guerra na Angola. O general acabava de retornar da África com as tropas cubanas e manifestava em reuniões privadas com outros militares seu descontentamento com a situação na ilha e a necessidade de uma abertura econômica e política em Cuba, quando foi preso. Em 1989, Ochoa, o coronel Tony La Guardia e outros importantes membros do governo cubano foram acusados de tráfico de drogas e executados. O caso, além de mostrar as relações em Cuba com o comércio ilegal de drogas, trouxe à tona a indisposição do governo em promover reformas políticas, como as que vinham acontecendo na União Soviética e nos países do Leste Europeu, com a manutenção da centralização política na ilha. A carta de Hernández Soto e seu questionamento à condenação de Ochoa mostrava os limites da liberdade de expressão e criação na ilha.

Um simples sonho podia ser o elemento desencadeador da prisão, como aconteceu com um homem identificado apenas como Ibrahim, que cumpriu pena de dois anos, na detenção de Boniato, região oriental de Cuba. No sonho, Ibrahim e sua família estavam remando num bote e encontravam no meio do mar um barco: um marinheiro lhe advertia que ele e sua família estavam equivocadamente indo com sua embarcação para a Jamaica. Ao contar o sonho para amigos e conhecidos, foi preso após uma semana por agentes da Segurança do Estado e julgado culpado por “tentativa de saída ilegal do país”. O sonho de Ibrahim transformou-se em realidade a partir de 22 de agosto de 1994, quando milhares de cubanos se lançaram ao mar em pequenas e improvisadas embarcações, na esperança de atingir a costa da Flórida, nos Estados Unidos. Os cubanos que tentaram esse êxodo maciço em balsas nos anos noventa ficaram conhecidos como *balseiros*.

O grande controle estatal sobre a vida cotidiana dos indivíduos tem seus pilares nos agentes da Segurança do Estado e nos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), que atuam em cada bairro ou quarteirão, monitorando a con-

duta da população, mas também passou a ser exercido pelo Sistema Único de Vigilância e Proteção (SUPV). Trata-se de um órgão paramilitar que organiza as reuniões de repúdio. Essas reuniões surgiram em Cuba nos anos de 1980, quando cerca de cem mil pessoas deixaram a ilha, entre elas muitos escritores, artistas e homossexuais, num episódio que ficou conhecido como o êxodo pelo porto de Mariel. Nessa época, as reuniões tinham o objetivo de tentar impedir, humilhar ou atemorizar aqueles que queriam se exilar, muitas vezes chegou-se a agressão física e não só verbal contra os prováveis viajantes. Nos anos noventa, as reuniões consistiam em cercar a residência dos jornalistas independentes que exerciam seu trabalho na ilha e não queriam abandonar o país. Pessoas de bairros distantes eram levadas para estes locais onde sofriam ataques verbais, que em certos casos incluíam ameaças de espancamento e de morte. Para Raúl Rivero, consistia-se em uma “festa de ódio estatal”, um “retorno à barbárie”, um “processo de exorcismo” e podia ser comparada a momentos da Revolução Cultural Chinesa⁵.

As limitações à liberdade de criação e expressão, o monitoramento dos jornais e revistas foram questões fundamentais levantadas nas matérias escritas por Raúl Rivero e facetas da política cultural estabelecida na ilha pelo governo cubano. Um exemplo presente no livro são os espaços para o humor nas publicações e nos meios de comunicação de massas. Segundo Rivero,

só há lugar para um humorismo formal, de modelo stalinista, que tende sempre a colocar as coisas em preto e branco e em termos tão simplistas que são ofensivos à capacidade e inteligência do destinatário⁶.

As normas estabelecidas para as manifestações culturais pela política cultural oficial pautaram-se já desde os anos sessenta por uma tentativa de direcionar as produções intelectuais e artísticas em Cuba, o que levou muitas vezes à aplicação do “realismo socialista” cubano. Sob inspiração da política cultural soviética no período de Stalin, o realismo socialista foi imposto com maior ênfase em Cuba nos anos setenta. Enfatizaram-se as obras didáticas e otimistas, que faziam referências explícitas e apologéticas aos grandes momentos e conqui-

⁵ RIVERO, Raúl. *Op. Cit.*, p. 128-130.

⁶ RIVERO, Raúl. *Op. Cit.*, p. 125.

tas da Revolução e censuraram-se os intelectuais e artistas que buscavam criar produções culturais mais autônomas em relação a esses parâmetros⁷.

A censura não foi apenas um problema dos anos sessenta e setenta em Cuba, já que nos anos noventa os jornalistas independentes continuavam a ser impedidos de publicar na ilha e, em muitos casos, forçados a abandonar o país. Em *Provas de contato*, Rivero contou a história de Ana Luisa López Baeza, jornalista independente que foi obrigada a se exilar. A sua experiência não era única, sua “tragédia individual” fazia parte de um êxodo que há mais de quarenta anos se repetia continuamente aos cubanos. Nessa crônica, Raúl Rivero declara seu desejo de continuar a viver na ilha: “é preciso fundar a permanência, porque permanecer sempre será um antídoto contra o desencanto. E um veneno para o esquecimento”⁸. O que sabemos é que, com a prisão em 2003, tornou-se insustentável sua permanência na ilha e, quando foi libertado, Rivero teve de seguir os mesmos passos de Ana Luisa López Baeza e de tantos outros intelectuais: o exílio.

Recebido em 03/10/2005 e aprovado em 31/10/2005.

⁷ SERRANO, Pío. “Cuatro décadas de políticas culturales”. *Revista Hispano-Cubana*, Madri, n.4, maio-setembro de 1999, p.35-54.

⁸ RIVERO, Raúl. *Op. Cit*, p. 96.

NORMAS EDITORIAIS

As colaborações para a Revista de História (RH) devem seguir rigorosamente as seguintes especificações:

1. A RH publica artigos, resenhas e edição crítica de documentos. Todas as contribuições deverão ser digitadas em fonte Times New Roman 12, com espaço 1,5.
2. A RH publica artigos em português e espanhol, originais e inéditos ou traduzidos. Os artigos terão a extensão entre 15 e 30 páginas, acompanhados de um resumo (no máximo 5 linhas) e de três palavras-chave (ambos em português e em inglês. As notas devem ser colocadas no rodapé e bibliografia citada no final do texto.
3. As traduções de artigos deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto.
4. As edições críticas de documentos seguirão as mesmas especificações dos artigos.
5. A RH publica resenhas em português e espanhol. Poderão ser resenhados livros editados no Brasil nos dois anos anteriores (contados a partir da apresentação da resenha), e no exterior nos quatro anos anteriores (contados da mesma forma). As resenhas terão a extensão entre 5 e 7 páginas.
6. Em todas as contribuições, abaixo do nome do autor deverá constar a instituição à qual este se vincula. Caso ele tenha tido apoio financeiro de alguma instituição para a elaboração da pesquisa, esta deverá ser mencionada.
7. Os trabalhos poderão ser apresentados via *e-mail*, devidamente formatados de acordo com estas “Normas Editoriais”. A Secretaria da Revista acusará, também por e-mail, o recebimento dos arquivos. Os programas utilizados devem ser compatíveis com o *Word for Windows*.
8. Os autores que tiverem suas contribuições publicadas receberão, por correio, dois exemplares da respectiva Revista.
9. Normatização das notas de rodapé e da bibliografia citada (cf. ABNT-NBR 6023):

SOBRENOME, Nome. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução. edição, Cidade: Editora, ano.

SOBRENOME, Nome. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, Cidade: Editora, ano, p.

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. Título do periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p.

No caso de uma segunda citação do mesmo trabalho: SOBRENOME. Título., cit., p.

10. Os conteúdos expressos nas contribuições publicadas pela Revista de História são de exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores.

REVISTA DE HISTÓRIA

Av. Professor Lineu Prestes, 338 - CEP 05508-900 – Cidade Universitária – São Paulo – SP
Tel. (011) 3091-3701 – 3091-3731 - 3091-3150 ramal 229 - *E-mail*: joceley@usp.br

<i>Título</i>	<i>Revista de História</i>
<i>Projeto Gráfico da Capa e Miolo</i>	Jocely Vieira de Souza
<i>Diagramação/Editoração</i>	Jocely Vieira de Souza
<i>Divulgação</i>	Humanitas Publicações
<i>Formato</i>	160 x 220mm
<i>Mancha</i>	130 x 192mm
<i>Fontes Utilizadas</i>	Times, Futura Md Cn Bt e Helvética Cn Lt
<i>Papel</i>	Off-set 75g/m ² (miolo); Supremo 250g/m ² (capa)
<i>Nº de páginas</i>	360
<i>Tiragem</i>	500 exemplares

Dossiê: História das Américas

<i>Gabriela Pellegrino Soares</i>	07	Editorial
<i>Maria Ligia Coelho Prado</i>	11	Repensando a História Comparada da América Latina
<i>José Luis Bendicho Beired</i>	35	A pesquisa de História da América: sua trajetória nas universidades paulistas (1942-2004)
<i>June Carolyn Erlick</i>	53	Historia, Memoria y Impunidad: el caso de Irma Flaquer
<i>Eduardo Natalino dos Santos</i>	69	Usos historiográficos dos códices mixteco-nahuas
<i>Cristiana Bertazoni Martins</i>	117	Representações do Antisuyu em <i>El primer nueva corónica y buen gobierno</i> de Felipe Guaman Poma de Ayala
<i>Alejandro E. Gómez</i>	139	El estigma africano en los mundos hispano-atlánticos (siglos XIV al XIX)
<i>María Teresa Calderón</i>	181	Un gobierno basilante arruina para siempre la crisis de legitimidad que acompaña la emergencia del poder de la opinión en Colombia (1826-1831)
<i>Rafael Baitz</i>	225	Fotografia e Nacionalismo: a revista <i>The National Geographic Magazine</i> e a Construção da Identidade Nacional Norte-Americana (1895-1914)
<i>Maria Helena Rolim Capelato</i>	251	Modernismo Latino-Americano e construção de identidades através da pintura
<i>Camilo de Melo Vasconcellos</i>	283	As representações das lutas de independência no México na ótica do muralismo: Diego Rivera e Juan O'Gorman
<i>Cecília Azevedo</i>	305	Guerra à pobreza: EUA, 1964
Resenhas		
<i>Rosana Gonçalves</i>	327	SCHÁVELZON, Daniel. <i>Buenos Aires negra: arqueologia histórica de una ciudad silenciada</i> . Buenos Aires: Emecé Editores, 2003.
<i>Márcio Santos</i>	333	GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Marcia R.C. e LOPES, Maria Aparecida de S. (orgs.). <i>Fronteiras: paisagens, personagens, identidades</i> . Franca: UNESP; São Paulo: Olho D'Água, 2003.
<i>Stella Maris Scatena Franco</i>	341	Comentário bibliográfico sobre a republicação de escritos femininos no Brasil e na Argentina
<i>Sílvia Cezar Miskulin</i>	351	RIVERO, Raúl. <i>Provas de contato</i> . Trad de José Rubens Siqueira. São Paulo: Barcarolla, 2005.